

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

DANIEL FAGUNDES DE CARVALHO MACHADO

**A “CRUZADA MAGNA” DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE DA GUERRA CIVIL
ESPANHOLA (1936-1939) SOB A ÓTICA DO JORNAL A CRUZ: ORGÃO DA
PAROCHIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA (RJ).**

FRANCA

2023

DANIEL FAGUNDES DE CARVALHO MACHADO

**A “CRUZADA MAGNA” DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE DA GUERRA CIVIL
ESPAÑHOLA (1936-1939) SOB A ÓTICA DO JORNAL A CRUZ: ORGÃO DA
PARÓCHIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA (RJ).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura política.

Agência financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Processo nº2019/00369-0.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Teresa Maria Malatian.

FRANCA

2023

M149" Machado, Daniel Fagundes de Carvalho

A "cruzada magna" do século XX : uma análise da guerra civil espanhola sob a ótica do jornal A CRUZ: Órgão da paróquia de S. João Baptista (RJ) / Daniel Fagundes de Carvalho Machado. -- Franca, 2023

160 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Teresa Maria Malatian

1. Igreja Católica. 2. Comunismo. 3. Guerra Civil Espanhola. 4. Imprensa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

DANIEL FAGUNDES DE CARVALHO MACHADO

**A “CRUZADA MAGNA” DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE DA GUERRA CIVIL
ESPANHOLA (1936-1939) SOB A ÓTICA DO JORNAL A CRUZ: ORGÃO DA
PAROCHIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA (RJ).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Teresa Maria Malatian, UNESP.

1º Examinador (a): _____

Prof. Dr. Rafael Ataídes, UFMS.

2º Examinador (a): _____

Profa. Dra. Virgínia Célia Camilotti, UNESP.

Franca, 20 de abril de 2023.

Dedico este trabalho aos meus irmãos Renato Fagundes e Juliana.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer, primeiramente, todo o amor e apoio que recebi da minha família. No momento em que tudo parecia estar caminhando para o desespero, foi no aconchego familiar que consegui me encontrar. Finalizar essa pesquisa, em um contexto pandêmico, pareceu, em diversos momentos, algo impossível a ser feito, ainda mais quando a ansiedade se tornou minha pior inimiga. Agradeço, também, a presença de meus amigos e colegas ao longo desses dois anos e meio, levantando-me e partilhando comigo as alegrias, tristezas e frustrações.

Nada disso seria possível sem a perseverança de meu irmão, Renato Fagundes, ao dedicar a mim grande parte do seu tempo para me impulsionar e auxiliar a redefinir meus projetos e crescimento profissional. A ele que estava e está do meu lado desde o momento em que iniciei minha graduação, dedico inteiramente este trabalho. Não posso deixar de mencionar e expressar todo o meu carinho à minha cunhada Erica Bronzi e minha grande amiga Isabela Casellato que tanto me auxiliaram na conclusão deste trabalho.

Não deixaria de agradecer a toda orientação, paciência e apoio que recebi de minha orientadora, Profa. Dra. Teresa Malatian, sempre disposta a ler meus escritos e nortear os melhores caminhos para redefinir minha pesquisa.

Agradeço ao apoio financeiro recebido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por possibilitar que eu me dedicasse exclusivamente à minha pesquisa, do qual seria muito mais difícil a escrita de todas essas linhas. Aos meus colegas tão queridos da Pós, deixo meu agradecimento, por me proporcionarem sorrisos e momentos de descontração que tanto encheu minha alma, ainda mais vivenciando todo este difícil contexto.

Em agradecimento à Laíssa Vicente (*in memoriam*), que se foi sem conseguir defender a sua pesquisa, por isso lhe dedico a minha, como forma de agradecer toda a sua parceria nos anos de graduação.

MACHADO, Daniel Fagundes de Carvalho. **A “cruzada magna do século XX”: uma análise da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) sob a ótica do jornal A Cruz, órgão da paróquia de São João Baptista (RJ).** 2023. 168 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023

RESUMO

Este trabalho propõe estudar como a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) era representada pelo jornal *A Cruz: Órgão da paróquia de S. João Baptista (RJ)*, no contexto de centralização da Santa Sé, observando nesse periódico a presença de um forte discurso anticomunista e em defesa dos militares rebeldes espanhóis. Nas publicações analisadas foi possível ter um panorama da influência desse conflito no Brasil, com a preocupação em se construir uma imagem heroica de Franco como um caudilho salvador dos valores da fé cristã no ocidente.

Este acontecimento espanhol é lembrado como um dos maiores conflitos bélicos do período entre guerras, chamando atenção até os dias de hoje por ter abrigado divergências ideológicas e políticas dos anos 1930 e ter sido palco de uma nova ordem europeia, com a ascensão de governos fortemente centralizadores e autoritários. A Espanha tradicionalista, monarquista, católica e direitista rebelou-se contra às mudanças e reformas organizadas pela II República, e, tendo à frente Francisco Franco, mobilizou um golpe que demandou ações não apenas internas, mas também externas, já que houve interferência de outros países para o fortalecimento de ambos os lados em batalha, como a Itália e Alemanha no auxílio franquista e da Rússia e México junto à Frente Popular. O medo de uma revolução social afastou as duas principais potências - Inglaterra e França, de uma aliança com a República, a ponto de criarem o Comitê de Não-Intervenção. O Comitê, a mando de Londres, não auxiliou as tropas da República pelo receio que o conflito espanhol tomasse proporções maiores.

Para compreensão da guerra é necessário se atentar às mudanças políticas e sociais ocorridas na Espanha durante o fim do século XIX e início do XX, porque a revolta de 1936 revela ter suas raízes muito antes do estopim da guerra. Com a Igreja ao lado de Franco o movimento não apenas conseguiu uma causa, mas também uma hegemonia, por acreditarem enfrentar uma nova Cruzada na defesa da fé cristã em todo o ocidente. Ao analisar como o jornal noticiou os acontecimentos, avanços e recuos, aliando a situação da Espanha com o cenário brasileiro, evidencia a ação ultramontana da Igreja, por meio de uma pequena paróquia, na luta por seu lugar junto ao Poder instituído. Representada como a luta entre “Roma e Moscou”, o jornal alertou, a todo momento, o perigo que corria o Brasil de se tornar um “satélite soviético”, construindo, através do desempenho das forças de Franco, o discurso de pertencimento à luta rebelde, devido à proximidade de interesses que manteriam sua autoridade no espaço social, político e religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; Comunismo; Guerra Civil Espanhola e Imprensa.

MACHADO, Daniel Fagundes de Carvalho. "La magna croisade du XXe siècle": une analyse de la guerre civile espagnole (1936-1939) du point de vue du journal *A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista (RJ)*. 2023. 168 f. Thèse (Maîtrise en Histoire). Faculté des sciences humaines et sociales, Université d'État Pauliste "Júlio de Mesquita Filho". Franca, 2023.

RESUMÉ

Cette recherche propose d'étudier comment la Guerre Civile Espagnole (1936-1939) a été représentée par le journal *A Cruz: Orgão da parochia de S. João Baptista (RJ)*, dans le contexte de la centralisation du Saint-Siège, en observant ce périodique la présence d'un discours anticomuniste et favorable au nationalisme espagnol. Dans les publications analysées, a été possible d'avoir une perspective de l'influence de la confrontation au Brésil, avec la préoccupation de construire l'image héroïque de Franco comme un caudillo sauveur des valeurs de la foi chrétienne en Occident.

Cet événement est rappelé comme l'un des plus grands conflits d'entre guerres, en appelant l'attention jusqu'aujourd'hui pour avoir abrité des divergences idéologiques et politiques des années 1930 et d'avoir été le théâtre d'un nouvel ordre européen, avec la montée de gouvernements fortement centralisateurs et autoritaires. L'Espagne traditionaliste, monarchiste, catholique et de droite s'est rebellée contre les changements et les réformes organisés par la II République et, dirigée par Francisco Franco, a mobilisé un coup d'État qui exigeait non seulement des actions internes, mais aussi des actions externes, car il y avait d'interférences d'autres pays pour renforcer les deux camps dans la bataille, comme l'Italie et l'Allemagne dans l'aide franquiste et la Russie et le Mexique dans le Front Populaire. En analysant la façon dont le journal a relaté les événements, les avancées et les reculs, en reliant la situation de l'Espagne au scénario brésilien, il met en évidence l'action ultramontaine de l'Église dans la lutte pour son espace auprès du Pouvoir établi. Représenté comme la lutte entre Rome et Moscou, le journal a présenté l'image de danger que courait le Brésil de devenir un satellite soviétique, construisant, par les forces de Franco, le discours d'appartenance à la lutte rebelle en raison de la proximité d'intérêts qui maintiendraient leur autorité dans l'espace social, politique et religieux.

MOTS CLÉ: Église Catholique; Communisme; Guerre Civile Espagnole et Presse.

MACHADO, Daniel Fagundes de Carvalho **The magna crusade of the 20th century: na analysis of the Spanish Civil War from the perspective of the newspaper A Cruz, órgão da parochia de São João Baptista (RJ).** 2023. 168 f. Dissertation (Master in History): São Paulo State University, School of Humanities and Social Sciences, "Júlio de Mesquita Filho". Franca, 2023.

ABSTRACT

This project proposes to study how the Spanish Civil War (1936-1939) was represented by the newspaper A Cruz: Órgão da parochia de S. João Baptista (RJ), in the context of centralization of the Holy See, observing in this periodical the presence of a strong anticommunist discourse and in defense of the rebellious Spanish military. In the passages that were analyzed it was possible to have an overview of the influence this conflict had on Brazil, with the concern to build a heroic image of Franco as a caudillo savior of the values of the Christian faith in the West.

This Spanish occurrence is remembered as one of the biggest war conflicts of the period between wars, drawing attention to this day for having sheltered ideological and political divergences from the 1930s and for having been the stage of a new European order, with the rise of strongly centralized and authoritarian governments. Traditionalist, monarchist, Catholic and right-wing Spain rebelled against the changes and reforms organized by the Second Republic, and, led by Francisco Franco, mobilized a coup that demanded not only internal actions, but also external ones, since there was interference from other countries to strengthen both sides in battle, such as Italy and Germany in Franco's aid and Russia and Mexico in the Popular Front. The fear of a social revolution pushed the two main powers - England and France, away from an alliance with the Republic, to the point of creating the Non-Intervention Committee. The Committee, at the behest of London, did not help the troops of the Republic out of fear that the Spanish conflict would take on greater proportions.

In order to understand the war, it is necessary to pay attention to the political and social changes that took place in Spain during the late 19th and early 20th centuries, as the 1936 revolt reveals its roots long before the outbreak of war. With the Church on Franco's side, the movement not only got a cause, but also hegemony, as they believed they were facing a new Crusade in defense of the Christian faith all throughout the West. By analyzing how the newspaper reported the events, advances and setbacks, combining the situation in Spain with the Brazilian scenario, it highlights the ultramontane action of the Church, through a small parish, in the struggle for its place with the established power. Represented as the fight between "Rome and Moscow", the newspaper warned, at all times, of the danger of Brazil becoming a "Soviet satellite", building, through the performance of Franco's forces, the discourse of belonging to the rebellious fight, due to the proximity of interests that would maintain its authority in the social, political and religious space.

KEYWORDS: Catholic Church; Communism; Spanish Civil War and the Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 - O ARDOR ULTRAMONTANO: O PROJETO DE CENTRALIZAÇÃO CATÓLICA EM REAÇÃO AOS“MALES” MODERNOS.....	20
1.1 O que foi o Ultramontanismo e quais suas estratégias de ação.....	30
1.2 A ação ultramontana no Brasil.....	39
CAPÍTULO 2 - A CENTRALIZAÇÃO ROMANA NA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA: O FORTALECIMENTO DE SUA ORGANIZAÇÃO E EXTENSÃO DE SUA INFLUÊNCIA.....	52
2.1. "De joelhos para rezar, de pé para combater": A restauração católica no Brasil.....	63
2.2. A defesa católica fora dos templos: Os acontecimentos políticos que sustentaram o discurso anticomunista católico.....	80
CAPÍTULO 3 - ATENTAI-VOS: A GRANDE GUERRA CONTEMPORÂNEA “SE FÉRE ENTRE CRISTO E MARX, ENTRE ROMA E MOSCOU”.....	82
3.1 “Horas de angústia”: o levante de “ideologia barbara que os fanáticos do credo russo querem implantar aqui”.....	82
3 .2 Com os olhos voltados à “velha e tradicionalista Espanha”: As ideias extremistas que sufocam a nação.....	89
3.3 “Espanha ensanguentada”: O “calvário” de julho de 1936.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
FONTES.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155

INTRODUÇÃO

A guerra Civil Espanhola eclodiu em um momento de intensa agitação social e política no mundo. A Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) reestruturou a geografia política e a economia internacional, estendendo o liberalismo para diversas áreas, com Nova Iorque tornando-se o principal centro financeiro mundial. No entanto, a prosperidade da economia americana com seu “*american way of life*”¹, não se sustentou, com o desemprego provocado pelo aumento da mecanização e pelas superproduções agrícolas, que geraram sobrevalorização das ações de empresas. Estas haviam presenciado a queda de seus lucros e passaram “a ser vendidas em grande escala na bolsa de valores, gerando a queda a pique dos preços”². Conforme Galbraith, não há dúvida de que o “aspecto mais impressionante da era financeira que terminou no outono de 1929 era o desejo do povo de comprar títulos mobiliários e o efeito disso sobre o valor deles”.³

O colapso do mercado de ações, ou mais especificamente a especulação que o tornou inevitável, foi um evento econômico da maior importância. Como uma pancada que estilhaça uma vidraça seus efeitos se fizeram sentir num contexto profundamente vulnerável; isso, porém, não diminuiu a importância da pancada⁴.

A queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929⁵, afetou diretamente a Europa, gerando um descontentamento na população devido à grande instabilidade econômica, facilitando a ascensão de novas ideologias políticas, em favor do centralismo estatal autoritário. Há de ressaltar, no entanto, anteriormente à crise de 1929, a Primeira Guerra (1914-1918) havia afetado profundamente a Itália, facilitando o crescimento do movimento operário. As forças conservadoras italianas reagiram e apoiaram o Partido Nacional Fascista, que no começo da década de 1920, já tinha o desprezo pela liberal democracia e pelo comunismo como um de seus pilares. Em 1922, Mussolini liderou a

¹ “Contudo, havia muitos meios de ganhar dinheiro em 1928. Nunca houvera tempo melhor para ficar rico, e o povo sabia disso. E, na verdade, 1928 foi o último ano em que os americanos foram eufóricos, desinibidos e extremamente felizes. Não que 1928 não fosse tão bom para durar; mas apenas que não durou.” GALBRAITH, John Kenneth. **Uma viagem pelo tempo econômico: um relato em primeira mão**, São Paulo: Pioneira, 1994, p.59.

² BERNARDO, Filipa Alexandro Pereira. **Recuperando uma memória: A guerra civil de Espanha nos meios de comunicação**. Departamento de Filosofia, comunicação e informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2014, p. 48.

³ GALBRAITH, op. cit., p.80.

⁴ Ibid., p.55.

⁵ “Em 1929, a economia estava a caminho da crise. Finalmente, essa crise se refletiu de modo violento em Wall Street. {...} Terça-feira, 29 de outubro, foi o dia mais devastador da história do mercado de ações de Nova York, e possivelmente o dia mais devastador da história de todos os mercados”. Ibid., p.127-150.

Marcha sobre Roma, culminando na instituição do Fascismo ao poder por um viés fortemente centralizador e de controle na economia.

Junto ao ódio à democracia-liberal (causada pela crise do liberalismo), o alerta de que a Revolução bolchevique poderia estender-se a outros lugares, lançou base para que o discurso fortemente nacionalista⁶, de fato, ganhasse força em muitos locais da Europa.

A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade, à realidade da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular. Sem esses, não teria havido fascismo algum, pois embora os demagógicos ultradireitistas tivessem sido politicamente barulhentos e agressivos em vários países europeus desde o fim do século XIX, quase sempre haviam sido mantidos sob controle antes de 1914⁷.

A Espanha não fugiu a esse alvoroço político e econômico. Lembrado como um dos maiores conflitos anteriores à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o confronto espanhol abrigou esses enfrentamentos ideológicos dos anos 1930. De um lado as forças rebeldes de Franco sob a ajuda de Hitler e Mussolini; de outro as forças republicanas com o auxílio da União Soviética e dos voluntários de guerra, que formaram as Brigadas Internacionais.

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) colocou na cena política a Igreja Católica frente às ideologias políticas do século XX, criando, o que se acreditou ser, uma nova Cruzada em defesa de Deus e da Pátria contra as manifestações do mal⁸.

A Segunda República espanhola não era interessante à Igreja devido, principalmente, às suas reformas progressistas, como, por exemplo, a liberdade religiosa, a reforma no ensino, antes administrada exclusivamente por ela, teve que dividir essa responsabilidade com o Estado; fortalecendo a oposição entre eles e direcionando o apoio católico as tropas rebeldes, pois, segundo seu entendimento, manteriam a ordem social religiosa e tradicional da Espanha.

⁶ Nesse contexto, é preciso compreender a relação entre a modernidade e o fascismo, que marca esse período, ao explorar as “vítimas” da rápida industrialização, fortalecendo o sentimento nacionalista, antissocialista, antipartido e também antiburguês. Ver: PAXTON, Robert, O., **A anatomia do fascismo**. Tradução de Patrícia Zimberes e Paula Zimberes. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

⁷ HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos (o breve século XX: 1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 123.

⁸ CASANOVA, Julián. La guerra civil española, 80 años después. **Revista Andalucía en la Historia**, ano XV, n. 55, enero/marzo, ISSN: 1695-1956, p.94-97, 2017.

O conflito não se restringiu a um quadro local, mas reverberou em diversos países que propagaram os acontecimentos da guerra aliando-o ao discurso anticomunista. A imprensa, principal meio de comunicação daquele período, foi um importante fator de construção da opinião pública, como os jornais católicos e os de base fascista. Um exemplo pode ser a imprensa Integralista brasileira nos anos 1930, como o jornal *A Offensiva*, do qual estamparam diversas manchetes a favor do nacionalismo espanhol, colocando a Espanha como a defensora ocidental contra o regime soviético.

Tendo isso em vista, este trabalho não é apenas uma análise do discurso de um periódico católico, mas pretende situá-lo no cenário político e social do Brasil, revisitando a passagem da monarquia para o sistema republicano (de forma breve), no final do século XIX e começo do XX, explicitando as estratégias que o conduziram a tomar certas posições ou a se direcionar a um determinado público. Parte dessas questões refere-se à reação da Igreja ao aumento do Liberalismo na Europa, até mesmo por ter sofrido por essas novas políticas, quando o Papa tornou-se “prisoneiro” no Vaticano, dado o processo de unificação da Itália⁹. Esse momento representou a perda dos territórios pontifícios devido ao conflito que se estabeleceu entre o Norte da Itália e a Áustria, ocasionando no abandono de Roma pelo Papa Pio IX na primeira metade do século XIX, retornando em 1850. Muito da reflexão antiliberal de Pio IX tem esse fator como causa.

Basicamente, trata-se de um discurso vinculado ao catolicismo antiliberal sistematizado por Pio IX, através do qual a Santa Sé fez o processo da “civilização moderna” e respondeu às condições desfavoráveis em que a Igreja Católica se encontrava na Itália desde o processo de unificação deste país e da perda de territórios pontifícios, ao mesmo tempo, a hierarquia católica procurava um meio de reverter a situação da Igreja na França, na Alemanha, em Portugal, na Espanha e na América Latina, onde fora derrotada nos confrontos com os governos liberais. Na condenação da tendência laicizadora dominante nos Estados liberais da Europa e da América, o papado elaborou um discurso sistematizador da reação católica ao Liberalismo, embasado na supremacia do dogma sobre a razão, no primado da tradição sobre o progresso, na desigualdade natural dos homens e na origem divina do poder¹⁰.

Nesse panorama, a Cúria romana precisou pensar em formas de combater essas teorias pautadas no indivíduo e na razão, pois a seu ver, o socialismo seria consequência

⁹ NETO, Luciano Dutra. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas. Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais.** Universidade Federal de Juiz de Fora - Instituto de Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em ciência da religião, 2006, p. 50.

¹⁰ MALATIAN, Teresa Maria. **Os cruzados do Império.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998, p. 205-206.

do Liberalismo, e este, por sua vez, teria sido ocasionado pela Reforma protestante. É a partir daí (e de seu olhar para o passado, buscando na sociedade medieval as respostas às fissuras implantadas pelo liberalismo¹¹), que ocorre o retorno da filosofia tomista, conhecida como Neotomismo. São Tomás de Aquino (1225-1274) trouxe, na Idade Média, a explicação da existência de Deus por meio da razão humana, afirmando que é por meio do conhecimento que se chega a Deus.

Isso se caracterizou como uma estratégia católica por meio de duas condições: tanto por confrontar através da razão as próprias teorias racionalistas em voga, como também por ordenar sua fileira de fiéis a seguir o fim último, entendido por Aquino no conceito de *Beatitude*. O Deus apresentado por Aquino é o que carrega consigo a única verdade a que deve submeter-se a obediência humana. A sociedade medieval pautava-se na concepção social tridentina e ordenada, ou seja, cada indivíduo possuía um papel na sociedade formando uma complementariedade, já que a ordem terrena era espelho da hierarquia divina. Isso evidencia como esse formato social seria viável no contexto político do século XIX.

Aquino deu sentido a várias ações da Igreja, seja na sua ideia de justiça, ou como alternativa à filosofia materialista, sendo base de um dos mais importantes documentos eclesiásticos do século XIX, a *Rerum Novarum*, escrita pelo papa Leão XIII em 1891. Essa encíclica pensava uma nova configuração social que buscava organizar a nova ordem mundial pós-revolução industrial, traçando um conjunto de regras e valores que tanto patrões como operários deviam seguir para alcançar a harmonia social.

Essas medidas delinearam-se dentro de um movimento conhecido como Ultramontanismo, concebido pela própria Santa Sé, motivando uma nova dinâmica na forma que a Igreja compreendeu a si mesma. Esse novo projeto procurou sanar os diversos problemas que o catolicismo vinha enfrentando, dentre eles a crescente perda de autoridade, devido a marginalização que vinha sofrendo e também a de retomar sua influência na constituição das sociedades que traziam consigo diversas políticas laicizadoras.

Muitas são as questões impostas quando se discute Ultramontanismo, seja no âmbito historiográfico ou da Igreja institucional. No Brasil esse movimento emergiu em meados do século XIX e ganhou uma nova roupagem a partir da virada do século, como

¹¹ Roberto Romano, ao falar desse período, traz a concepção de uma Igreja anacrônica que volta seu olhar para o passado e tenta aplicar suas tradições ao novo contexto moderno. Essa perspectiva será aprofundada no primeiro capítulo.

é o enfoque deste trabalho. No entanto, muito se tem discutido a melhor maneira de compreender esse projeto, com alguns estudiosos delineando-o como um conjunto de ações romanizadoras, outros como uma reforma católica ou como reverberação de um absolutismo papal. É válido destacar algumas considerações da historiografia mais tradicional até as mais atuais, para definir da melhor maneira esse campo de reflexão.

É complexo discutir conceitos dentro da História, ainda mais por designar muitos pontos de vista, e, nesse caso, até mesmo pelas diversas características do Ultramontanismo. No entendimento clássico do movimento, é compreendido como a romanização do clero, ou reforma tridentina. O conceito de romanização ganhou corpo na obra do teólogo alemão Johann Joseph Ignaz von Döllinger (1789-1890) quando criticou o dogma da infalibilidade papal, afirmando que o intuito do Concílio Vaticano I (1869-1870) era romanizar as Igrejas. Ele acabou sendo excomungado em 1871, mas suas ideias não ficaram escondidas, chegando até o Brasil quando Rui Barbosa traduziu sua obra¹².

A partir disso, os estudos posteriores, principalmente na segunda metade do século XX, reafirmaram esse conceito e redefiniram seu *locus* de atuação. Entre os principais estudiosos estão Ralph Della Cava e Roger Bastide. O primeiro defende que ocorreu uma romanização quando estudou a atuação de D. Luís Antonio dos Santos, tornado bispo de Ceará no ano de 1861, do qual o autor entende que suas ações na Igreja parte do desejo restaurador da ortodoxia romana, bem como voltado a restabelecer o clero para torna-los “exemplar e virtuoso, de modo que as práticas e crenças religiosas do Brasil pudessem ficar de acordo com a fé católica, apostólica e romana de que a Europa se fazia então estandarte¹³.” Portanto, em seu entendimento, a inauguração desse catolicismo universalista de Roma, que priorizou a firmeza hierárquica e doutrinária, atuou no Brasil por meio dos bispos reformadores, procurando romanizar o catolicismo.

¹² Além de traduzir a obra, Rui Barbosa escreveu sua introdução que, aliás, é bastante extensa, servindo-se do termo de romanização para legitimar o regalismo liberal que era vigente no Império. Ele volta sua crítica à dinâmica ultramontana, entendendo-a como “repugnante ortodoxia romanista.” SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização - Ultramontanismo - Reforma. **Revista de História: Temporalidades** - Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol.2, n.2, ago. /dez. 2010, p.27.

¹³ LIMA, Raquel dos Santos Sousa; CAVA, RALPH, Della. Milagre em joazeiro. Tradução de Maria Vedda Linhares. 3ª Edição, São Paulo: Companhia das letras, 2014. **Revista de História (São Paulo) [online]**. 2015, v. 0, n. 172, pp. 427-436. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.89564> [acessado 23 jan. 2023] ISSN 2316-9141, Epub 6 mar. 2015.

Ralph Della Cava inspirou-se nas acepções de Roger Bastide, quando este tratou de dar sentido ao termo romanização, voltando seu significado para a afirmação de autoridade da Igreja institucional.

Roger Bastide usa a expressão “Igreja romanizada”, que seria a afirmação da autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo. No Brasil ela vem através do movimento reformista do episcopado, em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato¹⁴.

Essa dependência marcaria a transição do catolicismo colonial e regalista para um tridentino e centrado em Roma. Riolando Azzi escreveu um grande número de trabalhos sobre a dinâmica da Igreja brasileira no século XIX e XX. De fato, sua perspectiva parte do pressuposto de que o Ultramontanismo foi um movimento de resgate da autoridade eclesiástica, expresso, principalmente, ao refletir a aliança da Igreja com o Estado Novo de Vargas, assimilando que isso garantiu “a continuidade e o fortalecimento da Restauração Católica, ou seja, de uma presença mais expressiva do catolicismo romano na vida e na sociedade brasileira¹⁵”.

Compreende-se então ser o Ultramontanismo o fortalecimento da autoridade institucional da Igreja, voltando-se para sua ortodoxia, tanto interna quanto externa. A romanização desenhava-se, inicialmente, quando inúmeras congregações europeias vieram ao Brasil e aqui se instalaram, gerando um embate contra o catolicismo popular.

O movimento que propõe uma renovação desses estudos parte tanto de auferir que não houve uma reforma, como também da necessidade que os ultramontanos tiveram de apoiarem-se no catolicismo popular. O primeiro a ser apresentado é o professor Sérgio da Mata que revisitou o conceito de romanização através do estudo do catolicismo em Minas Gerais durante o segundo reinado (1840-1889).

De fato, é no mínimo um eufemismo infeliz designar, como continua ainda a ser comum, o fundamentalismo ultramontano como “reformismo”. Fariamos melhor, na ausência de melhor expressão, em defini-lo como uma espécie de xiitismo papista. Pois o quê, afinal, se tratou de “reformular”? A Igreja Católica dos oitocentos é uma Igreja contra o Estado laico, contra o racionalismo, contra a liberdade religiosa. O *Syllabus* é a sua suma político-teológica. {...} Dizer que o catolicismo representava, naquele momento, qualquer ideal de “reforma” entre nós não é apenas uma imprecisão conceitual. É um desatino. A Igreja Católica – não necessariamente o catolicismo como um todo – constituiu-se

¹⁴SANTIROCCHI, op. cit., p. 27.

¹⁵ AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). Síntese: **Revista de Filosofia** v.7 n.19, 1980, p. 61.

como uma instituição francamente reacionária a partir do Congresso de Viena¹⁶.

Observando de maneira mais profunda o que Mata designa como alternativa ao sentido de romanização, o autor parte do pressuposto de que ocorreu, na verdade, no século XIX, um *fundamentalismo institucional* e não religioso, que aderiu a religiosidade popular até mesmo para facilitar seu processo de centralização, se não o movimento se definiria. Esse fundamentalismo institucional iniciou-se, ainda de acordo com o autor, a partir da publicação, em 1864, da encíclica *Syllabus*, escrita pelo Papa Pio IX (1846-1878); essa é uma das mais importantes encíclicas no horizonte Ultramontano. Seu intuito é denunciar os erros da época, com forte teor combativo às ideias socialistas e contrário a separação entre Igreja e Estado. No entanto, o autor afirma que para compreender melhor o projeto Ultramontano, há de aderir ao conceito alemão de “Kulturkampf”¹⁷, designando, desse modo, uma luta pela civilização¹⁸. O autor não nega que se denomina como um movimento centralizador, visando o fortalecimento institucional e o afastamento do clero das “impurezas mundanas”, mas alia o princípio de um “absolutismo papista” ao catolicismo popular.

Outra proposta que segue essa mesma linha interpretativa é a de Luciano Dutra Neto, quando voltou sua atenção às missões redentoristas em Minas Gerais no século XIX. Esse autor é mais incisivo em sua crítica ao termo romanização, alegando ser pejorativo e cheio de desvios histórico-sociológicos, devido às diversas reformas sofridas pela Igreja.

Reforma sempre foi uma das preocupações da Igreja e ocorreu em diversos momentos da história. Podem-se assinalar, dentre outras, a reforma promovida pelo Papa Gregório VII, no século XI que mudou a face da Igreja e, é claro, a famosa reforma tridentina. Nos dias de ontem a Igreja passou por outra marcante, a reforma do Vaticano II. Portanto, reformar sempre foi preocupação das autoridades eclesiásticas. Assim, a Igreja do Brasil, bem como diversas outras, passou por reformas semelhantes no final do século XIX. Chamar tais movimentos de “romanização” e seus promotores de “agentes de Roma” reflete, sem dúvida, uma certa tendência a rejeitar que a Igreja tenha uma hierarquia à qual cabe zelar pela identidade da fé e de suas manifestações¹⁹.

¹⁶ MATA, Sérgio da. Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o “reformismo” católico na Minas Gerais do Segundo Reinado. In: CHAVES, C. M.; SILVEIRA, M. A. (Orgs). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007, p. 226.

¹⁷ Esse conceito revela uma discussão acerca da laicidade na Alemanha, colocando em detrimento, nos meados do século XIX, a influência católica nas questões nacionalistas.

¹⁸ MATA, 2007, p. 231.

¹⁹ NETO, Luciano Dutra. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas**, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de ciências Humanas. Programa de pós-graduação em ciência da religião. 2006, p.37.

Para Neto, o movimento Ultramontano buscou pela preservação de sua identidade, formação do clero e instrução da população. O que a Europa vivenciava pela ascensão do Liberalismo, até mesmo antes disso com a Reforma Protestante e a Revolução Francesa, obrigou Roma a arquitetar um projeto que partisse dela como próprio centro de comando²⁰.

Explicitadas as interpretações do termo Ultramontanismo, este trabalho sustenta-se pela análise de seu sentido clássico, por ser mais viável à compreensão do período proposto; claro que será tomado o cuidado de não cair em uma visão monolítica de generalização do sentido de reforma. Percebe-se que a paróquia de São João Batista no bairro de Botafogo (RJ), sob o entendimento da construção de uma pátria cristã e no reforço de sua autoridade e busca pelo fortalecimento das ideias de Roma no Brasil os levou a defender os rebeldes militares espanhóis em 1936.

A reflexão que o trabalho seguirá parte-se do conceito de “autocompreensão”. Este conceito abarca da melhor forma, segundo os objetivos desta pesquisa, a compreensão do que sustentou o projeto de reação católica à modernidade, em meio a amplitude de espaço que ganhavam as filosofias modernas na Europa e fora dela.

As suas críticas e combates, no despontar das revoluções iniciadas com a Reforma Protestante no século XVI, contrários a aspectos de sua doutrina, esteve movida pelo fato de considerarem as sociedades voltadas apenas ao modo de vida temporal em detrimento do Eterno. Quando refletiu sobre a filosofia do catolicismo Ultramontano, com um recorte temporal entre 1800 a 1960, o professor Ivan Manoel²¹ demonstrou o projeto da Igreja de recristianizar o mundo moderno a partir da autocompreensão do catolicismo ultramontano, evidenciando que a Igreja não é a mesma desde seu início, mas debruça-se em uma determinada forma de organização em diferentes momentos da História.

Neste sentido, nas acepções da professora Teresa Malatian, ao analisar o movimento Patrianovista na conjuntura dos anos 1920, compreendendo-o como um movimento político-religioso que encontrou no catolicismo seu *locus* de articulação e permanência”²², explicita que a Igreja não constitui um sistema monolítico, mas possui diversos tipos de catolicismo em um determinado sistema de representações:

²⁰ Ibid., p. 36.

²¹ MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História: A filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800-1960)**. Franca, 1998.

²² MALATIAN, 1988, p. 18.

{...} em que a Igreja elabora uma dada apreensão da realidade, transfigurando-a simbolicamente através da ratio teológica. Este é um dado fundamental para a compreensão das posturas que a Igreja adotou perante a sociedade e o Estado, elaborando um discurso original, o discurso teológico-político, com a pretensão de instaurar novas práticas ou reforçar práticas em curso²³.

A instituição católica viabiliza práticas que lhe são particulares e se constituem por meio de uma realidade social. Essas práticas não ficam fechadas em si mesmas, mas adequam-se a toda sua estrutura, perpassando os diferentes setores de uma dada sociedade. Essas ações encaixam-se nas condições de cada lugar, modificando o discurso teológico-político da hierarquia eclesiástica nacional, visando manifestar nas consciências seu projeto de salvação.

Outro autor que sustenta o conceito de autocompreensão, para fortalecer sua análise do projeto ultramontano no Brasil é Roberto Romano. Excluindo a mesma visão da Igreja como submissa à burocracia estatal, Romano a refletiu em seus meios e fins que lhe são característicos, do qual auxiliaram a criação de uma nova autoconstituição do catolicismo, em sua luta pelo resgate de sua influência, negligenciando o discurso teológico pelas necessidades imediatas que a sociedade moderna impôs. O catolicismo definiu práticas específicas visando fortalecer sua autoafirmação como única mediadora entre Deus e os homens²⁴.

Quando as filosofias modernas ampliaram seus espaços, relegando uma estreita área de atuação à Igreja, sua força voltou-se a combatê-las, sob o pretexto que a única verdade e poder legítimo viriam de Deus e não de novos modelos profanos do exercício da política e da liberdade individual.

Partiremos da constatação de uma atitude soteriológica fundamental no interior da Igreja. Esse anseio de salvação não se esgota nas situações meramente conjunturais, mas se inscreve no contexto mais amplo da luta entre a Igreja e os demais poderes positivos da ordem social capitalista – O Estado, a ordenação ético-jurídica da sociedade, a afirmação das classes e de suas associações –, cuja tendência geral, desde o último século, foi completar o movimento de negação de toda transcendência e liquidar a religião católica como fonte de legitimidade do poder. Em contrapartida, exacerba-se por parte da Igreja a denúncia daqueles poderes como contrários aos desígnios de salvação, postos por Deus para serem cumpridos por todos os homens. Esta economia da salvação, no entanto, foi suscetível de várias expressões dentro do organismo eclesiástico²⁵.

²³ Ibid., p. 15-16

²⁴ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)**. Kairós Livraria e Editora, São Paulo, 1979, p. 22-23.

²⁵ Ibid., p. 23.

As definições de Romano também são pensadas a partir da noção de “economia da salvação”, conforme exposto acima, que direciona as ações no cotidiano eclesiástico em nome da totalidade da Igreja e de sua autoafirmação. A ação do catolicismo volta-se para uma estrutura teológica e política ao perceber que seu plano de salvação das almas está comprometido, tanto na cultura humana, como na consciência dos cristãos ou na ideia de superação da palavra de Deus, no sentido de se fazer desacreditada. Essa estrutura é entendida pelo autor na visão que a Igreja não conduz práticas sem um fundamento social e, principalmente, político. Quando se propõe estudar uma determinada autocompreensão, não há como deixar de lado um discurso descritivo e consciente de análise do ambiente político, que engendra uma nova forma do catolicismo pensar seu espaço de atuação. Seria o que Maria Aparecida Gaeta chamou de “imagens mentais” exagerando componentes específicos da realidade, adicionando a isso características próprias e ligando-as entre si em um mesmo quadro mental homogêneo, ou seja, a autocompreensão da Igreja entendida e marcada no tempo e espaço de uma determinada época.

Entendo que a história eclesiástica é uma disciplina histórica e não teológica. A perspectiva a partir da qual a história da Igreja estuda o seu objeto, a Igreja, é a da sucessão no tempo de suas manifestações visíveis, procurando nas fontes o conteúdo fenomênico, não o providencial. Igreja, na concepção fenomenológica, significa todas as manifestações de vida, pensamento e organização que expressamente se referem ao Cristianismo, cujo estatuto histórico é basicamente um estatuto institucional e eclesial, embora, entendido de formas diferentes em períodos e lugares diversos²⁶.

Portanto, é possível analisar de forma mais concreta os discursos e as práticas que deram vazão ao projeto do catolicismo Ultramontano.²⁷ A Igreja define-se com um significado próprio, de acordo com a realidade social que interage, provendo ações que melhor possam redefini-la naquele cenário. Estudando-a como desejosa de ser o elo da unidade social e nacional, priorizando um trabalho de base popular, na reeducação de seus fiéis no momento em que se separa do Estado - pensando a partir do Brasil -, será possível verificar sua narrativa e dinâmica de fortalecimento da autoridade da Santa Sé, agindo como um projeto de combate às novas filosofias que a confrontavam.

²⁶ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Os percursos do Ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)**. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1991, p. 11.

²⁷ Ibid., p. 9.

Para isso, recorre-se ao espectro analítico de Quentin Skinner²⁸ e John Pocock²⁹ que propuseram uma renovação da linguagem política, auxiliando o campo metodológico deste trabalho. Skinner, quando estudou os textos do pensamento político de fins da Idade média e começo da Era moderna, visava clarear um período mais amplo. Os historiadores da teoria política, segundo o autor, não devem se atentar apenas a uma interpretação das obras clássicas, já que a compreensão deve estar nas relações entre teoria e prática política. São as ideias expostas no glossário político que determinam a sua ação. Contrapõe-se a uma análise textualista que exclui o contexto em que determinada obra foi escrita.

Por essa proposta, não caberia uma interpretação de obras clássicas sem estabelecer um panorama com a vida política, na medida em que as teorias ou explicações políticas estão interligadas ao comportamento político de determinada sociedade. Portanto, teoria e prática estariam juntas quando feita uma interpretação do vocabulário político. A crítica de Skinner se direciona aos chamados textualistas, que, segundo ele, leem determinada obra sem levar em consideração o que seus autores estariam fazendo no momento em que a escreveram.

Nesse sentido, pode-se identificar que para analisar os mecanismos de atuação da Igreja dentro da autocompreensão ultramontana, levar-se-á em conta o contexto social e político que a Santa Sé estava inserida, sendo necessário articular um projeto que centralizasse a Igreja na figura do Papa e criasse meios de devolver a ela sua influência nas consciências como havia tido em outros períodos da História. De um modo mais claro, é compreender a ação ultramontana partindo do próprio cenário político da Europa e América latina, com o olhar voltado, em especial, a um periódico de uma igreja local do Rio de Janeiro, entendendo que suas ações eram interligadas às demandas do cenário político brasileiro e também às determinações da Santa Sé.

Pocock têm as mesmas preocupações, defendendo que para se estudar o pensamento político há de se iniciar pelo contexto e pela linguagem. A linguagem política é construída em resposta ao seu próprio tempo. As narrativas históricas precisam se concentrar nos discursos, mas nos discursos movedores de ações, na medida em que as práticas das comunidades políticas estão conectadas com sua própria época. Há de atentar que as linguagens sobrevivem ao tempo de seus autores e podem ser modificadas de

²⁸ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Revisão técnica Renato Janine Ribeiro – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁹ POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

acordo com as narrativas (nesse caso a do historiador) que as escreve em resposta ao seu próprio tempo.

Skinner é lembrado por Pocock em seu texto e fortalece suas aceções ao defender não só uma análise particular do texto em si, mas de abarcar as intenções do autor e do contexto que o mesmo estava, porque dessa maneira serão mais bem compreendidos os diversos idiomas do argumento político. O historiador deve descobrir quais discursos estão escondidos nos contextos linguísticos, já que a linguagem possui uma política que lhe é particular.

O desafio deste trabalho é compreender a configuração social e política, assim como os valores e modos de pensar de uma determinada época (nesse caso o final do século XIX e começo do XX), estudando como o vocabulário católico trouxe consigo as circunstâncias das transformações políticas mundiais, situando teoria e prática nessas análises argumentativas do jornal.

Os discursos da Igreja Católica no Brasil estiveram interligados com as agitações políticas que davam superfície a novos atores no cenário nacional. A Questão Religiosa, em meados de 1870, e a proclamação da República em 1889 despertaram novos modos de agir da hierarquia eclesiástica e auxiliaram o fortalecimento do projeto ultramontano por aqui.

A Santa Sé responde e protagoniza uma autocompreensão como forma de sobrevivência doutrinal. Fortalecer sua autoridade em meio ao liberalismo, socialismo, racionalismo e protestantismo moveu sua área de ação, interligando suas estratégias às das igrejas do Além-Mar e aumentando suas instituições, intentando assumir um espaço não apenas político, mas também na família, no casamento e, de forma especial, no ensino. Baseava-se na convicção de que o mundo teria se perdido, cabendo a ela a autoridade de resgatá-los.

Seu desejo perpassava tanto recuperar o espaço perdido em detrimento das políticas liberais, como o de restaurar o reconhecimento de sua autoridade, atuando de maneira conjunta com o Estado. A Igreja queria constituir-se como parte da unidade social, por que sua autopreservação só seria possível se a ordem estivesse estabelecida³⁰. Por isso, em muitos casos, como no Brasil durante o Estado Novo em 1937 e na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a Igreja alia-se a formas de governo autoritárias, que

³⁰ ROMANO, 1979., p. 74.

poderiam devolver-lhe seu prestígio em meio à atuação política e engendrar-la como propiciadora da verdadeira civilização.

Tida, em solo espanhol como um dos baluartes que sustentavam a Monarquia, junto do Exército, a Igreja católica vivenciou um longo período de influência na administração pública e nas consciências antes da instauração da II República, em 1931. Com os crescentes movimentos políticos e culturais que perpetuaram novas ideias nos setores sociais espanhóis, como o anticlericalismo e as ideias anarquistas no operariado, ocorria o confronto de “duas Espanhas”: uma com olhar Tradicional e outra mais Progressista. Isso já aparecia desde a primeira guerra Carlista (1833 – 1840), colocando em jogo os interesses dos liberais, defensores do direito sucessório de Isabel II e dos absolutistas, defendendo que a Coroa fosse dada a Carlos Isidoro, irmão de Fernando VII. Isabel sobe ao trono e governa de maneira conservadora-progressista, mas sofreu um golpe militar que a levou ao exílio; a Espanha, que já havia presenciado um golpe militar após as práticas absolutistas de Fernando VII, adquiriu uma concepção do Exército com o poder de interferência no Poder civil quando esse sentir-se ameaçado. Presenciando ditaduras militares, experimentações federalistas e a I República, e, com a ocorrência de mais duas guerras Carlistas, Alfonso XII assume como rei da Espanha e instaura um modelo parlamentarista que revezava liberais e conservadores no poder, algo que era difícil se concretizar na Espanha do século XX.

Com o aumento das ideias anarquistas e socialistas nos círculos operários, mesmo frente a uma Espanha agrária, atrasada industrialmente e com maior parte da população analfabeta e recebendo um golpe certo com a perda das colônias na guerra contra os Estados Unidos (1898), o país perde toda sua glória imperial e racha-se numa profunda crise. Com a campanha no Marrocos tornando-se o cerne de muitas dores de cabeça para o então rei Alfonso XIII, a Espanha vivenciou a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), que falhou em resolver: as diversas crises, sendo expulso do poder pelo próprio rei. A Igreja, inserida nesse caos social e político, buscou alternativa entre o marxismo e o liberalismo, apoiando o corporativismo como uma potencial doutrina social e política, levando em consideração os princípios da Encíclica *Rerum Novarum*.

A luta entre o laicismo e o catolicismo fica cada vez mais intensa, ainda mais com a vitória da II República em 1931, que organizou reformas estruturais significativas na educação, reforma agrária e na separação entre Igreja e Estado. Associando-a como sustento da opressão dos poderosos, as camadas mais pobres intensificaram sua postura

anticlerical revoltando-se contra a Igreja, alegando ser uma das principais barreiras do progresso e envolta em muitos privilégios eclesiásticos.

Esse momento hispânico se relaciona ao momento em que o Vaticano incentivou ações que reforçavam o papel dos leigos nos assuntos católicos, para que fosse formada uma ampla mobilização na defesa dos interesses cristãos, dentro do projeto Ultramontano. A reorganização dos grupos conservadores na Espanha, como os monarquistas, carlistas, militares, fascistas e a Igreja, leva-os à vitória nas eleições de 1933 e, inicialmente, barram as reformas iniciadas pelo governo anterior. Essa união sustentava-se cada vez mais por um sentimento em comum entre os conservadores, essencialmente o Exército e a Igreja, de profundo ressentimento com a perda das colônias e olhar voltado ao passado imperial, fazendo com que as forças militares se fechassem. A gota d'água se deu com a vitória da Frente Popular, em 1936, depois de uma rachadura entre a direita espanhola e união das esquerdas. O novo governo voltou a acelerar as reformas, causando revolta a muitos setores, principalmente no assunto da reforma agrária e a separação da Igreja dos espaços públicos. Com o crescimento do fascismo em solo espanhol e os conflitos entre esses com os anarquistas, os grupos conservadores encabeçaram um golpe militar, dando início à Guerra Civil Espanhola, em julho de 1936.

É difícil evidenciar apenas dois lados em campo de batalha, como se apenas tivesse sido uma luta entre republicanos de um lado e nacionalistas do outro. A guerra contou com participação de diversos grupos, que iam de republicanos, socialistas, anarquistas e entre eles seus próprios direcionamentos políticos, como os trotskistas, por exemplo; contra os carlistas, monarquistas, alfonsinos, o Exército, a Igreja, entre outros. Não se tratou de uma luta entre comunistas versus fascistas, por isso o cuidado na nomenclatura, devendo-se levar em conta a complexidade ideológica e política desses movimentos.

Muito das estratégias utilizadas pela Igreja, nesse momento, visaram fortalecer o projeto Ultramontano. Uma das mais importantes e que suscita diversos estudos é a imprensa. Por mais que o dogma católico abra um espaço para criticar as novas formas de liberdade de expressão, muitas delas direcionadas à imprensa, a Igreja adentrou esse meio à medida que percebe que sua linguagem iria chegar mais longe, educaria os mais pobres e angariaria certo apoio da elite. Seu desejo perpassava tanto recuperar o espaço perdido em detrimento das políticas liberais, como o de restaurar o reconhecimento de sua autoridade, atuando de maneira conjunta com o Estado. A Igreja queria constituir-se

como parte da unidade social, por que sua autopreservação só seria possível se a ordem estivesse estabelecida³¹.

Levando esses aspectos em consideração, no primeiro capítulo serão discutidas as ações do Vaticano na metade do século XIX e começo do XX, para compreender suas formas de atuação no processo de centralização romana, após o Concílio Vaticano I (1869-1870), para perceber como a Cúria romana respondeu ao contexto político e social que passava a Europa e quais os procedimentos por ela encontrados para concretizar esse projeto. Puxando a discussão para o Brasil, é necessário questionar a relação entre Estado e Igreja, passando pelos anos finais do Império até a proclamação da República. Para isso será esboçado a Questão Religiosa, ocorrida no Brasil na década de 1870, desejando discutir as primeiras ações do Vaticano diretamente com o Estado imperial brasileiro.

A relação da Igreja com a Primeira República dará o panorama da percepção do catolicismo neste novo horizonte, entendendo os indivíduos não apenas como cidadãos civis, mas antes como católicos. A tradição da Igreja na história do Brasil auxilia a refletir sobre sua reivindicação para garantir a ordem nacional estabelecida.

Há de considerar a própria discussão do que constituiria a nacionalidade brasileira por parte da intelectualidade. A Igreja também procurou fazer parte dessa discussão, argumentando sua relação com a constituição da civilização ocidental e dos benefícios que o Brasil teria ao tornar-se uma pátria cristã. Era necessário moldar a identidade do indivíduo e também a do Estado, para a preservação da Igreja e sua influência, concebendo-se como essencial a harmonia social.

No segundo capítulo, será analisada a história do jornal *A Cruz*, passando desde seu nascimento em 1919 até o ano de 1935. O jornal começa a se expandir em meados dos anos 1920, filiando-se também à Associação Jornalística do Rio de Janeiro, aumentando sua circulação e o número de assinantes. Cardeal Leme tem uma ação direta sobre ele.

A partir desse panorama, há de se perceber as mudanças pelas quais o jornal passou, seja na troca da gerência, ou mesmo quando fica sob os auspícios da Confederação Católica do Rio de Janeiro, cujo diretor, naquele momento, era um dos principais nomes do Ultramontanismo no Brasil, o cardeal D. Sebastião Leme. Por meio da estrutura do jornal e parte de seu acervo discursivo, seja nos artigos ou contos, será visualizado como se deu esta autocompreensão da Igreja na paróquia de São João Batista

³¹ ROMANO, 1979, p. 74.

em Botafogo, no Rio de Janeiro, mesmo porque todas as suas atitudes, desde sua criação, pelo padre André Arcoverde, estão interligadas a essa nova forma de se pensar a Igreja e também o Brasil, dado o cenário político da época. Discutindo os principais inimigos do Vaticano, ficará claro o que combaterá o jornal, expandindo sua doutrina para além das missas dominicais e politizando os paroquianos de acordo com seus preceitos.

No terceiro e último capítulo, o cenário espanhol, com enfoque à discussão sobre as raízes da estrutura social, política e econômica que eclodirão na guerra civil em 1936 terá destaque. Aliado a essas questões, a visão do *A Cruz* sobre o conflito e de que forma a Espanha teria salvado o catolicismo no Ocidente, lutando por todas as sociedades de base católica, contra as figuras malignas da frente socialista, será melhor compreendida. Percebendo como a Igreja participou deste conflito, a compreensão sobre como suas motivações inseriram-se no projeto Ultramontano, pensando a partir da paróquia de São João Batista e a maneira como noticiavam tais acontecimentos, será analisado o modo como esse embate ajudou a despertar na população o medo do “monstro” soviético e a importância de proteger a pátria frente a esses invasores.

As ações da Igreja católica brasileira frente à Guerra Civil Espanhola revelam a construção de um discurso anticomunista, e como os fatores internacionais do entre-guerras (e mesmo após) criaram na população o medo de uma bolchevização do ocidente. Estando presente na ditadura do Estado Novo (1937) e no regime militar (1964-1985), o *A Cruz: Orgão da Paróquia de S. João. Baptista (RJ)* tendo encerrado suas atividades, provavelmente, em meados dos anos 1970, não deixou de veicular os acontecimentos da Guerra Civil. Utilizou-se dos feitos das tropas de Franco na defesa das políticas anticomunistas brasileiras, aproximando-se desses regimes políticos pelos temores de uma mudança da hierarquia vigente (por isso o perigo vermelho), que atingiria de forma considerável a influência doutrinal da Igreja; Por já estar perdendo sua força dogmática na Espanha, o alerta recaiu sobre os países cristãos do período, evidenciando, dessa forma, os fatores políticos e sociais dos anos 1930 que motivaram uma série de movimentos em favor da extrema direita.

CAPÍTULO 1 – O ARDOR ULTRAMONTANO: O PROJETO DE CENTRALIZAÇÃO CATÓLICA EM REAÇÃO AOS “MALES” MODERNOS.

Em uma Carta Encíclica escrita pelo Papa Gregório XVI, considerado um dos pioneiros nas definições doutrinárias do catolicismo perante as questões políticas e sociais do mundo moderno, questionou-se a batalha contra toda a forma de revolução. É interessante aprofundar no conteúdo das Encíclicas, por mediarem a comunicação do Papa com outros setores da hierarquia católica.

MIRARI VOS ARBITRAMUR – SOBRE LOS MALES DE SU TIEMPO Y SUS REMEDIOS. 15-VIII-1832.

5. Se niega toda autoridad y toda obediência a la Iglesia las sectas secretas: se ataca la autoridad divina de la Iglesia, y destruidos sus derechos se la somete a razones terrenas; com duma injuria la entregan al odio de los pueblos, reduciéndola a ignominiosa servidumbre . {...} resuenan, de un modo horrendo, las academias y colegios com nuevas opiniones monstruosas, con la cuales no ya ocultamente y em secreto se ataca a la fe catolica, sino que abiertamente y ahora y a todas luces se le hace una espantosa y nefasta guerra. {...} Además, abandonado com esto el freno de la santíssima religión, con la cual solamente pueden subsistir los reinos y afirmarse la fuerza y solidez del poder, vemos aumentar la ruina del orden público, la decadencia del gobierno y la destrucción de toda legítima potestad³².

O alerta direcionava-se para as novas filosofias em ascensão, marginalizando-as e questionando sua autoridade. O que estava em jogo era a restrição da Igreja no

³² HOYOS, Frederico. **coleccion completa: encíclicas pontificiais, 1832-1965**. IV EDICION, 1832-1939. Editora Guadalupe, Buenos Aires, 1958, p. 39.

terreno/temporal, em detrimento da escatologia cristã, que se sustenta na história do Fim dos Tempos e da Vida Eterna³³. As filosofias de espectro laico começavam a arquitetar a constituição de uma “sociedade perfeita”, sem o peso da ação da Igreja, colocando novos limites à temporalidade humana, a crença no progresso e domínio sobre a natureza, regidos agora por uma teoria racionalista.

{...} aceitar a teoria do progresso e da perfeição humana seria, para a Igreja, tanto negar seus próprios fundamentos, quanto fazer causa comum com aqueles que exigiam, ou ao menos vaticinavam o seu fim. Em outras palavras, de uma perspectiva estritamente política é bastante compreensível que a Igreja Católica rejeitasse a teoria do progresso humano, exatamente porque essa teoria era a potente arma político-ideológica empregada pelos seus inimigos contra ela mesma³⁴.

A Santa Sé preocupava-se em reafirmar a origem divina do Poder e combater o racionalismo, a fim de recuperar os vínculos da sociedade cristã com base na família e esmiuçar formas de ação para trazer ao seu lado a emergente classe operária. Nesse momento, publicada a Encíclica de Leão XIII em 1871³⁵, a Igreja estabeleceu como parâmetro o retorno à filosofia tomista.

Ao utilizar as “novas filosofias”, pega-se emprestado o termo empregado pelo próprio Papa, pois sua ideia de resgate ao tomismo partiu do cuidado da Igreja em ensinar as ciências humanas - principalmente a filosofia - pois ela é o que daria base às demais ciências (assim como poderia causar também o efeito contrário, ou seja, sua destruição); por isso resgatá-la por meio dos preceitos da fé católica. O documento informa que esse cuidado se deve à convicção de a razão guiar o homem, pois se lhe faltasse inteligência, cairia facilmente nas perversidades dessas novas explicações do mundo.

Segundo essa concepção, Deus, em sua infinita bondade, exprimiu a luz da razão na mente humana guiada pela força da inteligência que é capaz de propagar a luz da fé e tornar o indivíduo mais aberto aos princípios divinos. A razão, no entanto, deveria concordar com a palavra de Deus, para que fosse respeitada sua autoridade. Mais ao final da Carta Encíclica percebe-se o desejo de retorno da Escolástica³⁶ pelas leis do raciocínio,

³³ MANOEL, 1998. Cf. nota 25 da introdução.

³⁴ Ibid., p.38.

³⁵ Encíclica *Aeternis Patris Unigenitus Filius* – 4-VIII-1879. Sobre la restauración de la filosofía Cristiana, conforme a la doctrina de Santo Tomás de Aquino. HOYOS, 1958, p. 232.

³⁶ Presente no período tanto de expansão, como da crise medieval (XIV e XV), o pensamento escolástico foi desenvolvido por Tomás de Aquino, tendo como maior referência sua principal obra, a *Summa Teológica*. Tomás de Aquino procurou discutir a existência de Deus a partir da criação do mundo e do homem, porque ao deparar com o mundo, observa-se todos os motivos de haver uma causa maior. Essa causa é o começo e fim de todo o movimento do mundo. Sem a presença da causa primeira, o mundo seria

para combater uma falsa sabedoria que estaria sendo propagada aos homens, colocando em detrimento a fé. Retornar à razão implicaria aos cristãos lutar pela sobrevivência da Igreja, para sanar “a contenda entre fé e razão, que o Iluminismo havia propagado. A esse movimento, chama-se de Neotomismo³⁷”.

O pensamento tomista apropriado àquela realidade seria a noção de progresso com a razão por meio de uma perspectiva religiosa, resgatando a contribuição considerada “positiva” da ciência, e tornando possível articular novamente o conhecimento e a fé. O objetivo era “derrubar as barreiras que separavam intelectuais e Igreja, religião e ciência, fé e razão. Daí a formação de uma linha de pensamento mais aberta à pluralidade e a releitura de valores cristãos adaptados à modernidade³⁸”.

A preocupação do Neotomismo não focou apenas na explicação da existência de Deus e do fim último de todos os homens, mas estendeu-se à organização e função social do Estado, ética e direitos individuais, o que destacou Aquino como pertencente àquele período por abarcar horizontes muito amplos³⁹. O resgate da Escolástica permitiria a continuidade da hierarquia católica no contexto moderno, ainda mais pelas ameaças que as novas organizações políticas representavam, ao ir constituindo Estados laicos e destituindo tradições da junção entre Igreja e Poder.

Sendo assim, era preciso buscar outra explicação para que não se pudesse continuar inferior; uma alternativa que fosse capaz de preencher as lacunas que a ordem liberal burguesa havia deixado e responder às incertezas que a primazia da razão não soube esclarecer. Alternativa que satisfizesse os anseios e interesses de uma classe dominante cristã temerosa quanto à manutenção do

levado à desordem e ao caos. A Escolástica afirma-se em um sistema de argumentação, partindo, portanto, de uma demonstração lógica da razão humana à existência da Verdade. “O raciocínio escolástico é uma forma de poder político, científico e retórico, que parte da demonstração lógica, racional, estabelece verdades, ou uma verdade que conduz e coage as opiniões dissidentes”. A existência de Deus é palpável ao intelecto humano. ALMEIDA, Milton, José de. O triunfo da escolástica, a glória da educação. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, vol.26, n.90, p. 17-39, Jan /abr., 2005, p. 22 et seq. É preciso mencionar a relação Aristotélica-Tomística que exprime a retomada de Aristóteles por Aquino, ao “adaptar suas doutrinas “básicas mais importantes em matéria de epistemologia e de metafísica.” {...} Tomás de Aquino aplicou a teoria da potência do ato não só à matéria e à forma, concebendo então a pura potência, mas também à relação de essência e existência no ser criado, cuja limitação se fundamenta na potencialidade da essência” LIMA, Eduardo de Carvalho; GONTIJO, Lucas de Alvarenga. A narrativa Aristotélica Tomista da Teoria da justiça: ensaio sobre a perspectiva da escola cristã mineira durante o período da ditadura 1964-1985. **Revista Acadêmica**, MG, vol. 86, n. 1, 2014, p.120.

³⁷ SOUZA, Luciano Daniel de. A apropriação da Idade Média e o Neotomismo como elementos da reação católica às mudanças na França no século XIX. **Revista Mundo Antigo** – Ano I, v.01, n.2, dez. 2012, p. 137.

³⁸ SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Positivismo x Neotomismo: reflexões sobre práticas historiográficas no Brasil e na Argentina (1870-1940). ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009, p. 06.

³⁹ SANTOS, Ivanaldo Oliveira dos. A relação entre o Neotomismo e o tomismo analítico. **Revista Ágora Filosófica**, Universidade Católica de Pernambuco, ano 10, n.1, jan. /jul., 2010.

seu poder. Assim, busca-se uma via que não seja subversiva, como o socialismo e o comunismo, e nem estritamente racional ou apenas religiosa⁴⁰.

Essa preocupação católica a respeito do fortalecimento de sua autoridade institucional foi um movimento de reação principalmente ao socialismo e também ao anarquismo e comunismo. Temendo que o conceito de luta de classes a colocasse à margem do poder, a Igreja fechou-se em si mesma, cada vez mais, e buscou dentro de sua própria estrutura a sustentação de seu projeto centralizador.⁴¹ O retorno ao tomismo deixa clara a inquietação católica frente a essas insurgentes formas de se pensar a realidade; nesse momento, as questões referentes ao papado, tratam-se de visar meios possíveis de combater os males modernos ou de qual modo seria possível incorporar alguns de seus fundamentos, por exemplo, aliar o progresso e civilização ao catolicismo.

O retorno à filosofia de Santo Tomás de Aquino adquiriu assim o sentido de recuperação de uma visão de mundo capaz de responder a muitos dos problemas do catolicismo no final do século XIX: a origem e a legitimidade do poder, a melhor forma de governo, as relações entre Igreja e Estado, o estatuto do trabalho. E, sobretudo, ao revigorar uma visão de mundo medieval, a Santa Sé procurava no recurso à tradição as respostas para os problemas mais candentes da época, em terreno considerado seguro, por se ancorar no Antigo Regime, alheio às heresias da Reforma Protestante e às ideias venenosas do racionalismo, do liberalismo e do materialismo. Em suma, a necessidade de uma “filosofia sã e robusta”, que servisse à fé sem ofensa à ciência humana era atendida com a descoberta de S. Tomás⁴².

Uma das respostas que a filosofia de Aquino proporcionou à alta cúpula católica foi em relação à sua busca pelo princípio de harmonia social, com base na ordem hierárquica estabelecida por Deus, a Igreja tentava explicar agora a propriedade privada, dado os avanços da industrialização e a relação entre patrões e operários. Um dos documentos pontifícios mais importantes é a *Rerum Novarum*, de 1891, que tratou mais a fundo sobre a condição dos operários, movimentando, principalmente na segunda metade do século XX, as diversas paróquias a organizarem medidas que bloqueassem o avanço das ideias soviéticas. Preocupado com as greves e movimentos violentos entre patrões e operários, Leão XIII tentou ressoar naquele período os benefícios da organização social medieval.

⁴⁰ Ibid., p. 5.

⁴¹ Romano afirma que a volta do tomismo como filosofia oficial da Igreja, respectivo ao cerco secularizante que a sufocava, demonstra “como a Igreja buscou em si, em seu próprio ser, representado como o máximo de universalidade possível, as raízes de seu renascimento.” ROMANO, 1979, p. 112.

⁴² MALATIAN, 1988, p. 150.

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção, os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada⁴³.

Apesar de a Igreja reconhecer uma nova divisão social, seu saudosismo acerca das corporações medievais permaneceu. No entanto, aquele novo sistema binário de conflitos e também de organização encontraria culpa, segundo o documento, no próprio socialismo, por ter criado o “ódio invejoso” contra aqueles que possuem um número maior de bens.

A afirmação de que os bens de alguns não deveriam ser de todos, evidencia como foi debatida a questão da propriedade privada.⁴⁴ Entendida como um direito natural e de patrimônio individual, a propriedade era concedida por Deus não para que todos a governassem de forma confusa, mas sim de maneira particular, sem a intervenção do poder civil. Vista ainda como o santuário da família, não poderia sofrer por parte dos mais pobres a cobiça, conforme estabeleciam os mandamentos.

Como remédio a esse sentimento considerado invejoso, a Igreja pontuou que “o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível”, sem deixar de levar em conta que foi a natureza que “estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade de condições⁴⁵”, tornando-se de bom proveito, porque na vida social deveria haver um organismo variado e funções muito diversas movidas por essas diferenças de condições.

O trabalho, assim como o sofrimento humano, é considerado consequência do pecado original, do qual não há como fugir, revelando a força da Igreja como a única que poderia expurgar os conflitos e suavizar as dores, auxiliando na melhora da situação das classes mais pobres, principalmente pela virtude da caridade. As mazelas não poderiam ser descontadas com ações violentas que provocavam desordens (como as greves, por exemplo), mas o zelo pela harmonia entre esses novos sujeitos é que derrubaria o ódio entre as classes, conservando um perfeito equilíbrio, constituindo novamente o equilíbrio

⁴³ _____ Documentos Pontifícios – Leão XIII – Sobre a condição dos operários (*Rerum Novarum*), 2º Ed, Tora Vozes LTDA, Petrópolis (RJ), 1947, p. 4.

⁴⁴ “{...} a Igreja está longe de considerar a luta para dissolvê-las (como poderia ocorrer na radicalização da ideia burguesa de igualdade), mas visa reproduzir as desigualdades conforme a ordem harmoniosa e hierárquica do social, determinada pelos limites da lei natureza.” ROMANO, 1979, p. 58.

⁴⁵ LEÃO XIII, 1947, p. 13.

social. A Igreja se propôs naquele momento como conciliadora entre as classes, segundo os preceitos de Cristo na chamada união fraternal.

O Papa Leão XIII estabeleceu, ainda, outras condutas que auxiliariam todos a alcançar o fim último e a justiça, como uma rede de obrigações às quais patrões e operários precisariam se adequar. Para os operários, a fidelidade ao trabalho, sem lesionar qualquer bem de seu patrão, resistindo às sedições modernas e visando construir seu próprio patrimônio; aos patrões ficaria estabelecido não escravizar seus operários e zelar pelas virtudes morais e religiosas dos mesmos, dando a cada um o salário que lhe convém para sanar suas necessidades.

Se a sociedade humana deve ser curada, não o será senão pelo regresso à vida e às instituições do cristianismo {...}. Porque a perfeição de toda sociedade consiste em prosseguir e atingir o fim para o qual foi fundada {...}. Por isso, afastar-se do fim é caminhar para a morte, e voltar a ele é readquirir a vida⁴⁶.

Retornar ao anseio pelas virtudes cristãs preocupando-se pela dignidade das ações humanas é o que uniria os mortais em comum acordo, guiando-os para o caminho da eterna felicidade. Haveria, no entanto, outro instrumento institucional que deveria zelar pelos ensinamentos divinos de acordo com os princípios da razão: o Estado. Como explicitado mais acima, o Neotomismo também se estendeu a estabelecer medidas de comportamento da instituição do poder civil, e nesse documento essa questão fica mais clara. No tópico III intitulado *A questão social e o Estado*, a Igreja definiu o que faria com que uma nação progredisse, elencando que os preceitos mais importantes seriam os costumes puros fundados na prática da religião e o Estado conservando a ordem geral servindo aos interesses de todos.

O Estado, pois, só adquire efetividade em si e para si, passando pela mediação do direito natural, realizando, no nível mais geral da sociedade, os fins dados pela justiça e pelo Bem Comum. Também a propriedade privada, para não ser posta exclusivamente como atributo do indivíduo, conforme o conceito revolucionário burguês, e para ser passível de legitimação, deve ser recolhida no interior do direito natural, o único elemento que da plena dignidade e anterioridade à pessoa diante do legislador e da sociedade⁴⁷.

O Estado remediaria as desordens, reprimindo quaisquer tipos de “agitadores” -, protegendo, assim, os bens legítimos de seus patrões. Quando fossem estabelecidas leis, todos deveriam se submeter a elas, principalmente se fosse conforme a correta razão e a

⁴⁶ LEÃO XIII, p. 21.

⁴⁷ ROMANO, 1979, p. 53.

lei eterna de Deus. Uma alternativa viável para sanar os conflitos seriam as corporações medievais, que zelariam pelo bem comum, protegendo os operários tanto de explorações, como do socialismo, na medida em que “a sorte da classe operária será resolvida pela razão, unidos em sociedade e obedecendo a uma direção prudente⁴⁸”.

Como se pode perceber, este documento fortaleceu o Neotomismo dentro da Igreja, de acordo com as inquietações da época e auxiliou medidas mais efetivas de reação católica na política e na organização da sociedade. Quando trouxe novamente à tona a forma da ordem natural hierárquica dos homens, a preocupação do Papa veio acompanhada não apenas de estabelecer uma doutrina mais efetiva, mas sim de sobreviver aos impasses que o mundo moderno colocava. Explorar a importância de se respeitar esses princípios era uma forma também de se encaixar nesse novo meio social, para que o papel da autoridade da Igreja fosse concretizado sobre os homens, aliada ao Estado e aos governantes, sendo possível o retorno das condutas morais cristãs que tanto permeou a sociedade medieval. As corporações medievais controlariam as classes operárias, tendo a Igreja como seu intermediário ideológico, facilitando engendrar a noção de desigualdade natural, protegendo, também, a propriedade privada. A preocupação da Santa Sé não se limitava a moções no âmbito político ou econômico, mas por essas transformações percorrerem as consciências humanas, principalmente por refletirem novos protagonistas na produção de uma nova Era e de um homem novo. Os movimentos do século XVIII e XIX, Iluminismo, Liberalismo, Positivismo e Materialismo, por exemplo. Daí a necessidade de esboçar a defesa da filosofia tomista que se chocava com essas novas definições. A isso se junta novos meios de sociabilidade, bem como a de se pensar os grupos sociais, desgarrando-se de vínculos antigos e prendendo-se a novas estruturas de organização social.

{...} Reducir estas revoluciones a una serie de cambios institucionales, sociales o económicos deja de lado el rasgo más evidente de aquella época: la consciencia que tienen los actores, y que todas las fuentes reflejan, de abordar una nueva era, de estar fundando un hombre nuevo, una nueva sociedad y una nueva política. Ese hombre nuevo es un hombre individual, desgajado de los vínculos de la antigua sociedad estamental y corporativa; la nueva sociedad, una sociedad contractual, surgida de un nuevo pacto social; la nueva política, la expresión de un nuevo soberano, el Pueblo, a través de la competición de los que buscan encarnarlo o representarlo⁴⁹.

⁴⁸ Ibid., p. 41.

⁴⁹ GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. México, D.F.: Editorial Mafre/Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 13.

A ligação entre esses novos sujeitos encontra força partindo, também, de uma ótica cultural, ou seja, são movidos por um mesmo código cultural que gerou uma relação mecânica de forças. Essa visão sobre a Modernidade⁵⁰ entrelaça o cultural e político na abertura de um movimento que culmina na desintegração do Antigo Regime e na criação de Estados soberanos. A modernidade configura a invenção do indivíduo, que, aos poucos, vai constituindo novos valores, instituições e imaginário.

O imaginário social e político, fundado a partir do indivíduo, deixa para trás vínculos sociais antigos de proximidade, fortalecidos por tradições e costumes, para relações estreitas e mais particulares entre direitos e deveres, com leis próprias que vão delineando a relação do Homem com o Estado. Isso colocou em cena a reformulação do sistema de autoridades, não mais arquitetadas pela vontade divina, mas pela competição entre os homens, pois a soberania recai sobre o povo. As sociabilidades vão fundando-se por práticas cada vez mais sectárias e mais conectadas pelo progresso das Luzes, fixando uma atitude mais crítica e ativa no cotidiano social.

Isso não implica apenas sobre um Poder instituído, mas abrange a própria Igreja que se sentia cada vez mais ameaçada por essas novas concepções de mundo. A Igreja entendia-se como sofredora das mais ferrenhas perseguições geradas por um plano maligno de dismantelamento das sociedades cristãs. Seu principal inimigo era a sociedade moderna em todas as suas conjunturas, que distorciam a história humana de salvação para um futuro incerto⁵¹, inspiradas pelo laicismo e anticlericalismo. O Liberalismo carregaria o peso de ser o fio condutor das inquietações sofridas pela Igreja, cujo objetivo seria constituir uma sociedade sem fé, movida apenas pela liberdade de consciência e de culto.

O movimento liberal no século XIX trouxe consigo uma ampla relação com a liberdade do indivíduo, rejeitando todo o poder absoluto na filosofia política, propondo novas fórmulas institucionais e olhando com desconfiança a tudo o que sufocasse a autonomia humana⁵². O liberalismo é anticlerical, de forma a abrandar a Igreja ao crivo das consciências, conduzindo “ao máximo a separação entre o mundo da consciência

⁵⁰ Guerra aponta a novidade da soberania do povo, com a escrita de Constituições, atas fundadoras de sociedades que se referem como inéditas e novas formas de representação política. Ibid., p. 86.

⁵¹ ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. 2011. 278 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103109>>. Acesso 6 fev. 2023.

⁵² REMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. Tradução Frederico Pessoa de Barros. I Ed. – Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

individual e a materialidade do mundo social: reside aí o cerne da luta ideológica entre ele e o catolicismo⁵³”.

A crítica ao Liberalismo alastrava-se pela teoria da vontade popular para a escolha de um governante, em detrimento da monarquia de direito divino, pois ser a favor do liberalismo, implicaria a Igreja em admitir-se excluída da organização da sociedade. Também, pelos exageros do capitalismo, ao causar problemas aos operários pela intensificação da industrialização, ocasionando na maior adesão ao socialismo, seu outro inimigo. Portanto, em seu entendimento, a concepção de licença para agir e pensar, o Liberalismo dava início ao processo de expulsão da Igreja de seus espaços e o socialismo concretizaria isso, no momento em que as civilizações se libertassem da máxima católica, refletindo de imediato na autoridade da Igreja, pela vitória da ciência e do racionalismo em detrimento da revelação⁵⁴.

Uma visão interessante sobre este fato é o estudo filosófico e jurídico do padre José Scampini, do qual analisou a relação entre a Igreja e o Estado no Brasil, desde o Decreto 119-A (7 jan. 1890). Com foco em explicitar as ações do liberalismo religioso, sua crítica se estende à teoria do liberalismo, caracterizando-o pela procura da liberdade pela liberdade, sem um fim último. A seu ver, o liberalismo é “um sistema intelectual, político, econômico e religioso que sustenta a completa dependência da liberdade humana e nega toda regra objetiva extrínseca e toda autoridade superior ao homem. ” A razão individual é afirmada contrária à verdade absoluta da Igreja, negando “a existência de uma religião objetiva, transcendente ou de uma Revelação⁵⁵”, tirando-a de sua relação com o poder, relegando-a ao espaço de um mero assunto privado da consciência individual.

As teorias racionalistas restringiram sua evolução ao espaço temporal terreno, indo de encontro à sua própria doutrina, criando um duplo sentido ao que se entendia, até então, por escatologia, associada, na tradição cristã “à consumação da história no Juízo final, enquanto na tradição laica, à constituição da sociedade perfeita, ao menos o tanto

⁵³ ROMANO, 1979, p. 128.

⁵⁴ Os principais acontecimentos, desde o Renascimento, não eram vistos pela Igreja de maneira particular, mas de que um fato ocasionou e ocasionaria o outro. Desta feita, a sequência dos acontecimentos do mundo moderno, Renascimento, Reforma Protestante, Racionalismo, Revolução francesa, Liberalismo e Socialismo, culminaria no desaparecimento da Igreja. Salvo as especificidades de cada um, seus projetos de sociedade apenas enfatizariam a marginalização do dogma católico, justificando muito de seu embate a esses movimentos.

⁵⁵ SCAMPINI, José. A liberdade religiosa nas Constituições brasileiras (Estudo filosófico-jurídico comparado) – Segunda Parte: A liberdade religiosa na República. **Revista de Informação Legislativa**, v.11, n.42, p.369-430, abr./jun.1974, p. 382.

quanto se pode falar em humanamente possível”. O progresso humano estava caminhando para a renovação da visão sobre as ações humanas, livrando-as de um pensamento meramente religioso para um mais racionalizado. Essa desconfiança da evolução e progresso iniciava-se pela noção de que as comodidades da vida moderna (acumulação de capital, facilidades com o avanço da ciência), seria a abertura da perdição humana.

Um marco desse período é a Carta Encíclica escrita por Pio IX (1864), intitulada *Syllabus*, anexo da Encíclica *Quanta Cura*. Nela, o Papa condena o naturalismo, por ensinar a sociedade a governar a si mesma, sem a religião. Ele professa críticas ao socialismo e condena toda a exclusão de Deus do poder civil. Denuncia o envenenamento dos fiéis por parte de folhetos e periódicos, ampliando o acesso a essas “falsas doutrinas”.⁵⁶.

O Pontífice enuncia quais eram os erros da sociedade de então, entre eles os ideais liberais e socialistas. Sua denúncia estendia-se à perda da influência católica nos sistemas educacionais, excluindo a religião católica da união com o Estado. A denúncia ao protestantismo ganhou mais corpo, ao dizer não ser possível agradar a Deus da mesma maneira que faria a Igreja Católica. O documento, portanto, sintetiza a maioria das questões que foram explicitadas até agora, seja do ilimitado poder que o Estado estava adquirindo e a perda de poder dos príncipes.

A Santa Sé produziu diversas Cartas Encíclicas condenando a ação do laicismo na sociedade e reivindicando seu espaço de atuação. Refletia-se sobre os benefícios da junção entre Estado e Igreja e condenava a liberdade de consciência que instalava na mente humana a novidade, que nada em proveito teria para a fé católica; colocou em cena um novo agente de defesa: os próprios fiéis, com a missão de protegê-la contra a razão questionadora dos valores, ensinamentos e mistérios da fé.

O conflito entre a Cúria Romana e o socialismo constituiu grande parte das reivindicações católicas, tentando extirpar esse mal social das camadas operárias. Desde 1849 na Encíclica *Notis et nobiscum*, do Papa Gregório XVI, o socialismo é criticado e descrito como uma seita que visava manter os trabalhadores em constante agitação por meio de discursos sedutores e mentirosos, prometendo um futuro mais feliz no mundo terreno, comprometendo a autoridade concedida à madre Igreja. A Santa Sé questionava-se sobre como racionalizar regimentos morais a partir do surgimento destas filosofias que não apenas modificavam o sentido de razão humana, mas que explicavam o mundo a partir de outra moral.

⁵⁶ HOYOS, 1958, p.157.

Dado esse cenário, a Igreja procurou restabelecer sua autoridade e valor dentro da unidade social de cada sociedade, concebendo um projeto de expansão doutrinal a partir de uma nova autocompreensão: a Ultramontana. Visando fortificar seu papel na salvação dos homens e mapear ações que garantissem sua sobrevivência, passou a combater a ideologia liberal, prevenindo-se contra os socialistas e incorporando vanguardas intelectuais para delinear discursos políticos e religiosos contra as elites secularizantes⁵⁷. Pensou-se em uma maneira de sobreviver em meio a esse ambiente hostil à prática religiosa. A Igreja buscou formas de agir que remediasssem o sobressalto que a laicidade política e social exercia sobre a vida humana.

1.1 O que foi o Ultramontanismo e quais suas estratégias de ação.

Pierre Bourdieu, refletindo a gênese e a estrutura do campo religioso, proporciona algumas reflexões interessantes no que concerne as estratégias religiosas, ainda mais pela nova configuração social determinada pela industrialização e urbanização. Ele estrutura suas acepções partindo de três noções de linguagem do campo religioso: em Durkheim, Marx e Weber.

Weber discutiu como a urbanização contribuiu para a “racionalização e para a moralização da religião, apenas na medida em que a religião favorece o desenvolvimento de um corpo de especialistas incumbidos da gestão dos bens de salvação⁵⁸.” É a partir daí que um organismo sacerdotal mais racionalizado e hierárquico, acompanha a nova autocompreensão que a Igreja faz.

O direcionamento da visão religiosa vai em busca de um campo relativamente autônomo, superando a imagem de um “Deus primitivo, arbitrário e imprevisível, ao Deus justo e bom, guardião e protetor da ordem da natureza e da sociedade⁵⁹”. A preocupação católica é de tomar para si o monopólio dos bens de salvação e criar mecanismos que dessem vazão a isso, através de ações que a restabelecessem no mundo como a única ligação entre o plano terreno e o plano divino.

A essas estratégias aplica-se a necessidade de um *domínio erudito*, para prescrever normas, incumbidos de sistematizarem a reprodução do capital religioso “por uma ação

⁵⁷ ROMANO, 1979, p. 12.

⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.35.

⁵⁹ Ibid., p. 37.

pedagógica expressa⁶⁰”. Weber profere a religião como produto de grupos bem definidos, como forma de dominação envolta em um poder estereotipado.

A Igreja Católica é caracterizada por Weber como um forte poder estereotipador, essencial na cultura do Ocidente; isto é possível pela racionalização jurídica de seu domínio, em continuidade idealizada com o Direito Romano, pela sua burocratização autônoma, que culmina numa suprema autoridade monocrática e pela presença de uma autoridade dogmática que ordena suas representações teológicas⁶¹.

Romano delimita algumas de suas acepções ao espectro analítico de Weber, partindo da necessidade da Igreja católica de preservar a ordem social⁶² estabelecida para cumprir seu projeto centralizador. Essa “forma estereotipada” do catolicismo é justificada pela constatação de a vivência religiosa ter como parâmetro a visão de uma sociedade arcaica, dentro da sociedade capitalista. A Igreja vai buscar respostas em seu próprio interior recuperando uma visão de mundo medieval em detrimento do princípio secular.

Desta feita, os sistemas de práticas e crenças religiosas, dado um determinado tempo histórico, pode afastar-se daquilo que Bourdieu chama de “conteúdo original da mensagem” e reestruturar novas relações de “produção, de reprodução, de circulação e de apropriação da mensagem” visto que os dogmas cristãos dependem “das condições sociais características dos diferentes grupos ou classes, ao ponto em que devem adaptar-se a essas condições”, devendo a elas sua sobrevivência, bem como à sua capacidade de transformação “à medida que se modificam as funções que cumprem em favor dos grupos sucessivos que as adotam.”⁶³

No entanto, para não cair em contradição, mesmo pelo anseio de Bourdieu em relatar a Igreja como legitimadora do poder de uma classe dominante, Romano deixa claras algumas noções importantes nesse momento. O catolicismo necessitava fazer parte

⁶⁰ Ibid., p. 40. Bourdieu fala de dois conceitos referentes à distribuição do capital religioso: o domínio prático e o domínio erudito. O autor cita também o papel das ideologias religiosas (teologia) como produto dessa síntese de normas que justificam as funções internas religiosas, como a atuação dos agentes religiosos, e as funções externas (a constituição dos Estados, os antagonismos de classe) propiciando as chamadas razões de existência das grandes religiões que pretende universal.

⁶¹ ROMANO, 1979, p. 66.

⁶² Para sua autopreservação “é-lhe imprescindível a estabilidade da ordem social. Sem esta garantia, é impossível reproduzir sua tradição e, portanto, a própria Igreja na sua essência.” ROMANO, 1979, p.74.

⁶³ BOURDIEU, 2007, p. 52.

da manutenção da ordem e da estabilidade social⁶⁴, Tratava-se de sua sobrevivência no mundo moderno⁶⁵.

O que sustenta as ideias de Bourdieu neste trabalho, parte da premissa católica de refletir os meios necessários à perpetuação de seu capital religioso, garantindo sua conservação por um “meio burocrático” que fosse capaz de “assegurar sua própria reprodução ao reproduzir os produtores de bens de salvação e serviços religiosos, a saber, o corpo de sacerdotes, e o mercado oferecido a estes bens, a saber, os leigos”, para estarem a serviço desse novo projeto da Cúria romana, legitimando-a. O projeto católico contrário a essa modernidade era de relevância ao papel da moral e do espiritual que deveria levar todos a:

1) aceitarem e praticarem os preceitos e o ritualismo católico em sua forma romanizada; 2) repelirem o conjunto teórico e filosófico racionalista do mundo moderno; 3) aceitarem o tomismo como única filosofia válida para a humanidade; 4) recusarem o mundo capitalista e recuperarem a feudalidade como paradigma social.⁶⁶

O Ultramontanismo parte da procura de proteção da Igreja Instituição frente aos problemas da modernidade. Muitas são suas características, mas se empreenderá um esforço para relacioná-las e deixar claro quais foram suas estratégias. Para Ivan Manoel, a expressão “Ultramontanismo” compreende o pontificado de Pio VII (1800-1823), de política mais conservadora e restauradora. A hierarquia católica preocupou-se com medidas que não se centrassem apenas ao campo devocional, mas em educar os seus fiéis “ao direito e o dever de intervirem no social e no político para garantirem que as estruturas sociais sejam transformadas em conformidade com a doutrina católica⁶⁷”.

A palavra Ultramontanismo deriva do latim, *ultra montes*, que significa “para além dos montes”, isto é, dos Alpes. A verdadeira origem do termo se encontra na linguagem eclesiástica medieval, que denominava de ultramontano todos os papas não italianos que eram eleitos. A palavra foi novamente empregada depois da reforma protestante, entre os governos e os povos do norte europeu, onde se desenvolveu uma tendência a considerar o papado como uma potência estrangeira. {...} O termo Ultramontanismo também foi utilizado na França para identificar os defensores da autoridade pontifícia em contraposição às “liberdades da Igreja galicana⁶⁸”.

⁶⁴ O autor também deixa claro que por mais que a Igreja contribua “para a conservação da ordem política ao contribuir para a conservação da ordem religiosa, não elimina as tensões e os conflitos entre poder político e poder religioso.”. As duas instituições, nesse caso, poderiam entrar em conflito. *Ibid.*, p. 71

⁶⁵ ROMANO, op. cit. p. 74.

⁶⁶ MANOEL, 2004.

⁶⁷ SANTIROCCI, 2010, p. 17.

⁶⁸ *Ibid.*, p.27.

No século XVII, o termo estava associado aos que defendiam a soberania do Papa mesmo ante os reis⁶⁹, mostrando as diversas metamorfoses que assumiu ao longo dos séculos. A partir do século XIX “ser ultramontano é ser ortodoxo, é pautar-se nos ditames doutrinários propugnados pelas bulas romanas, independentemente das correntes de pensamento locais⁷⁰”.

Nesse momento, o centralismo institucional em Roma, a recusa à modernidade e a criação de medidas que garantissem sua sobrevivência na ordem capitalista foram se delineando. Baseando-se no Concílio de Trento (1545-1563) e no Concílio Vaticano I (1869-1870), o campo devocional católico ganhava uma nova estrutura, comprometida com seu fortalecimento. Leão XIII é considerado o Papa que consolidou esse projeto.⁷¹ Ele ampliou medidas de atuação da Igreja nas demais localidades. O Vaticano desejava fazer-se valer das coisas públicas e domésticas porque é onde sua doutrina estaria fundamentada.

O desejo de centralização romana foi logo determinado pela reafirmação da autoridade papal, submetendo o poder da Igreja à sua persona e de combate aos perigos que a assolavam— como o Galicanismo⁷², e o regalismo, por exemplo, abrangendo o protestantismo ao conquistar espaços cada vez maiores. A infalibilidade papal foi o tema principal do Concílio Vaticano I, iniciando, de maneira mais concreta, a afirmação de autoridade da Cúria romana em relação a toda a Igreja. A partir da figura central no pontífice, o plano disciplinador e hierárquico de resgate à autoridade da Igreja adquiria nova roupagem⁷³.

O Papa, representante primeiro de Deus na Terra, sucessor de Pedro Apóstolo, deveria ser reconhecido como a única voz apostólica a estabelecer ordens e acabar com os erros da sociedade e ditar uma doutrina a ser seguida por todo o corpo cristão. Figura central que delegaria às demais camadas da hierarquia os modos de agir, apesar de o projeto Ultramontano assumir características e estratégias próprias em distintos países. O

⁶⁹ Ultramontano também era utilizado de forma difamatória, pois sugeria a falta de apego à própria nação. Ibid., p. 24.

⁷⁰ CIARALLO, Gilson. O tema da liberdade religiosa na política brasileira do século XIX: uma via para a compreensão da secularização da esfera política. **Rev. Sociologia. Política**, vol.19, n.38, 2011, p. 88.

⁷¹ OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 40, dez, 2010, p. 46.

⁷² Galicanismo está relacionada à antiga Gália (França); a aversão da Cúria romana ao Galicanismo era de seu questionamento a autoridade papal ao sugerir que os príncipes não se sujeitassem ao poder eclesiástico, não podendo, inclusive, ser depostos pela Igreja. OLIVEIRA, 2010.

⁷³ ROMANO, 1979., p. 79.

Sumo Pontífice despontava como a fonte eclesiástica mais importante no cenário católico, permitindo que todo seu aparelho eclesial e burocrático fosse repaginado, eliminando “interpretações heterodoxas que nasciam das ingerências estatais e políticas, para definir sua identidade e universalidade perante o mundo moderno⁷⁴”.

Santirocchi, um dos nomes atuais mais relevantes dos estudos ultramontanos do século XIX e XX no Brasil, destaca algumas características que são inerentes ao Ultramontanismo. Empreendeu-se uma reforma clerical por meio da ampliação dos seminários; a uniformização desse mesmo clero, que, concebidos dentro do espectro ultramontano, pudessem redefinir o caminho da Igreja em dioceses longe da Europa⁷⁵.

Em 1854 é criado por Pio IX o Colégio Pio Latino americano encarregado de formar autoridades eclesiásticas sob a base ultramontana. Aliás, um dos cardeais mais importantes na restauração católica no Brasil formou-se nesse colégio, o Cardeal Sebastião Leme, que repercutiu diversas ações em prol da restauração de autoridade da Igreja. Essas estruturas materiais permitiriam maior uniformização clerical, e fazia parte da política de restauração interna e renovação dos encarregados a movimentar o discurso romano.

Ao uniformizar o clero, conseqüentemente as fileiras de seus fiéis também se uniformizariam, direcionando-os ao auxílio do fortalecimento administrativo da Igreja e de popularizar o catolicismo tridentino. Isso marcou a intervenção de Roma nas minúcias da fé popular, voltando o olhar à Roma para que seus fiéis se submetessem, em um plano moralizador à hierarquia romana. Constituíram-se, portanto, estratégias dinâmicas que fortificassem não só o olhar em torno do pontífice, mas da hierarquia do corpo eclesiástico, refletindo um controle sobre seus fiéis na manutenção da força burocrática católica⁷⁶.

Nesse sentido, para Wernet, o catolicismo sofria uma transição, no século XIX, de um catolicismo descentralizado, para um catolicismo reformado, romanizado e europeizado. Essa nova estética da Igreja era marcada pela mudança filosófica e política

⁷⁴ SANTIROCCHI, 2010, p. 28.

⁷⁵ Com o reforço da autoridade eclesiástica, as dioceses passaram a serem compreendidas como entidades imbuídas de soberania em meio ao povo, organizando a fileira de seus fiéis ao projeto centralizador. Para uma visão mais detalhada da estrutura do corpo burocrático e administrativo do Vaticano, a partir da infalibilidade. ROSA, 2011, p.78.

⁷⁶ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Daí a César o que é de César e ao papa o que é do papa – A reforma ultramontana no segundo reinado. I Seminário Internacional Brasil no século XIX. 2015, p. 13.

da Santa Sé, priorizando um *conservadorismo teológico*, de modo a ditar às igrejas locais um caminho de atuação em consonância com a Cúria romana⁷⁷.

Tal esforço de sintonia organizacional e doutrinária se manifestou de inúmeras maneiras, desde a firme disposição de implantar o estilo de mando episcopal europeizado, passando pela adoção das pastorais como instrumentos por excelência da difusão das palavras de ordem eclesiais, pela realização de visitas pastorais regulares, pela convocação de sínodos e retiros anuais para o clero, pelo cumprimento da exigência canônica de viagens periódicas (a cada cinco anos) a Roma para prestação de contas, até a imposição de novos padrões litúrgicos às diversas solenidades de culto e de uma divisão do trabalho diocesano ajustada a esse conjunto de mudanças⁷⁸.

Miceli anexa a essas características o papel que as ordens religiosas exerceram nesse cenário. A necessidade em fortificar sua estrutura interna e externa, os incentivos à ida de ordens religiosas às terras do Além-Mar, principalmente entre os pontificados de Pio IX (1848-1878) e de Leão XIII (1878-1903), tornaram-se muito significativas. O Vaticano revigorou o trabalho missionário, incentivando “a nacionalização do clero e da alta hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais que continuavam pesadamente sujeitos aos interesses comerciais e políticos europeus⁷⁹”.

Dentro desse projeto hegemônico da Santa Sé “a Igreja procurava expandir a ordem católica pela ação missionária e romanização do clero nos diversos países”, revelando uma política sustentada naquele sentimento de perda da influência na ordenação das sociedades, agora estruturadas pelo espectro ideário liberal. A recuperação desse controle efetivo seria possível apenas em um “projeto de hegemonia da Igreja na sociedade civil”.⁸⁰

O Papa Leão XIII discutiu em uma de suas encíclicas o fundamento da ordem civil e da autoridade dos que governavam, priorizando a religião não como mera apoiadora da ordem estabelecida, mas como seu fundamento. Na Encíclica *Diutunum Illud*, de 1881, é discutida a predisposição da Igreja em conduzir as “coisas públicas”. Apenas em Cristo todos poderiam cumprir seus deveres, obedecendo ao poder instituído (lembra-se da

⁷⁷ WERNET, Augustin. Crise e definimento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX. *Revista Inst. Esta. Bras.*, SP, 42: 115-131, 1997.

⁷⁸ BARROS, Sérgio Miceli P. de. A gestão diocesana na República Velha. *Revista Religião e sociedade*. 12 jan. 1985, p. 10. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/revistas/no-12-01> Acesso 6 fev. 2023.

⁷⁹ MICELI, Sergio. *A elite eclesial brasileira: 1890-1930*. 1985, p. 34. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1576516>. Acesso em: 23 jan. 2023.

⁷⁹ MALATIAN, 1988, p. 27.

⁸⁰ Ibid., p. 27.

ordem da desigualdade natural), levando em consideração que toda a autoridade vem do céu, a ponto de que rebelar-se contra ela, é rebelar-se contra o próprio Deus. Negar a Deus seu domínio é um abuso da liberdade implantada pelo liberalismo, servindo de justificativa para as desordens. Toda a negação da autoridade da Igreja geraria, como continua a encíclica, a liberdade de culto, deixando de lado a verdadeira religião e instaurando o “mal” na harmonia social.⁸¹

É no pontificado de Leão XIII, entre fins do século XIX e começo do XX, que a proposta ultramontana exerceu maior influência nas sociedades⁸². À medida que aumentava a ala de seus inimigos, o discurso Ultramontano se redefinia, contrariando, de forma mais ferrenha, os anarquistas, socialistas e comunistas, assim como as novas práticas religiosas que cada vez mais ganhavam novos adeptos, como o espiritismo e protestantismo, estendendo-se, também, numa profunda crítica à maçonaria. O projeto Ultramontano é renovado com a adesão de intelectuais católicos que refletiram sobre a importância de recristianizar as sociedades.

As ideias sustentadas por esses intelectuais e pela própria Doutrina Social da Igreja visavam fortalecer o princípio de soberania e submissão, condenar as desordens e reforçar a tradição católica na cultura das sociedades, difundindo a fé no restabelecimento das suas instituições e nos atos missionários. Era preciso aumentar o número de pastores, norteados pelo projeto centralizador, para resgatar os fiéis das amarras de seus inimigos.

Entre eles destacamos Luís de Bonald, Joseph de Maistre e Donoso Cortés. Esse último traz algumas noções que é válido explicitar. Cortés elaborou esforços em uma teoria de Estado autoritário compromissado com a doutrina católica, a fim de extirpar o liberalismo e adequar a hierarquia eclesiástica a um modelo de força. Segundo Bueno, o político deveria injetar na sociedade o desejo pela remissão, por meio de instituições autoritárias⁸³.

O laicismo que permeava o liberalismo era visto por Donoso como um acérrimo inimigo, pois radicalmente benévola e virtuosa era avaliada a instituição monárquica por sua melhor adequação à estrutura e hierarquia do catolicismo. {...} A monarquia representava, assim, nada menos do que a acertada e justa base normativa da sociedade que, por certo, apresentava-se

⁸¹ HOYOS, 1958, p. 268-371.

⁸² GRECO, Angelo Antonio. **O ensino religioso nas escolas públicas paulistas (1930-1945)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 11. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31072017-153815/>. Acesso em: 1 set. 2022.

⁸³ BUENO, Roberto. Carl Schmitt, leitor de Donoso Cortés: ditadura e exceção em chave teológico-medieval. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.105, jul. /dez., 2012.

visceralmente comprometida com o conceito de civilização católica de Donoso⁸⁴.

Eficaz, para Cortés, era a centralização de poderes, visto que se evitaria uma série de desordens sociais. Bueno o define a partir de uma visão hobbesiana, designando que a instabilidade da esfera política se concretizaria pelo controle total do homem, sendo válido qualquer meio para isso, até mesmo a violência. O mundo deveria ser purificado por uma perspectiva teológico-política, aceitando, sem ressalvas, os princípios da Igreja Católica, na medida em que “o catolicismo pode incrementar as condições da existência humana, e essa é, por certo, uma das razões que explicam o interesse de Donoso em exaltar a teologia do catolicismo⁸⁵”.

Era preciso controlar esse mundo, tido como profano e voltado a um progresso ilimitado, para evitar o otimismo antropocêntrico da filosofia burguesa, redirecionando o olhar para a tradição e cultura católica. O peso que a Tradição ganha no projeto ultramontano serviu como legitimação de muitas estratégias e estreitaram mais o pensamento intelectual católico⁸⁶, no Brasil.

A Igreja fechou-se em si mesma e procurou dentro de suas próprias estruturas/tradições, as respostas de embate contra o mundo moderno. O Ultramontanismo assumiu o caráter de uma igreja *anacrônica*, que voltou seu olhar para o passado, dinamizando suas tradições para anexá-las àquele cenário. Isso revela o poder da Igreja em elevar seu poder, encontrando nela mesma a base que garantiria sua autopreservação⁸⁷. Para isso, era necessária certa estabilidade social, porque sem ela a reprodução de seus dogmas estaria comprometida.

{...} no caso do Ultramontanismo o reforço autoritário do poder curial correspondeu às duas direções. No cimo, a ação dos bispos e dos altos funcionários eclesiásticos: em ‘baixo’, o trabalho intenso de propagandistas reconhecidos por massas imensas de católicos, procurando restaurar o poder da Igreja, apelando para o aval legitimador do Povo e da Tradição⁸⁸.

A Igreja católica se considerava como a única que poderia tanto introduzir a verdadeira civilização nas sociedades, como ordenar a vida civil, dado que sua tradição

⁸⁴ Ibid., p. 468.

⁸⁵ Ibid., p. 479.

⁸⁶ Para endossar esse debate, Robson Filho pontua que a Igreja estava com medo de ser excluída do futuro que a Modernidade pregava e voltar-se ao período medieval, poderia tanto ser para encontrar respostas aos percalços por ela enfrentados, como também uma alternativa à sociedade moderna. FILHO, 2018.

⁸⁷ ROMANO 1979, p. 245

⁸⁸ Ibid., p. 85.

havia penetrado fortemente na cultura humana a ponto que a civilização do mundo seria a civilização cristã⁸⁹. O Papa Pio X, em seu pontificado (1903-1914), reafirmou a importância das ações leigas nesse contexto e incluiu no projeto centralizador o aperfeiçoamento de metas que cada fiel deveria cumprir. Dentre elas, a de introduzir Cristo novamente nas famílias (na luta contra o casamento civil e divórcio) e ao corpo eclesiástico tomar para si o interesse dos trabalhadores, principalmente agrícolas, levando-os ao verdadeiro dogma, como forma de distanciar-los do socialismo e também de suavizar os jugos de sua situação econômica.

Era necessário que o laicato se organizasse como um “exército forte”, insuflado de costumes e virtudes católicas, dominando o progresso dos estudos sociais e econômicos, e, conseqüentemente, o funcionamento burocrático do Estado. A esse respeito, a Igreja sugeriu no projeto um novo esquema de ação: a democracia cristã ou o fortalecimento das práticas assistencialistas, olhando para os mais pobres e dando-lhes conforto em qualquer situação de miséria. Isso se firmaria com o auxílio dos que tivessem melhores condições, corroborando, portanto, para que se instituísse a harmonia entre as classes:

{...} a Igreja está longe de considerar a luta para dissolvê-las (como poderia ocorrer na radicalização da ideia burguesa de igualdade), mas visa reproduzir as desigualdades conforme a ordem harmoniosa e hierárquica do social, determinada pelos limites da lei natureza. As ideias de propriedade, de liberdade e responsabilidade são estratégias para a manutenção do equilíbrio social, compreendido segundo um projeto particular de ordenamento que não se confunde com as esperanças burguesas de progresso, nem com as escatologias socializantes⁹⁰.

A ordem social era o terreno para que suas ações fossem proveitosas e eficazes, buscando meios de atrair os abastados e miseráveis, acolhendo-os para que os princípios progressistas e racionais, do qual tanto é contrária, não conseguisse sustento entre eles. As ações sociais, nesse momento, caracterizam-se pela forma de agir católica para aumentar, ou resgatar, sua influência social.

Esclarecido o conceito Ultramontano, concorda-se que esse projeto foi uma resposta da Igreja frente aos “ismos” da sociedade moderna, procurando sustentar-se em si mesma e em seus valores, fortificando seus dogmas, com a intenção de que não fossem deixados de lado e nem que sua sobrevivência fosse posta à prova. Esse movimento, bem

⁸⁹ HOYOS, 1958, P.739.

⁹⁰ ROMANO, 1979, p. 58.

estruturado a partir do início do século XIX, desqualificou propostas políticas e sociais que estavam surgindo, resgatando a autoridade pontifícia para melhor organização da Igreja.

A necessidade de um conjunto doutrinário forte e hierárquico, preenchido pelo realinhamento das igrejas locais aos desígnios de Roma, alavancando as viagens missionárias, edificadas por um acervo de pensamento feito por novos intelectuais na batalha contra a perda de influência do catolicismo, moveram estratégias que colocaram em prática, de fato, o projeto ultramontano.

Todos participariam desse projeto, visando retomar as rédeas da estabilidade social, aceitando novamente o evangelho em detrimento das teorias racionalistas, fazendo do mundo um templo dedicado exclusivamente ao Catolicismo. Os novos contornos políticos e sociais que o século XX colocou na cena mundial delimitaram à Cúria romana nova forma de agir, até mesmo com certa “adesão” à modernidade, salvo sua busca por um espaço de atuação em meio às novas promessas do progresso moderno. Sustentada pelo discurso da autoridade papal frente aos poderes dos novos Estados nacionais, e estabelecendo-se como a fonte da verdadeira civilização, ainda mais pela busca de seu espaço perdido frente à “escuridão” anticlerical e antirreligiosa, ao desliga-la de sua relação com o Poder; o Ultramontanismo expandiu-se e perpassou o campo de atividade dos diversos bispos e prelados, munidos pela vontade de defesa da Igreja e resgate do prestígio católico na nova organização das sociedades.

1.2 A ação ultramontana no Brasil.

A Igreja assumiu algumas particularidades na manutenção do ofício espiritual no Brasil. Durante muito tempo ela exerceu, junto ao Poder, uma relação mútua, principalmente durante o Império no cargo de religião oficial do Estado, inserida no sistema do Padroado. Essa relação foi mediada pelos direitos régios do *placet* e *exequatur*, que davam ao imperador o poder de apresentar nomes para o episcopado, ao mesmo tempo em que concedia verbas para sua manutenção. No entanto, era afetada, diretamente, a influência da Santa Sé em território nacional, porque os documentos pontifícios pouca eficácia chegava a ter sobre o corpo eclesiástico, por estarem sujeitos ao aval do imperador.

O Padroado Régio brasileiro seguia a dinâmica do Padroado português e submetia a Igreja à autoridade da Coroa. O Rei, delegado pelo próprio Papa, passou a ser

considerado protetor da Igreja, incumbido de zelar por ela e dá-la sustento nas terras além-mar de domínio português.

Em 1319, o papa João XXII institui a Ordem de Cristo em Portugal. Em 1455, o papa Calixto III atribui ao Grão-Prior da Ordem de Cristo, como prelado nullius, jurisdição episcopal nos domínios ultramarinos de Portugal. Em 1523, o Papa Adriano VI concede ao rei Dom João III o grão-mestrado da Ordem de Cristo. Em 1551, o papa Júlio III autoriza a incorporação das Ordens religioso-militares (Cristo, Avis, Santiago) à Coroa. Em 1827, Leão XII estende em Bula a concessão aos Imperadores do Brasil. Concessão, aliás, rejeitada pela Assembleia. {...} Fundido o grão-mestrado na Coroa, os reis portugueses passaram a usufruir o direito de domínio senhorial e padroado religioso sobre as terras do Brasil⁹¹.

O corpo eclesiástico brasileiro assumia, portanto, uma postura regalista de submissão aos mandos do monarca, devido a sua dependência dos proventos governamentais, dispensando-o do cumprimento estrito de inúmeras exigências canônicas.⁹² Esse cenário começa a se abalar no contexto de pós-emancipação política brasileira, em que dois interlocutores sociais, dividem o clero brasileiro: o Vaticano, com seu modelo de romanização às igrejas locais e, ao mesmo tempo, o cerceamento da influência eclesiástica nos negócios temporais, mesmo que a Igreja monopolizasse o sistema de ensino⁹³.

Durante o Império, o acirramento dos conflitos eclesiais no Brasil referente ao projeto ultramontano vai se solidificando, quando o clero urbano brasileiro, no começo do século XIX, passaram a ser influenciados pelas ideias liberais. Essa influência liberal não foi vista com bons olhos pelo episcopado, dado que os prelados lusitanos foram sendo substituídos por bispos brasileiros, que segundo as normas do Padroado, eram escolhidos pelo governo imperial. Isso fica claro no decorrer do debate da primeira legislatura do Império, em 1826, colocando de um lado os padres regalistas, ou seja, os que defendiam as regalias do Estado e de outro os ultramontanos.

O que estava em jogo, dentro dessa disputa da reforma do catolicismo no Brasil, era, por parte dos regalistas, uma conciliação entre a religião e as novas formas políticas liberais; e de outro uma reação contrária ao espírito liberal e as tendências democráticas, sob a égide de um modelo “intransigente romano” que não aceitava a concepção do direito de padroado como intrínseco à sobreposição do Poder temporal, entendendo-o “como

⁹¹ VILLAÇA, Antonio Carlos. **História da questão religiosa**. Rio de Janeiro, Francisco Alves editora, 1974, p. 33.

⁹² MICELI, 1985, p. 34.

⁹³ HOYOS, 1958, p. 52

mera concessão papal e defendendo os direitos da Igreja como instituição independente e hierarquicamente superior ao poder civil, sujeita apenas à Santa Sé.⁹⁴”

Amparada pela posição triunfalista e agressiva, a Santa Sé passou a aproximar-se mais do clero brasileiro, devido a força da “orientação doutrinária e sobretudo disciplinar que Roma passou a exercer através dos jesuítas e lazaristas nos seminários brasileiros⁹⁵” contribuindo para firmar sua moralização e profissionalização na organização eclesiástica do Brasil e criar um terreno fértil para a sua romanização.

Mesmo antes da proclamação da República, em novembro de 1889, os ânimos episcopais e do Estado imperial encontrava-se em intensos percalços. A visão religiosa e a do Império se divergiam quanto a quem a Igreja deveria submeter-se: como funcionários da burocracia estatal, ou submetidos aos mandos da Cúria romana.

O regime monárquico procurava anular as ordens religiosas, mas manter, a seu serviço, um clero capaz de prosseguir funcionando como garantia da ordem. Era esta, afinal, uma orientação contraditória: para que houvesse influência efetiva da Igreja, era necessário que sua pregação e sua propaganda tivessem continuidade: liquidando-se aquelas ordens, aniquilava-se exatamente os elementos disponíveis para esse trabalho, comprometendo-se a esperada colaboração⁹⁶.

Os estadistas do Império desejavam que o corpo eclesiástico permanecesse neutro e instrumental a favor do regime imperial, isso em um contexto de mobilização do reforço da autoridade da Igreja, o que em si já revela uma contradição no nível de conflito que isso atingiria. Em fins do século XIX, por conseguinte, ocorreu um conflito que abalou as estruturas tanto da Igreja, como do Estado, colocando em cena a interferência da Santa Sé na relação entre o Império e a Igreja, e, também, uma nova fase do ódio católico contra o “veneno” das ideias maçônicas.

Ocorrida em 1872, a Questão religiosa não foi um problema entre Iluminismo e obscurantismo⁹⁷, mas ocasionada pela própria proteção que o Padroado exigia. Entrou em choque as leis civis contra as leis canônicas, ambas defendendo uma interpretação sobre o catolicismo. A Questão se desenrolou entre os bispos de Olinda e do Pará, Dom Frei Vital e Dom Macedo Costa, contra D. Pedro II. O confronto se desenrolou no episódio

⁹⁴ SILVA, Ana Rosa Closet; CARVALHO, Thaís da Rocha. Ultramontanismo e protestantismo no período regencial: uma análise da crítica panfletária dos padres Perereca e Tilbury à missão metodista no Brasil. **Revista Almanack** n.15, Guarulhos, jan/abr. 2017.

⁹⁵ MICELI, 1985, p. 53.

⁹⁶ ROMANO, 1979, p. 93.

⁹⁷ VILLAÇA, 1974, p. 3.

em que o padre José Luís de Almeida Martins, ligado à maçonaria, recebeu um pedido de seu bispo para que se desligasse da Ordem. Ao negar, o bispo suspendeu seu exercício eclesiástico, provocando ampla repercussão.

É importante pontuar que Dom Vital compartilhava do antimaçonismo de Pio IX, já tendo barrado, inclusive, uma missa que aconteceria em honra à loja de Pernambuco e proibindo que os clérigos cumprissem o ofício litúrgico. Ele exortou que o clero deixasse as Irmandades ameaçando censuras canônicas, do qual muitas Confrarias se negaram, fazendo com que o bispo as interditasse, explodindo, assim, o confronto.

Dom Vital foi um ativo precursor da Ação Católica e da renovação da Igreja-instituição no Brasil. Suas atitudes na Questão são tidas como desobediência pelo imperador, que manda, no ano seguinte, um representante (Penedo) em missão a Roma com a intenção de que o Papa responsabilizasse o bispo pelo desentendimento entre eles. D. Pedro II desejava vencer a resistência eclesiástica em nome do poder civil. Penedo defendeu a monarquia brasileira reafirmando os preceitos da Constituição e das leis em detrimento das atitudes dos bispos⁹⁸.

A prisão dos bispos ocorreu em 1874, sendo lamentada pelo Papa Pio IX, abraçando a luta eclesiástica no Brasil e condenando ferrenhamente as ações da maçonaria. Toda essa situação aponta a densidade da Questão religiosa e da ação ultramontana, deixando de ser uma luta interna do poder civil contra o religioso, para tornar-se também da Santa Sé contra o próprio Imperador, que primava pela independência do poder civil, assim como grande parte da Igreja brasileira se orientava pela palavra do Papa, negando qualquer regalismo.

Muitos membros do episcopado se unem em torno de D. Vital e D. Macedo Costa, orientados pela premissa do Governo imperial ter colocado primeiro o interesse dos sectários em prejuízo dos justos. Em 1875 ambos foram libertados e tidos por mártires da causa cristã, por defender a autonomia da Igreja e vencer a Ordem maçônica, um de seus principais inimigos.

Com o gesto intrépido de Frei Vital, começava um período novo para a Igreja no Brasil, de maturação. Anchieta e Vieira simbolizam a catequese, o ciclo tridentino, contra-reformista. Montalverne e Feijó representam a fase romântica, eclética, de mundanidade crescente e sacramentalidade decrescente, antimonástica e galicana. Frei Vital e Dom Macedo Costa são o início da renovação católica. Três figuras a simbolizam, nos seus três momentos iniciais: Dom Vital e padre Júlio Maria com as suas Apóstrofes, de 1885, e toda sua pregação posterior, até 1916, pela união entre a Igreja e o

⁹⁸ VILLAÇA, 1974, p. 63.

povo, e Dom Sebastião Leme, cuja Pastoral dramática de 1916 foi um grito de angústia em meio a um catolicismo burguês, marcado pelo indiferentismo e o espírito de rotina⁹⁹.

A Santa Sé, no entanto, primou pela restauração das relações harmoniosas entre o poder imperial e a Igreja, até mesmo porque seu projeto necessitava de “operários” para fortificar a educação dos leigos nesses novos moldes, algo que não se sustentaria se os bispos fossem expulsos do país.¹⁰⁰ A Questão não simbolizou apenas um conflito dos defensores do Ultramontanismo, contra aqueles que queriam a Igreja subordinada ao Estado, mas redefiniu os modos de pensar o catolicismo e os limites de sua atuação referente ao Poder.

Doravante, desde esse conflito, as ideias políticas e no interior da própria Igreja mudaram. O Império assumia, cada vez mais, uma burocracia racionalista, secularizada e anticlerical¹⁰¹. Junto a isso, outras forças foram enfraquecendo o poder da Igreja, e algumas de suas interferências na vida humana, como por exemplo, a obrigatoriedade do casamento religioso, significou, naquele momento, um empecilho à vinda de imigrantes (muitos deles protestantes) em substituição do trabalho escravo.

Desta feita, as denúncias contra o poder religioso vieram especialmente dos liberais, ligados aos interesses do café, a partir de São Paulo, onde imigrante era indispensável para manter certo nível de oferta de força de trabalho na agricultura. Esta batalha econômica e política une-se, inextricavelmente, à defesa da ordem republicana que instauraria o novo Estado, buscando assentar as relações sociais sobre o princípio da igualdade de todos diante da lei, colocando deste modo a religião como elemento particular que deveria ceder o passo à universalidade do poder temporal e finito¹⁰².

As bases teológicas do Estado fraturavam-se e restituíam-se em uma configuração que visava à ordem e o progresso social. O poder eclesiástico, mesmo duvidoso de uma possível ruptura entre o trono e o altar, sentia a necessidade de um sistema que o libertasse das amarras que o governo imperial impunha à sua autoridade. Por mais que o Padroado fosse entendido pelo espectro da proteção do rei, essa proteção a escravizava¹⁰³.

⁹⁹MICELI, 1985, p. 147.

¹⁰⁰ ROSA, 2011, p.15.

¹⁰¹ROMANO, 1979.

¹⁰² Ibid., p. 95.

¹⁰³ Para Villaça, a Questão religiosa foi essencial na criação da nova ordem republicana em 1889; a República libertou “a ação episcopal da antiga tutela do executivo, garante liberdade aos católicos na sua vida religiosa, respeita a ação social da Igreja e devolve os direitos do Padroado.” VILLAÇA, 1974, p. 148.

Apesar da Igreja relacionar-se com o Estado monárquico, a interferência do mesmo na esfera particular da Igreja-instituição quase provocou seu desaparecimento (D. Vital pensava ser uma luta de sobrevivência do catolicismo no Brasil). Se libertar do Estado e fortalecer sua autoridade institucional não seria ruim para a ação romanizadora em terras brasileiras.

No Brasil, como vimos, também a fala republicana apresentou a tese do poder de Estado como força posta acima da sociedade, tendo em vista o progresso geral da Nação. O antigo regime monárquico apareceu aos olhos de seus críticos como impotência e caos. A Questão Religiosa, entre outras, mostrou certamente a incapacidade do Império para reduzir ao particular a instituição eclesiástica, fonte de riscos para a soberania do governo¹⁰⁴.

Dada as particularidades do projeto Ultramontano em solo brasileiro, a separação era vista por parte da hierarquia católica como a independência da Igreja, mesmo que não totalmente conivente com a ideia de separação. Para isso, seria necessária uma reforma institucional, aumentando tanto a quantidade de clero, como as missões (entendendo a extensão territorial do Brasil), para reformar os costumes e reeducar o povo nos preceitos cristãos tridentinos.

A Igreja percebeu os dissabores de ser submissa ao Estado, chocando-se com algumas estratégias de expansão de seu dogma e da necessidade de estreitar os laços com a Santa Sé, reafirmando o poder do pontificado nas decisões eclesiásticas. A Questão religiosa foi um reflexo do desentendimento da Igreja com o Estado que não se iniciou no século XIX, mas em meados do século XVIII, devido às mudanças econômicas e da ampliação das atividades industriais, associada à noção de progresso, colocando a religião como barreira à liberdade humana.

A Questão Religiosa foi, portanto, um conflito entre o poder civil e o poder religioso – ou entre o cesaropapismo e a hierocracia {...} que levou a Igreja a perceber que sua condição de Igreja oficial pressupunha posições indesejadas, como a submissão ao Estado. Esse conflito evidenciou, também, que em 1874 era grande a força da romanização da Igreja do Brasil. Mesmo com essa demonstração de força, foi a Igreja que, oficialmente, tomou a iniciativa de buscar anistia para os bispos e de reatar as relações entre os dois poderes¹⁰⁵.

A Igreja pensou novas formas de relação com o Estado, levando em conta seu desejo por uma maior autonomia, mas que garantisse seu monopólio religioso. O conflito

¹⁰⁴ ROMANO, op. cit., p. 119.

¹⁰⁵ CAMPOS, G. M. Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010, p.41

permitiu que o clero, sob os auspícios da hierarquia eclesiástica, se organizasse em um plano disciplinador, instalando-se, primeiramente, em sua burocracia interna, facilitando a extensão à sociedade; se todos os vissem como autoridades detentoras dos sacramentos essenciais para a vida humana, como a confissão, matrimônio e a Beatitude, os valores da submissão à Santa Sé seria mais fácil de ser dissuadido na sociedade. O catolicismo local se uniria, dessa forma, ao catolicismo universal.

A Questão com os bispos deixou claro para as forças liberais as fissuras da instituição monárquica, incapaz de controlar a desobediência eclesiástica. Tudo isso ia contrário à soberania do governo, visto naquele momento como fornecedor do “caos” e fraco como garantidor da ordem estabelecida¹⁰⁶. Fixava-se o desejo do Brasil inserir-se, de maneira mais consistente, no processo civilizatório e no desejo expansionista burguês que tomava a sociedade europeia. A Igreja reduzia-se, cada vez mais, a uma instituição contrária à soberania nacional¹⁰⁷, sobretudo pela interferência da Cúria Romana nas ações do poder eclesiástico. O anseio por uma política não confessional dinamizando as diversas instituições, desde a educação até o controle dos cemitérios, crescia no final do século XIX. A abolição, em 1888, já redefinía a economia e política imperial que um ano mais tarde não se sustentaria. Como apresentou José Murilo de Carvalho, a justificação racional do poder tomava conta de maneira mais efetiva da estrutura imperial brasileira. Já havia o desejo de substituição do governo e construção de uma “nova” nação muito antes de a monarquia perder suas bases políticas, pois o Partido Republicano já era uma realidade em São Paulo desde 1873, formado por maioria de proprietários. Havia, por aqui, três principais correntes que refletiam o caráter do novo regime: “o Liberalismo à americana, o Jacobinismo à francesa, e o Positivismo.” Elas combateram-se intensamente “nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século¹⁰⁸”.

Cada um abrigava uma particularidade utópica sobre qual seria a melhor estrutura do novo sistema de governo. As ideias de democracia clássica, autonomia dos indivíduos

¹⁰⁶ ROMANO, 1979, p. 119.

¹⁰⁷ O liberalismo, por exemplo, negava a existência pública da Igreja, reduzindo-a ao campo da consciência individual. “O liberalismo levou ao máximo a separação entre o mundo da consciência individual e a materialidade do mundo social.” ROMANO, 1979, p. 128.

¹⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p.9, De acordo com o padre Scampini, o Brasil mesclou um princípio liberal à americana e à francesa, devido que na fórmula brasileira o cargo de religião oficial foi destituído, enquanto que em alguns Estados norte-americanos foi exigida a condição para exercer um cargo público a crença em um ser supremo. SCAMPINI, 1974, p. 418.

ou a crença no processo evolutivo (humanidade)¹⁰⁹, tomaram conta da percepção política sobre qual delas irromperia da melhor forma no imaginário popular. O autor possibilita visualizar a construção das identidades coletivas, bem como a da própria nação, identificando a importância da religião católica na consumação de algumas ideias¹¹⁰.

Em suma, a tendência que se delineou para o catolicismo brasileiro, com a República – apontada com unanimidade pelos analistas – é a de religião de elite, apegada às tradições, marcada por uma liturgia complicada e por fórmulas devocionais estereotipadas. Confiante na fidelidade das massas e apesar de ver na religiosidade popular, sobretudo ignorância, superstição e fanatismo, a hierarquia identificou-se durante a República Velha, em especial até meados da segunda década deste século, com a autoridade, com o governo, com a ordem. (...) Perdendo terreno quanto à direção das classes dominantes, já que a intelectualidade, como se viu acima, marcava-se pelo positivismo, pelo evolucionismo ou se mostrava indiferente em matéria religiosa, o catolicismo manteve uma estratégia de reforço à dominação oligárquica, enfatizando aos dominados a necessidade de obediência à autoridade constituída e oferecendo salvação no outro mundo¹¹¹.

Com a implantação da República, uma nova série de desafios é colocada para a Igreja, dado as discussões sobre a estrutura da nova Constituição, outorgada em 1891. As lideranças católicas, sem poder prever qual rumo o catolicismo seguiria na política nacional, moveu novas condutas para reivindicar seu espaço nesse ambiente. Frente a isso, o poder eclesiástico justificou que o Estado e a Igreja deveriam caminhar juntos para alcançar a harmonia social. A Igreja entendia-se, inserida em sua própria estrutura, como colaborativa com o Poder, para a manutenção da ordem social. Para isso, a Igreja reforçou sua autoridade como acima das questões político partidárias, pois dessa forma conquistaria terreno para seu fortalecimento e projeto de expansão, ganhando uma maior liberdade de ação.¹¹² A Santa Sé reconheceu o novo governo brasileiro, porém com

¹⁰⁹ De acordo com Auguste Comte (1798-1857), a crença do Positivismo direcionava-se para a consumação de uma religião da humanidade, ou seja, a pátria era percebida como uma comunidade de vivência, carregando a função de mediar o desenvolvimento até seu último estágio, no qual a República assumiria o caráter de extensão do seio familiar. Comte fundiu o religioso com o cívico, exaltando os “santos” da nova religião, que nesse caso eram os grandes homens da humanidade, substituindo a caridade católica pelo sentimento de altruísmo. A monarquia era apenas um estágio do processo evolutivo e deveria ser superada para a melhor incorporação do sistema republicano na sociedade. CARVALHO, 1974, p. 130.

¹¹⁰ José Murilo de Carvalho afirma, no entanto, que os esforços de criar um imaginário republicano popular não se fortaleceram, de fato, por aqui; e que nos lugares em que isso teve algum êxito deveu-se a tradição imperial ou até mesmo pelos valores religiosos.

¹¹¹ MALATIAN, 1988, p. 37-38.

¹¹² Scampini delimita essa noção afirmando que embora a Igreja fosse “escrava” do regime de Padroado do Império, “não estava preparada à mudança de regime e, sobretudo não desejava a separação do Estado: independência sim; separação, não.” SCAMPINI, 1974, p.376.

ressalvas; era preciso garantir uma posição “de atuação da Igreja como pacificadora da República”¹¹³.

Nesse primeiro momento, a Igreja procurou reforçar todo o seu corpo institucional e organizacional, a partir de uma política de *estadualização* do clero.¹¹⁴ Isso devido à implantação do Decreto 119-A, de 1890, que a separou do Estado, revelando, como acreditavam vivenciar, uma forte perseguição contra a Igreja ao relega-la no mesmo patamar das religiões protestantes¹¹⁵.

Ficou a cargo de Rui Barbosa, ministro da fazenda no período, redigir o decreto de separação, visando uma reforma tanto para a Igreja como para o novo regime. O artigo primeiro estabeleceu que o governo não mais exercesse controle sobre a religião, seja por meio de leis ou atos administrativos. O segundo declarou as confissões religiosas dentro da mesma liberdade de culto; o terceiro assegurou essa mesma liberdade aos indivíduos de praticarem sua crença; o quarto extinguiu o padroado e o quinto consagrou o direito de propriedade à Igreja.

Desvirtuou-se o valor social da religião católica, convertendo-se, sobretudo, em um assunto privado, a partir da liberdade de consciência de cada indivíduo.

Portanto, o Estado “laicista” sustenta uma posição de completo indiferentismo, a respeito da religião, ignorando as exigências da dimensão social e sobrenatural do homem. A pessoa humana só interessa ao Estado enquanto é cidadão temporal e não enquanto é cidadão e fiel ao mesmo tempo¹¹⁶.

A ordem jurídica, política e social almejada pelo divino era substituída pela máquina burocrática moderna. O Estado se firmava mais aos limites do poder temporal e criava um sistema racionalizado de Poder, não mais preocupado com o auxílio na condução dos fiéis ao Fim último. Caminhava-se, inicialmente, para a primazia de um individualismo liberal em desacordo com a religião católica.

É verdade que a Constituição de 1891 era uma reação aos abusos, à violência, à perseguição religiosa que se desenvolveu durante o Império. Todavia, nesta relação houve excessos. A Constituição de 1891 apresentou-se mais liberal que os próprios liberais. Surpreendeu aos próprios liberais. Que a Constituição significou para a igreja uma libertação do Regalismo é evidente. Mas, é claro também, que as consequências benéficas da separação da Igreja e do Estado baseiam-se, principalmente, na liberdade de atuação conseguida pela

¹¹³ ROSA, 2011, p.66.

¹¹⁴ Conceito exposto por Sérgio Miceli ao falar da ampliação de novas circunscrições territoriais pela Igreja.

¹¹⁵ SCAMPINI, 1974.

¹¹⁶ SCAMPINI, 1974, p. 383.

autoridade eclesiástica e não nos princípios do liberalismo laicista que, no Brasil como em toda parte, estiveram impregnados de ateísmo¹¹⁷.

O lamento do padre José Scampini é que o Decreto não levou em consideração o peso *sócio-religioso* que o catolicismo exercia em território nacional. O mal absoluto seria a liberdade de consciência que formou o espírito leigo e hostil à manifestação de cunho religioso. Consequentemente, o reconhecimento das demais liberdades foram sendo colocadas lado a lado, como a do casamento, a laicização do ensino e a secularização dos cemitérios. Cada setor que a laicização operava novas formas de relação com a Igreja, representava mais perda de sua autoridade, como finaliza o autor.

A hierarquia eclesiástica no Brasil encontrou-se novamente naquele dilema: de um lado as diretrizes impostas pela Santa Sé e do outro os desafios que o novo sistema político colocava. As estratégias encontradas delimitavam um processo de expansão organizacional, concentrando esforços locais de uma crescente “estadualização” do poder eclesiástico¹¹⁸.

O plano de fortalecimento institucional começou a ser pensado na expansão da estrutura física da Igreja, voltado para a moralização e uniformização doutrinal do clero, com o aumento dos seminários, conventos e irmandades religiosas. Essa estadualização fez jus ao impulso de atrair apoio do governo republicano. Em 1891, a frente católica conseguiu algumas vitórias em relação ao monopólio do ensino, fazendo com que se expandissem também os colégios católicos. A Igreja construía um sistema interno de governo, com o aumento de dioceses e paróquias, iniciando a romanização nos espaços locais, ampliando, assim, suas demarcações territoriais¹¹⁹.

A aliança política com as oligarquias estaduais passou a ser uma realidade plausível nesse cenário, porque regularizaria as fontes de renda nas novas dioceses e possivelmente ostentaria o poder da hierarquia eclesiástica. Até mesmo o recrutamento

¹¹⁷ Ibid., p. 409.

¹¹⁸ A expansão organizacional da Igreja tomou o feitiço de um processo de “estadualização” do poder eclesiástico. Tendo perdido o status oficial de “ramo da administração pública”, destituída dos privilégios inerentes à condição de corporação subsidiada, e sem poder contar com o respaldo de qualquer segmento de peso na coalização à testa do novo regime republicano, os detentores dos postos de decisão na alta hierarquia concentraram seus esforços e investimentos na área mais próxima de influência, MICELI, 1985, p. 67.

¹¹⁹ A Santa Sé estava preocupada com o número reduzido do clero no Brasil e incentivou o envio de congregações estrangeiras para cá, definindo uma reorganização diocesana e de fortalecimento da figura do Internúncio no diagnóstico e comando dessa amplificação. “{...} o investimento na ampliação dos quadros do clero e, principalmente, atuar no sentido de minimizar o máximo o possível a participação do episcopado na política, particularmente a partidária”, buscando evitar posturas muito radicais e com isso prejudicar as relações entre Estado e Igreja. ROSA, 2011, p. 49.

de padres foi alterado, priorizando homens de antigas famílias da aristocracia imperial, filhos de grandes proprietários e comerciantes. O que se tinha, de fato, era um apoio mútuo na expansão católica e oligárquica, no qual “as autoridades eclesiásticas foram aos poucos dilatando suas pretensões de influências, juntando às funções institucionalizadas de consagração das oligarquias a formulação de doutrinas nacionalistas e a prática de atos cívicos¹²⁰”.

Nesse sentido, a hierarquia conseguiu mobilizar forças para o que seria a restauração católica no começo do século XX, expandindo seu domínio territorial e de monopolização do ensino. O ensino tornou-se um importante aliado na educação popular atraindo mais fiéis na fortaleza da Igreja. Na primeira República suas ações visavam desviar-se do Decreto 119-A, ainda mais por não contarem, de forma contínua, com o auxílio financeiro que recebiam do Estado, durante o Império. Sua política logrou acordos com os poderes locais para a estabilidade de suas propriedades e também para que o mando da Santa Sé pudesse encontrar vazão no Brasil.

A atenção eclesiástica voltou-se em prol da esfera familiar, ou seja, a favor de engendrar na esfera doméstica a responsabilidade na defesa da Igreja¹²¹. Partindo da importância do casamento e modelo familiar cristão, o divórcio poderia representar mais um baque à sua estrutura. O seu critério seguiu uma perspectiva sociológica, destacando que a religião da maioria da população brasileira, naquele momento, merecia o devido reconhecimento. O Estado, conforme considerava a hierarquia católica, poderia demonstrar-se mais propício para o desenvolvimento dos valores religiosos, visto que o cidadão seria ao mesmo tempo fiel ao Estado e à Igreja. Isso representava

{...} um indicativo da grande tentativa dos católicos de avançar sobre o muro da separação entre política e religião. {...} na época, não era percebido nos discursos, cartas ou documentos oficiais da Igreja nenhuma tentativa de diálogo com outras religiões, já consolidadas no Brasil como o protestantismo e o espiritismo. Pelo contrário, a tentativa dos católicos era sempre confrontar forças e diminuir a influência dos outros grupos considerados rivais e empecilhos ao pleno desenvolvimento católico. A orientação na época era a de que a Igreja era a única representante de Cristo e em condições de salvar a população¹²².

¹²⁰ MICELI, op. cit., p. 47.

¹²¹ O que estava em cena, para a Igreja, era a defesa da família e do casamento religioso em desacordo com o Estado que, a seu ver, “era imprescindível regulamentar o contrato civil conjugal de modo a salvaguardar os direitos decorrentes do mesmo. Do Decreto n.521 de junho de 1890, até o Código Civil de 1916, persistiu uma intensa disputa em torno daquilo que a Igreja denominou ‘a questão da família’”. AQUINO, Maurício. **A formação da laicidade do Estado brasileiro no prelúdio da ordem republicana (1889-1930)**. In: IV Simpósio Internacional de Análise Crítica do Direito, Jacarezinho – PR, 2014, p. 16.

¹²² GRECO, 2016, p.14.

Montar um esquema que permeasse uma aproximação efetiva da Igreja com as oligarquias, durante a Primeira República (1889-1930), possibilitaria difundir ao espectro social a relevância do discurso católico na constituição da nacionalidade brasileira. Trazer aspectos da Tradição católica tanto na colônia, como no Império, consistia em reafirmar-se como pedra fundamental na unidade nacional. Atrelando “a fidelidade religiosa dos católicos à fidelidade à pátria, o discurso eclesiástico fortalecia seu discurso contra a liberdade religiosa¹²³”, dado o entendimento de que as crescentes religiões protestantes no Brasil não teriam esse mesmo poder, como ponderava o catolicismo. Portanto, apenas a Igreja Católica daria uma identidade à pátria brasileira, por estar por aqui desde seu “nascimento”. Esse discurso abrangia também àqueles que se convertessem a outra religião, considerados como negadores de suas próprias raízes.

Devido às transformações por que passava a sociedade no final do século XIX e principalmente na virada do século, com o aumento da produção de café, a ampliação das ferrovias e alta da imigração, as bases do discurso Ultramontano se modificou. A diversidade religiosa representou um inimigo em potencial ao catolicismo, ainda mais quando era de urgência aumentar sua messe e também os que a conduziam. Houve uma intensificação de sua propaganda, mais direcionada a formação de núcleos que garantissem sua homogeneidade no aspecto religioso. Fortalecer-se não apenas entre as populações mais pobres, mas garantir-se junto “à emergente classe média das cidades urbanizadas¹²⁴” era essencial para concretizar seus objetivos.

Uma das estratégias foi localizar áreas em diferentes regiões do país, que refletissem a força política e econômica do pacto oligárquico, para fins de acomodação do catolicismo. A modernidade, por ora, assumiu outro caráter: o de apropriação, por parte da Igreja, das aspirações brasileiras “por se alcançar os trilhos do progresso, a partir do uso do discurso da civilização católica como forma de se legitimar no horizonte de expectativas que se abria à jovem República brasileira¹²⁵”.

Para o *A Cruz*, a rota a ser seguida pela República, em um primeiro momento, era a de combate aos “males” do protestantismo e imperialismo americano. O protestantismo se consolidou no Brasil aliado com o novo regime político, e as suas ideias de progresso eram combatidas a favor do progresso que trazia a seu lado a religião católica. A Igreja

¹²³ CIARALLO, 2011, p.98.

¹²⁴ CIARALLO, 2011, p. 96.

¹²⁵ FILHO, 2018, p. 189.

de Botafogo considerava os imigrantes como inimigos do progresso, já que os culpava pela introdução de outras religiões no Brasil.

Destarte, por meio da renovação das circunscrições paroquiais e aumento das dioceses, para combater o discurso protestante; crescendo, também, pelas suas táticas de proselitismo, a cúpula católica brasileira, em direcionamento com as ordens de Roma, ampliou empreendimentos que perpassavam o ensino e a imprensa. Isso oferecia à Igreja uma relação mais estreita com as elites, bem como melhores condições de renda, que manteriam suas propriedades e fortaleceria sua ambição de expandir-se.

A República Velha constituiu a fase áurea para a expansão dos colégios religiosos, tendo sido criados ginásios diocesanos em praticamente todas as cidades-sedes das novas circunscrições eclesiásticas, a que se seguiram as escolas confessionais abertas nos principais centros urbanos, aquelas geridas por freiras para atendimento da clientela feminina e aqueles entregues aos padres voltados para o público masculino, afora os inúmeros estabelecimentos a acolher crianças e jovens dos grupos subalternos¹²⁶.

Por meio da ampliação do monopólio de ensino e de seu corpo material (pensando seu patrimônio imobiliário), a Igreja conseguiu intensificar métodos que dinamizaram suas práticas e deram a ela melhores mecanismos de atuação. Profissionalizando o clero, fortalecendo sua hierarquia, demonstrando o poder de sua autoridade, intensificando a pauta católica no ensino, construindo um discurso de pertencimento à nacionalidade brasileira e procurando derrubar seus inimigos mais ferrenhos, como o Liberalismo e o protestantismo, a Igreja conseguiu um poderoso empreendimento para fortalecer sua burocracia. Devido a esses novos mecanismos, muitos prelados foram enviados ao colégio Pio Latino americano, conseguindo para o Brasil um enorme feito: a elevação de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1850-1930) como o primeiro cardeal da América latina e também do Brasil¹²⁷.

O intenso recurso proselitista empregado pela Igreja possibilitou o surgimento de diversos jornais que estenderam a doutrina católica para além dos espaços do templo, e deram novas fontes de ordenamento de seus fiéis e também do clero. A maneira como a Igreja se relacionou com a Primeira República e todas as suas estratégias, delinearam a aproximação da Igreja com o Poder estatal a partir da década de 1930, na restauração eclesiástica. Por certo momento, nos primeiros anos do século XX, muitas das

¹²⁶ MICELI, 1985, p. 166.

¹²⁷ Dom Arcoverde foi reitor do Seminário de Olinda, nomeado, por Dom Vital.

mobilizações em prol do catolicismo passam a ser feitas também pelos próprios leigos, formando um grande número de intelectuais que dão suporte ao projeto Ultramontano.

No reforço da romanização nas igrejas locais, a paróquia de São João Batista, em Botafogo, no Rio de Janeiro, não ficou alheia a esse processo. O cardeal André Arcoverde (sobrinho de D. Joaquim Arcoverde), obteve formação no colégio Pio Latino americano, estudando, inclusive, junto com D. Leme, figura de extrema importância nesse cenário, até mesmo por mais tarde tomar posse do título de bispo coadjutor do Rio de Janeiro, substituindo D. Joaquim. Dessa forma, pela formação recebida, a paróquia adquiriu novas táticas em obediência aos pedidos da Cúria Romana.

Já contando com algumas obras assistencialistas, como colégios masculinos e femininos, e o Apostolado da oração, em 21 de setembro de 1919 a paróquia ampliou seus meios de comunicação com seus paroquianos e criou-se, pelo cardeal Arcoverde, o jornal *A Cruz: Orgão da paróquia de S. João Baptista*. Neste periódico, o discurso centralizador assumiu papel destacado com aproximação do olhar católico de apreço aos “salvadores” do catolicismo (como Franco, por exemplo). O periódico nasceu com diversas ambições, tanto interna como externa, propiciando formar um corpo de intelectuais leigos e do próprio clero, direcionando seus fiéis à redefinição de autoridade da Igreja.

CAPÍTULO 2: A CENTRALIZAÇÃO ROMANA NA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA: O FORTALECIMENTO DE SUA ORGANIZAÇÃO E EXTENSÃO DE SUA INFLUÊNCIA.

A imprensa católica, no início do século XX, aperfeiçoou-se como um importante mecanismo na formação política, social e cultural em diversas sociedades. Discutia-se a importância da militância dos fiéis para salvaguardar os dogmas da Igreja, assim como o respaldo que um periódico deveria dar a outro, norteando o princípio da solidariedade. No Brasil, essa rede de periódicos¹²⁸ fortaleceu-se para além das missas dominicais, denunciando os considerados inimigos de Cristo, aliando sua doutrina a ação política. O jornal *A Cruz: Orgão da Paróquia de S. João Baptista (RJ)* foi um importante instrumento para estreitar os laços entre a Igreja e a comunidade local, tanto das camadas

¹²⁸ Como exemplo, *A Cruz* possuía relações amistosas com o jornal *A União*, também de conteúdos católicos.

mais pobres, quanto do “bafejo salutar dos capitalistas residentes no aristocrático e nobilíssimo bairro de Botafogo¹²⁹”.

Nas condições de acirrada competição ideológicas da época, e tendo em vista o agravamento da concorrência no campo religioso brasileiro, com a presença ofensiva das denominações protestantes e os surtos radicais de heresia e contestação religiosa (Canudos, Joazeiro e Contestado), a fundação de um jornal diário era um instrumento precioso para a difusão das tomadas de posição em matérias polêmicas envolvendo os interesses da Igreja no sistema de ensino e nas lutas políticas, contribuindo ainda para o êxito da cooptação de intelectuais leigos e para o adestramento de quadros promissores do clero para os embates doutrinários com ateus, hereges, apóstatas, maçons, protestantes e outros porta-vozes de grupos políticos locais e estaduais discordantes das posições eclesíásticas ortodoxas.¹³⁰

A criação de jornais auxiliou o trabalho de base desejado pela Igreja para a expansão de suas ideias, seguindo um programa mínimo de realizações e “de atuação da organização eclesiástica conforme os conteúdos dominantes que definiam a contribuição da Igreja ao trabalho político e cultural”¹³¹. A *Cruz* fez parte desse cenário, surgindo como promessa de fortificação da fé dos paroquianos de Botafogo. Ao analisa-lo é possível dividi-lo em duas fases: uma com maior apelo ao ensino da doutrina católica e outra com textos fortemente políticos, e em muitos casos as duas se entrelaçam. Pensado e posto em prática pelo cônego André Arcoverde, inicialmente, suas publicações são quinzenais e de distribuição gratuita aos pobres. Com aprovação da autoridade eclesiástica do Rio de Janeiro, preocupou-se com um ensino catequético aos paroquianos e intensamente no combate ao Espiritismo. Evidenciou, na sua primeira publicação, em 21 de setembro de 1919, o combate aos “vícios morais e físicos” das classes mais pobres, como as bebedeiras, festas e ignorância frente ao evangelho, enfatizando a importância da caridade a que os capitalistas locais poderiam contribuir para eliminar o jugo daqueles que sofriam pela miséria e “ignorância”. Nessa primeira fase, seguindo o recorte temporal que é proposto neste trabalho, o periódico abriu espaço para o ensinamento da doutrina católica, explicando, em muitos casos, os sacramentos da Igreja, a importância do clero e da alta hierarquia romana, o papel dos pais na educação cristã de seus filhos, bem como a proteção à família. Sua página inicial era dedicada para a reflexão do evangelho do dia, feita por padres colaboradores, como o Pe. J. Cabral, por exemplo, fixando em seus

¹²⁹ ARCOVERDE, André. Aos meus Parochianos. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n1, 21 set.1919, p. 1.

¹³⁰ MICELI, 1985, p.161.

¹³¹ MICELI, 1985, p. 161.

leitores o conhecimento e reflexão da essência do catolicismo; isso auxiliava, ainda, uma forma de combate às ideias protestantes que ganhavam cada vez mais força. A sua preocupação inicial se estendia à defesa das suas obras paroquiais, que já existiam sob a tutela da Igreja da Freguesia da Lagoa, definindo *A Cruz* como um potencial propagandista para pedir financiamento para a sustentação dessas obras.

Alguem me disse que as obras parochiaes não melhoram de sorte porque eu não as propago. Póde ser., porém não seja esta a dúvida. D'agora por deante, serei um propagandista de força. E é por isso que público “A Cruz”. Ella, embora muito modesta, terá a missão sublime de pregar a caridade por todos os recantos da parochia, lembrando a cada um suas obrigações para com os pobres, e pedindo aos nossos capitalistas que, pelo amor de Deus, da Pátria e de seus entes mais queridos, abram generosamente suas bolsas em favor dos que soffrem as cruzas da ignorancia, da fome e das molestias: certos de que, ao passarem desta para a outra vida, encontrarão, lá no Céu, onde tudo é realidade, a recompensa prometida pelo Divino Mestre áqueles que, como Elle, tiverem pena dos que gemem sob o peso das desgraças¹³².

Essas obras perpassavam desde o ensino até à saúde popular, demonstrando a força que a comunidade católica possuía no bairro de Botafogo, provendo diversos recursos a favor de seus paroquianos. A relação dessas obras pode ser elencada da seguinte maneira: Associação de S. Vicente de Paulo; Associação de Senhoras de Caridade destinada a socorrer aqueles que sofriam de doenças; o Sodalício de S. Vicente de Paulo, fundado pelas Senhoras de Caridade, angariando recursos para manter a Farmácia popular “Dr. Francisco de Castro”; o Patronato de Crianças Pobres e o Escoteirismo cristão da Freguesia de S. João Batista da Lagoa, em prol do resgate espiritual e moral das crianças, formando-os concomitantes aos preceitos cristãos, e, por fim, a Caixa particular do Apostolado da Oração, também objetivando socorrer os paroquianos no caso de alguma moléstia.

A paróquia contava, inicialmente, com sua própria tipografia, ficando a cargo da Igreja matriz a confecção e impressão do jornal. É válido ressaltar que a matriz contribuía - antes de possuir seu próprio periódico - com o jornal *A União*, criado em 4 de fevereiro de 1912; o jornal, de publicação semanal, evidenciou ser propaganda de unificação da família nos preceitos católicos; pertenceu à paróquia de S. Thiago de Inhaúma em Rio de Janeiro. Possuía colaboradores como Raul Oliveira, leigo e Soares Azevedo, muito importante nesse cenário. Em alguns artigos que retratam como a publicação do primeiro número de *A Cruz* foi recebida no Rio de Janeiro, *A União* deseja felicitações ao “novo

¹³² ARCOVERDE, André. Aos meus Parochianos. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n1, 21 set.1919, p. 1.

coleguinha” e exalta a atitude da paróquia em anunciar “suas obrigações para com os pobres”.¹³³ Essa ação colaborativa não terminou com a primeira publicação do *A Cruz*, mas fortaleceu uma assistência entre ambos, com contribuição de um jornalista muito relevante na militância católica do Rio de Janeiro, tanto na circunstância de fortificação ultramontana, como na Guerra Civil Espanhola: Luiz Soares d’Azevedo. Soares d’Azevedo vivenciou de perto o conflito na Espanha como enviado pelo *A União*, para noticiar a situação espanhola. Em decorrência disso, ele publicou o livro *Espanha em sangue*, denunciando as ações dos comunistas em detrimento das forças rebeldes de Franco, defendendo piamente o catolicismo. No começo do século XX, ele já havia publicado *O Brado do alarme* que denunciava a ação protestante no Brasil. Para ele, havia espiões do imperialismo norte americano por aqui, podendo ser combatido apenas pelos patriotas que fossem obedientes à Santa Sé.¹³⁴

É possível afirmar que a matriz de São João Batista trouxe para si obras que não eram necessariamente católicas, como o escoteirismo, por exemplo. Em justificção a isso, um dos artigos publicados pela Matriz no *A União* tratava exatamente do combate a essa forma de “cooptação” das crianças e jovens a serviço de uma disciplina não religiosa.

Ha alguns annos publicavamos n’A União um vehemente artigo em que mostravamos o perigo da introdução do escoteirismo entre nós. Foi talvez o primeiro que appareceu no Rio, e teve alguma repercussão. {...} é perigoso todo o escoteirismo sem Deus; é utilissimo todo o escoteirismo catholico, todo o escoteirismo em que se dê á Religião o logar que lhe compete na vida dos homens. {...}. Agora, porem, dous annos de experiencia nos mostráram como são uteis e aproveitaveis estes systemas de educação desde que se os colloque dentro do regimen da verdade religiosa. {...} Cumprir escrupulosamente com os nossos deveres para com o Creador, para com a patria e para com o proximo, eis o tríplice objectivo que o verdadeiro escoteirismo propõe aos seus adeptos¹³⁵.

O escoteirismo católico exercia a função de formar a juventude dentro da liturgia católica para que suas atitudes não se restringissem a um campo apenas discursivo, mas que fosse posto em prática na sociedade, a favor da pátria cristã, criando jovens leigos para “lutar” a favor da Igreja. A farmácia popular e o Patronato das crianças pobres se unem a essas aspirações de ampliação da estratégia católica no bairro, já que a farmácia

¹³³ MELLO, Padre. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, número 3, 19 out.1919, p.2.

¹³⁴ ROMANO, Roberto. Cesaropapismo evangélico. *Jornal da Unicamp*, 12 dez. 2018, s./d. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/roberto-romano/cesaropapismo-evangelico> Acesso 23 jan. 2023.

¹³⁵ FORTUNA, José E. Peixoto. A nossa instituição: escoteirismo. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, 21 set. 1919, p. 3.

havia sido uma criação dos próprios leigos e intensificada pelo vigário Arcoverde, no que concerne trazer à matriz a organização e fiscalização dos medicamentos; e o Patronato das Crianças Pobres com sua diligência educacional voltado a crianças órfãs, buscava constituí-los cidadãos úteis tanto à religião como à pátria. A maioria das obras pertencia a Dom André. Iniciado sua trajetória no Rio de Janeiro por volta de 1909, quando designado vigário da paróquia de Botafogo, logo fundou associações que possuíam um zelo paroquial que atraíssem muitas conquistas religiosas. Formou-se no Colégio Pio Latino, em Roma e viu na imprensa católica a alma do apostolado moderno.¹³⁶

Não basta a educação leiga. Esta, prescindindo inteiramente do elemento religioso, pouco ou nada pode fazer no interesse da moralidade pública. Sem os princípios religiosos, precario e inutil há de ser naturalmente qualquer esforço neste sentido, por que da religião é que tiram a sua origem os bons costumes. {...} “O Patronato das Crianças Pobres” da Fregezia de S. João Baptista da Lagôa cuida com esmero deste ponto importantissimo da educação com o ensino diario do catecismo e a pratica da religião, concorrendo dest’arte para a moralidade nacional¹³⁷.

O diferencial entre as ações juvenis do Escoteirismo e as do Patronato, é que nesta última as crianças aprendiam alguns ofícios, como na própria tipografia da matriz, no intuito de formar a esperança da Pátria, conforme pensavam, de maneira a “garantirem seu futuro” e não se tornarem um “perigo para a sociedade¹³⁸”, “auxiliando” na solução de graves problemas sociais. Percebemos que, no começo da segunda década do século XX, o jornal debruçou-se em um viés propagandístico que visava: o financiamento das suas instituições de caridade e o zelo pela formação espiritual e cívica de seus paroquianos. Pretendendo resgatar e/ou manter seus fiéis, direcionando-se a grande parte da elite, a paróquia da Lagoa reuniu forças que agiam diretamente na realidade do bairro de Botafogo.

Contando com oito páginas, das quais duas eram destinadas à propaganda, a estrutura do jornal dava-se da seguinte forma: na primeira página, no canto superior direito, era estampado uma Cruz com a bandeira do Brasil escorada; logo abaixo suas linhas se dedicavam a seção de reflexão bíblica, com temas, que em sua maioria, perpassavam o dever de culto dos fiéis; as páginas eram ocupadas pela seção Palestras

¹³⁶ REGO, Rosalvo Costa. O Patronato. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n.1, 21 set. 1919, p. 1.

¹³⁷ REGO, Rosalvo Costa. O Patronato. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n.1, 21 set. 1919, p. 3.

¹³⁸ Ibid., p. 3.

Hygienicas, servindo como orientação, em alguns momentos, na proteção contra doenças, e em outros como crítica aos praticantes da religião espírita em Botafogo, revelando-se como uma seção que buscava o “cuidado” tanto físico como espiritual da comunidade. Suas colunas eram ocupadas por uma página intitulada Conto divertido para Pequenos e Grandes, que a cada número trazia as aventuras do personagem Zé Pinho, com o intuito de entreter seus leitores. Apresentava cartas pastorais do arcebispo, quando enviadas à paróquia e publicava os gastos do mês tidos para com o Patronato das crianças pobres. As propagandas eram estampadas pelo comércio local, como loja de ferragens, de tecidos e artigos religiosos, estendendo-se a uma cooperativa de crédito popular e a casa de saúde de Botafogo. No decorrer dos anos, o jornal vai ser financiado por outros estabelecimentos, visto ter se ampliado para outras paróquias, mas em sua maioria, segue com os mesmos.

Entre seus colaboradores e redatores está o cônego Arcoverde, padre J. Croiset, João Peixoto, Soares d’Azevedo e padre Rosalvo Costa Rêgo. O número de colaboradores se redefine a cada ano, chegando até a um corpo intelectual leigo que irá preencher suas colunas. Seus textos seguem a mesma dinâmica, debruçando-se na moralização da comunidade¹³⁹ e exaltação da boa imprensa.

Os anos 1920 representaram para a hierarquia católica a afirmação da predominância do catolicismo na sociedade, algo que seria sentida em São João Batista, buscando melhor terreno para o crescimento dos preceitos cristãos entre a população brasileira. Desse modo, atuando “junto às lideranças do país, no campo político, militar e até mesmo intelectual, os bispos julgavam que o Brasil se tornaria uma nação plenamente católica em suas estruturas e suas leis¹⁴⁰”.

Os rumos nacionais não poderiam partir de uma hegemonia protestante, laica ou socialista – dado que o Partido Comunista havia se tornado realidade em 1922, mesmo que fraco inicialmente – segundo a Igreja brasileira, e sim de acordo com o dogma católico, fortemente orientado pelas ações da Cúria romana.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica enfrentou alguns desafios: a consolidação da organização das dioceses, de maneira a garantir a consolidação da sua autonomia e o estreitamento das relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Brasil. Nesse campo, a nomeação de D. Joaquim

¹³⁹ No artigo Moda parisiense, por exemplo, a moda feminina é um dos temas tratados, com crítica ao uso de roupas consideradas extravagantes como um inconveniente para as famílias e comunidade. REGO, Rosalvo Costa. A moda parisiense. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n.11, 8 fev. 1920, p.2.

¹⁴⁰ AZZI, 1979, p.69.

Arcoverde, em 1905, como o primeiro Cardeal da América Latina, e a elevação da Representação Diplomática da Santa Sé no Brasil ao status de Nunciatura, em 1901, foram pontos fundamentais na aproximação com o governo brasileiro e no andamento do projeto de ampliação da presença papal no Brasil¹⁴¹.

Arquitetando novas atitudes e reforçando que o cumprimento dos deveres dos leigos para com a religião era de extrema urgência, auxiliando-a em sua expansão e obras assistencialistas, cumpria-se assim uma série das inúmeras demandas de Roma. O início da década de 1920 articulou forças aos interesses da alta cúpula do Vaticano às Igrejas locais, com fortalecimento da ação da Nunciatura no Brasil. O Núncio ficaria responsável por ampliar atitudes que dessem maior influência da religião nos assuntos do Estado. Devido ao terreno fértil, nesse momento, para a atuação da Santa Sé no Brasil, a Igreja engendrou forças maiores na sua organização e intensificou o combate aos seus infortúnios. Centrada na figura do papa Bento XV, cuja nomeação foi causa para a visita do presidente Epitácio Pessoa, fixou-se um novo modelo de relação entre ambos: o da cooperação¹⁴².

A *Cruz* não deixa essa aproximação da Santa Sé com o governo brasileiro passar em branco, e, ao relembrar os paroquianos do aniversário natalício de Bento XV, tido pelo jornal como “figura de maior relevo moral em todo o mundo”, foi noticiado o feito do governo Pessoa em elevar a representação brasileira diplomática junto ao Vaticano à categoria de embaixada, aumentando mais a influência católica no Brasil.

A Igreja Catholica, como muito bem accentuou em Roma o nosso presidente, dr. Epitacio Pessôa, vem exercendo entre nós real influencia sempre em garantia da ordem, da concordia e da alta cultura intelectual e civil. {...} Confiados no seu patriotismo, esperamos da sua acção diplomatica relações mais intimas com a Santa Sé, de conformidade com a situação que occupamos entre os paizes catholicos¹⁴³.

Por meio dessa aproximação, o desejo da soberania nos ofícios espirituais pelo catolicismo, edificou dinâmicas que denunciavam a aproximação protestante, visto como empecilho na unidade política e religiosa. O jornal *A Cruz* transformou suas páginas em um canal para extirpar as ideias não católicas de sua comunidade e desenvolveu diversas conferências de instrução aos leigos para promover a derrocada dessas ideias. Essas conferências ficariam a cargo do padre João Gualberto, colaborador na administração da

¹⁴¹ ROSA, 2011, p.68.

¹⁴² ROSA, 2011, p. 92.

¹⁴³ O ANNIVERSARIO do Papa. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, Num. 5, 16 nov. 1919, p. 3.

paróquia, a mando da autoridade eclesiástica, o Vigário Geral Maximiano da Silva Leite.

As conferências discutiam a doutrina protestante e seus malefícios à pátria e também às famílias. O Vigário Geral já empreendia seu embate com os protestantes, tendo excomungado o sacerdote Victor Coelho de Almeida, que havia se convertido ao protestantismo. Esse evento refletiu medidas direcionadas aos pais para que zelassem pela pureza de seus filhos e não os matriculassem em colégios protestantes. Nesse sentido, em consonância com as ordens da autoridade eclesiástica, o *A Cruz* criou uma coluna específica para questionar o protestantismo e espiritismo: Catecismo Anti-Espírita. Essa seção se tornou fixa e buscou discutir como o espiritismo poderia arruinar a vida religiosa de seus praticantes, como considerado pelo jornal, por propagar um discurso distante da verdade de Cristo. Em um desses catecismos Anti Espírita, o jornal reforça a “demonização” da prática espírita e diz que não se deve “admitir que o espiritismo possa trazer algum bem para a humanidade. Muita razão tem a Igreja de condená-lo e, de proibir aos catholicos, as práticas espiritas. ”¹⁴⁴

Para combater a imprensa antirreligiosa, o periódico estruturou dois planos de atividades: uma com teor de maior propagação da doutrina cristã, o qual de quinzenal, transformou-se em diário; e outra com esferas de ação mais estruturadas, visando o combate direto do “veneno” socialista que poderia afligir as camadas operárias da Lagoa. O vigário Arcoverde criou, portanto, uma das obras de maior relevância da paróquia: a Caixa Operária. Esse “banco”, destinado aos operários, teria por patrono São José, modelo de “submissão” e trabalho, tentando, dessa forma, acabar com a usura e remediar os que se encontravam em piores condições econômicas. “Imitem-no, pois, os operários e quantos trabalham na vida pela conquista dum ideal nobre. copiem em si as suas virtudes os chefes de família”¹⁴⁵.

Na virada da década, percebe-se a ampliação da estrutura do *A Cruz* e o diálogo mais claro com o público que propôs alcançar. A preocupação com a falta de um partido católico, a imprensa anticlerical e a questão operária tomaram conta de suas páginas e redefiniu um novo campo de atividades. *A Cruz* proibia, por exemplo, seus assinantes de

¹⁴⁴ CATECISMO *Anti-Spirita*, **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n. 6, 30 nov. 1919, p.6.

¹⁴⁵ O PATROCÍNIO de S. José. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano V, n.17, 22 abr. 1923, p.3.

lerem o jornal *A Razão*, que, segundo o mesmo, “regurgitava” argumentos para tentar desfalecer a autoridade da Igreja Católica e também a autoridade local, por ter proferido ofensas ao cardeal Arcoverde.

Essa atitude não partiria apenas da paróquia - tomando como fundamento a *Rerum Novarum* de Leão XIII -, seria um trabalho conjunto aos que possuísem melhores condições na comunidade. De acordo com Arcoverde, poderiam fazer parte dessa associação “especialmente os operários, artistas e jornalheiros que tendo a livre disposição de sua pessoa e bens, não estiverem filiados a seitas condenadas pela Igreja – maçonaria, anarchismo, socialismo, espiritismo, protestantismo, etc¹⁴⁶”, em vista de que os princípios fundamentais da pátria, como a religião, família e propriedade fossem conservadas.

Communs a todos os fiéis, encontra cada um, em sua condição e em seu estado, meios particulares para se santificar. A divina providência dispoz por tal arte todas as cousas, regulou tão bem todas as condições, que tudo é caminho para chegar seguramente a nosso último fim. Não invejemos o retiro de uns, a tranquilidade de outros; nós podemos, cada um em seu proprio fundo, achar os mesmos fructos, ou, pelo menos, equivalentes¹⁴⁷.

A paróquia ampliou sua atuação chegando até os operários, tanto por uma alternativa à situação de exploração que por ventura sofressem, como na formação espiritual e moral desses. Foi criado, juntamente com a Caixa Operária, o Patronato dos operários, conduzida também por Arcoverde, priorizando em seu estatuto como a doutrina católica oferecia respostas mais justas frente às noções socialistas e anarquistas, ampliando o dever da importância da estabilidade social e o elo junto a quem detinha capital, dado que dessa forma seria possível o avanço da Pátria.

Está definitivamente creada nesta parochia a Caixa Operaria, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ilimitada, que tem por fim auxiliar os operarios em suas difficuldades financeiras, de accôrdo com os seus Estatutos. {...} A directoria, nomeada pela auctoridade ecclesiastica, ficou assim constituida: Conego dr. André Arcoverde, delegado da Auctoridade Ecclesiastica. Luiz da Silva Porto, presidente. Dr. Placido de Mello, secretario. Manuel Antnes de Oliveira Macedo, gerente. De accôrdo com os Estatutos, foi eleito um Conselho Fiscal, composto de tres membros effectivos¹⁴⁸.

A instalação da Caixa Operária ocorreu no aniversário da publicação da *Rerum Novarum* e nasceu com o mesmo intuito: organizar uma obra social prática como

¹⁴⁶ CROISET, S. Padre. J. Meditação: Dos meios que todos temos para operar nossa salvação. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano II, n. 13, 7 mar.1920, p. 2.

¹⁴⁷ Ibid., p. 2.

¹⁴⁸ A CAIXA Operária. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano II, n. 16, 18 abr. 1920, p. 5.

alternativa às “desordens” anarquistas e socialistas. O propósito era marcar o catolicismo como fonte da união fraterna entre as diferentes classes, assentando uma cooperação mútua contra a exploração do trabalho, bem como proteger os bens dos empregadores. Além disso, a Caixa Operária veio para criar, dentro de Botafogo, um meio seguro para que os operários pudessem fazer transações de dinheiro, pequenos empréstimos, poupança e o recebimento de juros de títulos e apólices¹⁴⁹. O bairro de Botafogo construía um organismo econômico próprio, gerido pela própria Igreja.

Tudo isto está a reclamar uma solução equitativa e justa do problema operario, que de nenhum modo póde consistir no ataque ao capital, como querem certos demagogos impetinentes. Capital e trabalho são elementos que se completam para a prosperidade de um povo. Atirar uma classe contra a outra com o intuito de estabelecer a desordem nas sociedades, acirrando odios entre irmãos, é crime de lesa-patriotismo. Acautelem-se, pois, os nossos operarios contra os elementos turbulentos, na sua grande maioria estrangeiros, que tudo promettem e nada realizam em benefício do proletariado. São homens sem fé e sem pátria, que vivem da exploração do povo¹⁵⁰.

Junto a essa atitude material de combate ao socialismo, o jornal também utilizou o discurso para fomentar seu posicionamento crítico, demonstrando, mesmo de maneira tímida, uma preocupação com assuntos políticos. O combate ao socialismo é uma pauta do periódico desde seu início, mas sua principal preocupação é discutir o valor da doutrina católica em detrimento da doutrina protestante; seu teor mais político, ou seja, seu discurso essencialmente atuante na política nacional vai ganhar mais espaço a partir da submissão do periódico à D. Leme, por volta de 1925. No seu segundo ano de existência, entre as ações coordenadas pelo periódico existiram as reuniões operárias comandadas pelos padres locais, que expunham aos operários de Botafogo o dever para com a harmonia social, educando-os nos princípios da justiça tomista. A esse assunto dedicou-se uma seção exclusiva: Seção Operaria.

Seus artigos já englobavam o valor da união entre religião e pátria, repreendendo qualquer tipo de agitação que colocasse capital e trabalho como inimigos. “Capital e trabalho são elementos que se completam para a prosperidade de um povo. Atirar uma classe contra a outra com o intuito de estabelecer a desordem nas sociedades, acirrando odios entre irmãos, é crime de lesa-patriotismo. Acautelem-se, pois, os nossos operários

¹⁴⁹ A CAIXA Operária. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano II, n. 16, 18 abr. 1920, p. 2.

¹⁵⁰ REPRESSÃO do anarchismo. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n. 16, 18 abr. 1920, p. 5.

contra os elementos turbulentos {...} São homens sem fé e sem pátria, que vivem da exploração do povo.”¹⁵¹

O Estado não dispõe de força moral nem material que reprima a anarquização das consciências. Material, porque não a há. Moral, porque dispensou oficialmente a colaboração da Igreja. {...} ora é a nós, católicos, mais do que a quaisquer outros, que compete o trabalho insano da defesa social e até nacional: temos o púlpito, os sodalícios, os colégios, a imprensa, os círculos. Movimentos mais graves hão de vir, porque a imigração cresce. {...} Precisamos de conquistar definitivamente a fábrica e a oficina. É aí que reside o germen do mal, pronto a espalhar-se por todo o organismo da sociedade brasileira. {...} Engatilhemos, pois, as nossas armas.¹⁵²

O movimento de resgate dos operários, feito pela paróquia de São João Batista, fazia parte, como lembrou Romualdo Dias, de um movimento religioso de inserção das camadas populares a “um conjunto de temas com sentidos aproximados aos princípios da doutrina elaborada por pensadores contrarrevolucionários europeu no século XIX¹⁵³”. Isso facilitou que a intelectualidade católica, nos anos 20, conseguisse um formato mais organizado e aguerrido, ainda mais pelas transformações que ocorriam na sociedade.

No decorrer da década de 1920, a alta hierarquia católica brasileira sofreu algumas tensões devido aos novos rumos que se direcionava o país. Alguns movimentos contribuíram para que as táticas católicas se modificassem, como a Semana de Arte Moderna, ocorrida em 1922; o movimento tenentista, a criação do Partido Comunista, a Revolução de 30, e, principalmente, a criação do Centro Dom Vital, em 1922, por Jackson de Figueiredo, que, indignado com a emancipação humana dos preceitos cristãos, contribuiu para o auto fortalecimento da doutrina católica, julgando que o afastamento do ser humano de Deus, era um dos maiores males da sociedade moderna¹⁵⁴.

Nessa fase, a economia cafeeira entrou em crise e concomitantemente, fortaleceu-se a contestação do poder político das oligarquias regionais. Houve a consolidação do movimento operário, o crescimento da oposição de esquerda, com o PCB, a intensificação da crise econômica e o fortalecimento de grupos que se sentiam alijados ou não representados pela política dos Estados. Dois desses grupos eram: os tenentes e a Igreja Católica, que agiram politicamente nos governos de Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e

¹⁵¹ Ibid., 1920, p.3.

¹⁵² AZEVEDO, Soares. Engatilhar. **A CRUZ: Orgão da paróquia de S. João Batista**. Rio de Janeiro, ano II, n.12, 20 fev. 1931, p.1.

¹⁵³ Mialhe, Jorge Luis. Imagens de Ordem: A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933). Educação: Teoria e Prática, v. 6, n. 10/11, 1998, p. 29. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/107255>> Acesso 23 jan. 2023.

¹⁵⁴ ROSA, 2011, p. 96.

Washington Luís, aproveitando a condição de instabilidade para organizar formas de pressão e de influência¹⁵⁵.

O fortalecimento da intelectualidade católica coincidiu com o reforço da administração eclesiástica, ainda na década de 1920, com a nomeação de Dom Sebastião Leme como Arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, auxiliar de Dom Joaquim Arcoverde que se encontrava debilitado. Sua nomeação não foi vazia de estratégias pela Santa Sé, pois, Dom Leme já vinha se destacando no cenário nacional devido ao seu caráter combativo em relação às transformações provocadas pela modernidade. Mesmo, inicialmente, tendo tido desavenças com Dom Joaquim e também por não se julgar apto para exercer o cargo, Dom Leme se tornou uma das figuras de maior destaque da hierarquia católica no decorrer de sua liderança. Manteve proximidade com Jackson de Figueiredo e com o cônego André Arcoverde, caminhando em conjunto para a criação de um controle mais efetivo nas paróquias e de aproximação com os fiéis. Dom Leme, inclusive, terá um controle direto na manutenção do *A Cruz*, modificando completamente seu discurso e ampliando a fileira de seus inimigos.

2.1 “De joelhos para rezar, de pé para combater”: a Restauração católica no Brasil.

A segunda década do século XX suscitou na hierarquia católica a criação de novas dinâmicas no enfrentamento às mudanças sociais e políticas que o Brasil vivenciava e, mediante isso, afirmar o prestígio católico na sociedade tornou-se uma de suas principais metas. Esse período criou terreno para o que Riolando Azzi chamou de fortalecimento da Restauração católica no Brasil. Sua aproximação com as lideranças nacionais no ambiente político, militar e intelectual facilitaria a ampliação de leis que sustentariam a força social do catolicismo no país. Desde a proclamação da República, a Igreja temeu que o Positivismo, socialismo e o espírito laicista tomassem conta do Brasil.

Por conseguinte, em contraposição às ideias de participação popular, de tendência socialista, a Igreja, visando reafirmar sua presença na sociedade, passa a exaltar o princípio da autoridade. Era mediante a organização de um Estado forte e estável que a hierarquia vislumbrava o melhor caminho para restabelecer também sua autoridade na sociedade brasileira¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Ibid., p. 96.

¹⁵⁶ AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930). **Revista Síntese**. v.4, n.11, 1 mar. 1977. p.70.

A organização laicista da República Velha assustava os membros da hierarquia católica, principalmente por relega-la a um papel coadjuvante nas decisões sociais e políticas. A repulsa pelo laicismo teria base na noção de que a Igreja era inimiga do progresso e da liberdade, surgido junto com as origens do nacionalismo e não como resultante de uma ação crítica do povo, pelo contrário, resultante de uma elite e imposta às outras camadas sociais¹⁵⁷. Frente a isso, defender um governo repressivo com essas novas ideologias lhe traria vantagens porque aliando-se a esse, poderia reorganizar as estruturas jurídicas do governo e trazendo de volta sua relação próxima ao Poder. O Brasil havia nascido no berço católico e assim deveria permanecer.

É certo que as aproximações entre o altar e o poder estatal começaram nos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. O cardeal Joaquim Arcoverde apresentou-se junto a esses presidentes em datas de comemorações oficiais, como na festa do centenário da Independência do Brasil, e, de forma significativa, no jubileu de ouro de D. Arcoverde, comemorado com um jantar, reunindo lideranças políticas e episcopais. Dentre elas, podemos citar D. Sebastião Leme (1882-1942), que com “muito tato político, deu o reinício à colaboração entre Igreja e Estado¹⁵⁸”.

Diante da aproximação dos assuntos públicos, a Igreja, nos anos 1920, era a maior detentora do ensino privado no país, aumentando sua mobilização na sociedade pela educação, bem como por instituições que dessem conta de colocar em cena seus interesses, como a criação da Confederação católica, voltada para a organização intelectual católica do Brasil. Portanto, condizente às mudanças vivenciadas no país, a Igreja se reinventava e fortalecia a sua rede de intelectuais dispostos a formularem medidas que dessem nova dimensão à doutrina católica.

D. Sebastião Leme, torna-se a principal personalidade atuante na gerência dos interesses da hierarquia episcopal. Conhecido em meio às autoridades tanto apostólica como política, Leme se destacou ao ser convidado como bispo coadjutor do Rio de Janeiro, devido aos problemas de saúde do cardeal Joaquim Arcoverde. A efervescência política, social e cultural brasileira naquele momento, germinou um novo olhar de Dom Leme para reorganizar a restauração católica em torno dos eixos tridentinos. Sua defesa procede de uma Igreja com a função de: orientar os governos civis; conquistar maior

¹⁵⁷ SCAMPINI discute esse ponto ao retratar a liberdade religiosa na Constituição de 1934, elencando os motivos que levaram ao atendimento das demandas católicas pós Revolução de 30. SCAMPINI, 1974.

¹⁵⁸ AZZI, 1979, p.86.

espaço público para a Igreja e direcionar as consciências na defesa católica a partir da estratégia de um catolicismo de círculos concêntricos¹⁵⁹.

O periódico *A Cruz* recebeu com diversas honrarias a nomeação de D. Leme ao cargo. Na edição de 15 de maio de 1921, logo na primeira página, é editada uma carta do arcebispo à paróquia sobre a importância da figura de São José, direcionando seu olhar aos operários, exaltando o trabalho honesto e contrário às desordens. O Eterno deveria prevalecer diante do material, deixando claro quais poderiam ser as atitudes reformadoras que ele priorizaria. As edições seguintes noticiaram a chegada do bispo na paróquia e seu primeiro método de ação: recorreu à reorganização editorial do *A Cruz*, juntando-se ao corpo redacional do jornal, aliado a Soares D'Azevedo, padre Alfredo Soares e Guiomar Fontes. O fortalecimento da intelectualidade católica ganhou um novo espaço, que os deixou em posição de extrema importância na defesa da Igreja.

D. Leme mobilizou a data festiva do centenário da independência do Brasil como uma tática na restauração católica do país, declarando 1922 como o ano Eucarístico em prol da pátria¹⁶⁰. Isso evidencia a forte ligação do catolicismo dos anos 20 e 30 com o nacionalismo. A Igreja entendia-se como atuante no Brasil desde seu “descobrimento”. Esse catolicismo é o que prima pelo comum acordo com o Estado, aspirando “conduzi-lo à moralidade católica, lugar por excelência do equilíbrio, do bom senso, da conciliação condicionada a um pacto pelo bem comum universal dos homens¹⁶¹”.

O centenário da independência foi um divisor de águas nas ações da Igreja para viver mais próxima das decisões políticas¹⁶². O Congresso Eucarístico, realizado no mesmo ano, trouxe à tona reflexões doutrinárias e reivindicatórias da intelectualidade cristã, com destaque a Jackson de Figueiredo. Recém-convertido ao catolicismo, Figueiredo transformou-se em um dos nomes mais importantes da restauração católica ao assumir a

¹⁵⁹ Baldin trabalha esse conceito o definindo como o tipo de catolicismo que se inicia no indivíduo, do indivíduo para a família e da família para a sociedade e dessa para o Estado. Um catolicismo que englobasse todos os aspectos da existência humana. BALDIN, Marco Antonio. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 157 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

¹⁶⁰ Houve uma cerimônia em comemoração ao centenário, considerado pelo *A Cruz* como a comprovação da “influência do catolicismo no Brasil, quer na sua formação, quer no seu desenvolvimento.” A CERIMÔNIA da coroação. **A CRUZ: Órgão da paróquia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano IV, n.7, 12 fev. 1922, p.1.

¹⁶¹ BALDIN, 2014., p.62.

¹⁶² “Saibam todos que descatolizar o Brasil é desnacionaliza-lo, roubar-lhe o espírito de suas tradições seculares, ameaça-lo na sua própria unidade e na existência política.” ASSOCIAÇÃO Christã de moços. **A CRUZ: Órgão da paróquia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano IV, n.32, 24 dez. 1922, p.1.

presidência do Centro Dom Vital e assinar a direção da Revista *A Ordem*. Esse Centro foi responsável por ampliar a produção intelectual católica; Figueiredo era contrário à emancipação do homem, porque isso seria o desencadeador de todos os males modernos. Por demonstrar a força do conservadorismo cristão frente às mudanças daquele período, Romualdo Dias considera as ideias de Figueiredo como uma “revolução” nas atitudes católicas, levando em consideração as que ocorreram fora do campo religioso, como a Semana de Arte moderna em 1922 e o movimento tenentista e, mais tarde, a Revolução de 30, colocando Vargas no poder¹⁶³.

Recordemos que em 1922 e 1923 foram anos de agravação da crise política em que se debatia o Brasil, em consonância, aliás, com a situação de instabilidade política mundial que se seguiu à guerra de 1914-1918. O levante de 5 de julho de 1922, se por um lado representou o ponto final na agitação promovida pela chamada Reação Republicana, por outro lado pode-se dizer que marcou o ponto inicial de uma série de levantes, que culminaram em 1930 com o movimento desencadeado pela Aliança Liberal.¹⁶⁴

Mesmo que 1922 tenha se tornado um marco da ação tenentista, suas atitudes não se encerram aí, organizando-se em São Paulo, no ano de 1924, uma nova revolta visando à derrubada de Bernardes. Não cabe neste trabalho uma descrição pormenorizada desses eventos, servindo apenas como norte nessa discussão. No entanto, as pautas de 1924 também foram movidas por “considerações estritamente militaristas¹⁶⁵”, mas dada a relevância de São Paulo, maior centro industrial naquele momento, o movimento não sobreviveria sem aliados tanto no campo militar como no campo civil.

A partir da década de 20 formou-se uma corrente de pensamento favorável à reaproximação entre a Igreja e Estado. Essa orientação correspondia tanto a interesses da Igreja como do Estado. O poder político via na Igreja um valioso apoio para a manutenção da ordem pública, conturbada pelos movimentos revolucionários que caracterizam esse período. A Igreja, por sua vez, se considerava como elemento importante no país para a manutenção da ordem constituída através da pregação de valores morais e religiosos¹⁶⁶.

¹⁶³ “A despeito desse momento que envolvia particularmente a instituição eclesiástica, corria pelo Brasil afora toda uma plêiade de acontecimentos que faziam o país fervilhar. Os levantes militares no Brasil dos anos de 1920 ocorreram com frequência assustadora, colocando os governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e o de Washington Luís numa polvorosa instabilidade institucional (1922 – 1924 – 1925 – 1928 – 1930); a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922; manifestações de operários, consolidação da fundação dos sindicatos, associações e congêneres.” AZZI, 1977, p. 38.

¹⁶⁴ Ibid., p.83.

¹⁶⁵ Ibid., p.115.

¹⁶⁶ Ibid., p.99-100.

D. Sebastião Leme aproximou-se de Figueiredo¹⁶⁷ e muito de suas estratégias visaram o reordenamento da obra eclesiástica para que os valores cristãos fossem sedimentados. Foi criada, por exemplo, a Confederação Católica, como uma “espécie de órgão central {...} responsável por reunir todas as entidades até então existentes, dinamizadas pelo próprio arcebispo coadjutor, em órgãos promotores de mobilizações católicas¹⁶⁸”. A finalidade de construir uma dinâmica que abarcasse as diversas obras da Igreja era a de resgatar a força do catolicismo em ditar normas não apenas no campo religioso, mas também no campo moral.

A atuação direta de D. Leme no jornal *A Cruz* trouxe novos ares para a sua estrutura, que, antes voltada no combate do protestantismo, centra seu olhar à defesa das pautas católicas, como, por exemplo, a importância da Igreja na restauração da ordem e disciplina social, e na derrocada do comunismo em solo nacional que crescia cada vez mais. Há uma mudança entre seus colaboradores, não sendo unicamente de padres locais, mas abrindo espaço para leigos defensores do discurso político na defesa que o ser brasileiro só seria possível se estivesse lado a lado com a Igreja. No ano de 1925, o periódico comemora a atitude do Arcebispo coadjutor de submetê-lo aos auspícios da Confederação Católica do Rio de Janeiro.

É propriamente Sua Excia. Revma. o sr. Arcebispo Coadjutor quem dá ao nosso jornal este impulso de mais folego, de mais energia e maior alcance, animando-o a uma actividade e a uma area de acção que até aqui se exercia sómente entre os limites do nosso bairro para agora se estender por toda a Archidiocese sob os auspícios da Confederação Catholica do Rio de Janeiro. {...}. Assim, e com a orientação da Confederação do Rio de Janeiro, o nosso jornal continuará sendo exclusivamente de acção catholica porque nunca foi nosso intuito fazer da Cruz um órgão político e muito menos partidário. Relativamente a política, a nossa conducta será sempre a prescripta no programma da Confederação Catholica do Rio de Janeiro. Queremos dizer: somos de Deus e somos da Pátria. E assim sendo não nos serão indifferentes os grandes problemas que preoccupam os interessados pelos nossos destinos gloriosos¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Figueiredo escreveu um artigo para *A Cruz* no ano de 1925, exaltando a presença do arcebispo no novo posto, definindo-o como “a primeira grande victoria dessa nova política da Santa Sé em relação ao Brasil”. FIGUEIREDO, Jackson. D. Sebastião Leme. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano VII, n.1 jan. 1925, p. 2.

¹⁶⁸ BALDIN, 2014, p. 121. Além do Centro Dom Vital, podemos citar: Movimento Nacional Missionário, Congresso Eucarístico Nacional, Missões nos bairros pobres, Instituto Católico de Estudos Superiores e a Universidade Católica.

¹⁶⁹ A NOVA phase d’”ACRUZ”. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 1, 1 jan. 1925, p.1.

É a partir daqui que *A Cruz* inicia sua segunda fase. Tornando-se semanal, segue as pautas que são colocadas pela própria Confederação, segundo as próprias bandeiras levantadas por Leme. Significou para o jornal que se no âmbito político houvesse a interferência nas questões de ordem moral e religiosa, lá estariam em batalha para o fortalecimento da Ação Católica. Sua circulação aumentou na arquidiocese e chegou a espaços antes almejados, como outros lugares do Rio de Janeiro, transformando-se em um importante jornal católico a favor da restauração católica.

O valor doutrinário e de embate que assumiu o periódico nesse momento, responde ao esquema do arcebispo em deixar clara a visão apostólica acerca das transformações vividas no país. Considerando existir uma “boa imprensa” e uma “má imprensa”¹⁷⁰, a Igreja da Lagoa proibia que alguns periódicos fossem lidos por seus fiéis, salientando seu dever em auxiliar as demandas cristãs. É o que Germano Campos, por exemplo, considerou como a função pedagógica que compõe a estrutura do jornal entendendo-o como um espaço representacional; o autor, ao pormenorizar uma análise do discurso, entendendo-o como um espaço representacional que reflete o contexto histórico-social com uma visão de mundo “determinada, necessariamente, pela posição social, ou lugar de fala ou de poder de seu, ou de seu(s) autor(es).¹⁷¹”

É como se definiu *A Cruz*, atribuindo-se o intuito de reintegrar o país nos moldes cristãos, pretendendo estimular as energias cívicas de seus leitores. As colunas dedicadas ao aprendizado do evangelho diminuíram e deram espaço para uma crítica política do ambiente nacional e externo. O teor fortemente anticomunista que tanto vai preencher suas linhas se fortalece, junto do alerta para a necessidade da união de forças contrárias a essa doutrina.

Esse alerta estendia-se para a pauta da laicização do ensino, definindo as escolas leigas como um dos maiores males, já que a educação cristã era a única que semearia frutos para a pátria, sendo, portanto, essencial: o fruto da fé geraria a moralização do indivíduo e das famílias, e, conseqüentemente, da sociedade, fortalecendo a cristianização e obediência dos povos. A direção fica a cargo do padre Rosalvo Costa Rego e passa a ser administrado por Almeida Pinto.

¹⁷⁰ Em um artigo o periódico anuncia que existia uma “ditadura” sectária na imprensa e que apenas a católica seria a guarda da verdadeira justiça. DICTADURA da imprensa. **A CRUZ: Orgão da paróquia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano” XIII, n.16, 19 abr. 1931, p.1.

¹⁷¹ CAMPOS, 2010, p.49.

A partir disso, a atuação de D. Leme na paróquia¹⁷² foi a de organizar medidas que trouxessem força humana às suas táticas, com o incremento da Ação Católica¹⁷³, junto da Confederação Católica masculina e feminina e retiros voltados tanto para os intelectuais católicos, como para os operários da Lagoa. O trabalho com os operários recebia particular atenção, visto que quando se tratava do comunismo era “preciso prevenir, para não correr o risco de remediar {...} toda vigilância é pouca, porque a peste russa é uma séria ameaça”¹⁷⁴. Costa Rego assinava a direção do jornal e também é nomeado por D. Leme como Vigário geral da arquidiocese, tornando-se seu representante.

A reunião desses órgãos, como mostra o jornal, incluía a formação de comissões responsáveis por um determinado assunto, para que um trabalho mais efetivo pudesse ser feito. Na seção masculina da Confederação, existia a comissão de fé e moral, responsável por fiscalizar os ataques sofridos pela religião, e, dentre suas funções, era responsável por obrigar tal culpado do ataque a se retratar. A feminina dividia-se em comissões que visavam denunciar os males sociais e decidir ações familiares e de caridade. Essas subdivisões dentro da Confederação tinham por intuito recuperar os espaços que a Igreja havia perdido, perpassando, além das já citadas acima, o direcionamento das vocações sacerdotais, assistência popular, imprensa e santificação das famílias.

No final da década de 20, a direção passa para as mãos de João Carlos Bezerril e gerência de Odilon Dantas, dois leigos engajados nas propostas católicas. O jornal já circulava em quase todas as paróquias, transformando-se em um importante meio da atuação ultramontana. O jornal possui um caráter mais filosófico e teológico, focado em trazer a público as encíclicas papais e redefinir a relação Igreja-Estado por que “é indispensável que entre o poder civil e o eclesiástico haja ordem e harmonia, como há entre o corpo e a alma no composto humano. ”¹⁷⁵ A *Cruz* assumiu, ainda, a função de dinamizador cultural, ao retratar, em suas páginas, contos estrangeiros e também feitos por seus leitores, contando com poemas simples que prestavam uma ação pedagógica frente às camadas mais pobres, ensinando-lhes a doutrina.

¹⁷² André Arcoverde mudou-se para Valença, atual município da Bahia, para exercer o cargo de bispo.

¹⁷³ Mesmo que a Ação Católica se solidificar, de fato, em 1935, suas raízes iniciam-se na década de 1920.

¹⁷⁴ O COMUNISMO. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XI, n.30, 28 jul. 1929, p.3.

¹⁷⁵ ENCÍCLICA *Imortale Dei*. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.3, 15 jan.1928, p.5.

Mediante a tutela de D. Leme, fica perceptível seu forte teor combativo¹⁷⁶, deixando de lado, mas não totalmente, a divulgação de suas ações de caridade, para fomentar nos fiéis a definição de uma nova Igreja, a tridentina, que, através da colaboração dos leigos, promovia novas atitudes de fé e moral, proteção da família e estímulo às vocações, já que era necessário aumentar o corpo eclesiástico na difusão de preceitos sãos. “Para o cardeal, o catolicismo só seria novamente visto com respeito e constituído de força político-social quando estender-se a todos os espaços da realidade do laicato”¹⁷⁷.

A composição estética do jornal também se modifica, assumindo um novo arranjo em suas páginas, visto da seguinte forma: não é mais de distribuição gratuita aos pobres e não mais produzido na matriz da Lagoa; em sua primeira página há, na maioria de seus números, uma homenagem da Confederação a uma figura do corpo eclesiástico; a seção Echos e Commentarios trata de temas relacionados à Igreja e a questões nacionais; a Ação Católica é destacada com duas páginas tratando dos assuntos discutidos em suas reuniões, buscando informar e formar seus leitores; há uma seção feminina abordando a educação do lar e, por fim, o aprendizado do evangelho reduz-se a apenas uma coluna chamada de Actualidades evangélicas.

O ano de 1930 no Brasil significou uma gama de transformações externas e internas na Igreja, tanto pela revolução de 1930, assim como D. Leme no cargo de arcebispo principal¹⁷⁸. D. Joaquim Arcoverde morreu em abril de 1930 e deixou para seu coadjutor terreno livre para que suas atitudes, em andamento, ganhassem novos direcionamentos. Essa eventualidade, dado o período de luto, significou para a paróquia da Lagoa um novo passo da afirmação cristã na sociedade, visto a maneira como receberam a notícia de que D. Leme seria agraciado com o título de 2º Cardeal, dedicando um número exclusivo às festividades, cumprimentos de autoridades (contando com a presença de Washington Luis) e todos os tópicos da viagem do cardeal à Santa Sé. A

¹⁷⁶ Jackson de Figueiredo contribuiu com suas ideias para o jornal, dada a sua proximidade com o arcebispo coadjutor. Quando Figueiredo faleceu, em 1928, vítima de afogamento, o jornal produziu diversos números em lamento ao ocorrido. D. Leme foi até seus familiares lhes prestar alento. Quando Tristão de Athaide assume a direção do Centro D. Vital, *A Cruz* comemorou o feito.

¹⁷⁷ BALDIN, 2014, p.71.

¹⁷⁸ “Nos tempos actuaes sobrehae a nobre figura do Eminente cardeal arcebispo, cujo Leme guiará a posteridade nesse mar de consciências perturbadas pelo momento em crise {...} como conductor de fé, só um grande Leme conduzirá o Brasil ao porto de salvação. HOMENAGEM a sua eminencia o sr. Dom Sebastião Leme. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n.42, 19 out. 1930, p.1 -2.

escolha novamente de um bispo brasileiro ao cargo alegrou o jornal e os fiéis brasileiros, provando vivenciar um momento de pura afeição do Santo Padre com o Brasil¹⁷⁹.

No campo político, a perda da chapa composta por Getúlio Vargas e João Pessoa nas eleições de 1930, contra Júlio Prestes, provocou uma série de situações que mudaram a estrutura do Catete e da República. Concretizado o golpe de Estado, Vargas assume o poder provisório, e o então recém-proclamado cardeal enxerga uma possibilidade maior de reaproximação com o Estado. Cardeal Leme assumiu uma postura conciliatória frente aos acontecimentos da Revolução de 30. Como noticiou *A Cruz*, o arcebispo ficou encarregado de manter “a ordem e a disciplina, com o conforto das almas e a perfeita segurança oferecida aos que procuravam auxílio” em meio à transição de Washington Luís. Segundo a entrevista do capitão José Faustino Filho, encarregado de zelar pela segurança do arcebispo, Leme recebeu a incumbência de entregar a Washington Luís o documento que continha o apelo dos generais para a sua saída, do qual este recusou, mas não sem antes oferecer seu tom conciliador para que nenhum sangue fosse derramado naquele momento.

Vim aqui certo de que era para levar o presidente ao Palácio São Joaquim. Desde a manhã que fora resolvido pela Junta e desde a manhã que pelo telephone e por intermédio dos amigos, procuro convencer o presidente a aceitar a minha hospedagem, mas tudo em vão. Agora, fui convidado a vir aqui para leva-lo ao Palácio. Vim. Vejo, porém, que a maioria dos officiaes acha que para garantir-lhe vida só o forte de Copacabana. Estou prompto a acompanhá-lo para conter as explosões do povo que lá fora grita. O que urge é não perder tempo. Salvem-se as vidas do presidente e dos ministros. Não seja esta a primeira página sangrenta da história das revoluções brasileiras¹⁸⁰.

Por mais que o artigo trate com diversas honrarias o arcebispo, fica claro a missão conciliadora que incumbiu-se D. Leme e a de que o jornal também o incumbiu, a de uma atuação na troca com o Poder, aproximando-se cada vez mais para uma relação mútua, para demonstrar a força da Igreja na manutenção da ordem e disciplina¹⁸¹. Esse evento é

¹⁷⁹ Isso fica mais evidente em um poema escrito por uma colaboradora ao jornal, narrando a emoção sentida pela elevação de D. Leme, alegando estar “erguendo os olhos, onde, de emoção, estão lágrimas surgindo, vae chorando e sorrindo” ao pronunciar que não apenas um Pastor, mas um Santo, assumiria as rédeas de ecoar o nome de Cristo na América latina. NASCIMENTO, Alba Canisares. A montanha de Cristo. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n.42, 19 out. 1930, p.3.

¹⁸⁰ CARDEAL D. Leme e os acontecimentos revolucionários. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n. 45, 9 nov. 1930, p.1.

¹⁸¹ D. Leme concede uma entrevista ao jornal e explica que sofreu um mal-entendido ao ser julgado como partidário. O que fica para nós é que o arcebispo procurou conciliar a troca do poder, mas que isso não o definiria a um partido político, visto que a importância era fomentar o apoio que a Igreja poderia prestar junto ao Estado. EM torno de uma entrevista. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.497 dez. 1930, p.1.

confirmado por Lira Neto em sua biografia sobre Getúlio Vargas, quando expõe que o impasse só foi resolvido com a “mediação de d. Sebastião Leme, chegado havia cinco dias de Roma, aonde fora receber do papa Pio XI o barrete cardinalício”, do qual mesmo a resistência de Washington Luís à renúncia ao poder, pelo discurso do cardeal, entregou-se “para ser recolhido como prisioneiro ao Forte de Copacabana”, conduzido em um carro ladeado por d. Leme e “o auxiliar do cardeal, monsenhor Rosalvo Costa Rêgo¹⁸²”.

No entanto, essa prerrogativa combativa do poder eclesiástico, que obedecia, também a um chefe político de um Estado estrangeiro (Papa e o Vaticano), gerava certa desconfiança em Vargas que procurou definir quais os melhores métodos para lidar com esse campo.

A Igreja estava se tornando um corpo mais organizado, com modos de agir que a colocavam em um patamar antes “perdido” na Primeira República. Os discursos a favor da ordem nacional e do sentimento patriótico que o catolicismo podia gerar era a maneira de mostrar ao Estado que pautar sua orientação nas premissas da fé católica seria vantajoso na fortificação do poder, ainda mais com a crise política gerada no governo provisório. Vargas, como estratégia, trouxe a Igreja para perto de si, visto as vantagens que o apoio eclesiástico poderia gerar como uma das bases do novo governo. Aliás, um ponto em comum de ambos os lados era a defesa contra o espírito subversivo que poderia surgir nas camadas operárias; o Estado desejou construir um conceito renovado do trabalho e a Igreja continuava pautada nas lições transmitidas por Leão XIII na *Rerum Novarum*. Para que se efetivasse a salvação dos operários da ameaça externa, a interação do operário “à vida civil e religiosa, a uma visão corporativista e assistencialista”¹⁸³ poderia garantir o efetivo controle que os dois grupos necessitavam.

Como expressou Romualdo Dias, ao destacar a percepção eclesiástica a respeito dos operários, o autor remonta que a dimensão doutrinal sobre o valor da eucaristia, o fomento à disciplina nas procissões e a dependência da autoridade concedida por Deus à Igreja, seria eficaz no controle desse setor pelas lideranças paroquiais, visto que por elas o reconhecimento da autoridade da Igreja elevaria seu valor a um novo degrau. A preocupação com a nova carta magna pós-revolução de 30, alimentou os anseios eclesiásticos a fim de que suas demandas finalmente fossem atendidas. É nesse momento

¹⁸² NETO, Lira. Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930) – 1º ed - São Paulo: companhia das letras, 2012, p.507.

¹⁸³ MIALHE, 1998, p.104.

que os Congressos Eucarísticos frisam o papel dos governantes em atendê-las e incita o apoio popular às reivindicações católicas. Dentre as reivindicações: “que a Constituição fosse promulgada em nome de Deus {...} e reconheça explicitamente o catholicismo como a religião do povo brasileiro¹⁸⁴”, aliando a isso o ensino religioso e a assistência religiosa às forças armadas.

O autor ainda traz a reflexão sobre os três campos de atuação da Igreja para redefinir suas estratégias nos anos 30: o teológico, estético e o político. Na proposta estética aspirava fortalecer a ordem e disciplina das festividades cristãs em torno da suprema majestade de Cristo e da madre Igreja. A maneira como o espaço é organizado, em uma procissão, por exemplo, tendo à frente o clero, acompanhada pela população atrás enfileirada, reforça a submissão dos fiéis à autoridade da Igreja e à fé católica. Isso fortalecia a doutrina cristã e, implicitamente, atingia o lado emotivo dos fiéis ao perceber-se como parte de uma organização (Igreja) forte e ampla, além de engendrar nas consciências um sentimento de unidade e poderoso consenso social em prol de Cristo. Submeter-se à autoridade e à ordem é o que consistiria verdadeira liberdade, a ponto de reconhecer as leis naturais e divinas tendo como fruto a harmonia e a justiça social. Ao voltar seu discurso aos grupos, colocando-os em equilíbrio, a Igreja procurava contrariar o socialismo e reafirmar o entendimento do direito à propriedade privada e à dignificação do trabalho, conforme sua premissa do direito natural estabelecida pela vontade divina. Os métodos encontrados pela comunidade da Lagoa, eram de chegar às famílias necessitadas, bem como à elite local, juntando-as, em muitos casos, nas festas para a comunidade, visando potencializar a harmonia entre os diferentes grupos e conter qualquer tipo de agitação. Os acontecimentos envolvendo Luís Carlos Prestes, chamado de “Lenine brasileiro” pelo *A Cruz*, emitiram alerta para o periódico ao dar maior solidez aos seus avisos do perigo vermelho em terras brasileiras.

De acordo com o professor Rodrigo Motta, a partir dos acontecimentos bolcheviques na Rússia, em 1917, o que era uma ameaça abstrata, tornou-se concreta. O autor afirma que o anticomunismo se firmou no Brasil, com a “Intentona Comunista”, em 1935, devido ao forte impacto causado nos grupos conservadores¹⁸⁵.

¹⁸⁴ GUIZOT. O catolicismo e o Brasil. **A CRUZ: Orgão da parochia de D. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n 3, 18 jan. 1931, p.1.

¹⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p.7.

Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária¹⁸⁶.

Em 1931 o periódico reclamava da propaganda comunista e dizia haver um desejo, por parte dos mesmos, de tornar o Brasil uma nova Rússia, por encontrarem-se à “espreita da toca do seu machiavelismo {...} aguçando as garras com volúpia, para lh’as cravar.”¹⁸⁷ Prestes é exposto como infiltrado de Moscou e sua representação, assim como a dos bolchevistas, passam a ser definidos pelo padre Mario Couto no mesmo artigo, como a de uma “sereia”, devido ao poder de seus encantos e devido a seu forte teor propagandista que transformavam qualquer ambicioso ou revoltado em um militante bolchevista.

Como líder tenentista, Prestes, chamado de o “cavaleiro da esperança”, era aclamado pela imprensa e trazia consigo a “personificação dos ideais de regeneração do Brasil”. Getúlio desejou, antes dos acontecimentos de 1930, o apoio de Prestes à sua coligação por diversas vezes, sendo todas recusadas. Prestes justificava que só apoiaria um movimento político que mudasse as estruturas da sociedade brasileira. Prestes chegou a receber de Aranha certa quantidade de dinheiro para a compra de armas no exterior como proteção à Revolução, mas isso serviu apenas como estratégia de Prestes que dias após cobrar o pagamento da outra porcentagem, declarou seu novo credo político¹⁸⁸. Não obstante, dado a profunda crise política e econômica gerada pelo liberalismo, com o colapso da queda da bolsa americana e pelo desejo por reformas que trouxessem um caminho alternativo ao que se vivia, fez com que Prestes declarasse sua adesão, em 1930, ao marxismo-leninismo, voltando-se totalmente à causa do proletariado “O clima político pós-Revolução de 1930 foi propício a que um número cada vez maior de pessoas, especialmente jovens e intelectualizados, enxergasse no comunismo uma saída para as dificuldades brasileiras. O momento era de reformas, procurando caminhos alternativos em relação ao antigo modelo liberal, considerado falido, e a proposta dos seguidores de Lênin trazia a marca do novo e da esperança. O aumento do poder de atração do comunismo, nesta época, pode ser exemplificado pela postura de Luiz Carlos Prestes, líder tenentista aclamado pela imprensa, desde meados dos anos 1920, como o “Cavaleiro

¹⁸⁶ Ibid., p.5.

¹⁸⁷ COUTO, Mario. Comunismo estende suas garras. **A CRUZ: Orgão da parochia S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.6, 8 fev. 1931, p.4.

¹⁸⁸ NETO, 2012, p.405.

da esperança”, personificação dos ideais da regeneração do Brasil. Prestes tornou público um manifesto, em maio de 1930, onde declarava sua adesão ao marxismo-leninismo e à causa do proletariado. Sua opção certamente influenciou a muitos grupos, que o tinham como maior líder popular do país. Na medida em que aumentou o temor ao comunismo, o campo de atuação anticomunista também se alargou. Na imprensa, o espaço dedicado ao tema foi ampliado, esmerando-se alguns veículos em encontrar argumentos para mostrar a impropriedade do comunismo. ” Por isso a necessidade de “mostrar” a força de atração do comunismo, que havia trazido para si um dos principais nomes, até então aclamado no país. Ao anunciar-se em prol dessa causa, o jornal diz:

Luiz Carlos Prestes, enchendo de baldões os seus companheiros de lutas, apostrophando-os com a arrogância típica dos homens de Moscou. A sereia renega o seu passado, deixa-se levar por um orgulho desmedido {...} o heroe de hontem tornou-se o réprobo de hoje. O inflammado patriota dos mais respeitaveis anseios de libertar a pátria e bem a governar, dá-nos o triste exemplo de um trânsfuga, de um renegado, de um conliciado com as aves de rapina bolchevista, de garra estendidas, a corvejar sobre a cubiçada carniça da terra.¹⁸⁹

É interessante notar as diversas representações ao descrever o comunismo e seus militantes. De acordo com essa análise, o tema é tratado por diversas vezes pelo jornal, em formato de plano diabólico ou mesmo acompanhado da palavra “violência”. Essa questão torna-se mais clara, novamente a partir dos estudos de Motta. O anticomunismo ganha um tom mais combativo no Brasil com o crescimento do Partido Comunista nos anos 1930; com a figura de Prestes convertido ao comunismo e a formação da Aliança Nacional Libertadora. O medo acerca da atmosfera comunista não era sem fundamento, pelo contrário, possuía muitas justificativas que os caracterizavam envolto de uma corrente de representações fundada no imaginário político e religioso.

Os jornais tornaram-se um importante fator para a formação das noções anticomunistas, principalmente os gerenciados pela Igreja, que, como se pode notar, tratou do tema por meio de justificativas que se inclinavam à figura do demônio, por ser visto como o sedutor, pai da mentira.

Não se deve esquecer, claro, a existência de fatores que relativizam a força da imprensa sobre o público, como a ocorrência de clivagens internas na estrutura social e o alto grau de analfabetismo. Mas, mesmo feitas as necessárias ressalvas, os jornais seguem sendo instrumento poderoso de pressão, no mínimo influenciando para a formação das ideias das classes médias e superior.

¹⁸⁹ COUTO, Mario. O comunismo estende as garras. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.6, 8 fev. 1931, p.4.

Como se verá, em algumas conjunturas os órgãos de imprensa exerceram enorme influência na propagação das representações anticomunistas, secundando e às vezes se antecipando ao Estado nas campanhas de repressão aos comunistas¹⁹⁰.

Os setores radicais e conservadores, da Igreja, na imprensa, procuravam definir uma orientação para os rumos políticos do país, visto que a própria instabilidade gerada na virada da década, não deixava claro quais políticas o governo tomaria na condução dos negócios públicos. A década de 1930 é considerada por Motta como o período de maior fortificação do sentimento anticomunista, visto o plano de maior embate criado por forças contrárias ao liberalismo. É nesse cenário que surgiu, em outubro de 1932, com o Manifesto de Outubro, a Ação Integralista Brasileira, liderado por Plínio Salgado, contrário ao comunismo e defensor da concepção harmônica de sociedade. Os integralistas acreditavam que os valores da sociedade deveriam se manifestar através de Deus, Pátria e Família, destruindo o “liberalismo, cuja ânsia materialista destruía a ordem tradicional e lançara a sociedade no caos da luta de classe”¹⁹¹.

Sua ideologia foi marcada, essencialmente, pelo forte teor nacionalista, anticomunista e antiliberal, reunindo “elementos como a hierarquia, a disciplina, a ordem e a figura de um chefe supremo, com poder praticamente ilimitado, e utilizando símbolos e rituais como elementos de socialização dos militantes”.¹⁹² As ideias defendidas pela AIB colocou em pauta a própria conjuntura social brasileira, que partia da “efervescência desenvolvimentista, em que incrementos na urbanização e industrialização estimulavam o crescimento do sentimento nacionalista” e quais os rumos da “construção política e econômica da Nação {...} no cenário organizacional do Brasil¹⁹³”.

Plínio Salgado, em viagem pela Europa, descobriu o fascismo italiano e se encantou com as ações e discurso do movimento fascista e incorporou suas bases às necessidades da AIB, solidificando, assim, sua doutrina política a partir das especificidades do Brasil. O Integralismo reuniu as principais pautas defendidas pelos setores conservadores, com destaque para a Igreja, como sua simpatia por um regime forte e sua aversão ao comunismo. Os regimes europeus surgidos no entre guerras, de início, possuíam particularidades que não desagradavam a Igreja, pois “baseavam-se nas ideias de autoridade, ordem e hierarquia, pregavam uma organização corporativa da sociedade,

¹⁹⁰ MOTTA, 2000, p.26.

¹⁹¹ MOTTA, 2000, p.29.

¹⁹² ROSA, 2011, p.83.

¹⁹³ Ibid., p.47.

davam grande destaque à família e combatiam a maçonaria e o comunismo”¹⁹⁴. Isso se modificou por volta de 1935, quando os discursos e ações fascistas e nazistas deixaram mais claros seu teor racista e de forte culto ao Estado, ocasionando na retirada de apoio a esses regimes pelo Papa Pio XI.

A pauta nacionalista e civilizatória que ganhou corpo no Brasil dos anos 30, fez com que o catolicismo trouxesse para si novas pautas que não apenas criticasse o mundo moderno, mas também formas de se encontrar nele. A discussão crescente era de qual maneira o Brasil encontraria os trilhos do progresso e quem tomaria a direção desse processo civilizatório. O Integralismo não apenas redefinia um modo corporativo de sociedade, como trazia consigo todo o teor das reivindicações católicas necessárias para a sua valorização social e política, ainda mais pela sua defesa à religiosidade¹⁹⁵. O desenvolvimento social, cultural, científico e urbano deveria não apenas assumir um lado moderno, mas ser legitimado pela doutrina católica. Ser um cidadão, mas um cidadão católico.

O que estava em jogo, portanto, no referido debate não era se o Brasil necessitava ou não de um processo civilizador, mas fundamentalmente como este processo deveria ser feito, se se adequaria aos modelos estrangeiros, ou se a civilização brasileira deveria partir da valorização dos elementos genuinamente nacionais, quais sejam: o índio e o sertanejo. Assim, ganhou especial atenção no âmbito intelectual brasileiro a maneira como o sertão, essencialmente distante da civilização e do progresso, deveria ser imerso no surto da modernidade nascente do Brasil.¹⁹⁶

A busca por uma identidade nacional que refletisse a realidade brasileira ganhou um novo curso quando refletida pela ciência, na figura do branco, índio, negro e sertanejo, para a Igreja, o que explicava a identidade brasileira era, antes de tudo, a identidade católica. A laicização impedia a união entre Cristo e o Estado, exprimindo a negação daquilo que identificava ser brasileiro.

Dentro desse espectro da discussão nacionalista, D. Leme criou, em maio de 1930, o Congresso Mariano Arquidiocesano por Deus e pela pátria, a ser realizado nas paróquias, visando fomentar o patrocínio mariano nos valores da fé e moral cristã, assim como reativar o civismo nos paroquianos. Defendendo, sobretudo, o padroado de Nossa senhora Aparecida sobre o Brasil, deixava claro que organizar um ato público da fé

¹⁹⁴ MALATIAN, 1998, p.44.

¹⁹⁵ A teoria do Estado Integral do Integralismo defendia a religião católica e a integração do “sertão” como representação do país, dentro de uma lusitanidade cultural. A luta seria contra o estrangeiro e a defesa do nacionalismo que protegeria “a sociedade brasileira do domínio externo”. ROSA, op. cit., p.21.

¹⁹⁶ FILHO, 2018, p.192.

católica naquele momento, auxiliaria colocar em prática os anseios do alto clero, aliando fé e patriotismo.

Representada pela alma nobre e generosa de sua capital, o Brasil vai acolher-se á sombra do manto régio e maternal de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. {...}. Irmanados num só pensamento de fé e patriotismo, sem distinção de classes sociais ou tendências políticas, vamos publicamente levar ao throno da Immaculada Padroeira o VOTO NACIONAL DO POVO: Queremos uma era de ordem, trabalho, paz e tranquilidade para a família brasileira. Tal é o voto súplice e ardente do próprio coração da pátria. E Deus ha de ouvi-lo. {...} afim de que ao sopro benéfico de uma atmosphaera de superioridade moral e cívica, sem colapsos, ou depressão, floresçam por toda a parte sentimentos de confiança inabalável nos destinos do Brasil ¹⁹⁷.

Como reflexo de seu desejo pela educação popular, ao organizar Congressos, que possibilitavam a ampliação da cultura ritualística católica, mobilizando as camadas populares e políticas, o Cardeal-arcebispo pensava estratégias na formação de jovens “para viverem sua fé católica totalmente determinante frente aos aspectos mais elementares da vida, mas principalmente o aspecto da vida política¹⁹⁸”.

É nesse momento que o arcebispo idealizou a Liga Eleitoral Católica – LEC – com seu principal intuito de formar um partido católico de direção leiga que tornasse viva, de fato, a relação cívica junto da fé católica. No ano de 1931, D. Leme concede uma entrevista ao jornal diário de São Paulo, que *A Cruz* transcreveu e estampou sua capa, na edição de julho de 1931. Acerca da relação entre política e Igreja, o Cardeal-arcebispo não desejava de início a formação de um partido político católico, no entanto, ele deixa claro que possui um campo bem definido: é um partido que está acima dos partidos políticos. Visava à formação da consciência dos homens para que exercessem politicamente seus deveres enquanto cidadãos-católicos. Potencializando as consciências nas atividades cristãs, os problemas sociais que fossem apresentados a esses cidadãos, seriam resolvidos de acordo com a solução católica e não mais pelo espectro laico/moderno¹⁹⁹.

A LEC redefiniu a atuação católica, devido à discussão política do país, com a aprovação de uma nova Constituição. O intelectualismo católico iria reunir forças se os princípios católicos fossem atacados ou deixados de lado; portanto se isso ocorresse, já

¹⁹⁷ CONGRESSO mariano archidiocesano por Deus e pela Pátria. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 21, 24 maio 1931, p.1.

¹⁹⁸ BALDIN, 2014, p.85.

¹⁹⁹ É preciso ressaltar que a LEC se tornou vítima de algo que ela mesma disse não pertencer, ou seja, tornou-se alvo de intrigas partidárias que acabou de encontro aos seus anseios. BALDIN, 2014, p.88.

estaria montada uma frente de defesa. “A Igreja” intervinha quando a política procurava dominar o moral humano, obrigando-a a derrubar tendências filosóficas tendenciosas e anticatólicas²⁰⁰.

As propostas do cardeal Leme seguiam a cartilha definida pela Santa Sé, como ele mesmo deixa claro na entrevista citada mais acima. O imperativo do dever religioso seguia as encíclicas traçadas pela Santa Sé, de acordo com os ensinamentos de Leão XIII, Pio X e Pio XI, fomentando os bispos a agirem quando os anseios católicos eram comprometidos, prevenindo a Igreja de ser um mero instrumento político, mas que deixasse claro aos partidos hostis ao catolicismo, que a Igreja não se reduziria ao templo, mas cerraria fileiras em torno do altar e da política.

Estar associada às discussões políticas faria com que a Igreja combatesse as ideias consideradas “perigosas” que poderiam gerar revoltas nos operários, já que uma de suas propostas foi uma Lei de Segurança contra atividades suspeitas e consideradas subversivas²⁰¹, e a de fortalecimento dos sindicatos católicos, para que usufríssem dos mesmos direitos dos sindicatos neutros. Suas propostas não atentavam apenas a realidade nacional brasileira, mas voltava seu olhar ao ambiente internacional, principalmente aos últimos acontecimentos na Espanha com a queda de Alfonso XIII e as reformas administradas pelo regime republicano, que deram vazão à crença de que ocorria uma tentativa de afogamento dos valores cristãos ocidentais, pela Rússia soviética, iniciada na Espanha.

Em uma publicação estampada em agosto de 1931, o jornal discutiu quais os motivos que tornavam o comunismo um inimigo não apenas de Deus, mas também dos homens. O desejo de uma revolução universal, preconizada no manifesto de Marx e Engels estava concretizado no título dado pela Rússia, como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ou seja, o pertencimento a qualquer outra república nascida por uma reforma socialista. A U.R.R.S., portanto, não se contentaria em permanecer unicamente na Rússia, mas ampliar seus satélites e provocar sedições comunistas em outros locais seria sua razão de ser.

²⁰⁰ Alceu Amoroso Lima aprofunda esse tema em uma entrevista trazida pelo *A Cruz*, em janeiro de 1933.

²⁰¹ A Lei de Segurança Nacional preocupou não apenas os movimentos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, mas se estendeu à própria Ação Integralista Brasileira, havendo “a necessidade de justificar por que o movimento/partido não representaria risco para a sociedade e, por essa razão, estaria livre de ser enquadrado na LSN.” OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Guaíba: Sob medida, 2011, p.32.

Para a Igreja, de modo geral, o questionamento feito às instituições religiosas pelo materialismo filosófico, dado suas características de negação da “existência de Deus” e proposta da “luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristã” só poderia culminar, visto o sucesso da propaganda comunista, “no desaparecimento da Igreja”²⁰². O comunismo soviético seria inimigo da ação divina e do homem, já que seu princípio moral era anticristão, deixando claro sua premissa de enfrentamento às nações ocidentais cristãs, que possuíam como preceito a voz genuína do cristianismo, demonstrando suas posições contrárias e as intenções combativas da Igreja.

Segundo o direito da natureza e a concepção cristã que o confirma, a sociedade civil está constituída para o bem comum de seus membros. O ideal soviético, formulado por Engels e Lenine, seria a abolição da autoridade do Estado, o predomínio da economia, a organização da técnica de produções; porém, na prática, nós encontramos o reverso, ou antes a hipertrofia do Estado e o predomínio da política sobre a economia. {...} Com este sistema, numa ou duas gerações, os comunistas esperam destruir a civilização cristã em uma nação de 180 milhões de homens, assim tornados ateus persuadidos de serem os apóstolos do novo evangelho, cuja imposição a todo mundo é por eles efetuada²⁰³.

Com o atrofiamento do Estado, a consequência lógica, conforme continua o artigo, é a prevalência do ateísmo, já que a justiça social, a caridade e as leis morais eram violadas, explicando a severa miséria que assolava a Rússia, transformando os trabalhadores em escravos devido ao trabalho não ser voluntário e sim imposto, transformando-se em inimigo da família e da Igreja. As políticas sociais adotadas pelos soviéticos assustavam ainda mais a alta hierarquia romana e, conseqüentemente, o corpo eclesiástico brasileiro, temendo que as ideias comunistas no ocidente se tornassem imbatíveis no Brasil e conseqüentemente conseguissem participação no poder, algo que se intensificaria com o levante vermelho de 1935. A partir desse evento é perceptível um discurso menos preventivo e mais de reação, indo à concordância com a política centralista que Vargas adotaria em 1937.

2.2 A defesa católica fora dos templos: os acontecimentos políticos que sustentaram o discurso anticomunista católico.

²⁰² MOTTA, 2000, p.38-39.

²⁰³ O COMUNISMO: inimigo de Deus e dos homens. **A CRUZ: Orgão da paróquia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.31, 2ago.1931, p.1.

Apesar de manter em suas fileiras um alto número de inimigos, o combate ao socialismo e comunismo tornou-se prioridade para a Igreja dos finais dos anos 1930 no Brasil. Combater a expansão desse mal do ambiente nacional e dos lares demonstra a sua dimensão estratégica para se fortalecer e se preservar das ameaças que esse sistema representava. Nesse sentido

Ela quer a colaboração pacífica das classes, a ação moderadora de uma magistratura especial, em vez dos violentos processos repressivos e exclusivistas preconizados pelas organizações socialistas. Ela não superpõe o capital ao trabalho. Equipara-os. A agressão de classes a Igreja opõe a cooperação de classes, na qual o socialismo não crê.²⁰⁴

Destacar a força de sua autoridade pública através da tradição católica no discurso nacionalista, justificando seu espaço no novo regime, garantindo a união da fé e espírito cívico. Com a aprovação da Carta Magna de 1934, a Igreja brasileira sente profundo alívio por verem aprovadas a maior parte de suas aspirações, principalmente com a inserção da LEC (Liga Eleitoral Católica) na Constituição.

A paróquia de Botafogo, através da imprensa, criou uma nova estrutura combativa frente à militância vermelha e deixou maior espaço no jornal para a discussão das causas que fizeram da Rússia um polo comunista e, através de ensaios escritos pelo clero, tentava tecer as bases filosóficas desse sistema, de maneira simples, visando chegar a um amplo público. Sua direção, na metade dos anos 30, tem como responsável o padre J. Cabral e como diretor gerente Luiz de Mello, que contribuíram com diversos textos reflexivos, mesclando o tema político e o religioso, principalmente no contexto da Guerra espanhola.

Voltando seu olhar não apenas ao cenário nacional, a preocupação com os católicos estrangeiros em meio às movimentações sociais acontecidas fora do Brasil, gerou preocupação no jornal, que tentava conectar seus fiéis assinantes aos acontecimentos externos. Sua redação e administração mudam de lugar, não mais na matriz de Botafogo. Esteticamente, as colunas tornam-se menores e dão espaço para a reflexão leiga, intitulada Prós & Contra, que, essencialmente, trata-se de opiniões emitidas por seus colaboradores. Na primeira página, os ensinamentos do Padre J. Cabral estampam quase toda a página, acompanhada do que é discutido por Luiz Mello. Seu teor combativo é justificado pela necessidade de responder sem demora aos ataques sofridos, vencendo pela publicidade a falsidade e sofisma de seus inimigos.

²⁰⁴ A IGREJA e as correntes socialistas. **A CRUZ: Orgão da parochia de S. João Baptista. Rio de Janeiro**, ano XIV, n.47, 20 nov. 1932, p.1.

Seria inépcia disfarçar a ditadura da imprensa. Diga-se o que quizer, essa ditadura existe no mundo inteiro. Existe e é capaz de minar e destruir as mais solidas construções do pensamento humano. {...}. Se na tática moderna não há mais poderosa arma, deixa-la nas mãos dos inimigos? Se temos fé, se amamos a Nosso Senhor, se amamos o Brasil, urge cuidemos seriamente da imprensa. Aos católicos não é lícito contribuir para o livro e jornal maus. Não podemos ler, assina-los, inserir anúncios {...} Ao lado do instinto de defesa contra a má imprensa, devemos alimentar na consciência católica o de apoio e proteção à nossa imprensa. Cardial Leme ²⁰⁵.

O jornal ainda proibia seus leitores de assinarem jornais considerados duvidosos às premissas cristãs. Aliado a isso, o jornal deixa bem claro, na seção literária, quais livros não devem ser lidos e quais devem ser adquiridos, não só no campo religioso, como por exemplo, “A miragem soviética”, obra de combate ao anarquismo e socialismo, com aprofundamento na questão russa e a experiência bolchevista. O livro encontrava-se em posse do padre J. Cabral e poderia ser adquirido através de um pedido feito à administração. A Caixa operária ainda é uma realidade experimentada pelos paroquianos da Lagoa, mas passa a denominar-se Caixa operária e Rural, e visava, ainda, o combate a usura e realizava empréstimos aos necessitados.

CAPÍTULO 3 “ATENTAI-VOS: A GRANDE GUERRA CONTEMPORÂNEA SE FÉRE ENTRE CRISTO E MARX, ENTRE ROMA E MOSCOU”.

Os discursos anticomunistas do jornal *A Cruz* fortaleceram-se no receio do bolchevismo russo e dos acontecimentos na conjuntura nacional, como o fortalecimento do Partido Comunista em fins dos anos 1920, as revoltas organizadas pelo movimento tenentista, em 1922 e 1924; a organização da Coluna Prestes(1925), até a Revolta Comunista em 1935.No capítulo anterior, foram explicitados as que mais chamaram a atenção nesse contexto, mas para que se compreenda, de fato, as preocupações da Igreja no Brasil e as denúncias realizadas pelo jornal que a fizeram defender a revolta liderada por Franco na Espanha, é preciso se atentar à “Intentona Comunista” e a Guerra Civil Espanhola, que serviram de base para o periódico denunciar de forma mais efetiva o combate ao comunismo.

²⁰⁵ BOLCHEVISMO russo e a liberdade humana. *A Cruz: Orgão da parochia de São João Baptista*, Rio de Janeiro, ano XVII, n, 1, p. 1, 16 jan. 1935.

3.1. “Horas de angústia”: o levante de “ideologia barbara que os fanáticos do credo russo querem implantar aqui”.

“Troam os canhões de Copacabana! Tombam os heróicos companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se, com Joaquim Távora, os soldados de São Paulo e, durante vinte dias, a cidade operária é barbaramente bombardeada pelos generais a serviço de Bernardes (...) A marcha da Coluna pelo interior de todo o país, despertando a população dos mais ínvios sertões para a luta contra os tiranos que estão vendendo o Brasil ao capital estrangeiro (...) mais uma vez levantamos bem alto a bandeira dos ‘Dezoito do Forte’ (...) A aliança Nacional Libertadora é, hoje, a continuadora dos combates que, pela libertação do Brasil do jugo imperialista, incitaram Siqueira Campos, Joaquim Távora, Benévolo (...) e milhares de soldados, operários e camponeses em todo o Brasil. Somos os herdeiros das melhores tradições revolucionárias de nosso povo e é recordando a memória de nossos heróis que marchamos para a luta e para a vitória!²⁰⁶”.

Ao rememorar, acima, o manifesto de Prestes à sua posse como presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), às vésperas da “Intentona” de 1935, consegue-se refletir sobre o acirramento da propaganda e luta política pós-revolução de 1930, junto da insatisfação com o Governo Vargas na manutenção de reformas políticas e sociais.

Ocorrido a revolução em outubro de 1930 e a constituição do Governo Provisório, os anos que se seguiram foram marcados, principalmente, por uma crescente agitação política e social. Os movimentos operários organizaram-se em diversas greves influenciadas pelo sentimento antifascista e antimerica, haja vista a AIB²⁰⁷ já ser uma realidade política e incorporar, como pontua Sodré, uma “forma indígena, por assim dizer, que assume aqui o fascismo”. Frente a esses conflitos, surge outra organização política: a Aliança Nacional Libertadora, lido seu manifesto no começo de 1935.

A composição das fileiras da ANL ocupou-se por tenentistas descontentes e “feridos pela derrota do Tenentismo e seu desvirtuamento após a vitória do movimento de 1930; junto a eles, civis socialistas, democratas, liberais e comunistas²⁰⁸”. Para o autor, o que chama a atenção nessas fileiras, é o fato de haver, em sua composição, uma ala de democratas e liberais que se decepcionaram com a fraqueza do movimento de 1930. A ANL surgiu, então, com a proposta de abrigar todos os que se sentiam insatisfeitos e decepcionados com a organização da nova República.

²⁰⁶ SODRÉ, Nelson Werneck, **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986, p.37.

²⁰⁷ Seu surgimento foi discutido no segundo capítulo deste trabalho.

²⁰⁸ SODRÉ, 1986, p. 32.

Seu surgimento não passou despercebido pelo Governo, nem pelas forças garantidoras da “ordem” nacional. Essa “confraternização” de diversos setores sociais do Brasil, em certo momento, tornou-se um problema, redirecionando suas ações na busca por uma hegemonia política. Na mesma concepção, Drummond concorda que a ANL abrigou em seu cerne diferentes camadas sociais insatisfeitas com a situação brasileira naquele período. Os tenentes eram “oposicionistas: colaboravam com liberais mais combativos, democratas, antifascistas e antiintegralistas {...} grupos operários e, ainda, os comunistas. ” ²⁰⁹ É de interesse esse último grupo, dado a adesão de Prestes ao comunismo revolucionário em 1930, na medida em que 1935 reuniram alguns militares companheiros de Prestes, até mesmo sob seu comando, visando uma luta contrária ao imperialismo através da mobilização popular para uma verdadeira revolução em solo nacional.

Tendo em vista a mudança de estratégia na luta tenentista, o autor supracitado afirma que isso representou “a superação do marco militarista que por tantos anos limitara a ação tenentista no sentido de permitir a colaboração principalmente com os moderados políticos dissidentes das oligarquias²¹⁰”. Os tenentes dirigiam sua atenção a uma política de massas, formulando uma “mudança de conteúdo político”, antes restrita a uma cúpula militar, agora se colocava frente a um novo público.

Isso gerou, junto ao manifesto publicado por Prestes, grande preocupação às autoridades governamentais, tornando a ANL, em 11 de julho de 1935, uma organização clandestina, algo que inflará o desejo pela luta armada e ter certo impacto na revolta de novembro do mesmo ano. O jornal *A Cruz* compactou com a clandestinidade da ANL, afirmando ser necessário:

Proibir a propaganda e a atividade política dos agentes de Moscou. E veio o primeiro golpe com a negação do registro ao Partido vermelho no Tribunal Eleitoral. Não podendo apresentar os seus candidatos dentro de uma legenda, os comunistas voltaram as vistas para a representação de classe ou trataram de esconder-se por detrás de uma fachada, que no caso, era o partido socialista. Essa última medida resultou num estupendo fracasso, mas a primeira deu os seus resultados. {...}. Ensaando pôr em pratica no Brasil os mesmos processos que usam em outros paizes mais doentemente liberais que o nosso, o comunismo bem cedo entrou a exigir das nossas autoridades, enérgicas medidas repressivas. E apareceu a Lei de Segurança Nacional {...} vestiu-se agora com a roupagem de um falso nacionalismo; não usa mais, entre nós, a terminologia com que, em toda parte, costuma designar os regimens que lhe são contrários, a família, o capital, a sociedade, a propriedade. {...} é o lobo

²⁰⁹ DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**, graal. Rio de Janeiro, 1986, p.264.

²¹⁰ DRUMMOND, 1986, p.264-265.

vestido em pele de cordeiro! E o lobo, no caso, é a Aliança Nacional Libertadora. Chefia-a Luiz Carlos Prestes, cuja adesão ao comunismo é de todos conhecida. Em torno do homem, que já foi o símbolo das nossas esperanças, estão outros, cujas ideias políticas da esquerda são sobejamente conhecidas. A propaganda dessa agremiação política vem se processando intensa, ameaçando generalizar-se a todo o país. Contra ela, nada podem os dispositivos da Lei de Segurança nem o próprio regime entre nós vigente dispõe, dado o seu caráter liberal, de outros meios para obstar-lhe a ação. Julgamos nós, porém, cumprir o nosso dever, prevenindo os católicos contra essa dissimulação do comunismo. O lobo vestiu-se com a pele do cordeiro, mas o fez tão mal que deixou à mostra os indícios suficientes para provocar a nossa cautela e a surdez ao seu canto²¹¹.

Esse trecho evidencia algumas questões incômodas ao jornal; entre elas, destacam-se: a união de interesses entre a ANL e o PCB; a direção de Prestes como presidente de honra do partido; a Lei de Segurança Nacional e a atmosfera revolucionária no Brasil. *A Cruz*, temia que a propaganda comunista se fortalecesse e ganhasse mais força no país. Devido a isso, a Lei de Segurança Nacional, não teria forças contra essa organização. Percebe-se, portanto, uma “campanha severa de vigilância”²¹² e uma maior repressão ao comunismo, pelo jornal, porque ficava clara a hegemonia entre o Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora, colocando o nome de Prestes como presidente de honra, declarando sua luta em favor de uma revolução social no Brasil.

O que se deseja salientar é: sabendo da forte agitação política que tomava a esquerda brasileira, junto do sentimento de que por aqui poderia ocorrer o mesmo desfecho que teve a Revolução de Outubro na Rússia em 1917, a atenção da Internacional Comunista voltou-se ao Brasil, impondo ao Partido Comunista Brasileiro a chefia de Prestes, de forma a direcionar um possível levante. Prestes retorna da URSS de maneira clandestina e mantém-se escondido até o estouro da revolta comunista, em novembro de 1935.

{...}. Na medida em que aumentou o temor ao comunismo, o campo de atuação anticomunista também se alargou. Na imprensa, o espaço dedicado ao tema foi ampliado, esmerando-se alguns veículos em encontrar argumentos para mostrar a impropriedade do comunismo²¹³.

²¹¹ ARRUDA, Luiz Soares. Lobo em pele de cordeiro. **A Cruz: Orgão da paróquia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano, XV, n. 18, 5 maio 1935, Notas & Fatos, p.5.

²¹² SODRÉ, 1986, p.34.

²¹³ MOTTA, p26.

A imprensa, principalmente a católica, tornou-se fonte de forte mobilização do discurso anticomunista²¹⁴ e “às vezes se antecipando ao Estado nas campanhas de repressão aos comunistas²¹⁵”. Preocupando-se em mostrar as ineficácias do comunismo e do recorrente perigo que corria o Brasil de tornar-se terreno para a proliferação das ideias “alienígenas” de Moscou, a paróquia de Botafogo intensificou seu combate ao comunismo voltando grande parte de suas edições a discussões que mostravam o comunismo como a personificação do mal.

Quando o jacaré sai dagua, eriça as escamas para tomar sol. A onça aproxima-se e o jacaré, como imóvel por força hipnotica, consente que o seu feroz inimigo puxe com as patas areia para as suas escamas, impossibilitando-o de as fechar, e passivamente deixa-se devorar pela terrível féra. O caso póde ter aplicação bem oportuna diante dos últimos acontecimentos que acabam de empolgar o paiz. O regimen, até bem pouco, fez o papel triste de jacaré deixando-se ao sol de todas as liberdades, do que se aproveitavam os seus inimigos comunistas para tentar devora-lo. A diferença foi apenas que, sentindo uma mais forte mordedura da onça vermelha, o jacaré, no caso o regimen, reagiu com toda energia. Com efeito, o que vem de suceder, desde há muito estava preparado. A “Lei de Segurança” legislação oportuna e elogiavel, não foi aplicada em toda a sua extensão, com o que seriam evitados os sacrificios, por que acaba de atravessar a nação. {...}. Acrescente-se a isso o fato da 3º Internacional haver preparado habilmente o golpe que acaba de ser frustrado, rotulando a sua atividade de anti-fascista e até defensora das liberdades e do regimen. {...} Aproveite-nos, porém, a lição que acabamos de receber²¹⁶.

É dessa maneira que *A Cruz* reagiu, semanas após os levantes, alertando seus fiéis do grande perigo que corria o Brasil, devido a “onça vermelha” ter deixado de lado a observação e partido para uma ação direta.

A revolta estourou, primeiramente, no nordeste do país, tendo dois centros como os que presenciaram o levante: Natal e Recife. A 22 de novembro de 1935, Natal foi palco do primeiro pronunciamento que em seguida iria se generalizar à capital pernambucana. Após a cidade ser tomada, instalou-se um Governo Revolucionário Popular, na residência oficial do governador, “Sr. Rafael Fernandes {...} substituindo-o por uma junta governativa, composta, calculem os leitores, de um tecelão, de um sapateiro e de um musico”²¹⁷.

²¹⁴ O jornal já alertava para um possível crescimento dos ideais comunistas no Brasil, mas isso se torna uma preocupação efetiva da Igreja, após o levante de 1935.

²¹⁵ MOTTA, op. cit., p.12.

²¹⁶ ARRUDA, Luiz Soares. Aproveitemos a lição. **A Cruz: Órgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XV, n.48, 1 dez.1935, Notas & Fatos, p.5.

²¹⁷ Ibid., p.5.

O movimento prosperou por seis dias na capital, antes de ser reprimido. *A Cruz* lembra de que a “gíria comunista entrou em absoluto vigor e a pequenina cidade nortista até lembrava a velha Moscovita nos primeiros dias da vitória de Lenine.” Depois de Natal deu-se a vez de Recife, encontrando os revoltosos maiores dificuldade de assentar-se por lá. Continua o jornal que “os comunistas tentaram a rebelião, conseguindo revoltar parte da guarnição federal aquartelada na Vila Militar”, mas imediatamente “o governo do Estado tomou as mais energicas providencias para circunscrever o conflito às unidades já revoltadas”²¹⁸.

No dia 27 de novembro ocorreu a vez do Rio de Janeiro abrigar o levante e perturbar os grupos conservadores, com destaque à Igreja, fazendo-a se convencer, de fato, de que seus constantes avisos dos planos de ação dos vermelhos não eram falácia, mas uma realidade e, a partir daquele momento, não haveria como ser negada. Sendo confirmada a notícia da revolta, o governo Vargas “entrou a tomar as mais energicas providencias para reprimir, em menor espaço de tempo possível, as tentativas dos amotinados” que, segundo o jornal, vendo-se perdida em sua empreitada e dificultada o incremento de outros setores e militares, vira-se “cercados pelas forças do governo às quais se opuseram tenaz resistência”²¹⁹.

Certo é que, de acordo com *A Cruz*, o intuito dos revoltosos era deflagrar o movimento em todas as unidades federativas, mas isso colocaria detalhar os pormenores da revolta, algo que não é propício a este estudo. Aqui, cabe apenas o entendimento da presença da Internacional Comunista no levante chefiado por Prestes e quais suas **reverberações** na paróquia da Lagoa, após dedicar-se tanto ao aviso do perigo vermelho e qual a posição que assumiu seu periódico (*A Cruz*) mediante esse cenário. Defendendo as ações repressivas e de combate aos comunistas realizadas por Vargas, o jornal retifica que:

{...} toda a imprensa fez salientar a atitude pessoal do Sr. Presidente da República que, durante as horas angustiosas que a cidade viveu, bem encarnou os sentimentos de repulsa de toda a Nação a atitude de meia dúzia de maus brasileiros. “*A Cruz*” associa-se jubilosamente aos seus confrades nesse merecido preito a atitude por todos os motivos digna de aplausos que S. Ex.,

²¹⁸ Ibid., p.5.

²¹⁹ ARRUDA, Luiz Soares. Aproveitemos a lição. *A Cruz: Órgão da parochia de São João Baptista*, Rio de Janeiro, ano XV, n.48, 1 dez.1935, Notas & Fatos, p.5.

²¹⁹ Ibid., 1935, p.5.

assumiu, indo, na expressão de um dos nossos parlamentares, o sr. Costa Rego, além do ponto aonde o seu dever funcional o mandava²²⁰.

Para o jornal, estava fora de dúvida que a repressão, inicialmente, poderia devolver a ordem ao país. As “garras” comunistas queriam agarrar o país, cujo solo pertencia à Igreja, não podendo se calar frente às investidas de Moscou no trabalho de “bolchevizar” o Ocidente. É o que fica evidente no seguinte trecho:

A nação, porém, reagiu e de forma decisiva, mostrando uma intranável repulsa a esses vendilhões da pátria que queriam vê-la atrelada às misérias dos judeus internacionais. O Governo Central está forte, contando com a maioria da Nação, e disposto a pôr um paradeiro definitivo às atividades extremistas entre nós²²¹.

A partir dessas explicitações, observa-se a demanda da paróquia de São João Batista para uma forma de governo mais rígida e repressiva contra seus inimigos, algo que seria apreciado por ela dois anos depois, quando Vargas decretou o Estado Novo. A chamada “Intentona Comunista” foi, continua Arruda, “a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil” e seu impacto “foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum”. Não obstante, para evidenciar as desavenças da Igreja para com o movimento de novembro de 1935, seu questionamento ao governo, apesar de exaltá-lo pela repressão dada aos “maus brasileiros”, como está evidente no periódico, é a de que seu “pecado” era consolidar-se em bases liberais, dando espaço à “hidra de Moscou que, antes da Revolução, já ensaiava os seus primeiros passos em terras brasileiras, não podia ficar indiferente a tanta generosidade convertida em leis, em nome das quais podia iniciar a sua marcha” operando nas escolas, quartéis e na sociedade em geral, formas de instalar-se de e espalhar-se por todo o solo nacional. A *Cruz* acredita que “o povo, inconscientemente, iria absorvendo a mortífera cicuta”, reduzindo o homem “a uma hiena que não hesita em devorar os próprios irmãos, destruindo os mais nobres sentimentos de patriotismo, de religião e de família”.

Com Prestes à frente da “Intentona”, fortaleceram-se os anseios anticomunistas, justificando uma atitude mais drástica do Governo²²², no que concerne confiscar as liberdades individuais e políticas dos brasileiros, sendo apoiado pela Igreja, para que

²²⁰ Ibid., 1935, p.5.

²²¹ ARRUDA, Luiz Soares. Aproveitemos a lição. **A Cruz: Órgão da paróquia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XV, n.48, 1 dez.1935, Notas & Fatos, p.5.

²²² “Os levantes de novembro de 1935 {...} foram tratados com singular intolerância pela cúpula militar e pelo governo de Vargas.” DRUMMOND, 1986, p.268.

eventos desse porte não fossem novamente presenciados. Para o periódico, o liberalismo era terreno para a Rússia aterrar-se em nosso país e consequentemente em nossas leis. O comunismo, agora identificado como “inimigo número um”, passou a representar o foco do periódico em suas edições. O Governo, para *A Cruz*, foi assertivo na repressão, mas “passada essa borrasca que saturou o ambiente do sangue das vítimas, e do fumo dos canhões, verifica-se que ainda vive o dragão que a provocara²²³”, pedindo o apoio de Vargas numa “revolução” católica feita no campo espiritual.

É preciso formar o espírito do povo nos bons propósitos de ordem, de paz e de respeito à autoridade. E esta formação deve começar nas famílias e ser continuada nos estabelecimentos de ensino, desde a escola primária às escolas superiores e aos quarteis. A religião sempre cumpriu a sua missão neste particular; mas faz-se necessário a colaboração eficiente do governo, nestes gravíssimos problemas de salvação pública. As horas de angústias por que temos passado nestes últimos tempos, sob as ameaças do comunismo, já nos serviram de dolorosa lição²²⁴.

A propaganda e ação comunista no Brasil são entendidas, nesse momento, pelo *A Cruz*, como “o evangelho dos bobos”, conforme diz um de seus artigos, chamando a atenção dos católicos para a defesa da pátria contra os que se deixaram convencer pelas pregações que lhes prometem o impossível. Os “bobos de Moscou”, não conseguiriam se fortificar por aqui se, conforme continua o jornal, os católicos saíssem em batalha contra esse mal nacional. No entanto, a revolta havia desmascarado a ilusão comunista em terras brasileiras. A sociedade, portanto, teria a obrigação de saber quem está contra e quem está a favor da “verdadeira civilização”.

A quem fechou os olhos para os avisos propagados pelo jornal sobre as intenções soviéticas no Brasil, deveriam abri-los, por estar clara a ação das forças pró-Rússia por aqui. O levante revelava muito mais: a força da propaganda comunista, mas também a sua fragilidade, por não conseguirem “a aceitação que esperavam os adeptos vermelhos. “Si houve explosão, si a ordem agora foi perturbada, a culpa não é do povo, mas sim de meia dúzia de criminosos”. O bem-estar da pátria não comportava mais o silêncio frente ao comunismo russo e todo cidadão deveria “abandonar o comodismo egoísta em que estava para pensar um pouco mais nos bens de coletividade”. Portanto o destino do Brasil,

²²³ARRUDA, Luiz Soares. Aproveitemos a lição. **A Cruz: Orgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XV, n.48, 1 dez.1935, Notas & Fatos, p.1.

²²⁴, ARRUDA, Luiz Soares. Aproveitemos a lição. **A Cruz: Orgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XV, n.48, 1 dez.1935, Notas & Fatos, p.5.

a partir dos movimentos no nordeste e na capital, seria conduzido pelos cidadãos, principalmente os católicos, “pois não é só a pátria que periga: o equilíbrio das instituições, a honra dos lares, a integridade da Igreja e do próprio Deus”²²⁵ também seriam corrompidos caso a hidra comunista tentasse novos meios de agir.

3.2 Com os olhos voltados à “velha e tradicionalista Espanha”: As ideias extremistas que sufocam a nação.

A publicação do *A Cruz* no ano de 1936, inicia-se com uma nova roupagem; o periódico abandona seu logotipo inicial, que unia a cruz e a bandeira nacional, deixando apenas seu nome em letras maiúsculas e reforçando sua filiação à Associação Jornalística Católica. Sua gerência passou às mãos de Luiz Soares Arruda, jornalista católico que já atuava como um dos principais intelectuais do jornal. Os acontecimentos ocorridos em fins do ano anterior redefiniram suas atitudes, dirigindo-se de forma mais intensa ao poder público e a seus fiéis. Se, inicialmente, sua atenção voltava-se ao combate às religiões protestantes e em abrigar-se novamente nas consciências, neste momento *A Cruz* volta-se ao combate do comunismo, utilizando fatos como o “atentado presenciado contra a moral nacional cristã” e, mais tarde, de forma ampla, a luta entre “Cristo e Marx”²²⁶ na Espanha, do qual esse último visava, em seu entendimento, a destruição dos preceitos da civilização cristã ocidental.

O fermento das doutrinas exóticas e subversivas facilmente se propaga, quando encontra meio adequado e propício. Servem-lhe de caldo de cultura o relaxamento dos vínculos morais e a passividade, o egoísmo comodista, dos elementos responsáveis pelo equilíbrio social. {...} Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amorável da nossa terra e da nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro, permitiram, felizmente, reconhece-las antes que fosse tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do patrimônio moral da Nação. Alicerçado no conceito materialista de vida, o comunismo constituiu-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. {...} o comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva {...}. Nunca poderá vencer, portanto, utilizando a propaganda aberta e franca, feita lealmente e sem temor a verdade. Bem diversos, daí, os seus métodos e expedientes de expansão e proselitismo. {...}. Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaçam. Felizmente, a Nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras. A rápida e vigorosa ação das forças armadas, repelindo e dominando, nesse lance lamentável, as ambições e o desnorteamento de alguns maus militares, foi exemplarmente patriótica. {...}. Impõe-se ainda mais pelo dever que o Estado tem de salvaguardar a

²²⁵ Ibid., p.3.

²²⁶ CONTRA o ateísmo. *A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano XVIII n. 34, p.3, 23 ago. 1936.

nacionalidade, atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista. O comunismo constitui no Brasil, pela sua profunda e extensa infiltração, já comprovada, mas desconhecida ainda do público, perigo muito maior do que se possa supor. {...}. Compreende-se, assim, que não basta punir os que pretenderam, usando da violência e da traição, abater o regime. Torna-se indispensável, também, fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente. Parece chegar o momento de reunir e solidarizar todos os espíritos bem formados numa campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro. {...} O poder público, posto a serviço dos interesses vitais da nacionalidade cuja estrutura assenta sobre a família e o sentimento de religião e de Pátria, poderá refletir salutarmente essas preocupações, orientando-se no mesmo sentido e concorrendo para a grande obra de salvação nacional que está a exigir e que deve ser iniciada sem tardança²²⁷.

Na sua primeira página, em janeiro de 1936, suas linhas são preenchidas pelo discurso de Vargas aos brasileiros em saudação à passagem do ano, conforme citado acima. O jornal se alegra com a fala do presidente, devido à proximidade na atitude de repressão ao comunismo. Como complemento do discurso presidencial, *A Cruz* dirigiu-se aos seus leitores reforçando que o combate ao comunismo não seria feito só no campo da luta física se necessário, mas se fixaria também nas consciências e razão humana. Por isso esforçar-se numa eficiente propaganda, assim como era feito por seu inimigo em muitos livros e panfletos distribuídos pelo “peçonhento reptil das steppes geladas da Stalinia {...} a doutrina marx-engeliana²²⁸. Portanto, é na educação popular que poderiam ser mostrados os erros dessa doutrina, para auxiliar a Igreja em seus objetivos.

A Cruz se empenha nessa campanha, como percebe-se em uma de suas edições, ao trazer uma entrevista com o senador Waldemar Falcão acerca da situação do país e os meios de combate ao comunismo. A fala do senador vai ao encontro da linha de combate defendida por *A Cruz*; entre vários questionamentos, o jornal pergunta se nesse combate é necessário apenas um caráter repressivo policial ou progredir para o campo do ensino? O senador responde que “faz-se mister que se ataque o mal no campo da inteligência {...}. Não pode haver maior prejuízo para os supremos interesses da Pátria! E o resultado aí está, no recente movimento comunista”.²²⁹ Ao lado dessa entrevista há uma imagem do encontro entre o presidente Getúlio Vargas e os jornalistas cariocas no palácio do Catete, contando com um dos redatores do *A Cruz*. O encontro revela a aproximação do poder

²²⁷ SAUDAÇÃO aos brasileiros: palavras do chefe da nação na passagem do ano. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.1, 5 jan. 1936, p.2.

²²⁸ PINTO, Rubens A. de Serpa. Combate ao comunismo. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.1, 5 jan. 1936, p.3.

²²⁹ ATUAL situação do país e o combate ao comunismo: “*A Cruz*” ouve o senador Waldemar Falcão sobre esses palpitantes assuntos. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, 12 jan. 1936, p.1.

público com a imprensa, após os atos de novembro. Com muitas cortesias e cumprimentos a Vargas, o jornal intensificou a colaboração entre eles na reação contra o inimigo em comum, na medida em que caberia à imprensa o trabalho de “colaboração com o governo, na repressão do comunismo” para que a formação cristã de obediência ao Poder pudesse infiltrar na pátria. De acordo com o relato, Vargas criou uma comissão encarregada de proceder a investigações “necessárias e organizar a lista de todos os elementos comunistas que exerciam função pública”.²³⁰

Figura 1 - O presidente Getúlio Vargas e a imprensa.

ANO XVIII RIO DE JANEIRO, 12 DE JANEIRO DE 1936 **NUM. 2**

A CRUZ

Filiado à Associação Jornalística Católica

Redação, Administração e Oficinas
Rua Demétrio Ribeiro, 248
TELEFONE: 26-0339

REDATOR RESPONSÁVEL:
C. JOSE DE LIMA FERREIRA

PUBLICAÇÃO SEMANAL
SOB OS AUSPÍCIOS DA CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DIRETOR-GERENTE:
LUIZ SOARES ARRUDA

D. Leme ao Chanceler Macedo Soares:

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO DO "A CRUZ", as bases do grande concurso que este jornal promoverá entre os seus leitores, assinantes e encarregados de sua venda avulsa.

APROVEITANDO A SOLENIDADE DA EPIFANIA, QUANDO A SANTA IGREJA COMEMORA A AVOCACÃO CRISTÃ DOS POVOS, FOLGO CONGRATULAR-ME COM V. EXCIA. PELAS ÚLTIMAS DECISÕES DO GOVERNO URUGUAIO EM BENEFÍCIO DA PAZ E DA CIVILIZAÇÃO. NA ATITUDE DO PAÍZ VIZINHO MAIS UMA VEZ TEM O ITAMARATY A CONSAGRAÇÃO HISTÓRICA DE SUA MISSÃO COMO PLENIPOTENCIÁRIO DA PAZ EM TERRAS DA AMÉRICA. — CORDIAIS SAUDAÇÕES".

Aos nossos prezados assinantes desta capital avisamos que já iniciamos as cobranças de todas as assinaturas vencidas. Rogamos as atenções de sempre para o nosso cobrador.

A Atual Situação do País e o Combate ao Comunismo

"A CRUZ" OUVIU O SENADOR WALDEMAR FALCÃO SOBRE ESSES PALPITANTES ASSUNTOS.

No desejo de oferecer aos seus leitores uma palavra autorizada sobre a atual situação do país e as medidas de repressão ao extremismo, "A CRUZ" procurou ouvir o Senador Waldemar Falcão, ilustre representante das católicas correntes no Senado Federal.

Cliente do objetivo da nossa visita, o Dr. Waldemar acolheu-nos com a fidelidade de trato que lhe é peculiar e prontamente se prestou à nossa "enquete" sobre os palpantes assuntos que constituem a máxima preocupação de todo o brasileiro, no momento presente.

para institutos congêneres, em outros pontos do país.

Conveni-me da urgência de ser remodelado, em seus alicerces lineares, o Ensino superior tal como se configura atualmente no Brasil.

Não há, nos seus quadros, um estímulo mais vigoroso e um manancial mais seguro de conhecimentos para a sociedade acadêmica, em matéria de ciências políticas e econômicas.

A falta disso, os nossos estudantes de Direito, de Medicina e de Engenharia são facilmente empolgados por exequiões apressadas, sem segura base científica, feitas por professores sem patriotismo, que se comprazem em vulgarizar as doutrinas marxistas e em buscar proclamações para as mesmas, no seio dos seus alunos.

Não pode haver maior prejuízo para os supremos interesses da Pátria! — E o resultado aí está, no recente mo-

Com Vistas do Sr. Diretor Regional dos Correios

Apesar de nossas reiteradas reclamações, continuam a se verificar gravíssimas irregularidades na entrega do nosso jornal, principalmente no perímetro confiado à Sacral da Tijuca.

Rogamos ao Exmo. Sr. Diretor Regional as necessárias providências para que cessem de vez essas irregularidades que, sobre constituírem nota desabonadora para os bons serviços do Correio, redundam em prejuízos para o nosso jornal.

O Presidente Getúlio Vargas à Imprensa

Abençoando os Brasileiros

Monsenhor Aloísio Masella, núncio Apostólico no Rio de Janeiro, que embarcou em Roma de regresso ao Brasil, é portador de uma bênção especial do Santo Padre aos

(O) SR. GETULIO VARGAS ENTRE OS JORNALISTAS QUE FORAM AO CATETE E EM CUJO GRUPO SE ENCONTRA UM DOS REDATORES DA "A CRUZ"

Fonte: A CRUZ: Órgão da paróquia de São João Baptista. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.2, 12 jan. 1936²³¹

A semente da política autoritária do Estado Novo que Vargas adotaria no ano seguinte (1937), germina logo após o levante de 1935, como se pode perceber, mas direciona-se, inicialmente, à busca pelo apoio de importantes órgãos da sociedade durante o ano de 1936, por surgir uma nova preocupação: a sucessão presidencial.

Com os olhos voltados para toda e qualquer ação da esquerda na América do Sul e nos países de forte tradição católica, o panorama político e social da Espanha, em

²³⁰ O PRESIDENTE Getúlio Vargas à imprensa. A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, 12 jan. 1936, p.1.

²³¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829706&pagfis=3868>
Acesso 6 fev. 2023.

especial, ganhou menções em diversas edições do jornal, principalmente com o acirramento das ideologias políticas na década de 1930. A Igreja da Lagoa, havia registrado seu desconforto com a II República espanhola desde sua instauração, no ano de 1931. Em uma dessas edições, por exemplo, *A Cruz* deseja “mais felizes dias para os católicos espanhóis”²³², haja vista a saída de Alfonso XIII do poder – que se deu um ano antes - e a ascensão de um grupo anticlerical com suas reformas que “vandalizavam”, conforme deixa claro, o valor não apenas espiritual, mas também artístico e histórico do catolicismo. De fato, a Espanha passava por agitados políticos e ideológicos que explodiram em meados dos anos 1930.

3.3 “Espanha ensanguentada”: O calvário de julho de 1936.

O Exército espanhol aventurou-se no Marrocos buscando conquista-lo, motivados pelo desejo de resgatar a grandeza imperial da Espanha, devido à perda de Cuba, Filipinas e Porto Rico. Não obstante, em julho de 1921, o Exército sofreu uma perda no Marrocos, com a tentativa do governo de ocupar a região de El-Rif, desestabilizando a estrutura governamental de Alfonso XIII.

Os setores religiosos também sentiram o agravamento da crise instaurada na Espanha. Tendo em vista a derrota do Exército espanhol no Marrocos e inseridos no período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a agitação social tornou-se frequente²³³, ainda mais com a grande aceitação que as ideias anarquistas ganhavam entre os grupos operários espanhóis, sobretudo pelos anseios anticlericais cada vez mais presentes e por verem a importância da ação direta na luta contra a opressão por eles sentida. O socialismo, por outro lado, não recebeu, inicialmente, intensa adesão devido a “sua defesa do Estado centralizado”²³⁴. Dois partidos socialistas foram fundados: em 1879 o Partido Social Obrero Espanhol (PSOE) e em 1888 a Unión General de Trabajadores (UGT) e ganharam mais força à medida que os embates políticos e sociais se intensificavam.

²³² COUSAS da Espanha. *A Cruz: Orgão da parochia de São João Baptista* Rio de Janeiro, ano XVI. n. 27, 15 jul. 1934, p.1.

²³³ Em 1909 ocorreu, por exemplo, a Semana Trágica em Barcelona, morada de protestos populares e de agitação anarquista, aumentados pelas baixas no conflito de Marrocos. ACKSON, Gabriel. *A República espanhola e a Guerra Civil 1931-1939*, vol.1, Publicações Europa-América, 1965, p.21.

²³⁴ BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007, p.49.

Alastravam-se na Espanha diversas greves, provocando tensão na Igreja e no Exército. O atraso econômico/comercial espanhol foram um dos responsáveis pelo aumento do anticlericalismo, mas “o fato de os padres católicos locais sempre se aliarem aos proprietários e ao chefe de polícia estimulou” o sentimento rancoroso contra o Catolicismo, transformando “a religião numa rancorosa questão política e de classes”²³⁵. A Igreja, junto dos choques entre o Liberalismo e o Tradicionalismo espanhol reestruturaram o país, enfraquecendo os pilares de sustento da Monarquia (Exército, Igreja e Tradicionalismo). O Exército assumiu uma posição como único garantidor da unidade e ordem espanhola, justificando, por conseguinte, o golpe militar do general Miguel Primo de Rivera, em 13 de setembro de 1923 com o apoio do rei Alfonso XIII.

O governo de Rivera foi fruto de alguns fatores internos: (1) “o embate entre o secular e o religioso”²³⁶ 2) o surgimento de uma prática rígida e intolerante dentro do Exército, ao tentar amenizar a derrota militar no Marrocos, criou “o mito poderoso de que os políticos civis tinham sido os únicos responsáveis pela perda definitiva do Império, e por isso não poderiam governar o país”²³⁷.

No entanto, a ditadura de Rivera, por mais que tenha aplicado reformas que auxiliaram a Espanha em seu processo de industrialização, perde suas estruturas em 12 de janeiro de 1930, após renunciar ao cargo e levar consigo a abdicação do rei, devido aos percalços de sua ditadura. A *CRUZ* lamenta esse fato, ao relembrar os serviços prestados por Rivera à sociedade espanhola; o ditador declarava, ao retirar-se do poder, que os seis anos de ditadura “não foram suficientes para extirpar todos os males que atingiram o povo espanhol {...} Resta saber se os sucessores do ditador saberão continuar a obra de restauração interna da Espanha.”²³⁸ Em outra edição, entretanto, ao analisar a situação espanhola, o jornal avalia que a monarquia não soube “se enquadrar dentro das tendências contemporâneas e se atirou aos braços de uma ditadura chefiada por Primo de Rivera”. O ditador, continua o artigo, não solucionou as crises que o colocaram no poder. Por essas lacunas que enfraquecera o terreno político monárquico, os descontentamentos de ordem social e econômica juntaram-se os de caráter político e essa fusão provocou a queda do trono.”²³⁹

²³⁵ GRAHAN, Helen, **A guerra civil espanhola**. Tradução Vera Pereira – Porto Alegre, RS, 2013, p.15.

²³⁶ GRAHAN., p.12.

²³⁷ Ibid., 2013, p.13.

²³⁸PRIMO de Rivera. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XIII, n.5, 2 fev. 1930, p.1.

²³⁹ ARRUDA Luiz Soares. A guerra civil na Espanha. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista** Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 43. 25 out. 1936, p.5.

{...} a situação interna parece muito incerta a sorte da monarchia. A ditadura estagnou e paralisou a vida dos partidos tradicionaes do país, o que muito concorreu para o progresso das ideias republicanas”. Ademais o povo espanhol está muito trabalhado por elementos subversivos. Desejamos, sinceramente, que o nosso governo consiga deter esta onda revolucionaria e restituir a tranquilidade ao povo espanhol.²⁴⁰

A renúncia de Rivera trouxe à tona as brechas deixadas na sociedade espanhola, mas também na própria Monarquia, pois sai envolta numa profunda crise e falta de apoio, que mudaram extremamente a sociedade espanhola. A Coroa usou de “Primo de Rivera enquanto precisaram da sua figura e do seu paternalismo para a resolução da questão de Marrocos, bem como para ensaiarem um retorno à Monarquia Constitucional”.²⁴¹ Sem saída, a monarquia, necessitada de apoio, convocou para 12 de abril de 1931 eleições municipais.. O desfecho das eleições causa terror nos grupos conservadores do país e muda, definitivamente, as estruturas políticas espanholas.

Instaurou-se a II República na Espanha. Com forte teor antimonárquico, as eleições revelaram a instabilidade da monarquia em Espanha. A II República tonou-se inevitável não tanto pela força de um movimento republicano, mas pela “bancarota da monarquia”.²⁴² O rei, derrotado, abdica e deixa a Espanha. A II República “herdou crises econômicas de Rivera e teve de lidar com problemas profundos da sociedade espanhola: reforma agrária, reforma das forças armadas {...} e o problema das relações entre a Igreja Católica e o Estado”²⁴³.

A República obteve forte égide de “republicanos de esquerda e o movimento socialista²⁴⁴”. “O início da Segunda República caracterizou-se pela aliança entre a pequena burguesia progressista e os setores moderados do socialismo. A Cruz inicia seu alerta de que com uma República burguesa “o velho reino caminha a passos largos para o demagogismo, quiçá para o comunismo.”²⁴⁵

²⁴⁰ ARRUDA, Luiz Soares. A situação espanhola, **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XII, n.10, 9 mar. 1930, p.3.

²⁴¹ OLIVEIRA, César. **Portugal e a II República de Espanha 1936-1939**. Perspectivas & perspectivas, Lisboa. s.d., p.75.

²⁴² JACKSON, 1965, p.43.

²⁴³ BEEVOR, 2007, p.61.

²⁴⁴ GRAHAN, 2013, p.18.

²⁴⁵ A POLÍTICA espanhola. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.6, 8 fev. 1931, p.1.

Logo que a República interviu nos privilégios dos setores dirigentes da Espanha, a oposição política a ela aumentou. Iniciou-se uma série de reformas sociais para acalmar as crises no país e renovar sua estrutura social, política e cultural após séculos sob o regime monárquico.²⁴⁶ A ambição pela modernização da Espanha operou reformas que visaram uma política que a encaixasse naquele cenário europeu. O “reformismo social-democrático” espanhol viu-se preso “entre dois totalitarismos: o nazifascismo e o socialismo soviético à esquerda²⁴⁷”. Não obstante, para compreender o papel externo na sustentação da República, precisa-se discorrer sobre as consequências das reformas republicanas no seio social espanhol.

Um problema inicial que aterrorizou os grupos conservadores do país, desenrolou-se na relação entre Estado e Igreja. Pela primeira vez a Igreja Católica viu-se diante de um governo que rejeitava a ideia tradicional do catolicismo sinônimo de Espanha. A hierarquia eclesiástica espanhola ficou em extremo alerta e depositou suas preocupações na união de forças com o Exército e grandes proprietários de terras.

Nas regiões mais pobres e centrais da Espanha, o catolicismo sempre estivera presente evitando conflitos e visando manter atitudes que conservavam a ordem social. O sindicato católico era uma realidade muito antes na Espanha, chamado de Confederação Nacional Católica Agrária (CNCA). Esse sindicato possuía grande força, principalmente em Castela, do qual “os camponeses castelhanos, mais tarde comporiam os escalões populares de partidos de direita, nos anos 1930 e as tropas nacionalistas²⁴⁸”. O Sul, ao contrário, sustentava uma visão ferozmente anticlerical, porque compreendia a Igreja como a instituição fomentadora das desigualdades sociais.²⁴⁹ Assim como a esquerda ganhava mais voz e evidenciava o conflito de classes, o extremismo ideológico, político e religioso assumiu posturas nunca antes presenciadas. O objetivo modernizador da República acabou sendo uma das bases para a polarização política. A Igreja e o Exército

²⁴⁶ Há de ressaltar a atuação do Partido Liberal e o Partido Conservador na Espanha durante a Monarquia, e o rei os alternava no poder. Para este trabalho, será explicitado apenas o governo de Alfonso XIII e do sentimento imperial, tradicional e católico que sustentava os pilares monárquicos. A Espanha já havia vivenciado a República, quando foi instaurada assim como a I República Espanhola (1873-1874).

²⁴⁷ BUADES, Josep M. **A Guerra Civil Espanhola**, São Paulo: Contexto, 2013, p.27.

²⁴⁸ SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A Guerra Civil Espanhola**; tradução Barbara Duarte. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.2008, p.29.

²⁴⁹ “Nesse quesito, era acompanhada por socialistas e anarquistas, que enxergavam a Igreja como um dos pilares do monarquismo e do conservadorismo e uma das principais causas do atraso do país.” BUADES, 2013, p. 29.

representavam os resquícios dos laços que uniam a Espanha à monarquia, fazendo com que a velocidade das reformas a atingissem em cheio.

Com a ampliação no investimento na educação pública, em contraponto ao monopólio religioso no ensino, procurou-se substituir o catolicismo e sua forma de hierarquia social, pelo ensino do humanismo secular e justiça social.²⁵⁰ *A Cruz* alerta seus leitores sobre essa situação, ao publicar, por meio de uma edição do jornal *El Debate*, nomeado por ele como um grande jornal católico da Espanha, que em Sevilha “a autoridade local mantém a proibição de que se dê o ensino no Colégio São Domingos, propriedade do bispado {...}oficiou ao governo reclamando a incorporação do edifício pelo estado”²⁵¹. Os republicanos, aprovaram o divórcio e secularizaram espaços antes pertencentes à Igreja, como os cemitérios e hospitais. As ordens religiosas reduziram-se na Espanha, ocorrendo à dissolução da Companhia de Jesus e corte do subsídio clerical. Foi decretada no país, em 22 de maio de 1931, a completa liberdade religiosa²⁵². *A Cruz* salienta que a Espanha

Mais uma vez expulsando os jesuítas, patenteia a incompetência radical de seus atuais governantes. Os republicanos espanhóis parece que cegaram.{...}A Espanha, se póde apresentar haveres importantes que se inscrevem como as mais seguras provas moraes e materiaes de progresso deve os melhores esforços aos jesuítas.”²⁵³

Em vista dessas reformas que abalaram as paredes do templo, a Igreja sustentou um profundo ódio para com o novo regime e proliferou em seus discursos a necessidade de um rearmamento espiritual e patriótico entre seus fiéis. A hierarquia católica dava à República um tom de “apocalipse ideológico²⁵⁴” algoz das identidades sociais espanholas. A atitude reformadora contrária aos interesses católicos fortalecia-se no momento em que “o papado reforçava o papel dos laicos dentro da Igreja e os animava a participar ativamente na esfera pública. Com a criação da Ação Católica pelo papa Pio XI, muitos católicos seculares encontraram veículo oportuno²⁵⁵” de canalização das suas aspirações tanto políticas como sociais, na defesa do centralismo papal e do Vaticano nas intenções

²⁵⁰ BEEVOR, 2007, p.57.

²⁵¹ COUSAS da Espanha. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n.52, 27 dez. 1931, p.1.

²⁵² JACKSON, 1965, p.50.

²⁵³ OS JESUÍTAS na Espanha. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIV, n.15, 10 abr. 1932, p.4.

²⁵⁴ GRAHAN, 2013, p.19.

²⁵⁵ BUADES, 2013, p.29-30.

religiosas. A força do Catolicismo no meio social e nas consciências humanas seria firmada nas sociedades através da Ação Católica. Informando os fiéis sobre a importância dessa organização e união das forças católicas, *A Cruz* ressalta que a Igreja

{...} chama todos os seus filhos, não só aqueles sacerdotes, mas também a todos os leigos, a todos os que trazem o título de “católicos”, a Igreja convoca para combater os filhos das trevas. {...}. É a união das forças católicas organizadas, para a afirmação, a atuação, a difusão, a defesa do indivíduo, da família, da sociedade: EIS A AÇÃO CATOLICA. {...} cabe-nos dar uma demonstração clara e insofismável da nossa intenção de combater por Jesus contra o laicismo, de lutar, sem receio, nem amor próprio, pois que nenhuma coisa dá mais audácia aos maus que a fraqueza dos bons. {...} A obra do católico, feita em obediência a mandato da Hierarquia, é como um ramo da vinha que está intimamente ligado à Igreja, pronto a seu chamado e às ordens. {...}. É como que um meio de ligação entre a Igreja docente e a Igreja discente. Numa formula mais ampla, poderemos definir a A. C. como a organização do laicato sob a dependência da hierarquia eclesiástica pelo triunfo do reino de Cristo²⁵⁶.

Percebe-se que a Igreja, inserida nas medidas papais de restituição de seu espaço nas sociedades, enxergou seus fiéis como “soldados” a seu serviço, um meio de aumentar suas fileiras e conseguir que suas reivindicações fossem aceitas. A paróquia da Lagoa, no Rio de Janeiro, não fugiu disso, muito menos a Igreja na Espanha, por estar em jogo a defesa dos interesses católicos, assim como a sustentação da Igreja à sombra do Poder, como há muito tempo ocupou.

Na República a Igreja tinha mostrado sua solidariedade para com as classes conservadoras. A futura cruzada franquista, o nacional-catolicismo dos anos 40 estão, assim, presentes antes de 1936. {...}. É verdade que entre 1931 e 1933, a Igreja pôde sentir-se ameaçada na sua atuação dominante tradicional, e em seus próprios princípios, pela proclamação da liberdade religiosa dos cidadãos, pela separação da Igreja e do Estado, pela ilegalidade do divórcio, e pelas leis sobre as congregações e a escola que acabavam com a identificação ideológica entre o Estado espanhol e a doutrina católica. {...} No entanto, ideologicamente, esses jovens chefes fazem do catolicismo uma das bases da hispanidade, da recusa, da reforma uma das glórias históricas da Espanha; já empregam a palavra cruzada e pedem emprestados seus símbolos aos reis católicos²⁵⁷.

O fortalecimento da união entre a Igreja e os grupos conservadores espanhóis fez-se em um momento que a II República se tornou o inimigo comum entre eles. Suas

²⁵⁶ JUVENTUDE Feminina Católica. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 43, 4 nov.1934, p.3.

²⁵⁷ VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha, 1936-1939**. Tradução Regina Célia Xavier Freire, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.25-26.

reformas atingiram os proprietários de terra com a reforma agrária, os militares, com o encurtamento do ano de serviço militar, diminuição de promoções por mérito e fechamento da escola administrada por Francisco Franco no Marrocos intensificou os sentimentos antirrepublicanos. Nessa escola lhes era ensinado o dever militar no renascimento imperial espanhol e sua missão como salvadores da Espanha dentro de uma nova política da direita ultranacionalista²⁵⁸. Junto a isso, o Governo teve de enfrentar um grande número de problemas econômicos, agravados pela Depressão mundial²⁵⁹. Nesse sentido, o jornal critica as reformas feitas, explicitando que elas geraram um sentimento

{...} polarizado em Espanha, dado a condição de que em muitos provocaram repulsa; em camponeses e operários gerou-se descontentamento. No entanto, as eleições de 1933 revelou a vitória da direita. Com isso, o gabinete formado por Lerroux e Gil Robles, demandou a questão da justiça latifundiária, ou seja, de reparação ao que foi perdido pelos proprietários de terras nas reformas de Azaña. “Preocuparam-se os estadistas quase que exclusivamente em reparar os prejuízos ocasionados {...} deixando para um segundo plano as reformas sociais que ainda requeriam solução. ”

O desagrado com as reformas, a hostilidade e violência que causaram a divisão na esquerda, minaram as estruturas da República. A aversão às atitudes políticas da II República, junto da ótica militar de sua missão salvadora na Espanha, gerou, em agosto de 1932, a chamada “Sanjurjada”. José Sanjurjo, militar, pronunciou-se contra o governo e suas reformas; no entanto, a falta de um apoio significativo unido à greve iniciada pelo movimento operário contrário aos rebeldes, arruinaram sua ação. Sanjurjo, derrotado, exilou-se em Portugal e desempenhou, mesmo externamente, papel significativo na Guerra Civil de 1936. A *Cruz* abre espaço para reproduzir algumas palavras de Sanjurjo, ressaltando ser necessário ter mão firme para evitar uma catástrofe e sua missão era evitar um grande desastre na Espanha.

Na frase de Sanjurjo está a Republica proclamada há mezes apenas, na iminência de uma catástrofe! {...} nada ganhou a Espanha, pelo contrário, com a hostilidade á Igreja que tomada pelo Estado, e com a tremenda perversão social operaria pelas campanhas demolidoras de passado religioso que foi a gloria secular da nação!”²⁶⁰

Esse evento confirma a reorganização da direita espanhola e a presença forte do radicalismo operário. A direita assumiu um papel mais combativo, não apenas pela influência externa das efervescências políticas europeias, mas também internas, com

²⁵⁸ GRAHAN, 2013, p.20.

²⁵⁹ JACKSON, 1965, p.119.

²⁶⁰ OS JESUÍTAS na Espanha. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIV, n.15, 10 abr. 1932, p.4.

aparecimento do fascismo em solo espanhol. Com resquícios no começo dos anos 1930, o fascismo espanhol se corporificou com a fundação da Falange Española (FE), fundado por José António Primo de Rivera (filho do ex-ditador). A Falange reuniu discursos devotados ao fascismo italiano, mas resgatando aspectos do conservadorismo hispânico²⁶¹, como o catolicismo, defendendo a definição de “um Estado totalitário baseado em valores corporativistas {...} a substituição da luta de classes pelo sindicalismo vertical, a recuperação da vocação imperial” com atitudes firmes “de rearmamento que devolvesse à Espanha o papel de potência que tivera no passado²⁶²”. O jornal concorda com esse anseio falangista de renascimento espanhol, ao afirmar que a Falange e “a vontade que anima os falangistas é fazer uma Espanha unida, forte e católica e restituir a Espanha no mundo do lugar que ocupou no tempo dos reis católicos.”²⁶³

Parte desse pensamento tomou conta da política direitista espanhola, pois na mesma linha do surgimento da Falange, encontra-se a Renovación Española, voltada ao monarquismo, liderado por José Calvo Sotelo. A Igreja Católica encontrou abrigo²⁶⁴ na Confederação Espanhola das Direitas Autônomas (CEDA), de José Maria Gil Robles, contrário às esquerdas e exerceu importante influência nos acontecimentos políticos dos anos 1930. É nesse campo político espanhol que as alas da extrema direita e também da extrema esquerda vivenciaram o acirramento das lutas ideológicas, agindo por meio de organizações paramilitares, reivindicando nas ruas seus projetos, empunhando armas e ações radicais, tornando a Espanha um campo político perigoso.

A chegada das eleições em novembro de 1933 deu-se em um forte emaranhado ideológico e político, com a fortificação das direitas e as divisões na esquerda que redefiniram os rumos da política espanhola. Com a forte presença católica e crescente abstenção anarquista, a direita vence as eleições, com grande destaque para a CEDA²⁶⁵. As medidas, a partir desse momento, seriam a de derrubar qualquer ação que se identificasse com uma revolução social e de completo resgate da glória imperial espanhola.

²⁶¹ BUADES, 2013, p.50.

²⁶² BUADES, 2013, p.49.

²⁶³ DISCURSO do general Emilio Mola. **A CRUZ: Órgão da paróquia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.38, 20 set. 1936, p.1.

²⁶⁴ “A CEDA baseava-se no catolicismo social de Leão XIII e na organização corporativa de sociedade {...} representava as massas católicas e a ala da Igreja que queria provisoriamente aderir à república.” JACKSON, 1965, p.160.

²⁶⁵ “As eleições de 1933 demonstraram, contudo, a impossibilidade de uma República governada somente pelos republicanos. Como na administração anterior, os republicanos enfrentaram a amarga verdade de que dependiam do apoio em massa de outro grupo, nesse caso a CEDA.” SALVADÓ, 2008, p.75.

Os católicos, unidos e disciplinados, preparavam a organização das suas forças. {...} Para os católicos, como para os fortes elementos conservadores, o dever precípua, a questão máxima, nacional {...} resumia-se na implacável derrota do socialismo {...} O grande caudilho da ressurreição da Hespanha católica, Gil Robles.”²⁶⁶

A *Cruz*, portanto, enxergou em Robles um porta-voz da doutrina “preconizada pela Igreja {...} pois, nas suas eleições vitoriosas desafronta aos insultos e agressões do socialismo anarquizador {...} A Hespanha ensina e ensinará ao mundo os rumos de Cristo.”²⁶⁷ As medidas que tiraram o pagamento de padres e o confisco de bens religiosos, deixaram a Igreja indignada, tanto que uma das medidas do novo governo proveu a devolução dos bens e aprovação do pagamento de três quartos da verba secular.²⁶⁸ Buscando formas de barrar as reformas iniciadas em 1931, o novo governo encontrou barreiras difíceis de serem derrubadas; Alcalá Zamora não nomeia Gil Robles líder da CEDA, conforme esperado, como primeiro ministro²⁶⁹, escolhendo, em seu lugar, Alexandre Lerroux do Partido Republicano Radical. O jornal critica a nomeação de Lerroux, denunciando-o como maçom, ao afirmar “que a revolução, que destruiu a monarquia espanhola era de feição maçônica e a maioria dos ministros espanhóis, compõe-se de membros ativos de tão perigosa, quão nociva instituição”. A partir desse momento, é citado alguns nomes que pertenceriam à maçonaria: Lerroux, Alcalá Zamora e Azaña²⁷⁰.

No entanto, devido à grande quantidade de parlamentares eleitos da CEDA, Lerroux precisou abrir gabinete a esses membros, devido à dificuldade encontrada para executar suas propostas. Por meio desse acontecimento, o periódico muda de opinião e faz elogios ao chefe de governo, quando noticiou sua viagem à Sevilha, relatando ter sido acolhido entusiasticamente pela população e que havia elogiado “calorosamente a organização de Gil Robles, que disse cooperará idealmente com o governo para bem da Espanha”²⁷¹. Entretanto, a abertura do governo à CEDA, incomodou demasiadamente a

²⁶⁶ COUTO, Mario. Eleições de coligação das direitas. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XV, n.48, 26 nov. 1933, p.1.

²⁶⁷ COUTO, Mario. Hespanha Docet. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Ano XV, n.53, 31 dez. 1933, p.2.

²⁶⁸ JACKSON, 1965, p.169.

²⁶⁹ Em parte, por sua dificuldade em declarar-se republicano, já que seu partido era financiado por monarquistas. Ele insistiu em um parlamentarismo, porém não obteve sucesso. JACKSON, 1965, p.175.

²⁷⁰ SILVEIRA, Balthazar. Coluna da mocidade. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XV, n.12, 19 mar. 1933, p.2.

²⁷¹ ESPANHA: Assembleia de 3.000 catholicos prosseguem o entendimento entre a Espanha e a Santa Sé. Gil Robles e sua maravilhosa organização, mundialmente conhecida pelas iniciais: C. E. D. A. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 51, 23 dez. 1934, O noticiário, p.5.

esquerda espanhola, ocasionando, em 1934, profunda rebelião política contra essa união porque temiam que uma ditadura fosse instaurada.

Conhecida como a Revolução das Astúrias ou Revolução de outubro de 1934, a gênese do que seria o embate entre as frentes na guerra civil se desenrolou de forma mais efetiva nesse momento. A ira com que os grupos da esquerda, essencialmente os anarquistas, lutaram contra a participação da CEDA, atingiu os temores da burguesia e da Igreja. “Para executar o plano de pacificação, foi nomeado o jovem general Francisco Franco²⁷², cujo caráter frio e determinado era bem conhecido²⁷³”. A revolta foi contida de maneira extremamente sangrenta, sem princípios de dignidade humana, tática já utilizada pelo exército africanista em sua concepção de guerra²⁷⁴. “A direita esperava aproveitar-se da crise das Astúrias não só para fazer executar os chefes socialistas, como para lançar o descrédito sobre os republicanos da esquerda²⁷⁵”. Gabriel Jackson e Antony Salvadó concordam que a Revolta das Astúrias contribuiu para encorajar as Forças Armadas em sua concepção de uma missão messiânica para a restauração da identidade espanhola, bem como auxiliou na melhor organização da esquerda para criar, mais tarde, a Frente Popular. Confrontaram-se duas Espanha: uma conservadora, tradicional e católica; e outra republicana, urbana e revolucionária²⁷⁶, revelando que “a Espanha dos anos 30 conviveu com uma série de guerras entre culturas que teriam papel fundamental na guerra e seu estopim²⁷⁷”. Acerca desse momento espanhol, Robles, numa entrevista ao *Diário da manhã* de Portugal, reproduzida pelo *A CRUZ*, explicitou ter sido

{...}de fato, uma revolução perigosa, um movimento tenebroso que graças a Deus vencemos porque venceu a Espanha. Azaña lançou os alicerces, construiu esta anarquia. Os resultados viram-se agora {...} A nossa vitória é uma vitória definitiva. A Espanha tem uma tradição, uma história de muitos séculos em que há de reintegrar-se. Para a salvação da Espanha contribuirá a CEDA²⁷⁸.

²⁷² Franco utilizou a Legião Estrangeira, que passou a ser vista com outros olhos, ocasionando na nomeação de Franco, por Robles, como chefe do Estado maior do Exército. JACKSON, 1965, p.230.

²⁷³ BUADES, 2013, p.55.

²⁷⁴ “De fato, todas as formas de fanatismo e crueldade que caracterizaram a Guerra Civil se deram durante a revolução de outubro e no após-revolução: a utopia revolucionária contrabalaneada por atos esporádicos de terror vermelho; repressões sangrentas sistematicamente realizadas pelas forças da ordem; confusão e desmoralização reinantes na esquerda moderada; por parte da direita, espírito vingativo de caráter fanático”. JACKSON, 1965, p.224.

²⁷⁵ Ibid., p.221.

²⁷⁶ OLIVEIRA, s.d, p.161.

²⁷⁷ GRAHAN, 2013, p.31.

²⁷⁸ ECOS da última revolução em Espanha. *A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 44, 11 nov. 1934, Noticiário, p.5.

A Espanha vivia essa “anarquia”, portanto, não pela CEDA ter chegado ao Poder, mas devido ao estouro de uma revolta cujas raízes fincaram-se muito antes, no ano de 1931 e um dia se agravaria, como já era esperado, segundo Gil Robles. Os agitadores, nesse sentido, não seriam verdadeiros espanhóis, mas iludidos levados por paixões lamentáveis que desrespeitavam a tradicional Espanha, como finaliza a entrevista.

Entretanto, ao contrário do que registrou Robles, essa não seria uma vitória definitiva, como se viu nas eleições de 1936. A CEDA, como principal força política naquele momento, ajudou no fortalecimento da colisão entre a direita espanhola, quando seu líder colocou os interesses “dos seus poderosos financiadores acima dos da justiça social, fossem eles concebidos em termos católicos ou antirreligiosos²⁷⁹”. O governo demonstrava sua incapacidade em incorporar os grupos conservadores da direita e dos grandes proprietários rurais, colapsando, de vez, com o escândalo de corrupção e nepotismo no gabinete de Lerroux, desmantelando o Governo, ocasionando na ascensão das forças do centro e da esquerda, que uniu-se na Frente Popular²⁸⁰.

O komintern começou a trabalhar na tese segundo a qual os partidos comunistas deveriam liderar coalizões de esquerda, que abrangeriam os socialdemocratas e inclusive partidos “pequeno-burgueses” com certa orientação progressista. Essas coalizões, denominadas Frente Populares, apresentariam listas conjuntas de candidatos para que as esquerdas obtivessem apoio suficiente nas câmaras legislativas.²⁸¹

O ano anterior às eleições de 1936 revelou para a direita a importância da definição de metas para a sustentação dos valores cristãos e extirpar uma revolução social na Espanha²⁸²; e, para a esquerda, retomar os avanços conquistados pela República no ano de 1931, barrando o avanço do fascismo, por que crescia a passos largos em grandes parcelas da vida cotidiana espanhola. As lutas internas da direita causaram uma “esterilidade legislativa²⁸³”, confrontando a CEDA com as forças monárquicas, principalmente nas desavenças entre Robles e Calvo Sotelo. O evento das Astúrias fez cair o prestígio do governo, injetando a concepção, até mesmo por meio da imprensa, da Espanha necessitar de um governo moderado e democrático, entrando nas principais pautas do renascimento cultural e intelectual socialista²⁸⁴ que despertou as paixões

²⁷⁹ Gil Robles, encontrando-se em desespero, busca apoio de Franco para um possível golpe, mas o general não se sentia preparado.

²⁸⁰ OLIVEIRA, s/d, p.245.

²⁸¹ BUADES, 2013, p.57.

²⁸² Para a direita, o Exército era o único capaz de salvar o país da revolução. BUADES, 2013, p.58.

²⁸³ JACKSON, 1965, p.235.

²⁸⁴ Dois dos principais nomes é Federico García Lorca e Unamuno.

políticas e facilitou o estreitamento das relações entre as forças da esquerda, republicanos e liberais para as próximas eleições²⁸⁵.

Chegado o momento das eleições, em fevereiro de 1936, revelou-se a vitória da Frente Popular. O Poder foi ocupado novamente por Manuel Azaña junto da chefia do governo por Casares Quiroga. O novo governo logo se empenhou em retomar as reformas dos anos 1931-1933, reacendendo a chama do descontentamento que já ardia entre as camadas conservadoras, mas também na esquerda, fazendo que os “extremistas de ambos os lados” conseguissem “colocar o país em um turbilhão de violência após fevereiro de 1936²⁸⁶”. A *CRUZ* lamenta a vitória da esquerda e publica que “A Espanha volta, assim, a ser o homizio preferido por quantos agitadores a soldo de Moscou, andam pelo mundo, até que uma reação mais eficiente ponha paradeiro aos seus desmandos”.²⁸⁷

Para a direita, era como se os bolcheviques tivessem tomado o poder, fortalecendo o ideário de ser preciso salvaguardar a Espanha e sua “verdadeira hispanidade”, colocando nas ruas suas próprias milícias, contribuindo para o aumento da violência política de ambos os lados²⁸⁸. A tensão política em solo espanhol, revela que o golpe militar de julho de 1936, começou a articular-se no mesmo momento em que a direita soube o resultado das eleições.

Salvadó, por exemplo, afirma que “todos os grupos políticos de direita estavam cientes dos preparativos do golpe e contribuíram com contatos, dinheiro e mão-de-obra para a sua sucedida realização²⁸⁹”, sendo confirmado por Buades ao falar que o retorno das reformas de 1931-1933 “foram um combustível para a fogueira da rebelião militar. {...} quase no mesmo dia em que se fez pública a vitória das esquerdas, começou a conspiração militar²⁹⁰”. Jackson parte do mesmo pressuposto, alegando que a direita se sentiu em pânico com a vitória da Frente Popular, encabeçando, de início, um golpe militar. Isso se justificava pelo próprio paralelismo feito pelo proletariado de Madrid e outras cidades industriais, em relação à situação da Espanha com a Rússia pré-revolucionária.²⁹¹

²⁸⁵ A coligação eleitoral da esquerda abrigou, principalmente, o PSOE, o PCE, o Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM) e o Partido Sindicalista; no entanto, os anos finais de 1935 contribuíram para que os restantes dos partidos completassem suas fileiras. OLIVEIRA, s/d., p.247.

²⁸⁶ SALVADÓ, 2008, p.89.

²⁸⁷ COMUNISMO incendiário na Espanha: Terroristas marcham de Granada para Madrid incendiando templos! *A CRUZ: Orgão da parochia São João Baptista*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 11, 15 mar. 1936, p.5.

²⁸⁸ BEEVOR, 2007, p.83-86.

²⁸⁹ SALVADÓ, 2008, p.90.

²⁹⁰ BUADES, 2013, p.61.

²⁹¹ JACKSON, 1965, p.259.

O direcionamento do golpe logo foi encabeçado pelo general Emílio Mola, à frente de diversos políticos que apoiavam a conspiração, justificando salvar a Espanha do terror marxista e dos maçons. “Acreditava-se que uma conspiração “judaico-marxista-maçônica” transformaria a Espanha, depois da vitória da Frente Popular, numa colônia da União Soviética²⁹²”. Os setores católicos sonhavam em reviver uma autocracia católica e monárquica.

Simultaneamente, a Espanha vivia diversas tensões nos campos e nas cidades, na medida em que se agravavam as lutas de rua entre as milícias falangistas e das esquerdas²⁹³. A República não estava alheia a essas efervescências políticas, e dentro da retomada das reformas anteriores, decidiu enviar os possíveis generais conspiradores para outros lugares, como por exemplo, enviando Franco para as Ilhas Canárias.

Um acontecimento nesses primeiros meses de governo, dentro da ação das milícias, fez com que a eclosão do golpe fosse antecipado e justificado: o assassinato de Calvo Sotelo pela guarda republicana, em represália do assassinato de um guarda de assalto da esquerda.²⁹⁴ Esses assassinatos coincidiram com as maquinações finais do levante. Sob a justificativa de salvar a Espanha, o golpe de 1936 foi pronunciado, revelando a postura rebelde determinada do qual “não havia alternativa a não ser a rendição do governo democrático e a aceitação, sem condições, de todas as exigências dos militares”.²⁹⁵ Segundo o jornal *A CRUZ*:

O assassinio de Calvo Sotelo, leader monarquista e político de real influencia na Espanha, barbaramente trucidado pelos comunistas, precipitou, ao que consta, os acontecimentos. Fala-se mesmo, que esse político estava indicado para chefiar o governo após a revolta e que seu assassinio faz parte do plano para abortar agora a revolução agora crepitante.²⁹⁶

Alegando receber telegramas vindos de Madrid, o jornal concorda com a ideia apresentada, da qual a morte de Sotelo seria uma reação da esquerda, porém, não pela represália ao assassinato de um guarda de assalto, e sim de que Sotelo chefiaria o governo, finalizado o golpe. Em outro momento, relata que a “Sangrenta guerra Civil na Espanha”,

²⁹² BEEVOR, 2007, p.87.

²⁹³ “Na Espanha o ritmo das greves e da violência política aumentou com o início do verão”. BEEVOR, 2007, p. 94.

²⁹⁴ “Em 12 de junho de 1936, foi assassinado pela Falange um militante socialista, o tenente José del Castillo. Em resposta, no dia seguinte a esquerda sequestrou e executou a tiros o deputado de direita Calvo Sotelo.” MEIHY, José Carlos Sebe Bom; FILHO, Claudio Bertolli. **A Guerra Civil Espanhola**. Editora Ática, São Paulo, 1996, p.19.

²⁹⁵ BUADES, 2013, p.69.

²⁹⁶ SANGRENTA guerra civil na Espanha. **A CRUZ: Orgão da parochia São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, N. 30, 26 jul. 1936, Notas &Fatos, p.5.

trata-se de uma “Revolução espanhola e tem como chefes os generais Franco e Mola e por objetivo instaurar uma ditadura militar anti-comunista.”²⁹⁷

Os apologistas da ditadura militar de Franco defenderam o levante militar baseando-se em duas teses principais: a primeira afirmava que em 1936 o governo republicano havia perdido totalmente o controle da situação, e, com isso, o país entrara em um espiral de violência; a segunda considerava que na Espanha estava sendo preparada uma revolução social seguindo os moldes bolcheviques, revolução que só poderia ser detida mediante um golpe de Estado preventivo²⁹⁸.

Essas duas justificativas serviram de base para a motivação dos rebeldes liderados por Franco, junto do apoio da Igreja, para a necessidade de uma “limpeza” política e social que restaurasse a glória em Espanha, derrubando todos os inimigos da identidade nacional. Por mais que Franco tenha firmado a crença na consciência de seus aliados que liderava um movimento profundamente nacional e não um pronunciamento, seus mecanismos de ação continuaram os mesmos, ou seja, como pontua Vilar, seu movimento foi, então, clássico. O novo, nesse sentido, é uma politização das massas que nunca tinha tido equivalente {...} o pronunciamento provoca, então, choques de natureza e de intensidade inesperados²⁹⁹. No entanto, o golpe (*pronunciamiento*) falhou, já que o general Mola previa uma ação rápida, sem resistência; o que os generais não contavam era com a grande força da ação popular³⁰⁰, redefinindo as atitudes rebeldes para uma luta fratricida de aniquilação do inimigo³⁰¹. Segundo *A CRUZ*:

Notícias de Madrid dizem que as guerrilhas nas ruas se sucedem sem interrupção e que os populares armados, têm se dado ao saque e à pilhagem. {...} telegramas de Madrid afirmam que há revolta nas ruas entre elementos fieis ao governo e civis e militares revolucionários, é que se estão passando graves acontecimentos na capital espanhola”.³⁰²

²⁹⁷ Ibid., p.5.

²⁹⁸ BUADES, 2013, p.75.

²⁹⁹ VILAR, 1989, p.39.

³⁰⁰ “Uma das chaves do fracasso do golpe militar e do sucesso dos partidários da revolução social nos primeiros dias da guerra foi a alta capacidade demonstrada pelos partidos de esquerda e sindicatos para se articular militarmente. BUADES, op. cit., p.79.

³⁰¹ Mola e Franco concordaram que a rebelião se firmaria na Espanha por uma guerra de conquista das áreas da Espanha. Os generais insurretos puderam contar com a boa vontade da finança internacional. JACSKON, 1965.

³⁰² SANGRENTA guerra civil na Espanha. *A CRUZ: Orgão da parochia São João Baptista*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 30, 26 jul. 1936, Notas &Fatos, p.5.

A guerra civil, ainda de acordo com *A CRUZ*, “se reveste de características sanguinárias sem precedentes, talvez, na história da Espanha”³⁰³. Temendo uma derrota significativa, os militares articularam ajuda internacional, principalmente da Alemanha e Itália, aceitando “intervir, mas cada um dentro de seus próprios interesses”, na medida em que “nem um nem outro pretendia envolver-se em uma guerra prolongada”, o que acabou acontecendo, porém serviu para garantir as boas relações com a Espanha dentro dos “interesses estratégicos de ambos”.³⁰⁴ Hitler e Mussolini viram na guerra uma oportunidade excelente para angariar maior influência em Espanha, devido a sua posição geográfica “importante em face dos dois inimigos tradicionais da Alemanha: a França e a Inglaterra”³⁰⁵. Esses interesses aliaram-se ao rearmamento alemão e ampliação de suas estratégias de guerra.

A luta fratricida na Espanha teria imenso impacto em toda a Europa. De fato, o apelo internacional das facções em combate, assim como o grau de envolvimento externo no conflito, foi um fenômeno desconcertante que transformou os assuntos internos de um país em verdadeira guerra civil entre europeus³⁰⁶.

À medida que a revolta se estendia, o periódico ampliava seu apoio ao levante militar; exaltava as tropas rebeldes que lutavam em prol de sua nação contra o comunismo e seu comando pela Rússia por meio dos partidos políticos como a Frente Popular; e de sua fúria contra a Igreja, por praticarem

{...} atos que não encontram similar nem mesmo na Rússia, aos tempos de Lenine. A história, talvez, não registre tamanhas barbaridades como as que estão praticando esses vândalos do século XX. (...), Mas a revolução, mercê de Deus, marcha para a vitória que será a da própria Espanha e quiçá do mundo civilizado. Em terras ibéricas joga o comunismo a sua última carta no sentido de bolchevizar o ocidente³⁰⁷.

Entendendo o conflito espanhol como uma luta contra os “Sem-Deus”, os cristãos eram incluídos junto ao lado rebelde, porque estava em cena a salvação da fé cristã contra o internacionalismo marxista, que fez da Rússia, conforme as acepções do jornal, um lugar de extrema miséria e morte.³⁰⁸ A Espanha reacendia o patriotismo e a fé católica ao

³⁰³ ESPANHA ensanguentada. *A CRUZ: Orgão da parochia São João Baptista*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 31, 2 ago. 1936, p.1

³⁰⁴ GRAHAN, 2013, p.35.

³⁰⁵ MEIHY, 1996, p.23.

³⁰⁶ SALVADÓ, 2008, p.94.

³⁰⁷ SITUAÇÃO na Espanha. *A CRUZ: Orgão da parochia São João Baptista*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.34, 23 ago. 1936, p.1.

³⁰⁸ Ibid., p.1.

gerar uma “epopéia de bravura” que afastaria o perigo vermelho “e vencerá a civilização cristã”. O periódico alegou que a Câmara Federal brasileira havia telegrafado a Franco, “comandante em chefe dos exércitos nacionalistas” apoiando-o e recebendo em resposta “a sua confiança inabalável na vitória da Espanha {...} terminou dando um viva ao Brasil!”³⁰⁹ O apoio da igreja da Lagoa às tropas rebeldes não era isolada dos interesses da Igreja na Espanha, nem do Vaticano, ou seja, da vitória de Franco em solo espanhol. A Igreja acreditava que o país havia sido ocupado por “ideias e formas estrangeiras de organização social que ameaçavam a unidade, a hierarquia e a homogeneidade cultural da Espanha³¹⁰”, valores que foram agregados por Franco. “A Igreja Católica era o bastião das forças conservadoras do país, a base daquilo que a direita definia como civilização espanhola³¹¹”.

Como, de início, as tropas rebeldes não haviam discutido qual a forma exata que o governo teria³¹², a Igreja Católica representou “para a aliança nacionalista tanto um símbolo como uma tradição”, fornecendo uma “causa para transcender a confusão ideológica de suas fileiras”, até mesmo pela sua doutrina baseada na *Rerum Novarum*, que conseguia a adesão de maior parte das facções rebeldes. Nesse sentido, a hierarquia católica “uniu-se em apoio à causa da direita³¹³”.

A Guerra em Espanha iniciou-se no momento que o Vaticano sofria uma delicada situação diplomática com o governo da Alemanha³¹⁴. Hitler, conforme se queixa o jornal, estaria desfazendo as associações católicas, principalmente as da juventude, intensificando sua perseguição à Igreja Católica.

Intensifica-se na Alemanha, a perseguição à Igreja Católica. O nazismo na sua tarefa extremada depois de haver explorado as ordens religiosas {...} o verdadeiro motivo das perseguições aos membros das associações católicas, não tem aparecido no noticiário que nos chega da Alemanha nazificada {...} diversas associações foram dissolvidas e tiveram os seus bens confiscados. E é precisamente isso o que pretende realizar com as associações católicas, principalmente as de juventude, o nazismo pagão e retrogrado.³¹⁵

³⁰⁹ Ibid., 1936, p.1.

³¹⁰ GRAHAN, 2013, p.44.

³¹¹ BEEVOR, 2007, p. 136-137.

³¹² Franco não possuía uma filiação política específica “além de um vago monarquismo que, aliás, compartilhava a maior parte da oficialidade”; desde o início “era evidente que seus objetivos na guerra eram essencialmente políticos {...} Muito da visão que o general tinha de si mesmo em comparação com os demais vinha de sua experiência nas campanhas coloniais do Norte da África.” GRAHAN, op. cit., p.84.

³¹³ BEEVOR, op. cit., p.156.

³¹⁴ BUADES, 2013, p.203.

³¹⁵ NAZISMO contra a Igreja. **A CRUZ: Orgão da paróquia São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, Num. 9, 1 mar. 1936, Notas &Fatos, p.5.

A Alemanha formaria, continua o artigo, ao lado da Rússia, a frente antirreligiosa do mundo, naquele momento. O papa não estava de acordo com as teses racistas do nazismo, algo que refletia no apoio a Franco, que recebia muita ajuda de Berlim³¹⁶. A sintonia entre a Igreja e Franco, segundo Buades, não pode ser definida como a velha estrutura entre o altar e o trono; apesar de Franco usufruir das regalias católicas destinadas unicamente ao rei, essa nova união justificava-se pelo mito da cruzada religiosa, com o caudilho resgatando “a Igreja Católica das farpas marxistas e ateístas e, em troca, os prelados justificavam a insurreição contra o governo democrático³¹⁷”.

A posição dos militares rebeldes passou a ser definida, principalmente pelo *A Cruz*, como uma fonte de resistência heroica contra as barbaridades dos comunistas, que deixava claro, por meio da grande Nação Católica do ocidente, seu desejo pela destruição da fé católica. A guerra era necessária, em seu entendimento, por ter sido causada por Moscou, já que a República de Madrid era criação da própria Rússia. As forças da esquerda, que resistiam na Espanha, foram criticadas pelo jornal, por que a única luta justa era a de Franco. Em um artigo criticando as ações dos vermelhos espanhóis, *A Cruz* não deixa de expressar sua repulsa pela figura de Dolores Ibárruri, mais conhecida como La Passionaria, uma das principais vozes da resistência contra Franco. Deputada, Dolores ecoou nas rádios seu brado de luta e se destacou nesse período como líder da resistência e um dos principais rostos do Partido Comunista espanhol. *A Cruz* utilizou-se de diversas representações para apresenta-la a seus leitores, tendo-a como “monstra”, “secretaria particular, em forma humana, dos muitos príncipes do inferno”, ou seja, o contrário da figura de Maria, por que “os novos tempos fez surgir novos bárbaros” fazendo Madrid repetir “o mesmo drama da ruína de Babilônia {...} que fariam corar de vergonha os antigos guerreiros e até os povos mais ímpios”. Seu manifesto não termina aí, já que ao falar dos marxistas, o jornal comunica que superam tanto em covardia como em baixeza aos mais vis da história. É “num meio de povo assim, ladrões mascarados, matadores de crianças e até mutiladores de cadáveres que surge, como dos latifúndios do Inferno, a sinistra figura de uma mulher³¹⁸”.

O jornal motivou-se a explicar a seus leitores quais teriam sido os fatores que eclodiram o conflito na Espanha, escrita na coluna de Luiz Soares Arruda, perpassando a

³¹⁶ É importante salientar que a relação diplomática entre o Vaticano e Franco se deu apenas em 1938.

³¹⁷ BUADES, 2013, p.206.

³¹⁸ FILHO, Mauriceia. *A Passionaria. A CRUZ: Orgão da paróquia São João Baptista*, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.39, 27 set. 1936, p.3.

história política e social da Espanha dos últimos anos, esmiuçando seus conflitos internos. Ao perpassar o início da II República, o autor descreve que com ela “os esquerdistas” cedo empregaram “as reformas radicais, as perseguições revoltantes”. Buscou-se resolver a questão agrária, continua o autor, “dentro de moldes que aberravam das normas do direito. ” Essas reformas geraram um sentimento polarizado em Espanha, segundo Arruda, dado a condição de que em muitos provocaram repulsa. No entanto, as eleições de 1933 revelaram a vitória da direita. Com isso, o gabinete formado por Lerroux e Gil Robles, demandou a questão da justiça latifundiária, ou seja, como reparação ao que foi perdido pelos proprietários de terras nas reformas de Azaña. “Preocuparam-se os estadistas quase que exclusivamente em reparar os prejuízos ocasionados {...} deixando para um segundo plano as reformas sociais que ainda requeriam solução³¹⁹.”

Dessa forma foi deixado de lado o problema agrário e outros problemas de caráter econômico e social, abrindo espaço para a vitória das esquerdas em 1936. “A política presidencial é, em grande parte, responsável pelo domínio da Frente Popular, pois, em tempo, negou-se a atender às leis da república parlamentar” e, dessa forma, não conseguiu conceder às direitas uma amplitude de ação; mas, chama a atenção que Luiz Soares Arruda aponta o fato de que a bandeira das esquerdas de soltura dos presos políticos da revolução das Astúrias de 1934 forneceu, a grupos operários, bom senso relativo a esse mesmo interesse, gerando apoio à Frente Popular.

As direitas não tiveram tempo necessário para uma arregimentação semelhante a que realizaram as esquerdas que contavam, ademais, com o decidido apoio dos elementos que tinham sido beneficiados pelas suas reformas levadas a cabo em 1933. As agremiações direitistas apareciam, ainda, diante do povo, como forças que haviam falido no governo e traído o programa a que se obrigaram. A vitória sorriu para as esquerdas, por força de todos esses fatores e veio, como consequência, a anistia ampla para os presos políticos. O governo da Frente popular não levou em conta a lição das eleições de 1933 e reincidiu nos mesmos erros, agravando-os com uma tendência mais extremista ainda, o que preparou a reação armada chefiada pelo general Franco. (...). Eis uma sucinta análise das causas que deram o poder às esquerdas, poder que elas manejaram em seu benefício, como prevendo diabolicamente, todas as reações que a sua ação provocaria. (...) O fato auspicioso, porém, é que as forças nacionalistas já se encontram às portas da capital espanhola e a decomposição já se apoderou da Frente Popular³²⁰.

Em seu resumo histórico da Guerra, era de imensa importância apresentar as tropas rebeldes como vitoriosas, mesmo desenrolando-se a batalha, numa tentativa de

³¹⁹ ARRUDA, Luiz Soares. A guerra civil na Espanha. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 43, 25 out. 1936, p.5.

³²⁰ Ibid., p.5.

desmoralizar a resistência e toda a campanha soviética de “bolchevização” do ocidente. Para o periódico, fazia sentido a Rússia tentar instalar na Espanha seu regime, quando Largo Caballero, tido como “Lênin espanhol” constituía o governo republicano. A Espanha, tornada seu “quartel general no ocidente europeu”, imporia mais facilmente o satélite da foice no Ocidente. Portanto, era necessário todo esforço para que a Espanha vencesse essa luta e não se tornasse uma república soviética. As forças de Franco representaria o esforço patriótico de livrar o Ocidente cristão do objetivo moscovita de “bolchevização do mundo” ³²¹.

A Rússia representava a reunião de todos os incômodos da Igreja, mas revelava, além disso, o resultado dos objetivos judaico-maçônico-comunista. A *CRUZ*, por exemplo, alertou por diversas vezes que ocorria no Brasil o desenvolvimento de um complô judaico-maçônico-comunista e a necessidade de atentar-se a isso. Nos finais de 1937 e no decorrer de todo o ano de 1938 é visível que a postura que o periódico assume é de intenso antissemitismo, justificando seu posicionamento e atitudes a serem tomadas pela Igreja e por seus fiéis leitores. O padre J. Cabral, importante sacerdote intelectual católico do jornal, ganhou um amplo espaço de reflexão em diversas edições, ainda pela publicação **de seu livro “A Questão Judaica”**, livro de atualidade que todo brasileiro deve ler, como descreve A *CRUZ*.³²²

Em primeiro lugar, segundo Cabral, era necessário derrubar o “imperialismo financeiro judeu”, já que com isso poderiam ocorrer mudanças significativas na vida nacional. Existiam, em seu entendimento, dois antissemitismos: o primeiro era carregado de violência, algo que não podia ser admitido pelos cristãos; o segundo era o antissemitismo que buscava a plena defesa do patrimônio do círculo católico, dentre os quais os costumes, crenças, religião e família. Esse antissemitismo era tolerado por seu intuito de salvaguardar os valores cristãos³²³. A crítica aos judeus que se percebe no *A Cruz* é de relaciona-los ao capitalismo financeiro, alertando que os mesmos se consideram o povo eleito de Deus e único depositário da vontade do Eterno; no entanto, esse “espírito de messianismo leva o judeu a conceber um desmedido orgulho da sua raça e a votar um soberano desprezo ao restante da humanidade”. Para o jornal, os judeus carregam em si

³²¹ ARRUDA, Luiz Soares. Rompeu com Madrid. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 44, 1 jan. 1936, p.5.

³²² A QUESTÃO judaica: livro de atualidade que todo brasileiro deve ler. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro., ano XX, n.7, 13 fev. 1938, Notas & fatos, p.6.

³²³ CABRAL, J. Antissemitismo. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX n.12, 20 mar. 1938, p.4.

um “estranho nacionalismo religioso” cheio de um orgulho desmedido, fortalecendo cada vez mais sua vontade “de juntar riquezas à custa da exploração dos seus co-nacionais. Daí provocar a ira e a cólera do povo³²⁴”.

Esse trecho em análise expressa alguns elementos herdados do antissemitismo tradicional, que se baseia em uma fundamentação teológica, também conhecida como o mito deicida³²⁵. O que interessa, de fato, são as características do mito de conspiração judaica surgida por volta do século XIX, e “endossado por uma elite católica descontente com as mudanças decorrentes do novo regime político: o republicano³²⁶”.

O mito conspiratório solidificou-se na medida em que a Igreja Católica sentiu-se ameaçada, com os novos inimigos colocados em cena pela modernidade. Quando Pe. Cabral cita o “imperialismo financeiro judeu”, serviu-se da compreensão de um complô articulado pela elite judaica internacional disposta a dominar o mundo, destruindo, assim, a civilização católica. Não fica difícil compreender a junção feita entre semitismo e comunismo, haja vista todo o discurso da Internacional Comunista para a internacionalização do bolchevismo. Não obstante, muitos indivíduos judeus ou de origem judaica, ingressaram em comitês instaurados pela Revolução russa de 1917, ocasionando “uma relação quase direta entre judeu-bolchevique e, mais tarde, judeu-comunista³²⁷”, facilitando a intersecção de pensamento da união entre o anticomunismo e o antissemitismo. A maçonaria, devido ao “seu combate contra Deus e contra todas as forças conservadoras, abriu caminho para abraçar o judaísmo-comunista”, igualando sua doutrina à do marxismo e “se unindo a ele nesse ponto básico”, até mesmo pelo periódico entender a maçonaria como internacionalista e extremamente política³²⁸.

A Guerra em Espanha, portanto, seria uma guerra justa e santa, não se tratando “de uma mera indisciplina de militares contra um governo legitimamente eleito”, mas “é a nação mesmo que, golpeada em suas tradições, e fontes de vida, levanta-se sob o

³²⁴O ANTISSEMITISMO. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n. 6, 6 fev. 1938, p.4.

³²⁵ Generaliza os judeus enquanto povo assassino de Cristo. Tal ótica remete ao período medieval e se insere numa concepção teológica do catolicismo europeu. WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008, p.37.

³²⁶ WIAZOVSKI, Taciana. **O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)**. São Paulo: Humanitas, 2008. 2008, p. 55.

³²⁷ SALVADÓ, 2007, p.39.

³²⁸MAÇONARIA e comunismo. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.52, 27 dez.1936, p.1.

comando do general Franco o qual, à frente de seu povo, prometeu integra-la no seu ritmo, realizando-lhe a vocação de povo cristão³²⁹”.

É a partir dessa linha ideológica que a Igreja da Lagoa analisou os comportamentos das principais potências europeias em relação ao apoio à causa de Franco. A *Cruz* preocupava-se, na verdade, com um aumento de apoio à república espanhola e que as forças democráticas, representadas pela França e Grã-Bretanha, se tornassem hostis aos rebeldes e declarassem apoio ao outro lado. Ambos os lados se inclinaram, na realidade, ao pedido de apoio externo em suas causas. A República colocava suas esperanças nas democracias, principalmente a França, governado por uma Frente popular.

Muitas são as particularidades que definiram o reforço aos dois lados ou a neutralidade de outros em relação ao conflito na Espanha. Mussolini e Hitler, por interesses que lhe foram específicos³³⁰, tomaram a frente ao apoiar Franco, dando-lhe armamentos e máquinas de guerra que foram essenciais ao seu desempenho até 1939. Analisando as atitudes das civilizações europeias ao “espetáculo” da “chacina feroz” que envolveu a Espanha, o jornal nos diz que a “Alemanha, a Itália e Portugal assumiram desde logo atitude, condenando formalmente os planos de sovietação da Espanha” e emite um brado de alerta, questionando: “Deus do céu! {...} que estão fazendo, por que esperam a França e a Inglaterra³³¹”.

O apoio português a Franco também se delineou por interesses próprios de Salazar dentro de seu regime. O triunfo dos nacionalistas garantiria a sobrevivência do Estado Novo português, almejando uma política externa articulada entre as duas penínsulas. A ameaça comunista aterrorizava Salazar e não seria interessante que o triunfo soviético pairasse sobre seu país vizinho³³². O questionamento do jornal acerca da aparente neutralidade francesa e inglesa levanta as condições que definiram suas estratégias e estimularam a criação de uma política que protegesse toda a Europa de um possível conflito geral advindo da Espanha.

As ações públicas francesas em relação à Espanha seguiram as mesmas premissas dos receios britânicos de intervenção no conflito. A Grã-Bretanha, temerosa de que

³²⁹SOUZA, José Gonçalves. Fim da guerra santa. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n.16, 17 abr. 1938, p.3.

³³⁰Hitler interessava-se nas jazidas de volfrâmio, abundante na Espanha e essencial “às blindagens dos carros de combate”; Mussolini desejava barrar a França de sua área de influência. BUADES, 2013, p.90.

³³¹ AZEVEDO, Soares. Por que esperam? **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.49, 6 dez. 1936, p.1.

³³² OLIVEIRA, s.d.

ocorresse uma revolução social anarquista ou bolchevique na Espanha guiou-se por uma “neutralidade”, embora apoiasse, de maneira não explícita, a rápida vitória das tropas rebeldes. O círculo britânico simpatizava-se com os rebeldes por ser uma das principais parceiras econômicas da Espanha, gerando medo que investimentos britânicos pudessem ser tomados pela esquerda, caso saíssem vitoriosas³³³. “A elite dirigente britânica tinha relações com a Espanha conservadora por laços de classe, política, comércio e amizade. ” A oposição britânica às reformas sociais “da República evidenciava-se no menosprezo esnobe pela nova classe política espanhola³³⁴”.

O governo francês, no entanto, priorizou a boa relação com a Grã Bretanha, paralisando-se frente ao conflito, devido seu receio de encontrar-se sozinha caso houvesse uma investida alemã contra ela³³⁵; ao declarar-se a favor da República e perder o apoio inglês, definiu sua adesão também a uma neutralidade. Isso refletiu nos interesses particulares, tanto da França como da Grã Bretanha, admitindo que: “1) um governo privado de apoio das classes dominantes de seu país e de seu exército, não tem nenhuma chance de sobreviver³³⁶; 2) a vitória popular leva à revolução social, o que é pior que o fascismo³³⁷”. Munidos dessas justificativas, unida a uma Inglaterra sem recursos e carente de armamentos³³⁸, foi proposto pelas forças inglesas, o Pacto de Não Intervenção. A posição do jornal em relação a esse pacto, não foi encarada com bons olhos, pois ao passo que se fortaleciam as ajudas soviéticas à República e de Roma e Berlim a Franco, o jornal cobrava maior posicionamento das outras potências europeias, algo que se chocava com as demandas do Pacto de Não Intervenção. A proposta da Não Intervenção partiu do princípio de asfixiar “o comércio internacional de armas”, esperando, assim, “encurtar a guerra, obrigar as partes em conflito a chegar a uma solução negociada e, no final das contas, diminuir o número de vítimas inocentes e limitar o risco de propagação da guerra aos países vizinhos”³³⁹. Afirmou o jornal *A CRUZ* que:

A revolução hespanhola tem dado lugar a muitas surpresas, e uma delas, talvez a mais estranha, foi o pacto de não intervenção, manobra diplomática {...}. Numa época em que os governantes tivessem senso de suas responsabilidades

³³³ SALVADÓ, 2008, p.99.

³³⁴ GRAHAN, 2013, p.50.

³³⁵ Vulnerável, a França temia um isolamento diplomático, desde que passara a ter fronteira com duas potências fascistas. Ibid., p.51.

³³⁶ Segundo Salvadó, “o governo britânico concluiu que, na Espanha, o Exército combatia um regime soviético em potencial sob a proteção de um governo inativo, indigno de apoio tanto direto como indireto. ” BEEVOR, 2007, p.99.

³³⁷ VILAR, 1989, p.45.

³³⁸ JACKSON, 1965, p.327.

³³⁹ BUADES, 2013, p.95.

aquele pacto, por assim dizer, teria nascido morto; mas o estado incompreensão a que chegaram os estadistas de hoje, permite que ele surja com outros rótulos. {...} A Rússia necessita realmente de quem defendesse no Fórum Internacional o pretenso direito comunista e, para isso, o medo pânico que a Alemanha de Hitler inspira á França veio a calhar. {...} Que a França oficial, lançando mão de argumentos cavilosos grite a todos os ventos que o auxílio aos rebeldes hespanhois é um atentado ao princípio de neutralidade: está fazendo o jogo russo, age como procurador internacional. {...} Senhores chantagistas internacionais! Para traz com esse pacto e a sua nova formula, que não se compreende abstenção e neutralidade de homens perante atentados á própria honra da humanidade³⁴⁰.

O jornal não é cego diante das motivações por trás da França e Inglaterra manterem-se “neutras”, entendendo o terror francês de isolar-se da ajuda inglesa em uma possível guerra caso irritasse a Alemanha e que a Rússia desejava expandir o comunismo para o Ocidente. Para a Igreja a questão era muito clara: a guerra não possuía teores apenas políticos-ideológicos em batalha, mas abrigava, conforme utilizado no trecho acima, uma “revolução”. A revolução não seria apenas pela Espanha, mas por toda a humanidade, principalmente a civilização cristã. Não fazia sentido, portanto, para o *A Cruz*, a Inglaterra e França isentar-se de uma guerra que, dependendo de seu desfecho, seriam elas próprias quem sentiriam suas consequências. A guerra, por demandar a defesa dos valores e princípios ocidentais, deveria mobilizar todo o apoio necessário às tropas rebeldes para conseguir a vitória.

A citada ajuda russa no trecho acima fazia parte do apoio da União Soviética às forças republicanas. A Espanha não foi uma prioridade para a U.R.S.S., mas Stalin resolveu intervir orientando-se no mesmo esquema “de italianos e alemães, ou seja, participando das reuniões do Comitê de Não Intervenção e ao mesmo tempo enviando assessores militares e equipamento bélico à península ibérica³⁴¹”. Os mantimentos e armamentos dados por Stalin foram essenciais para que a República se mantivesse de pé em 1936. Um marco nesse momento é a criação das Brigadas Internacionais, que reuniu diferentes combatentes de diversos lugares, que desejava barrar o avanço do fascismo, tornando-se grande ajuda para a República. A questão dos interesses relativos à Rússia na Espanha diverge-se no campo historiográfico. Buades, por exemplo, discorda que a Espanha fosse um satélite soviético ou possuísse interesses imperialistas por meio dela, conforme acreditavam a Igreja, os rebeldes e a Grã-Bretanha.

³⁴⁰ PACTO de não intervenção e plebiscito. *A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.52, 27 dez.1936, p. 5.

³⁴¹ BUADES, 2013, p.179.

A intervenção de Stalin na Espanha tampouco teve origem em um plano de expansão imperialista. Ao contrário: foi fruto da passividade das democracias ocidentais, que abandonaram a República espanhola à própria sorte. O fato de ser a URSS o único país comprometido com a defesa do governo democrático espanhol (com a honrosa exceção do México), somado ao fato de que a República possuía suficientes recursos materiais para pagar o apoio russo, foi o que determinou a aproximação cada vez maior dos governantes republicanos com as posições políticas de Moscou ³⁴².

A Não Intervenção foi um recurso que asfixiou a República, encurralando-a, por um poderoso inimigo internacional, que recebia apoio de diferentes setores internos e externos³⁴³. Em contraposição, para Helen Graham, a Rússia estava interessada em angariar certo controle no cenário internacional, partindo da premissa de que “as potências imperiais cedo ou tarde compreenderiam que a maior e mais urgente ameaça a seus interesses não provinha do comunismo russo, e sim das ambições territoriais da Alemanha nazista” ³⁴⁴. O que ocorria, de fato, não era uma “sovietização” da política e da sociedade espanhola, mas a visão, principalmente pelo Partido Comunista Espanhol, da União Soviética como um ícone da modernidade³⁴⁵.

A intervenção soviética no conflito gerou diversas represálias pelo *A Cruz*, que utilizou disso para confirmar seu discurso do perigo vermelho no ocidente e do movimento de salvação que estava sendo encabeçada por Franco a todas as nações cristãs. Na edição de 13 de dezembro de 1936, o jornal escreve que

{...} o regime soviético, instalado pela violência e pela traição, na infeliz Rússia dos tzares, é o regime da falsidade e da mentira. É um sistema de governo que proclama lícito e honesto tudo quanto lhe sirva aos interesses, tudo quanto favoreça a difusão das ideias subversivas e concorra para semear a desordem e a confusão no seio dos povos que vivem sob o regime capitalista³⁴⁶.

O trecho acima foi escrito devido a descoberta da partida de 30 navios soviéticos à Espanha, conduzindo víveres, munições e armas. *A CRUZ* entendeu, a partir da apreensão dos navios, que a Rússia teria planejado transformar a Catalunha – destino dos navios – em uma província soviética independente. Para a felicidade do jornal, entretanto, as tropas nacionalistas conquistariam a vitória contra o internacionalismo vermelho:

³⁴² Ibid., p.195.

³⁴³ Os militares rebeldes receberam não apenas apoio militar, mas também apoio financeiro pelo empresariado americano e britânico. BEEVOR, 2007, p.213.

³⁴⁴ GRAHAM, 2013, p.53.

³⁴⁵ Ibid., p.74.

³⁴⁶ CABRAL, J. A hipocrisia do comunismo. *A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 50, 13 dez. 1936, p.2.

Expulsando os maus elementos, e maus patriotas que pretendem trair a Espanha em benefício da foice e do martelo dos comunistas. É a quebra total do acordo de não intervenção na guerra civil da Espanha que, aliás, desde os primórdios não foi respeitado pela Rússia. {...} O certo, porém, é que a intransigência da Rússia em querer a todo custo prestigiar e defender o falido governo de Madrid, é suscetível de provocar a guerra européa³⁴⁷.

É interessante a percepção política do *A Cruz* acerca do desenvolvimento da guerra e das relações políticas na Europa. Esse fato, em específico, foi visto como a materialização da “falsidade” dos bolcheviques e de sua política, como alertou em artigos anteriores. Esse alerta estendeu-se para um aumento das tensões entre as potências europeias. Ao analisar que Roma e Berlim reconheceram o governo de Franco, revela que, a partir desse momento, “Alemanha e Itália poderão vender-lhe, livremente, armas, auxilia-lo financeiramente sem ferir quaisquer princípios de neutralidade. É o jogo feito às claras, sem as características de que se tem revestido até aqui”. Luiz Arruda não nega a ação nazista e fascista na ajuda a Franco, burlando a não intervenção, porque isso colocava em cena duas questões: o caminho se abriria para outras potências declararem legítimo o governo de Franco, como fizeram Itália e Alemanha; no entanto, seria um risco, caso gerasse uma reação russa do qual “desse choque de interesses fascistas e comunistas, bem pode surgirem seríssimas complicações, talvez a guerra...”³⁴⁸.

Desde seu início, a Guerra Civil Espanhola tornou-se “um ímã para os correspondentes estrangeiros, e as atrocidades inimigas contadas pelos jornalistas permitiram reportagens sensacionais”, criando na opinião pública “fortes inimizades contra a esquerda³⁴⁹”. No ano de 1936, por exemplo, um dos colaboradores do *A Cruz*, Soares d’Azevedo, foi enviado à Espanha como correspondente católico e publicou, pela Cruzada da Boa Imprensa, no Rio de Janeiro, o livro *Espanha em sangue*. Em seus relatos fica evidente a potência do terror vermelho nos católicos, buscando avisar os brasileiros de o que ocorria em Espanha, facilmente poderia ser visto aqui. Azevedo inicia seu livro com uma fala do Papa Pio XI, que, segundo ele, dirigiu-lhe da seguinte forma:

Jornalista que és, meu filho, sabeis que sou optimista por temperamento. No entanto, a hora que se passe é grave, muito grave. Torna-se mister que oremos e trabalhemos. Até lá em baixo, a essa Espanha querida, te acompanharão as

³⁴⁷ AGRAVA-SE a situação europeia. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.44, 1 nov. 1936, p.1.

³⁴⁸ ARRUDA, Luiz Soares. Reconhecido o governo de Burgos, **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII n. 47, 22 nov. 1936, p.5.

³⁴⁹ SALVADÓ, 2008, p.135.

minhas orações. Mas não esqueças: a hora que passa é das mais graves da história do mundo³⁵⁰.

Apresentar a situação espanhola como um mal que poderia ocorrer em outros países do ocidente onde grande parte da população fosse de credo católico, esteve presente em muitos de seus relatos. O autor diz que a Guerra em solo espanhol, facilmente aconteceria no Brasil de Prestes. A Rússia lançava seus interesses na Europa, desejando uma Espanha soviética, mas que só poderia ser barrada por uma ditadura fascista na Espanha como a portuguesa, alemã ou italiana, para extirpar, a seu ver, as garras bolcheviques da civilização ocidental³⁵¹. Para Azevedo, a intervenção alemã e italiana na guerra era extremamente justa, já que a Rússia se colocava a favor de Madri.

Trata-se de uma questão de vida e de morte para a civilização ocidental, motivo porque na hora grave que passa não póde haver uma alma honesta que pretenda fechar-se no comodismo de uma criminosa imparcialidade. Aqui é toda uma civilização de vinte séculos que está em jogo. Aqui é a causa da família e da fé. Oostentiva ou medrosamente, todos os povos do mundo, com excepção de um que outro, desvairado, estão ao lado dessa brava gente que deixa matar em defesa do seu patrimônio moral, espiritual e cultural.³⁵²

As tropas rebeldes, imbuídas de levar a salvação, a liberdade e a felicidade às nações ocidentais cristãs, fazia uma revolução dentro da revolução, ou seja, encabeçava uma revolução espanhola para o esmagamento da revolução bolchevique. A violência era justificada através do entendimento cristão do purgatório, na medida em que o sofrimento é necessário para a purificação humana. O verdadeiro problema não era mais político, mas no corpo biológico da nação, reacendendo a hostilidade católica contra os germes políticos e sociais impregnados pelo racionalismo, liberalismo, maçonaria, socialismo, comunismo e anarquismo³⁵³. A lembrança do anticlericalismo crescente “reforçara a ascendência dentro da Igreja Católica espanhola de setores conservadores, que estavam determinados a sepultar a República Liberal e secular”, por que apoiar Franco, nesse momento, era uma chance de aumentar sua influência política e eclesial, impregnando-se de maneira mais acirrada nas consciências³⁵⁴.

³⁵⁰ AZEVEDO, Soares. **Espanha em sangue**. Cruzada da Boa Imprensa, Rio de Janeiro, 1936, p.15.

³⁵¹ AZEVEDO, 1936, p.53.

³⁵² Ibid., p.59.

³⁵³ GRAHAN, 2013.

³⁵⁴ Ibid., p.97.

O Brasil necessitava de cuidados, de acordo com Azevedo, para que não assumisse postura de um “paganismo puro”³⁵⁵ e não fosse encruzilhada na violência e no caos que atingia a Europa, especialmente a Espanha. Parte de suas preocupações havia ganhado força com a atmosfera do perigo vermelho que vagava pelo Brasil e atingia os diversos grupos sociais e políticos do país, desde 1935³⁵⁶. Prova disso é a publicação do *A Cruz* em lembrança do aniversário de um ano da Intentona Comunista, na edição de novembro de 1936. Luiz Arruda lembra que esse evento derrubou o ceticismo burguês de que aqui não existia um perigo comunista, recomendando que a data seja de reflexão e de ação, ou seja, que a reflexão derrubasse de vez o discurso burguês de completo ceticismo de que aqui não existia um perigo comunista e de ação no combate a esse mal. Com o estouro da revolta, gerou-se no país um completo estado de emergência e de profundo abalo que perdurava mesmo após um ano, como continua Arruda. No entanto, o autor apresenta que este fato deve ser encarado também como lição providencial, abrindo os olhos dos céticos e despertando a necessária energia patriótica para precaver-se do comunismo.

O perigo comunista não passou. Perdura a despeito das providencias e da vigilância continua das autoridades {...}, todavia não podemos cochilar diante do perigo vermelho. {...} Econômica e politicamente devemos fugir dos erros em que estão incidindo as velhas nações civilizadas, talvez para desgraça delas. {...} devemos conservar atitude de intransigente inflexibilidade, para que não nos suceda o que está acontecendo á Espanha que bem poderia ter evitado os dias sangrentos que está vivendo³⁵⁷.

No Brasil, conforme o entendimento do próprio jornal, a infiltração soviética possuía novas táticas de atuação que mereciam a vigilância política e social das autoridades e de seus fiéis. Com uma força devoradora, o Kremlin:

{...} exerce as suas sinistras atividades nas associações de beneficência que para este fim criam ou ingressam nas lojas maçônicas. {...}. Aqui no Brasil, a maçonaria sempre se intitulou de associação caritativa-humanitária {...}. Sua atividade é oculta sempre, o que torna um tanto difícil o conhecimento de seus planos. Mas quando se julga bastante forte, mostra sempre o que na realidade é: uma sociedade anticristã e eterna conspiradora em favor de todos os postulados que se oponham ás verdades cristãs.

³⁵⁵ AZEVEDO, 1936, p.180.

³⁵⁶ Em uma entrevista ao *A Cruz*, Soares d’Azevedo aborda os “horrores do comunismo na Espanha”, destacando a situação da Igreja e a potente ajuda estrangeira aos que lutam pela “verdadeira” Espanha, destacando que “{...} a situação da Igreja na Espanha é menos lamentavelmente pelo que vem de fora do que está dentro de si mesma”. O GRAVE momento espanhol: prometida entrevista do prof. Soares d’Azevedo. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 37. 13 set.1936, p.1.

³⁵⁷ ARRUDA, Luiz Soares. Um ano depois. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n 48, 29 nov. 1936, p.6.

Chamando a atenção para o tom misterioso que assume as organizações maçônicas, a preocupação que novos planos comunistas pudessem se arrolar novamente no país, fortaleceram mais a desconfiança da paróquia de São João Batista, cobrando medidas de maior eficácia em seu combate. Para *A Cruz* não restava dúvidas de que essa infiltração de fato ocorria pela maçonaria³⁵⁸, por que uma de suas marcas era seu tom conspiratório, agindo contra a segurança das sociedades. Na reflexão do periódico, o pensamento de infiltração comunista apenas através de armas ou atos terroristas, fez com o foco na “verdadeira” origem da infiltração vermelha no país fosse perdida: autoridades brasileiras que exerciam cargos públicos e mantinham relações amistosas com militantes comunistas. O jornal cita um caso isolado de alguns membros do legislativo local que se acharam envolvidos com comunistas e, dentro de sua lógica, “quem se solidariza com um comunista é também comunista.”³⁵⁹.

A chegada do ano de 1937 trouxe à tona essas preocupações da Igreja brasileira e da política varguista, pois se encontravam em comum acordo no que concerne aos aspectos do sentimento de uma conspiração judaico-maçônico-comunista no Brasil. Analisando a situação espanhola, os meios para que se efetivasse no país uma tendência mais repressiva no combate ao comunismo, chegou a ser apoiada pela paróquia da Lagoa; algo que seria materializado em fins de 1937 com a instauração do Estado Novo.

{...} os soldados do exército nacionalista eram apresentados como salvadores aclamados pelo povo. Da mesma forma a figura de Franco emergia nos jornais brasileiros como o modelo de homem ideal e sobre o qual recaíam as esperanças dos espanhóis. {...} Enfim, colocava-se a opinião pública num constante estado de alerta, alimentando o medo e a expectativa de um conflito maior em que se atribuía à Espanha parte das responsabilidades³⁶⁰.

O governo brasileiro, até então, aliado a uma política afinada “com os interesses norte-americanos, direcionando a política externa brasileira para uma ação coordenada com a dos demais países americanos, sob a liderança dos EUA”, adotou a postura de uma

³⁵⁸ A NOVA tática comunista. *A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 40, 4 out. 1936.. p.3.

³⁵⁹ A QUANTO descemos! *A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.40, 4 jan. 1936, p.3.

³⁶⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A guerra civil espanhola sob o olhar do Deops/SP. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). Guerra civil espanhola: 70 anos depois. São Paulo: EDUSP, 2011, p.161. Ver também em: PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. “Las armas y las letras” dos voluntários brasileiros na guerra civil espanhola: identidades, memórias e trajetórias, Rio de Janeiro, 2015.

pseudoneutralidade³⁶¹. Em termos oficiais, o governo mantinha relações diplomáticas com a República espanhola, mas buscava o favorecimento do lado rebelde, doando sacos de café às tropas, combinando, assim, “às preferências das elites políticas brasileiras pelos nacionalistas espanhóis³⁶² e em acordo com os E.U.A.”.

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e os espanhóis politizados serviram de contraponto ao projeto político editado pelo governo Vargas segundo os ideais de ordem, segurança e bem-estar social. A imagem de uma Espanha enlutada, sofrida e desmoralizada pelas ideias comunistas e anarquistas foi, sempre que necessário acionada com o objetivo de legitimar a presença de Vargas no poder³⁶³.

A garantia da estabilidade social e da segurança nacional só seria concretizada, de acordo com os interesses de Vargas, por meio de um regime forte e protetor da ordem. “Ao nível do imaginário político, percebe-se que o arquétipo de revolução vinha sempre associado ao conceito de conspiração secreta bolchevista que, por sua vez, estava atrelado ao mito da conspiração judaico-comunista mundial³⁶⁴.” Acionando o mito da conspiração, juntamente à compreensão de que o país sofria uma ameaça externa, vista explicitamente na revolta de 1935, deu suporte para que Vargas e seus aliados estado novistas colocassem em cena seus interesses.

O Estado Novo inaugurado com o golpe de Estado de 1937 foi caracterizado basicamente pelos elementos denunciados no Plano Cohen: o controle social, o domínio da imprensa e dos sentimentos, a violência e a repressão, o despotismo e a implantação de um ideário corporativista mascarado pela ideia de um Brasil novo, moderno³⁶⁵.

À Igreja da Lagoa não causou muito incômodo o novo sistema político de Vargas no país, como se percebe em suas análises políticas/sociais. A instauração do Estado Novo não tomou conta de diversos números do *A Cruz*, apenas algumas opiniões remontando o não esquecimento da Igreja como a verdadeira mantedora da ordem. Luiz Arruda expressou em seu artigo “O sentido da ordem”, retomando um compilado das diversas manifestações políticas e ideológicas brasileiras, reconhecendo o poder do Estado Novo.

³⁶¹ SOUZA, Ismara Izepe de. Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960). (Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo, 2009, p. 143.

³⁶² SOUZA, 2009, p.156.

³⁶³ SOUZA, 2009, p.160.

³⁶⁴ Ibid., p.162.

³⁶⁵ WIAZOVSKI, 2008. p.173.

“Mais tarde, oficialmente, abjuramos o demoliberalismo e a Nação conheceu a força do Estado Novo em que estamos vivendo”; mesmo frente à vivas ao “instinto natural” da ditadura varguista ao afastar os diferentes digladiadores ideológicos do país, mantendo a ordem mesmo pela “paz haver sofrido serio colapso”. No entanto, por mais que Vargas conseguisse extirpar essas ações subversivas do país, não há de se esquecer de que “as pessoas não foram educadas totalmente a respeitar a ordem, pois o governo incumbe-se de precavê-la, mas é o povo que cabe vive-la”³⁶⁶. A religião deveria habitar os corações para que a revolução não tomasse conta dos anseios de cidadãos que poderiam fazer no Brasil o mesmo que os “sangrentos acontecimentos” da Espanha.

Diante desse cenário, as páginas do periódico abriram-se mais para retratar os acontecimentos da Guerra, à medida que o conflito se destacava, de fato, como uma guerra de conquista contra as “forças maléficas do comunismo”. O jornal exalta o sentimento “de cordial adesão que todo bom cidadão deve a causa cristã e patriótica, pela qual militam os bravos soldados de nosso generalíssimo franco”, que os fazem devotar às tropas auxílios espirituais e materiais, “ajuntando cada qual seu grãozinho de areia para que dentro e fora de nossa idolatrada pátria contribuamos todos para formar a Espanha-cristã, grande e indivisível”³⁶⁷. É nesse momento que o periódico contribui para o mito da luta na Espanha adquirir um perfil histórico de “magna Cruzada”, por seu importante combate na defesa do cristianismo. A *Cruz* deixou claro aos seus leitores que o conflito espanhol colocava dois lados extremamente opostos em campo de batalha:

De uma parte, combatentes de toda ideologia que represente, parcial ou integralmente, a velha tradição e história da Espanha; de outra, um informe conglomerado de combatentes cujo empenho principal é, mais que vencer ao inimigo, destruir todos os valores de nossa velha civilização. {...} Estava a Espanha já quase no fundo do abismo, e se lhe quiz salvar pela força da espada. Quiçá não havia já outro remédio. ” O movimento de rebeldia do exército foi uma esperança de salvação {...} Foram primeiro guerrear por Deus; e fará um grande bem a Espanha. A guerra deve gerar nos cristãos o espírito de uma verdadeira cruzada em favor da Igreja Católica; não é também uma guerra contra os operários, devendo estes ficarem tranquilos, pois o combate se dá contra o comunismo marxista. {...}. Nem a religião nem a espada são seus adversários: a espada, porque se ocupa no esforço heroico de pacificar a Espanha, sem o que é impossível o trabalho tranquilo e remunerador; a religião, porque sempre foi o amparo definitivo da caridade e da justiça social. E que não se diga mais que uma guerra que teve seu principal recurso no espírito cristão da Espanha tivesse por objetivo aniquilar nossa vida econômico social. É guerra de sistemas ou de civilizações; jamais poderá ser chamada

³⁶⁶ ARRUDA, Luiz Soares. O sentido da ordem. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n.20, 15 maio 1938, p.5.

³⁶⁷ A ÍNTEGRA do discurso de Pio XI sobre o comunismo e a situação na Espanha. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVII, n.38, 20 set. 1936, p.1.

guerra de classes. Está demonstrado no sentimento de religião e da Pátria que levantaram a Espanha contra a Anti-Espanha³⁶⁸.

A partir de seu próprio entendimento sobre o comunismo, tentava-se bolchevizar o ocidente, iniciando seus “esquemas” através de uma civilização que sempre fora devotada ao catolicismo; a batalha espanhola adquiria tons religiosos na medida em que o comunismo era compreendido como uma invenção demoníaca para a total destruição do mundo. Tida como uma ideologia diabólica, as promessas de um paraíso terrestre, não poupando sangue nem o sacrifício, a Espanha abrigava a “limpeza” do território espanhol para que as forças de Moscou não conseguissem sucesso nas suas intenções de completa subversão da religião cristã, conforme acreditavam.

Franco tinha dado mostras ao longo de toda a guerra de que contemplava o conflito como uma cruzada entre a Espanha “eterna” (que ele teoricamente representava) e a “anti-espanha” (a dos “vermelhos”, qualquer um deles). A Guerra civil era, pois, vista como uma dolorosa cirurgia para amputar aquele membro doente que ameaçava disseminar sua enfermidade por todo o corpo nacional³⁶⁹.

Unido a essa concepção encontrava-se toda a revolta anticlerical que agitou a Espanha ao eclodir a guerra, com a destruição de igrejas e perseguição religiosa pela resistência, tratando-a como “um dos pilares da antiga ordem, opressora da classe operária³⁷⁰”. No campo historiográfico, entretanto, ocorrem algumas divergências quanto aos fatores da guerra e à definição dos dois lados que lutaram na Espanha, devendo haver o cuidado na nomenclatura das tropas em ação, com destaque aos termos “nacionalistas” e “franquistas” dos quais demandam uma análise inicial.

Para Buades, por exemplo, existiam duas Espanha: a união das forças da esquerda, principalmente entre os anarquistas, socialistas, comunistas e trotskistas (levando-se em conta suas diferenças ideológicas), representando a classe operária em busca da revolução, ao contrário da “Espanha dos señoritos, que por meio de sua cruzada pretendia expurgar o país dos heterodoxos³⁷¹”. De um lado a defesa de uma sociedade

³⁶⁸ MARTINS, Sebastião. O caso da Espanha. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n. 1, 1 jan. 1938, p.5.

³⁶⁹ BUADES, 2013, p.292.

³⁷⁰ Ibid., p.201.

³⁷¹ Ibid., p.142.

sem classes e de outro o intuito de devolver à Espanha o seu brilho imperial. A dinâmica definidora da guerra deve ser buscada, segundo o autor, por fatores internos da própria Espanha, como o lento processo industrial; o excesso da intervenção militar nos assuntos públicos; o crescente anticlericalismo; o fracasso na construção do Estado-Nação e aspectos de conflitos e convicções culturais³⁷². O que demanda cuidado, segundo o autor, é a terminologia referente às tropas rebeldes como “nacionais ou nacionalistas”. Em seu trabalho, preferiu utilizar o termo nacional para as forças de Franco e “nacionalistas para os nacionalismos periféricos”. Mesmo que neste trabalho é utilizado o termo “forças militares rebeldes” é necessário ressaltar que esse é um vocábulo que também necessita de cuidados “porque para os insurretos, rebeldes eram os marxistas”. Isso evidencia as diferentes concepções em conflito, por que até mesmo a opção “tropas franquistas” merece cuidado e só pode ser usual “a partir de outubro de 1936, quando o general Franco ascendeu à categoria de Generalíssimo e assumiu todo o controle da Espanha “nacional”³⁷³.

Em contraponto, de acordo com Grahan, a Guerra Civil, apesar de levar em conta alguns fatores internos da própria Espanha, como o anticlericalismo e a política intolerante do Exército, acredita que a escalada do golpe militar de 1936 deveu-se, em grande medida, por fatores externos “à arena política espanhola³⁷⁴.” Franco, dentro de sua concepção de resgate da homogeneidade espanhola dos anos anteriores, alinhou-se à linha política das potências fascistas³⁷⁵, entusiasmando-se em uma nova ordem nazista, buscando meios de aproximação ideológica que variavam entre Hitler e a Igreja³⁷⁶.

Franco legitimou sua nova ordem violenta recorrendo a uma leitura ultraconservadora da história da Espanha, leitura que a República havia posto em questão. Ele construiu o mito expressivo de uma “nação” espanhola monolítica nascida no século XV com os Reis católicos, na qual a hierarquia e a homogeneidade cultural, garantidas pelo catolicismo integrista, também tinham gerado a grandeza imperial. Embora o império não existisse mais, a Espanha metropolitana haveria de voltar a ser grande sob Franco como baluarte dos “pecados” da modernidade, simbolizados pela República: livre-

³⁷² GRAHAN, 2013, p.13.

³⁷³ GRAHAN, 2013, p.86.

³⁷⁴ Ibid., p.11.

³⁷⁵ A vitória de Franco levaria a uma Espanha “favorável ao agressivo expansionismo territorial da Itália e da Alemanha. Isso porque Franco e toda a direita espanhola estavam obcecados pela ideia de recuperar o império perdido no século XIX” enxergando no crescente status obtido pela Alemanha frente ao mundo, como uma forma eficaz de conseguir seus anseios. Ibid., p.95.

³⁷⁶ A guerra testemunhara a continuação e aceleração comum de um processo de mudança social, que chocavam diferentes valores culturais e de ideologias políticas.

pensamento ilustrado, aceitação da mudança igualitária e tolerância com as diferenças e heterogeneidades culturais³⁷⁷.

Frente a isso, a propaganda pública da guerra era compreendida como uma luta “contra as hordas da anti-Espanha a serviço da conspiração judaico-marxista-maçônica; uma guerra em defesa da unidade nacional contra os separatistas, da moralidade contra a iniquidade³⁷⁸”.

Alinhado a essa perspectiva, José Carlos Sebe Bon Meihy, acredita que a Guerra foi “um importante desdobramento do movimento expansionista europeu do século XIX”, dos quais sem o entendimento da dinâmica das potências fascistas no contexto mundial “seria impossível entender o sentido dos graves acontecimentos que abalaram a Espanha na década de 1930³⁷⁹.” Nas concepções de Pierre Vilar, a Guerra Civil Espanhola representou “uma ameaça hitleriana, bravatas mussolianas, cegueira das democracias parlamentares, enigma soviético (força ou fraqueza? Esperança ou inferno?)³⁸⁰.” Vilar não parte do pressuposto que a rebelião militar de 1936 fosse uma expressão brutal dos contrastes culturais e doutrinários da Espanha, mesmo que esses fatores tenham sido colocados em jogo. O que conta é o fator político que uniu “os temores e as esperanças sociais” sofrida nas camadas conservadoras (Igreja, latifundiários, entre outros) na década de 1930, refletida na “fórmula que é bem do século XX: aquela do “complô bolchevique-judeu-maçônico”, segundo termo aparecendo com a progressão das influências fascistas.³⁸¹”

Para Salvadó, o conflito explica-se entre a ligação da realidade local espanhola e o contexto internacional, que seria decisiva na vitória de Franco. “A intervenção externa e a chamada Não-Intervenção determinaram, em grande parte, o curso e o resultado da guerra³⁸²”.

As origens da Guerra Civil Espanhola estão profundamente enraizadas na história do país. O fanatismo religioso e a retórica inflamada em torno do conflito foram em grande parte inspirados na legendária Reconquista, a luta de quase 800 anos para expulsar os mouros da península. O confronto entre o centralismo estatal e os nacionalismos periféricos também evoca as Guerras carlistas do início do século XVIII, quando os Bourbon tiveram de engolir a autonomia catalã³⁸³.

³⁷⁷ GRAHAN, op. cit., p.150.

³⁷⁸ Ibid., p.156.

³⁷⁹ MEIHY, 1996, p.7.

³⁸⁰ VILAR, 1989, p.8.

³⁸¹ Ibid., p.24.

³⁸² SALVADÓ, 2008, p.13.

³⁸³ Ibid., p.24.

A hipocrisia ocidental nas atitudes de Londres e França³⁸⁴ foi o principal fator da vitória do regime franquista, com Francisco Franco, juntamente com a Igreja, entusiasmando-se na percepção de que “os cruzados modernos lutaram e derrotaram as hordas bárbaras moscovitas que invadiram a Espanha³⁸⁵”, e o generalíssimo³⁸⁶ enxergando-se como um companheiro de armas de Hitler e Mussolini, com desprezo às democracias ocidentais. Nessa mesma linha historiográfica, Antony Beevor vê a Guerra Civil como um emaranhado entre fatores internacionais, como a Revolução bolchevique, por exemplo, que polarizou a Europa em dois novos eixos: “o centralismo estatal contra a independência regional e o autoritarismo contra a liberdade individual³⁸⁷.” Não ocorreu um choque entre a direita e a esquerda, de acordo com sua análise, mas a junção das forças nacionalistas dentro de uma coesão centralista e autoritária de um lado e uma República constituída por “um caldeirão de incompatibilidades e suspeitas mútuas”, de outro, com “centralistas e autoritários, principalmente comunistas, enfrentando a oposição de regionalistas e libertários³⁸⁸”.

Diferente de Beevor e semelhante à Buades, Gabriel Jackson diz que a Guerra nasceu de circunstâncias que são próprias da Espanha³⁸⁹. Para o autor, a melhor definição dos dois campos em batalha seria o termo “zona da Frente Popular” para o lado que defendia a república e “insurretos” para designar as forças dos generais Mola e Franco³⁹⁰.

O que une as convicções acerca da Guerra, para a maior parte dos autores citados, é a compreensão da Guerra como um laboratório militar e de armamentos para a Segunda Guerra Mundial, haja vista que a Europa se encontrava como uma fagulha

³⁸⁴ O Pacto de Não Intervenção “não passaria de uma farsa”, determinada por intenções que não eram más, porém repletas de interesses que se chocavam entre si. Mussolini e Hitler, mesmo fazendo parte da Comissão de não intervenção, continuavam enviando tropas, armamentos e mantimentos a Franco, até reconhecerem o regime franquista em 1937. Por mais que a Rússia e o México auxiliassem a República, diversas barreiras eram impostas a esse auxílio. O que ajudou o lado nacional, de fato, foi seu melhor abastecimento, logística na produção agrícola e comercial e a persistência fascista mesmo frente à política não intervencionista. Franco “prestou a Hitler colossal serviço de alterar a balança de poder na Europa em favor do eixo germano-italiano”, na mesma medida que a resistência republicana foi isolada pela política britânica, auxiliando, entretanto, “outras formas de agressão nazista na Europa e, ao fazê-lo, doou à mesma Grã-Bretanha o precioso presente de um tempo para rearmar-se.” GRAHAN, 2013, p.131.

³⁸⁵ Ibid., p.240-241.

³⁸⁶ Franco foi intitulado como generalíssimo das Forças Armadas e Caudillo, cujo título remontava ao período medieval dado aos chefes guerreiros.

³⁸⁷ BEEVOR, 2007, p.25.

³⁸⁸ Ibid., p.26.

³⁸⁹ JACKSON, 1965, p.8.

³⁹⁰ Ibid.,p.358-359.

prestes a explodir. Para Beevor, por exemplo, a Guerra foi um laboratório para o conflito europeu que viria em 1939, já que a Grã Bretanha se encontrava temerosa de um conflito maior advindo da Espanha; não obstante, “foram principalmente os acontecimentos da Europa Central que determinaram a política soviética³⁹¹”.

Do ponto de vista militar, todas as potências intervientes estavam interessadas em aproveitar a oportunidade oferecida pela Guerra Civil Espanhola para treinar seu pessoal e testar equipamentos e estratégias em situações de combate real e extenso {...} Alemanha e Rússia saudaram a oportunidade para experimentar novas tecnologias, sobretudo contra o outro, o inevitável adversário “territorial”³⁹².

Como define Vilar, a Espanha viveu um choque que se desenhara no século XIX entre “proprietários, militares e padres” contra “burgueses médios seduzidos pelos princípios da Revolução Francesa” e a um povo que foi levado a pensar em uma revolução de acordo com os princípios utópicos socialistas. A Guerra civil encarnou tudo isso e constituiu-se na “primeira batalha da Segunda Guerra” e a prova disso seria que “Hitler e Mussolini esperaram sua conclusão para entrar em Praga e em Tirana; e Stalin para anunciar que ele não tiraria as “castanhas do fogo” ³⁹³.” Outro fator de extremo interesse a este trabalho, é a relação de união entre a Igreja e o regime franquista, no decorrer da guerra e após a vitória militar rebelde em 1939. A Igreja Católica simbolizou a união entre todos os que aderiram, ao lado de Franco, a insurreição; injetando na opinião pública interna e externa de que “os insurgentes não eram rebeldes contra seu governo”, mas compreendidos como “heróis de uma nova Reconquista – patriotas lutando para libertar a Espanha de hordas de ateus de Moscou”, para a restauração da civilização e vocação cristã da pátria que se encontrava ameaçada³⁹⁴.

Por mais que a imprensa, principalmente católica, e a propaganda nacional em prol da restauração do corpo biológico espanhol ecoavam o “trabalho de honra” que era feito por Franco, o Vaticano reconheceu o regime franquista apenas em 1938, quando a vitória ficava cada vez mais clara. O papa Pio XII, unindo-se ao coro de elogios à vitória do general Franco, encheu-lhe de vivas ao enviar-lhe uma mensagem “com o seguinte

³⁹¹ BEEVOR, 2007, p.585.

³⁹² GRAHAN, 2013, p.127.

³⁹³ VILAR, 1989, p.109.

³⁹⁴ SALVADÓ, 2008, p.167.

teor: Erguemos o coração ao Senhor, agradecemos sinceramente, com V. E., a desejada vitória da católica Espanha³⁹⁵”.

A vitória da Espanha católica definia-se no *A Cruz*, como o país que dentre suas glórias, carregava a glória de haver salvado não só a si mesma, mas ao Ocidente cristão, resgatando os princípios nacionais e da fé cristã, derrubando o materialismo e internacionalismo soviético. Os “verdadeiros” espanhóis traziam consigo a força nuclear de resistência, o ponto maior de luta contra os desígnios de Marx, elevando gestos sagrados e eternos aos que uniam o princípio cristão nacional das pátrias³⁹⁶.

O processual avanço de Franco na “purificação” da Espanha trazia novas esperanças desde a mais alta hierarquia católica, até o clero secular, por que sua vitória representava o triunfo dos valores cristãos e a derrocada do anticlericalismo e da influência do “martelo e foice” na Europa, conforme acreditavam. Pe. Antonio Lopes, espanhol, mas residente no Brasil, entregou uma carta ao jornal, cumprimentando o povo brasileiro pelo acolhimento com a “verdadeira causa espanhola”. A Espanha, representada como *Nação Católica*, desde julho daquele ano (1936) dava “início da tragédia salvadora. {...} o início de nova e gloriosíssima época, em nome da causa de Cristo e da Pátria os novos generais, que estão imortalizando-se na mais nobre das campanhas”. A Espanha seria morada, continua Lopes, do destino do catolicismo, devolvendo ao mundo a Pátria autêntica e a glória de Cristo Rei³⁹⁷.

Os temores enfrentados pela Igreja com as mudanças ocasionadas pela Modernidade na Espanha refletiram uma série de demandas que foram transpostas na causa dos generais revoltosos. A América Latina, temerosa de que os acontecimentos na Espanha se generalizassem pelos países de tradição católica, sentiu um explicável interesse pela Guerra Civil devido à semelhança “entre as questões enfrentadas pela República espanhola e os problemas latino-americanos”, O medo sentido pela Igreja brasileira da “tentativa republicana de anular ou pelo menos diminuir o peso da Igreja na esfera política”³⁹⁸ definiu o alinhamento ideológico entre a paróquia da Lagoa com as forças militares rebeldes, fortalecidas no discurso anticomunista e receio de que o Brasil se tornasse um satélite soviético. O perigo vermelho tomou outras proporções com o estopim da Guerra Civil, por que repetiam, dentro da propaganda franquista, algo denunciado pelo jornal, a conspiração do judaísmo atrelado à maçonaria e ao comunismo, considerados como os “anticristos do mundo moderno”³⁹⁹.

³⁹⁵ BUADES, 2013, p.294.

³⁹⁶ ARRUDA, Luiz Soares. Fascismo e Comunismo. **A CRUZ: Órgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.34, 23 ago. 1936, p.5.

³⁹⁷ LOPES, Antonio. A verdadeira Espanha ainda tem gloriosa missão na terra. **A CRUZ: Órgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.41, 11 out. 1936. p.3.

³⁹⁸ MEIHY, 1996, p.61.

³⁹⁹ Ibid., p.62.

A *Cruz* vai relembrar o conflito espanhol por diversos anos, sendo encontrado referências a esse evento, esporadicamente, até a década de 1970. Não é possível definir uma data precisa que confirmaria a finalização de sua circulação, mas de acordo com a biblioteca digital, seu último número data de 18 de março de 1973. O que fica claro é a sua total defesa à concepção “heroica” das tropas rebeldes na “limpeza” e libertação da Espanha e do ocidente, buscando gerar um consenso entre seus leitores a unir-se na luta patriótica e cristã(a cruzada magna do século XX), aludindo as particularidades políticas e sociais do Brasil para o qual, desse modo, seus leitores pudessem enxergar-se no conflito e evitasse que ideias consideradas subversivas ganhassem espaço na vida de seus fiéis e, assim, fortalecesse a ordem pública. O “Anticristo” que assolara a Espanha deveria ser eliminado a qualquer custo, destoando o conflito de meros acontecimentos e interesses políticos, para uma guerra civil e religiosa⁴⁰⁰. Temerosa que a fúria revolucionária da esquerda encontrasse terreno no Brasil, conforme suspeitava, a paróquia da Lagoa reuniu forças para amenizar casos de miséria e exploração entre os operários de Botafogo, unindo o sindicalismo à religião, organizando reuniões e aproximando o princípio de justiça social cristã a esses grupos.

Com a intenção de conceder uma formação nitidamente cristã a seus fiéis, ajustada “aos princípios morais, e sociais do Evangelho”, o periódico defendeu valores para a formação das consciências, preparando e assegurando “ao país uma falange de cidadãos exemplares capazes de exercer uma verdadeira política de salvação”. Ao fomentar o lugar da Igreja acima dos partidos políticos e dos programas de governo, por mais que isso tenha sido deixado de lado ao apoiar o regime de Franco, o programa definido pelo jornal seguiu o curso de que a religião tem o dever “de dar indicações e diretivas” nas questões terrenas visando à unidade católica, “a paz dos povos e a prosperidade espiritual dos indivíduos e nações⁴⁰¹”.

⁴⁰⁰ BUADES, 2013, p.227.

⁴⁰¹ AZEVEDO, Soares. Fora e acima. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 48, p.1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Por todo o caminho trilhado neste trabalho, percorreu-se uma série de temas que nortearam os objetivos propostos, tendo em vista, principalmente, o de compreender a atuação da Igreja Católica brasileira, por meio do periódico *A Cruz: Orgão da Paróquia de S. João Baptista (RJ)*, acerca da Guerra Civil Espanhola, entre os anos de 1936 a 1939, entendendo de que modo se correlacionaram e qual a influência que o conflito teve no Brasil. Algumas indagações, que fugiam do conflito espanhol, fizeram-se necessário, ao ponto que os acontecimentos internos no Vaticano, trouxe novas respostas a essa pesquisa, como, por exemplo, a influência da Santa Sé no Brasil, após a instauração, em 1889, da República, percebendo a auto compreensão católica que fortaleceu as bases para o nascimento do *A Cruz*.

Com este direcionamento, permitiu-se pensar qual público se desejava alcançar e quais inimigos visava combater, evidenciando suas formas discursivas e o início de suas raízes ideológicas da simpatia católica brasileira do que viria a ser a proposta franquista na Espanha, no decorrer de 1936. Nesse processo, perceber a concepção da alta hierarquia católica mediante o significado de política e religião, essencialmente o de Poder, Ordem e caridade cristã, foi de grande importância, já que revelaram o espaço por ela requerido e o novo projeto de ação da Santa Sé frente às mudanças políticas, sociais e culturais ocorridas com o advento da Modernidade.

O interesse em aprofundar-se no tema surgiu a partir dos estudos sobre a imprensa integralista⁴⁰², cujos principais valores se equiparam muito aos do catolicismo brasileiro dos anos 1930. Ao ter contato com algumas publicações de seu principal periódico - *A Offensiva* -, dos anos de 1936 e 1937, foi possível entrever a ampla cobertura sobre a Guerra Civil Espanhola, levando a questionar como eram os discursos a favor das tropas de Franco pela Igreja católica. A partir disso, para os primeiros passos da “Operação

⁴⁰² DUARTE, Leonardo; GONÇALVES, Pereira; SIMÕES, Renata. **Entre tipos e recortes: história da imprensa integralista**. Vol. 2, Editora: Sob Medida, 2013.

histórica⁴⁰³”, foram consultados jornais católicos da década de 1930, sob a curiosidade de analisar como a Igreja se portava frente ao conflito espanhol. Ao deparar com diversos acervos, o jornal *A Cruz* da paróquia de São João Batista, do Rio de Janeiro, chamou a atenção pela quantidade de publicações destinadas à Guerra Civil na Espanha, não se restringindo apenas ao período 1936-1939, mas sendo lembrada até suas últimas publicações, na década de 1970.

O acervo documental encontra-se disponível online (fácil acesso), no sítio da Biblioteca Nacional (RJ⁴⁰⁴). A catalogação digital está seriada em ordem cronológica (ano inicial – ano final), e estão arquivadas as notícias referentes ao mês correspondente (por serem publicações semanais). O conteúdo dos documentos é diversificado, com artigos sobre reflexões dos evangelhos, propagandas literárias, as ações de caridade dentro da comunidade, voltados a muitas análises do cenário político nacional e internacional.

Na análise das publicações dos anos 1936-39 do *A Cruz (RJ)*, algumas edições se tornaram significativas ao apontar a Espanha como salvadora universal dos princípios cristãos, na derrocada do comunismo e do restabelecimento da união entre o altar e o Poder.

A metodologia orientou-se pela própria disposição de arquivamento das fontes no acervo digital. Por não encontrarem-se arquivadas seguindo um critério temático, foram analisadas as publicações semanais, de mês a mês, dos anos de 1919 (ano de seu surgimento) a 1939, visando um estudo quantitativo inicial, para facilitar a busca das notícias sobre o conflito espanhol, os artigos anticomunistas e os de defesa às tropas do general Franco, bem como as diversas reflexões das origens e causas da Guerra, dentro do contexto histórico-político-social e em sua correlação com os ideários da Igreja católica.

Parte-se da imprensa como objeto da pesquisa histórica, levando em consideração as aplicações e cuidados necessários no estudo de jornais, identificando o grupo responsável pela publicação, o público a quem eram destinadas suas edições, as funções estéticas do periódico, assim como sua organização interna e seus principais colaboradores. Levou-se em conta que a imprensa é um poder e exerce

{...} pesada influência na construção de opinião pública e entende-se que essa questão perpassa todas as atividades propostas com o uso de materiais produzidos por ela. Contudo, não se deve apresentar definição única para

⁴⁰³ CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁴⁰⁴ <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829706&pagfis=1> Acesso: 20 jan. 2023.

posicionamentos político-ideológicos de empresas jornalísticas, pois suas posturas são, não raro, movediças e cambiantes⁴⁰⁵.

Os referenciais teórico-metodológicos que deram base interpretativa às fontes orientaram-se pelos estudos de Tânia de Luca⁴⁰⁶, sobre a atuação da imprensa na política e de René Remond⁴⁰⁷, um dos pioneiros na propagação da chamada Nova História Política, permitindo a renovação dos estudos políticos na perspectiva de um novo olhar em sua relação com a História. Depois de ter sido amplamente criticada pela Escola dos Annales (1929) como factual, com recortes individualizante e elitista, a história política, desde meados da década de 1970, voltou-se a outros sujeitos, ampliando seus espaços de atuação, numa dimensão também cultural e social.

A ressignificação da História política trouxe aporte para novos estudos, principalmente na escrita da História por meio da imprensa, destacando a função social dos periódicos nos registros dos embates de poder, durante diversos períodos. No manuseio dos jornais enquanto fonte histórica é relevante explicitar as múltiplas formas de abordagem nesse campo de pesquisa, valendo-se não apenas das publicações específicas propostas, mas da análise de sua aparência física, suas ilustrações, capa, publicidade, periodicidade, divisão de conteúdo, entre outros aspectos.

Essa multiplicidade possibilitou uma reflexão das condições materiais do jornal e suas técnicas de publicação, na medida em que imbrica diretamente na opinião pública, agindo, portanto, como um aspecto da prática social e da vida coletiva. Seguindo esse panorama, a nova História política gerou frutos significativos na historiografia, que deram vazão a essa pesquisa, com destaque à reflexão sobre as estruturas internas da Espanha que redirecionaram o conflito de 1936, as condições da Espanha pré-Guerra Civil e as bases que possibilitaram a vitória de Franco. Ao analisar o jornal e suas respectivas ideias ao dinamizar notícias e opiniões acerca do conflito, demonstrou-se uma correlação entre os acontecimentos na Espanha e a situação vivida na América latina, que deram terreno à fortificação do discurso do perigo vermelho por aqui, justificando a necessidade de reprimir, a qualquer custo, ações consideradas subversivas que pudessem instalar no país

⁴⁰⁵ FERREIRA, Raquel França dos Santos. O ensino de História com o uso de jornais: construindo olhares investigativos. *Revista travessias*, v.5, n.1, 2011, p. 540.

⁴⁰⁶ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153

⁴⁰⁷ REMOND, René. *Uma História Presente. Por uma história política*. Rio de Janeiro: ED. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

o credo russo. Partiu-se, portanto, de estabelecer a construção da identidade nacional pelas relações internacionais, atentando-se às particularidades de cada movimento político, nesse caso, os choques culturais, políticos, sociais e ideológicos na Espanha de fins do século XIX e começo do XX, como do Brasil no mesmo período.

{...} uma das características do franquismo que o diferencia do fascismo italiano e do nazismo na Alemanha, diz respeito às suas relações com a Igreja Católica. O governo do General Franco adquiriu uma peculiaridade especial: a de se manter vinculado aos valores católicos e defender a posição privilegiada da Igreja. Entendido como incorporador da tradição dos espanhóis, o catolicismo significava para os espanhóis - guardadas as devidas especificidades - o mesmo que o sangue ariano para Hitler⁴⁰⁸.

Dentre essas particularidades, as forças religiosas são levadas em conta, por também explicarem a política em diversos regimes políticos. Não há como negar que a religião, nesse momento, valorizou a consistência própria do político, a ponto que “o religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso”, não se restringindo a uma época específica, visto que “a religião continua a manter relações com a política, amplia mesmo seu campo de intervenção e diversifica suas formas de ação, de tal forma que o assunto é de grande atualidade⁴⁰⁹”.

Objetivando um estudo qualitativo, por meio do estudo dos jornais, na delimitação temporal e do problema de pesquisa, a relevância social e científica para este tema serviu de panorama para mostrar as raízes dos discursos anticomunistas, junto à defesa de Deus e Pátria, revelando a discussão do que definia ser brasileiro, na primeira metade do século XX. Observa-se, por meio deste estudo, como a política brasileira fez jus à defesa dos dogmas cristãos, evidenciando os comportamentos coletivos do político, com o sentimento de pertencimento ao conflito espanhol, demonstrando que um fato histórico externo de grande significação - Guerra Civil Espanhola - influenciou no Brasil as suas práticas políticas e religiosas nos anos 1930.

Como relatou Dom Sebastião Leme em uma reunião da Confederação Católica na paróquia de Botafogo, em 1923, as questões relativas à política deverão ser uma preocupação religiosa e de seus bispos quando os interesses da Igreja forem deixados de lado, na medida em que proceder de modo contrário seria mentir à fé católica. “Cometem um erro gravíssimo os que dizem que a religião nada tem que ver com a política”,

⁴⁰⁸ SOUZA, Ismara Izepe. Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960). Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2009, p. 22.

⁴⁰⁹ COUTROT, Aline. Religião e política. IN: REMOND, René. Uma História Presente. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: ED. UFRJ/Ed. FGV, 1998, p.335.

prejudiciais não somente à Igreja, mas à própria Pátria. O documento denuncia, ainda, que a opinião dos que pretendessem separar a religião da política, tanto no âmbito administrativo como em outros setores da vida cotidiana, “deve ser condenada como errônea e perniciosa {...} pois é evidente que as leis e a ordem pública não podem cuidar eficazmente da paz e tranquilidade dos povos, se as não informar os princípios da fé cristã. {...} estas são as novas determinações da Santa Sé⁴¹⁰”. Deveria ser gestado nos corações dos brasileiros que o sentido de nossa nacionalidade manifestava-se na língua e na religião, devido as duas serem as “cadeias de bronze que unem no correr dos tempos, as gerações passadas às presentes; e estes laços que se prolongam através das eras, são a Pátria⁴¹¹”.

Leme demonstra agir de acordo com as novas propostas da Santa Sé, no fortalecimento institucional e realinhamento das paróquias além-mar com suas noções de combate aos inimigos, principalmente o Liberalismo, protestantismo e socialismo. Essa nova maneira da Igreja autocompreender-se mediante ao mundo do início do século XX, permitiu ações que restaurassem seu prestígio e influência para resgatar o que entendiam por “verdadeira civilização”, era a do catolicismo como base e sustentáculo; ser cidadão, mas cidadão católico.

De forma particular, foi proveitoso para os interesses dos ultramontanos no Brasil “verem-se livre da autoridade do trono” (Padroado), ou da relação de estreitamento sofrida pelo Padroado, asfixiando sua liberdade, essencialmente em um período que o Vaticano organizava um alinhamento com as paróquias locais, visando obter maior influência e autoridade frente às manifestações não religiosas que saíam da Europa e ganhavam espaço em outros países.

A paróquia da Lagoa, criada no seio Ultramontano, comemorou sua independência e relatou suas esperanças no acirramento das relações entre o Brasil e a Santa Sé. Para o *A Cruz*, “hoje, livre, a Igreja no Brasil desenvolve o seu campo de ação, o seu apostolado, tendo o concurso dos poderes públicos”, comemorando o aumento das organizações religiosas e aumento das arquidioceses, por que em anos anteriores à República “o Brasil contava com duas archidioceses e dez dioceses. Presentemente, no

⁴¹⁰ RELIGIÃO e política. *A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano V, n.24, 10 jun. 1923, p.1.

⁴¹¹ PÁTRIA. *A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista*. Rio de Janeiro, ano V, 9 set. 1923, Num. 37, p.1.

regimen republicano, o Brasil conta com 13 arcebispados, 41 bispados, 7 abbas e prelazias⁴¹².”

Não coube a este trabalho confirmar ou pormenorizar a quantidade das organizações religiosas no Brasil, sendo apontado no texto apenas para a reflexão da compreensão da Igreja de Botafogo, inserido nos desígnios do poder papal e da autoridade católica, reafirmando sua independência diante séculos de “asfixia” monárquica. A imprensa, entendida como um grande poder no país, serviria também à Igreja, compreendendo-se como “a boa imprensa”, na luta para que essa independência não fosse de completo desmantelamento da interferência religiosa na estrutura política nacional, mas que tomasse novo espaço no campo republicano. Se “o desvario positivista de 1889 desoficializou a religião, o catholicismo nunca deixou de ser a religião nacional do Brasil! Nem o Governo desconhece isto⁴¹³”.

A meta, agora, seria a de reestruturar-se na nova cena política, mas a partir da exaltação da infalibilidade papal, imposta ao corpo leigo e religioso já que “nelle está compreendida a vida da igreja, o milagre da Igreja, a civilização do mundo⁴¹⁴”. A infalibilidade papal e a *autocompreensão* ultramontana, restabelecia a autoridade da Igreja mediante a ordem social, na medida em que “nenhum governo, nenhuma instituição da terra lograram jamais uma tal unidade de pensamento uma tão formidável coesão social e humana como a que existe no organismo da religião de Christo⁴¹⁵”.

Em meio às inseguranças trazidas pelo novo regime, *A Cruz* revelou que na relação entre o poder civil e eclesiástico é indispensável que haja perfeita ordem e harmonia, como há “entre o corpo e a alma no composto humano”. Na lógica divina estabelecida, o poder civil cuida dos meios terrenos que lhe são próprios e no tema da salvação e ordem a Igreja entra como instrumento de ação divina. Desse modo, “não há confusão nem contradição possível entre os deveres que os cidadãos devem cumprir”, tanto em relação ao poder civil, como ao poder eclesiástico. “Uns se referem à prosperidade da Pátria terrestre; outros dizem respeito ao bem geral da igreja. Uns e outros tem por fim elevar o homem a perfeição.” O artigo continua a determinar limites de ação

⁴¹² O BRASIL e a Santa Sé. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, Ano V, n.39, 23 set. 1923, p.1.

⁴¹³ A IMPRENSA catholica. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano V, n.32, 5 ago. 1923, p.1.

⁴¹⁴ AO CHEFE invisível da Igreja. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, *CRUZ*, ano V, n.27, 1 jul. 1923, p.1.

⁴¹⁵ OS CATHOLICOS e a reforma da Constituição. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro Ano VII, n.39, 20 set. 1925, p.1.

do poder terreno à Igreja, visto nas atitudes de “muitos monarcas” no “enfeixamento dos dois poderes nas suas mãos. Queriam os políticos que a Igreja fosse um instrumento da política”, entendendo-a como “escrava do Estado soberano⁴¹⁶”.

Atendendo, também, ao pedido do *A Cruz*, tratou-se de realizar um estudo da forma como a Igreja se compreendia naquele momento e sua reação para sustentar-se nas novas cenas políticas e sociais, pois “quando historiadores {...} acusarem a Igreja de autoritária, de nutrir desejos, de suffocar o poder temporal, não acreditemos. {...} o que tem feito a Igreja é usar de um direito de legítima defesa”, já que ameaçada, lutou “e lutará sempre para permanecer independente dos poderes da terra”. À História, finaliza o artigo, cabe relatar que “os bens da Igreja sempre constituíram o ponto de mira dos governos perdulários”, mas as reivindicações religiosas baseiam-se unicamente no sentido das palavras de Jesus Cristo: “dae a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus⁴¹⁷.”

Para o jornal, uma Constituição que não leva em seu cerne o nome de Deus, é um absurdo conseguido pelas medidas liberais na terra, que julgavam fundamental romper o moral na consciência do indivíduo, dividindo-o em dois: “o fiel á Igreja e o cidadão do Estado, o homem da vida íntima e da família e o homem da vida pública⁴¹⁸”. Através dessa linha interpretativa, a Igreja, na busca por defender-se, elencou em suas fileiras uma série de inimigos que a colocavam de escanteio e visavam à destruição do valor cristão nas sociedades. A democracia e anos de “pacifismo não lograram retardar um só instante o deflagrar tremendo da batalha em que quase naufragaram os valores da civilização ocidental”, afundando a fonte de toda autoridade por meio do “racionalismo incrédulo, o materialismo egoísta e o socialismo sempre empenhado em atizar a luta de classes⁴¹⁹”.

Por meio desses três inimigos citados, mostrou-se necessária uma divisão do periódico em duas fases, devido a uma grande mudança na sua administração e pelos diferentes destaques que seus inimigos receberam no decorrer de suas edições. A 1º fase iniciou-se com o surgimento do jornal, em setembro de 1919 até o final de 1924; a segunda teve início a partir de 1925, quando o controle da gerência do jornal passou a ser da Confederação Católica do Rio de Janeiro sob o controle de Dom Sebastião Leme.

⁴¹⁶ A IGREJA e o Estado. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.3, 15 jan. 1928, p.6.

⁴¹⁷ SOPHISMAS LIBERAES. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n. 9, 26 fev. 1928, p.1.

⁴¹⁸ Ibid., p.1.

⁴¹⁹ AO SANTÍSSIMO padre o Papa Pio XI. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.7, 12 fev. 1928, p.1.

Inicialmente, suas publicações são quinzenais, mas à medida que adentra a outras paróquias, sua circulação tornou-se semanal. Com aprovação da autoridade eclesiástica e mantida sob a tutela de seu fundador, o cardeal André Arcoverde, preocupou-se, no primeiro momento, com o fato de que a doutrina católica se estendesse aos diversos locais da paróquia, nos preceitos tridentinos, e combateu de maneira incisiva o avanço da religião protestante não apenas no âmbito nacional, mas local. Na sua segunda fase, a redação e administração mudaram de local, tendo como redator e diretor chefe José de Lima e Luiz Souza Arruda e sob os auspícios da Confederação Católica do Rio de Janeiro, filiou-se à Associação Jornalística Católica. Nessa fase, em que o jornal adquiriu um caráter discursivo mais voltado a reivindicar-se no cenário político, organizou uma intersecção entre os acontecimentos da política nacional e internacional, com ampla repercussão da cobertura do conflito espanhol.

Portanto, as mudanças na gerência do jornal e, conseqüentemente, das suas publicações, saindo de uma pauta mais local para outra mais ampla, refletiram-se a união com as propostas da Santa Sé, na busca de espaço no cenário nacional pela Igreja, principalmente por fazer parte do projeto de Dom Leme, na fortificação do periódico como instrumento da Ação Católica e formação do “exército” de leigos na defesa de uma Pátria cristã.

Para os que nos seculos vindouros escreverem a história da nossa época, os pretensos “grandes acontecimentos” que enchem columnas inteiras dos nossos jornaes e causam dôres de cabeça aos nossos politicos e diplomatas, serão gottas dagua no oceano do olvido. O que nos preocupará, como o cunho profundo da nossa época, são os grandes phenomenos collectivos e moraes que se estão desenrolando á nossa vista, mas que nós não vemos por causa da sua grandeza. Três são esses phenomenos – um social, outro político e outro religioso. Juntos elles indicam que o nosso tempo é um dos grandes séculos revolucionários da humanidade. Surge o tema da nacionalidade, e com ela suas consequências que fazem abalar, nos seus fundamentos, algumas das mais antigas religiões da humanidade. A civilização europea, levada pelos nossos colonizadores até os confins do mundo.⁴²⁰

O que levou a ameaças e perda de controle sobre a perseguição sentida pela Igreja, portanto, deveu-se ao ateísmo e a uma civilização materialista e utilitária, que minaram o trabalho missionário europeu e todo ensinamento de Cristo, não obstante, “a força viva da fê christã permaneceu intacta”, preservando o ocidente dos males de seu tempo. Isso motivou *A Cruz* a pensar que o “perigo para a civilização christã mudou de polos” no

⁴²⁰ PROBLEMAS da época: os ateus na Rússia. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro ano X, n.9, 26 fev. 1928, p.5.

decorrer dos tempos e, no século XX, adquiriu a falta de harmonia social, descobrindo que “não era o patrão que explorava os operários, mas era o operário que pretendia expropriar os patrões”, destruindo os preceitos da democracia cristã e forçando Dom Leme a iniciar uma cruzada até às paróquias suburbanas para restabelecer o reinado de Cristo entre toda a arquidiocese.⁴²¹

Partindo-se do reinado de Cristo, as relações de justiça divina podiam ser introduzidas na mente humana. Junto do que foi postulado por Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*, as relações de caridade e trabalho seguiam o entendimento de que o rico tem o direito de dar esmola aos pobres, “mas nenhum pobre tem o direito de reclamar esse auxílio nem dele se apoderar. É somente direito de Deus, dispensador de todos os bens da Providencia dos pobres que corresponde o dever dos que possuem”. Os direitos e deveres humanos, exerciam a função apenas de que o pensamento divino se realizasse no mundo, obedecendo à hierarquia natural imposta pelo próprio Deus. É na fúria contra as “desordens” que o anticomunismo encontrava amplo campo de atuação, valendo-se dessa justificativa para incriminar as ações subversivas e impedidoras à autoridade de Cristo em solo nacional. Na paróquia da Lagoa, essa repressão firmou-se através do ensinamento discursivos no jornal e por ações efetivas, como a Semana Social da Ação Católica⁴²² e dos Congressos operários, que promoviam atitudes de fé e moral, na reconstituição da família e difusão de “doutrinas sãs”, com o principal compromisso “à formação daqueles que, como chefes e dirigentes, precisam de forças e luzes para espalhar o zelo pelas almas dos que combatem pela causa da Santa Igreja⁴²³”.

Essas atitudes estavam de acordo com o redirecionamento da paróquia no combate ao comunismo, a fim de, no Brasil, a propaganda bolchevique não encontrasse lugar e fosse reprimida por mãos fortes e que a liberdade na propaganda não gerasse o erro entre seus paroquianos, nem entre “alguns brasileiros sem patriotismo a quererem trazer para nosso meio a luta entre as classes sociaes⁴²⁴”. A paróquia, principalmente por meio da Ação Social e suas comissões, com destaque para a Comissão de Fé e Moral, empenhou esforços no combate à bandeira da foice e do martelo, debatendo em suas conferências

⁴²¹ DIAS, Laurita Lacerda. O grande apóstolo. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n. 23, 3 jun. 1928, p.1.

⁴²² SEMANA social de acção catholica. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.44, 28 out. 1928, p.4.

⁴²³ ACCÇÃO Catholica. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n. 47, 18 nov.1928, p.1.

⁴²⁴ EM COMEMORAÇÃO de Lenine. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XI, n.4, 27 jan.1929, p.3.

ser “preciso prevenir para não correr risco da impossibilidade de remediar”, visto que “toda vigilância é pouca, porque a peste russa é uma séria ameaça⁴²⁵”.

O periódico não se limitou a combater o comunismo apenas dentro de uma concepção evangélica, mas reuniu forças intelectuais teológicas para questionar a essência da doutrina socialista, como mostrou em diversas de suas edições. Ao refutar, em diversas edições, o materialismo dialético de Marx, evidencia que parte de seus leitores também pertencia a uma camada letrada e alfabetizada, por mais que em seu início a sua preocupação com os mais pobres tenha tomado grande parte de suas linhas. Para este trabalho, não houve uma profunda discussão filosófica entre a doutrina católica e a socialista, valendo-se tanto de seus alertas para o Brasil não se tornar um satélite soviético como das manifestações da alta hierarquia católica referente ao internacionalismo soviético pós Revolução Russa. Fica claro, no entanto, que a Igreja procurou derrubar por terra a concepção materialista da história, retomando o princípio da autoridade divina e do direito particular da propriedade e da hierarquia natural humana, cabendo a cada um cumprir seus deveres objetivando estabelecer, em meio ao caos daquele período, a harmonia social.

Os inimigos da Igreja eram inimigos da Pátria, assim como ficou claro na edição de seu décimo segundo aniversário, reafirmando seu empenho nos interesses da religião e orgulhando-se do papel da religiosidade com o dever patriótico para a purificação do Brasil contra os males que assolavam a Igreja, unindo, assim, os princípios de nacionalidade com os princípios cristãos, devido ao tempo que o catolicismo se estabelecia na terra de Santa Cruz. A fonte da completa civilização do país estava intimamente ligada ao Evangelho, restabelecido pela importância do tomismo para o projeto civilizador do século XIX. É nesse século que a racionalidade imposta pelo pensamento de São Tomás de Aquino fez-se obrigatório em que a tranquilidade da Igreja parecesse “duradoura, quando as inteligências enfatuadas do materialismo dos diversos sistemas voltam-se para o espiritismo⁴²⁶.” Ocupando o século XX da mais profunda efusão tomista, resgatado em um novo fervor religioso; possuindo, no Brasil, o Centro Dom Vital como principal movimento, segundo o jornal, de reconstituição da defesa e honra cristã.

⁴²⁵ O comunismo. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XI, n. 30, 28 jul. 1929, Comissão de moral e fé, p.3.

⁴²⁶ EMANO, Silvio. Thomismo e Catholicismo. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n. 4, 26 jan.1930, p.5.

O intuito de citar, brevemente, a Questão Religiosa (1864-1870), baseou-se pelas atitudes do próprio jornal, que refletiu sobre esse tema e deu norte histórico aos objetivos do trabalho.

a attitudo pessoal do imperador lhe merece um estudo especial, do qual recae os hombros largos do segundo Pedro, avergados, aliás, ao peso de inestimaveis serviços á patria, a mior soma de responsabilidade nesse doloroso conflicto que acarretando um scisma, poderia ter arrastado o paiz aos azares de uma guerra de religião⁴²⁷.

Esse alerta de guerra religiosa recaiu sobre a própria Igreja da Lagoa nos anos que se seguiram, tanto a partir da “Intentona Comunista”, em 1935 como da Guerra Civil Espanhola em 1936. Partindo da imprensa como a orientadora “ das multidões e que forma a opinião pública”, a paróquia resguardou-se nela para cumprir os desígnios papais, procurando organizar e intensificar a atuação da imprensa católica na vida de seus diocesanos. “A Igreja, que não pode, não deve e não quer ceder terreno aos seus adversários, precisa de cuidar de sua imprensa e necessita ter jornaes e orgams de publicidade que defendam os sãos princípios do catholicismo⁴²⁸”. Essa ampliação da imprensa católica fez parte dos desígnios de Dom Leme, que em muito cativou seus paroquianos, ainda mais por sua elevação ao cardinalato, em julho de 1930. Como Cardeal da América Latina, segundo o padre Júlio Maria, ao reforçar que nos tempos em que a Igreja enfrentava a crise dos costumes e a perturbação das consciências, Dom Leme surgiu como “condutor de Fé” conduzindo “o Brasil ao porto de salvação⁴²⁹”.

Pelo entendimento do jornal, esse reestabelecimento da religião em solo nacional seria feito por meio do redirecionamento entre a fé, moral e civismo, em que Deus fosse sinônimo de Pátria, como o ocorrera em Espanha, quando dada a vitória de Franco. Muito dos rituais católicos destinados ao rei foram utilizados em Franco e muita de sua influência cresceu, enchendo os olhos da hierarquia católica, como alternativa à perda de espaço trazido pelo mundo moderno. A ideia de Moscou criar “satélites soviéticos” no ocidente, tão escancarado pela situação na Espanha, segundo *A Cruz*, fez com que o

⁴²⁷ CARNEIRO, F. Domingues. Sobre a “Questão religiosa”. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n 14., 30 mar. 1930, p.1.

⁴²⁸ CONGRESSO Internacional da imprensa Católica. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n.35, 31 ago. 1930, p.1.

⁴²⁹FRANCIOLI. Alerta brasileiros! Por Deus e pela pátria. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n. 42, 19 out.1930, p.8.

comunismo fosse associado a um Anticristo da modernidade, visando à perda de autoridade do Estado e da religião. A necessidade de uma solução cristã nas sociedades sobre o problema do operariado, mobilizou a paróquia a “defender” seus paroquianos e formar uma camada combativa em prol da nacionalidade sob a autoridade da Igreja. “Ora, o Estado não pode impor uma doutrina ou uma moral, porque lhe escapa o legislar diretamente sobre a consciência⁴³⁰”.

O Vaticano, frente às agitações que sacodiam o mundo, inspirava em seu corpo apostólico deixar definida a “distância que separa a orientação social da Igreja em face das diretrizes a que obedecem às correntes do socialismo. {...} o homem é anterior ao Estado”, devendo a sociedade doméstica cumprir prioridade real e não ser fruto de atrocidades pelo Estado, querendo a doutrina da Igreja, “a colaboração pacífica entre as classes⁴³¹”.

Papa Pio XI, por exemplo, após estreitar as relações com Franco e estabelecer diplomacia no ano de 1938, quando a vitória do lado rebelde estava mais evidente, disse, de acordo com a manchete do *A Cruz*, que a verdadeira barreira contra o comunismo era a fé católica e declarou mártir todos àqueles que morreram na guerra em defesa do generalíssimo e da civilização cristã. Entendida como uma luta santa e anunciando o cerco das forças rebeldes como heroica, compreendeu que em solo espanhol ocorria uma nova Cruzada contra as hostes bárbaras do comunismo, para que a Espanha e nenhum país de forte tradição católica corresse o risco de ser transformada em um feudo judaicomuçônico-comunista, nem que refletisse os interesses soviéticos. Essa união entre as camadas militares e as camadas religiosas e conservadoras, era compreendido pelo jornal devido a importância da Igreja em difundir nas consciências os preceitos cristãos, que orientassem todas as manifestações da vida pública e cotidiana.

Com a ameaça representada pela forte onda das manifestações operárias na Espanha e com as reformas empreendidas no biênio 1931-1933, a religião justificou seu apoio a Franco ao relatar que a política havia tocado na moral religiosa e relegado a si um papel extremamente carente na administração pública, haja visto sua participação na política espanhola como um dos pilares do monarquismo. Os “bravos” soldados franquistas estavam lutando por uma causa cristã e patriótica, defendendo a Espanha não

⁴³⁰ A QUESTÃO escolar. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, 10 jan. 1932, p.1.

⁴³¹ A IGREJA e as correntes socialistas. **A CRUZ: Orgão da paróquia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 47, 20 nov. 1932, p. 1.

somente em terreno político, mas também espiritual, para formar a Espanha cristã, una, grande e indivisível.

O comunismo era a última invenção do mal para a destruição do mundo, conforme seu entendimento, e a conspiração de seus adeptos, entrelaçados nos interesses judaicos-maçônicos, fomentavam nos seres humanos a desmoralização e erros nefastos que visavam unicamente à destruição da Igreja Católica. A salvação da sociedade moderna, segundo as percepções do jornal, seria feita no retorno da influência religiosa que firmasse uma ordem social com base na religião.

Portanto, compreendendo a Guerra Civil Espanhola, dentro das discussões historiográficas e dos artigos jornalísticos propostos, fica perceptível como a Guerra foi encarada pelo jornal, não apenas no contexto espanhol, mas, principalmente, por suas reverberações no Brasil.

Realizou-se um grande número de leituras sobre a Guerra Civil Espanhola, tanto de seus principais estudiosos, como outros que foram sendo descobertos a partir do estudo desse evento. Por meio dessas leituras compreendeu-se as diferentes interpretações sobre o conflito, podendo ser feito, em muitos casos, um entrelaçamento historiográfico. A primeira autora estudada foi Helen Graham,⁴³² do qual, em suas abordagens, afirma que a história é um ato de reparação e de cidadania democrática. Construindo em seus capítulos os antecedentes da Guerra até o momento de seu estopim, sua contribuição à pesquisa perpassou a abordagem do comitê de Não-Intervenção, já que em seu entendimento a Guerra fez parte de uma nova ordem mundial, protagonizado pelo nazismo alemão e fascismo italiano.

A autora referida, potencializou a discussão da relação entre o catolicismo e o franquismo, afirmando que a Igreja foi importantíssima para esse último, visto que ela contemplava a missão de purificação na imposição de disciplina na mente humana. Sua tese parte em aproximar Franco da nova ordem europeia, mas tomando as devidas ressalvas, por se tratarem de ideologias que possuem especificidades e motivações diferentes.

O segundo autor é Pierre Vilar⁴³³, importante estudioso desse evento espanhol. Sua contribuição no trabalho é a de argumentar as motivações que fizeram a França e a

⁴³² GRAHAM, Helen, **A guerra civil espanhola**. Tradução Vera Pereira – Porto Alegre, RS, 2013.

⁴³³ ⁴³³ VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha**, 1936-1939. Tradução Regina Célia Xavier Freire, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

Inglaterra não intervir democraticamente a favor da República espanhola. Vilar diz que um governo privado da ajuda das classes dirigentes não teria chance de sobrevivência e que a vitória popular poderia levar a uma revolução social, coisa que seria bem pior que o fascismo, no entendimento britânico. Para o autor, na Espanha ocorreu a primeira luta armada moderna entre antifascismo e fascismo, servindo como laboratório para as outras potências europeias, representando o espetáculo que estaria por vir, referindo-se à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Nesse sentido, Hugh Thomas⁴³⁴ amplia a discussão sobre a Guerra na Espanha, na medida em que, para ele, foi o tempo, mais do que ajuda externa, que estabeleceu a diferença entre os dois lados na guerra. O autor estende sua compreensão mostrando quatro fatores de intervenção decisivos, algo já abordado junto aos artigos do *A Cruz*, que fizeram tanto o recuo como o avanço das potências envolvidas. O autor concorda ter ocorrido uma experimentação bélica e militar na Espanha por parte da Alemanha, Itália e Rússia e que sua compreensão não deve ser feita individualmente, mas abarcando todo o contexto fora da Espanha. O que Hitler e Stalin fizeram foi o máximo para evitar a derrota, mas também sem garantir a vitória imediata. No entanto, para o autor, Franco não pode ser visto como um ditador expansionista e imperialista, pois sua atuação na segunda guerra não se caracterizou dessa maneira, apesar de ter prestado auxílio à Alemanha e Itália.

A quarta obra foi organizada pelo professor José Carlos Sebe⁴³⁵, importante estudioso da Guerra Civil Espanhola no Brasil. O livro traz um compilado de artigos escritos por especialistas que auxiliaram mais as acepções sobre esse evento. Os artigos possibilitaram refletir como a Guerra foi vista no Brasil, em pleno contexto de Estado Novo. A guerra era vista como um plano internacional comunista, dentro do complô judaico-maçônico, visando instalar-se em diversos lugares.

Interessante que os artigos também contribuem a pensar o papel da imprensa na desumanização dos comunistas, colocando a opinião pública em frequente estado de alerta. No mais, para este trabalho, a contribuição dos textos deu-se pelas ações brasileiras diante de todo esse período, por ter adotado uma “pseudoneutralidade”, porque nesse momento a política externa de Vargas era de alinhamento com a política norte-americana.

⁴³⁴ THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.

⁴³⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

A seguinte obra estudada pertence a Antony Beevor⁴³⁶, que, em suas páginas, reflete o entendimento da contribuição estrangeira no conflito, mas dela não ter sido decisiva para a vitória franquista, ou seja, existiram outros fatores. A atmosfera britânica era a de receio quanto a uma intervenção na Guerra, pois isso poderia eclodir um conflito maior e com mais nações. O autor discursa, ainda, sobre a origem do forte anticlericalismo espanhol, potencializado pelo misticismo fanático na Igreja dos quais muitos operários alimentavam ideias pavorosas a respeito de conventos (de que lá ocorriam torturas, por exemplo) e que muitas catástrofes naturais eram culpa dos jesuítas. No mais, a partir de sua análise, pode-se compreender muito das motivações que encheram as fileiras anarquistas e muito dos motivos da razão de muitas igrejas terem sido depredadas naquele cenário.

A sexta obra é uma das mais relevantes no trabalho, haja vista ter sido escrita por Soares d'Azevedo, um dos colaboradores mais importantes do jornal *A Cruz*. Azevedo foi enviado à Espanha pelo jornal *A União*, para enviar notícias da situação por lá no contexto da Guerra. Como um compilado desses artigos, ele os publicou no formato de livro. Sua escrita é carregada de relatos aventureiros e um pouco fora da realidade, mas a maneira como retrata os comunistas, como seres “capazes de todas as atrocidades”, revelam sua adesão às forças militares rebeldes, por tratar em diversos momentos das “glórias” nacionalistas. Seus relatos no livro vão ao encontro das que são publicadas no jornal, acrescentando no entendimento de quem eram os colaboradores do *A Cruz* e quais suas ações naquele período.

A sétima obra é de Tatiana Wiazovski⁴³⁷ discutindo quais são as origens do mito do complô judaico-comunista no Brasil. Sua contribuição é a de refletir quais os mitos que deram origem ao antissemitismo, perpassando o entendimento dos judeus como “assassinos” de Cristo até a ideia de uma conspiração judaica mundial visando dominar o globo através do comunismo, ou seja, escravizar a civilização cristã. Entre seus argumentos, destaca-se a de que esse mito ajudou Vargas a continuar no poder e a justificar suas atitudes frente à “Intentona comunista” de 1935. O mito auxiliou a muitos intelectuais católicos a defender a identidade nacional católica brasileira, assim como o entendimento de que a Guerra na Espanha pertencia a esse complô, dentro da ideia de que

⁴³⁶ BEEVOR, Antony. **A batalha pela Espanha**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007

⁴³⁷ WIAZOVSKI, Taciana. **O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)**. São Paulo: Humanitas, 2008.

o capitalismo judaico estava a serviço da Revolução social internacional. Essa obra enriqueceu mais as discussões, por perpassar não apenas a origem do antissemitismo, como também as diversas ações do governo federal na década de 20 e 30, que justificaram a instauração do Estado Novo em 1937 e qual o papel da Igreja frente a isso.

Outra obra consultada é mais recente e fortalece todas as discussões já levantadas nas obras anteriores. Trata-se do livro de Josep M. Buades⁴³⁸, espanhol e estudioso tanto da Guerra como da sociedade espanhola; descreve em suas linhas as motivações da guerra e suas consequências. Relembra o apoio do Papa Pio XII a Francisco Franco após sua vitória, contribuindo para pensar a relação Franco-Igreja após conflito. Ele discorda de Grahman e Thomas sobre alguns aspectos no decorrer da Guerra, que foram explanados no decorrer do trabalho. O autor reflete sobre o aspecto de Cruzada que a guerra ganhou, auxiliando pensar sobre as próprias reflexões do *A Cruz*, que a tratou como uma guerra entre Cristo e Marx. Para ele ocorreu uma guerra não apenas civil, mas civil religiosa, “limpando” o terreno de quem pensava diferente, ou seja, a única tolerância ao inimigo seria a morte. O uso da religião justificaria as ações da direita, dado que seu golpe era contrário às reformas feitas pela República, consideradas ateístas e que a maior parte do povo espanhol era católica e por isso o sentimento de cruzada na defesa da Espanha tradicional. No mais, o autor contribui para a discussão de que a Espanha não foi satélite soviético, pois a política de Stalin naquele momento tomava outro rumo e não pretendia espalhar-se.

Em contraponto às ideias explicitadas anteriormente, Francisco Salvadó⁴³⁹ se difere ao propor que Hitler, Mussolini e Chamberlain foram os responsáveis pelas vitórias nacionalistas em diversos combates. O autor também discute o papel da Igreja nesse momento que propagava a visão ideológica do franquismo, entendendo o caudilho Franco como o salvador da fé católica, dando a cara de uma nova cruzada, de uma Espanha totalitária, modernizadora e repleta de elementos religiosos. O autor contribui imensamente para entender a atuação do catolicismo no lado militar rebelde, servindo como unificadora das tropas e aplicando sentido a guerra, vista como uma guerra em favor de Deus.

⁴³⁸ BUADES, Josep M. **A Guerra Civil Espanhola**, São Paulo: Contexto, 2013.

⁴³⁹ SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A Guerra Civil Espanhola**; tradução Barbara Duarte. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.2008

Estudada a tese de César Oliveira⁴⁴⁰, sua contribuição perpassou a reflexão da relação entre Portugal e a II República Espanhola; sua reflexão não se estende ao período da Guerra, mas contribui nos estudos sobre a nova ordem europeia, de forte autoritarismo e corporativismo. Para ele, a República encontrou dificuldades entre a divisão de “duas Espanhas”: uma conservadora, tradicionalista e católica e a outra liberal, republicana, urbana e revolucionária. Sua contribuição é a de entender como a República perdeu força, ou seja, ela caiu devido sua incapacidade em incorporar as camadas conservadoras e as novas forças direitistas e de grande parte da elite dirigente. Sua obra trata-se mais de um manifesto contrário ao apagamento da ação dos portugueses na Guerra e, no mais, a guerra como foi entendida por Salazar, ou seja, como essencial para a sobrevivência de seu regime.

Outro importante estudo a constituir esse corpo historiográfico a respeito da Guerra é o livro de Gabriel Jackson⁴⁴¹, contribuindo para todas as discussões levantadas e servindo como parâmetro dos avanços nesse estudo, já que sua obra data de 1965. A partir dessas leituras foi possível estabelecer quais os motivos que levaram o jornal *A Cruz* a defender uma vitória franquista e porque compactou com o discurso de que Franco lutava não apenas pela Espanha, mas por toda a civilização ocidental católica. As leituras feitas para o entendimento do movimento Ultramontano deram um panorama que ampliou a discussão a respeito do contexto de surgimento do jornal e quais eram os seus alvos naquele momento. Aprofundar a Guerra é aprofundar também a história da Igreja, visto que a cadeia de acontecimentos naquele território tradicionalmente católico culminou ações de defesa da Igreja para que o mesmo não ocorresse em outros lugares, como no Brasil, por exemplo.

Concomitante a essas leituras, foi essencial a análise do período de 1936 a 1939 do jornal *A Cruz: Orgão da paróquia de S. J. Baptista. (RJ)*, refletindo sobre suas mudanças, tanto na gerência como de público, suas ações na paróquia e quais as intenções de D. Sebastião Leme, que, em 1925, colocou o jornal sob os auspícios da Confederação Católica e modificou por inteiro a disposição do jornal, que passou a ser distribuído não apenas em Botafogo, mas em todas as paróquias do Rio de Janeiro.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA, César. **Portugal e a II República de Espanha 1936-1939**. Perspectivas & perspectivas, Lisboa. s.d.

⁴⁴¹ JACKSON, Gabriel. *A República espanhola e a Guerra Civil 1931-1939*, vol.1, Publicações Europa-América, 1965.

A partir do livro de Soares d'Azevedo, entende-se claramente como agiram seus colaboradores, passando de um corpo de intelectuais leigos, a um corpo intelectual católico de importante renome na Igreja. A análise possibilitou ter outro olhar sobre as fontes que foram propostas, pois ao retornar com uma carga maior de leitura e entendimento, o questionamento à fonte modificou-se e forneceu novas possibilidades de compreensão.

Algumas questões ainda ficam em branco, como quais teriam sido as causas que deram fim a publicação do *A Cruz*. O acervo conta até o ano de 1973, e através de uma primeira análise não ficam muito claros os motivos, devendo haver uma análise mais pormenorizada para que mesmo nos fragmentos de artigos, possa entender o seu fim. Uma coisa é clara: o jornal não modifica seu discurso anticomunista, visto ser contexto dos governos militares e de penetração da Teologia da Libertação, lembrando, ainda, com vigor os feitos de Franco como salvador da fé cristã.

FONTES

A CAIXA operária. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano II, n. 19, 30 maio 1920, p. 2.

ACÇÃO Catholica. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano X, n. 47, 18 nov.1928, p.1.

A CERIMONIA de coroação. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, 12 fev. 1922, p.1.

A CRUZ procede a um inquérito nas escolas públicas sobre a aceitação do ensino religioso. **Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, 12 jan. 1936, p.1.

AGRAVA-SE a situação europeia. **Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n.44, 1 nov. 1936, p.1.

A IGREJA e as correntes socialistas. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVI, n. 47, 20 nov.1932, p. 1

A IGREJA e o Estado. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano X, n.3, 15 jan. 1928, p.6.

A ÍNTEGRA do discurso de Pio XI sobre o comunismo e a doutrina cristã. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVII, n.38, 20 set.1936, p.1.

A MAÇONARIA e o marxismo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 52, 27 dez. 1936, p.1.

A NOVA phase d' "A Cruz". **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano VII, n. 1, 1 jan. 1925, p.1.

A NOVA tática comunista. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n.40, 4 out. 1936, p.3.

A POLÍTICA espanhola. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XIII, n.6, 8 fev. 1931, p.1.

APOLOGETICA: Igreja e Estado. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.3, 15 jan. 1928, p.6.

A QUANTO descemos. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.40, 4 out. 1936, p.3.

A QUESTÃO escolar. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIV, n.2, 10 jan. 1932, p.1.

A QUESTÃO judaica: livro de atualidade que todo brasileiro deve ler. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro., ano XX, n.7, 13 fev. 1938, Notas & fatos, p.6.

ARCOVERDE, André. Aos meus Parochianos. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n.1, 21 set. 1929, p. 1.

ARCOVERDE, André. Escoteirismo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n.1, 21 set. 1929, p.3

ARRUDA, Luiz Soares. A guerra civil na Espanha. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 43. 25 out. 1936, p.5.

ARRUDA, Luiz Soares. A história se repete! **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.34, 23 ago. 1936, p.5.

ARRUDA, Luiz Soares. Aproveitemos a lição. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XV, 1 dez. 1935, n. 48, p.1.

ARRUDA, Luiz Soares. Fascismo e Comunismo. **A CRUZ: Orgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.34, 23 ago. 1936, p.5.

ARRUDA, Luiz Soares. Reconhecido o governo de Burgos. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 47, 12 nov. 1936, p.5.

ARRUDA, Luiz Soares. Rompeu com Madrid. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 44, 1 jan. 936, p.5.

ARRUDA, Luiz Soares. O sentido da ordem. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n. 20, 5 maio 1938, p.5.

ARRUDA, Luiz Soares. Um ano depois. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 48, 29 nov. 1936, p.6.

AO SANTÍSSIMO padre o Papa Pio XI: mensagens d' "A cruz" no sexto aniversário da sua coroação. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n. 7, 12 fev. 1928, p.1.

A SITUAÇÃO na Espanha. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.34, 23 ago. 1936, p.1.

ASSOCIAÇÃO Christã de moços. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista.** Rio de Janeiro, ano IV, n.32, 24 dez. 1922, p.1.

ATUAL situação do país e o combate ao comunismo: “A Cruz” ouve o senador Waldemar Falcão sobre esses palpitantes assuntos. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, 12 jan. 1936, p.1.

AZEVEDO, Soares. Engatilhar. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano II, n.12, 20 fev. 1921, p.1.

AZEVEDO, Soares. Fora e acima. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 48, 20 nov. 1936, p.1.

AZEVEDO, Soares. Por que esperam? **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n.49, 6 dez. 1936, p.1.

BARBOSA, Ruy. Retorno à verdade. **Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XIII, n. 6, 8 fev. 1931, p. 4.

BOLCHEVISMO russo e a liberdade humana. **A Cruz: Órgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVII, n, 1, p. 1, 16 jan. 1935.

CABRAL, J. A hipocrisia do comunismo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 50, 13 dez. 1936, p.2
CABRAL, J. Antissemitismo. **Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XX, n.12, 20 mar. 1938, p.4.

CABRAL, J. Bolchevismo russo e a liberdade humana. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVII n.1, 6 jan. 1935, p. 1.

CABRAL, J. Causas do bolchevismo russo. **Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVI, n. 27, 15 jul. 1934, p.1.

CARDEAL D. Leme e os acontecimentos revolucionários. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XII, n. 45, 9 nov. 1930, p.1.

CARÁTER apolítico da confederação. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro ano V, n. 24, 10 jun. 1923, p.1.

CARNEIRO, F. Domingues. Sobre a “Questão religiosa”. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XII, n 14., 30 mar. 1930, p.1.

CATECISMO *anti-Spirita*, **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano I, n. 6, 30 nov. 1919, p.6.

COMUNISMO. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XI, n. 30, 28 jul.1929, p.3.

COMUNISMO incendiário na Espanha: Terroristas marcham de Granada para Madrid incendiando templos! **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 11, 15 mar. 1936, p.5.

CONGRESSO Internacional da imprensa Católica. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n.35, 31 ago. 1930, p.1.

CONGRESSO mariano archidiocesano por Deus e pela Pátria. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.21, 24 maio 1931, p.1.

CONTRA o ateísmo. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 34, 23 ago. 1936, p.3.

COUSAS da Espanha. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n.52, 27 dez. 1931, p.1.

COUTO, Mario. Eleições de coligação das direitas. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XV, n.48, 26 nov. 1933, p.1.

COUTO, Mario. Hespanha Docet. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Ano XV, n.53, 31 dez. 1933, p.2.

COSTA, Carlos Duarte. Associação Christã de moços. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano IV, n.52, 24 dez. 1922, p.1.

DIAS, Lacerda. O grande apóstolo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.23, 3 jun. 1923, p.1.

DICTADURA da imprensa. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.16, 19 abr. 1931, p.1.

DISCURSO do general Emilio Mola. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.38, 20 set. 1936, p.1.

EMANO, Silvio. Thomismo e Catholicismo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n. 4, 26 jan.1930, p.5.

EM COMEMORAÇÃO de Lenine. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XI, n.4, 27 jan.1929, p.3.

ENCÍCLICA *Imortale Dei*. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.3, 15 jan.1928, p.5.

ESPAÑHA: Assembleia de 3.000 catholicos prosseguem o entendimento entre a Espanha e a Santa Sé. Gil Robles e sua maravilhosa organização, mundialmente conhecida pelas iniciais: C. E. D. A. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 51, 23 dez. 1934, O noticiário, p.5.

ESPAÑHA ensanguentada. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 31, 2 ago. 1936, p.1

FREIRE, Bueno. O Comunismo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XI, n.30, 28 jul. 1929, p.3.

FIGUEIREDO, Jackson. D. Sebastião Leme. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano VII, n.1 jan. 1925, p. 2.

FILHO, Mauriceia. A passionaria. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.39, 27 set. 1936, p.3

FORTUNA, José E. Peixoto. A nossa instituição: escoteirismo. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, 21 set. 1919, p. 3

FRANCIOLI. Alerta brasileiros! Por Deus e pela Pátria! **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 42, 19 out. 1930, p.8.

GUIZOT. Catholicismo e o Brasil: religião e educação. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XIII, n.3, 18 jan. 1931, p.1.

HERCULANO, Alexandre. Pátria. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano V, n. 37, 9 set. 1923, p.1.

JUVENTUDE feminina católica. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n. 42, 19 out. 1930, p.3.

LOPES, Antonio. A verdadeira Espanha ainda tem gloriosa missão na terra. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.41, 11 out. 1936. p.3.

MARTINS, Sebastião. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n 1, 1 jan. 1938, p.5.

NASCIMENTO, Alba Canisares. A montanha de Cristo. **A CRUZ: Órgão da parochia de S. João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n.42,19 out.1930, p.3.

NAZISMO contra a Igreja. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, Num. 9, 1 mar. 1936, Notas &Fatos, p.5.

O BRASIL e a Santa Sé. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano V, n. 39, 23 set. 1923, p.1.

O CARDEAL Leme e os acontecimentos. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XII, n. 45, 9 nov. 1930, p.1.

Os CATHOLICOS e a reforma da Constituição. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano VII, n. 39 20 set. 1925, p.01.

O GRAVE momento espanhol: prometida entrevista do prof. Soares d'Azevedo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 37. 13 set.1936, p.1.

O CHEFE visível da Igreja. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano V, n. 27, 1 jul.1923, p.1.

O COMUNISMO: inimigo de Deus e dos homens. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XIII, n. 3, 1 2 ago. 1931, p.1.

O GRAVE momento espanhol: prometida entrevista com o prof. Soares d'Azevedo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n.37, 13 set. 1936, p.1.

OS JESUÍTAS na Espanha. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XIV, n.15, 10 abr. 1932, p.4.

O PAROCÍNIO de S. José. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano V, n.17, 22 abr. 1923, p.3.

PACTO de não intervenção e plebiscito. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano XVIII, n..52, 27 dez.1936, p. 5.

PADRE Mello. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 19 out. 1919, p.2.

PÁTRIA. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano V, 9 set. 1923, Num. 37, p.1.

PINTO, Rubens A. Serpa. Combate ao comunismo. **Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro ano XVIII, n, 1,5 jan. 1936, p.3.

PIRES, Heliodoro. Ao menos... **Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano X, 15 de janeiro de 1928, n. 3, p.5.

PRIMEIRA semana social de acção catholica. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano X, n.44, 28 out. 1928, p.4. 28/10/1928, ANO X, NUM 44, p.4.

O PRESIDENTE Getúlio Vargas à imprensa. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista,** Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, 12 jan. 1936, p.1.

PRIMO de Rivera. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista,** Rio de Janeiro, ano XIII, n.5, 2 fev. 1930, p.1

PROBLEMAS da época: os atheus na Rússia. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano X, n.9, 26 fev. 1928, p.5.

RANGEL, Mario. A imprensa católica. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista.** Rio de Janeiro, ano V, n.32, 5 ago. 1923, p.1.

SAUDAÇÃO aos brasileiros: palavras do chefe da Nação na passagem do ano. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.1, 5 jan. 1936, p.1.

SEMANA social de acção catholica. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.44, 28 out. 1928, p.4.

SILVEIRA, Balthazar. Coluna da mocidade. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XV, n.12, 19 mar. 1933, p.2.

SITUAÇÃO na Espanha. **A CRUZ: Órgão da parochia São João Baptista**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.34, 23 ago. 1936, p.1.

RAZÕES do antissemitismo. **Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n.06, 6 fev. 1938, p.4.

REGO, Rosalvo Costa. O anniversario do Papa. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n. 5, 16 nov.1919, p. 2.

REGO, Rosalvo Costa. Moda parisiense. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n.11, 8 fev. 1920, p.2.

REGO, Rosalvo Costa. O Patronato. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano I, n.1, 21 set. 1919, p. 1.

RELIGIÃO e política. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano V, n.24, 10 jun. 1923, p.1.

SECÇÃO operária: Repressão do anarchismo. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano II, n. 16, 18 abr. 1920, p. 5.

SOUZA, José Gonçalves. Fim da guerra santa. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano XX, n.16, 17 abr. 1938, p.3

SOPHISMAS liberaes. **A CRUZ: Órgão da parochia de São João Baptista**. Rio de Janeiro, ano X, n.9, 26 fev. 1928, p.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Milton, José de. O triunfo da escolástica, a glória da educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol.26, n.90, p. 17-39, jan. – abr., 2005. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/873/87313715002.pdf> Acesso 6 fev. 2023.

AQUINO, Maurício. A formação da laicidade do Estado brasileiro no prelúdio da ordem republicana (1889-1930). In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE CRÍTICA DO DIREITO, , Jacarezinho – PR, 2014. Disponível em:

https://www.academia.edu/13088600/A_forma%C3%A7%C3%A3o_da_laicidade_do_Estado_brasileiro_no_prel%C3%BAdio_da_ordem_republicana_1889_1930 Acesso 6 fev. 2023.

AQUINO, Maurício. A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva; SANTOS, Lyndon de Araújo; FERRETTI, Sérgio Figueiredo; SANTOS, Thiago Lima de. (Orgs.). **Todas as águas vão para o mar; poder, cultura e devoção nas religiões**. São Luís: EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, p. 119-142, 2013.

AQUINO, Maurício. A implantação da república e a igreja católica no brasil e em portugal: o caso das congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 4, n. 10, 11. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30390> Acesso 6 fev.2023.

AQUINO, Maurício. ROMANIZAÇÃO, HISTORIOGRAFIA E TENSÕES SOCIAIS: O CATOLICISMO EM BOTUCATU-SP (1909-1923). **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 8, n. 2, p. 1-15, 25 ago. 2011. Disponível em:

<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/318> Acesso 6 fev. 2023.

ARANTES, Vinicius dos Santos "Comunistas e integralistas na imprensa bauruense: questões de ordem (1934-1938)", Universidade de São Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA), 2021.

AZEVEDO, Soares d'. **Espanha em sangue**. Cruzada da Boa Imprensa, Rio de Janeiro, 1936.

AZZI, Riolando. A defesa da Ordem Social no pensamento de D. Romualdo A. de Seixas, Arcebispo da Bahia (1827-1860). Faculdade jesuíta de Filosofia e Teologia - **Revista de Filosofia**. 1 fev. 1979. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2324> Acesso 6 fev.2023.

AZZI, Riolando. A influência do pensamento liberal no clero brasileiro (1789-1824). Faculdade jesuíta de Filosofia e Teologia - **Revista de Filosofia** V.11, n.31, 1984. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/search/authors/view?firstName=Riolando&middleName=&lastName=Azzi&affiliation=&country=BR> Acesso 6 fev. 2023
 AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). Síntese: **Revista de Filosofia** v.7 n.19, 1980, p. 61.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1920-1930). **Revista Síntese**. v.4, n.11, 1 mar. 1977. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2592> Acesso 21 fev. 2023.

BARROS, Sergio Miceli P. de. **A elite eclesiástica Brasileira (1890 – 1930)**. Unicamp, 1985.

BARROS, Sérgio Miceli P. de. A gestão diocesana na República Velha. Revista Religião e sociedade.12 jan.1985. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/revistas/no-12-01> Acesso 6 fev. 2023.

BEEVOR, Antony. **A batalha pela Espanha**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. – São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUADES, Josep M. **A Guerra Civil Espanhola**, São Paulo: Contexto, 2013.

BUENO, Roberto. Carl Schmitt, leitor de Donoso Cortés: ditadura e exceção em chave teológico-medieval. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n.105, p.453-494, jul./dez., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2012v105p453> Acesso 6 fev. 2023.

CIARALLO, Gilson. O tema da liberdade religiosa na política brasileira do século XIX: uma via para a compreensão da secularização da esfera política. Ver. **Sociol. Polit.** Curitiba, v.19, n.38, p.85-99, fev. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/swvDR6QTtkpGKYMm9RrmFMG/abstract/?lang=pt> Acesso 6 fev. 2023.

CAMPOS, G. M. Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/2588> Acesso 6 fev. 2023.

SILVA, M. C. da. VIAÑAS, Angel. La conspiración del general Franco y otras revelaciones acerca de una guerra civil desfigurada. Barcelona: Editora Crítica, 2011. **Revista de História**, [S. l.], n. 170, p. 351-360, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i170p351-360. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/82578> . Acesso 6 fev. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CAVA, Ralph Della. **Milagre em Joazeiro**. Tradução Maria Yeda de Linhares. – 3º ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2014.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Tatiana Costa. **Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências humanas e filosofia, Programa de Pós-graduação em História. Niterói, 2006. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1764.pdf> Acesso 6 fev. 2023.

DUARTE, Leonardo; GONÇALVES, Pereira; SIMÕES, Renata. **Entre tipos e recortes: história da imprensa integralista**. Vol. 2, Editora: Sob Medida, 2013.

DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)** – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

HOYOS, Frederico. Colección completa: **encíclicas pontificiais, 1832-1965**. iv edición, 1832-1939. Editora Guadalupe, Buenos Aires, 1958.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)**. Editora UNESP, São Paulo, 1996.

FILHO, Robson Rodrigues Gomes. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Programa de Pós-graduação em História. Niterói – RJ, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2051.pdf> Acesso 6 fev. 2023.

FERREIRA, R. F. dos S. Ensino de história com o uso de jornais: construindo olhares investigativos. **Travessias**, Cascavel, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3870> Acesso 6 fev. 2023.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Os percursos do Ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)**.

Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1991.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. México, D.F.: Editorial Mafre/Fondo de Cultura Económica, 1993. Disponível em: <https://rodrigomoreno.files.wordpress.com/2012/01/guerra-modernidad-e-independencias-1992.pdf> Acesso 6 fev. 2023.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga. A narrativa Aristotélica Tomista da Teoria da justiça: ensaio sobre a perspectiva da escola cristã mineira durante o período da ditadura 1964-1985. **Revista Acadêmica**, MG, vol. 86, n. 1, 2014

GRAHAN, Helen. **A guerra civil espanhola**. Tradução Vera Pereira – Porto Alegre, RS, 2013.

GRECO, Angelo Antonio. O ensino religioso nas escolas públicas paulistas (1930-1945) [doi: 10.111606/T.8.2017. tde-31072017-153815]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016. Tese de doutorado em História Social. Acesso 6, fev. 2023.

JACKSON, Gabriel. A República espanhola e a Guerra Civil 1931-1939, vol.1, Publicações Europa-América, 1965.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Daniel F. C. A Guerra Civil espanhola em pauta: Uma análise do jornal católico A Cruz (RJ) em sua defesa ao nacionalismo franquista, **Caderno de resumos - VIII EPHIS – VIII - Encontro de Pesquisa em História da UFMG: História em tempos sombrios: estudar, pesquisar, ensinar**, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 1ª Edição, 2019, p.237.

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História: A filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800-1960)**. Franca, 1998.

MALATIAN, Maria Teresa. **Os cruzados do Império**. São Paulo, 1988.

MATA, Sergio da. Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o “reformismo” católico na Minas Gerais do Segundo Reinado. In: CHAVES, C. M.; SILVEIRA, M. A. (Org.). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; FILHO, Claudio Bertolli. **A Guerra Civil Espanhola**. Editora Ática, São Paulo, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NETO, Luciano Dutra. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais.** Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de ciências Humanas. Programa de pós-graduação em ciência da religião. 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=32029 Acesso 6 fev. 2023.

OLIVEIRA, César. **Portugal e a II República de Espanha 1936-1939.** Perspectivas & perspectivas, Lisboa, 1987.

OLIVEIRA, Lúcia Helena de Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.40, p.145-163, dez.2010. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639811> Acesso 6 fev. 2023.

PAXTON, Robert, O., A anatomia do fascismo. Tradução de Patrícia Zimberes e Paula Zimberes. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio histórico e políticos.** Editora Alfa-Ômega LTDA., volume 9, 1979.

PEREIRA, Douglas de Freitas. "José Bergamín, Cayetano Córdova Iturburu e o engajamento intelectual antifascista na Espanha e na Argentina durante a década de 1930", Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA), 2020.

PEYNE, Stanley G., The spanish civil war. **Cambridge University Press.** 978-1-107-00226-5, august 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/br/academic/subjects/history/twentieth-century-european-history/spanish-civil-war?format=HB&isbn=9781107002265> Acesso: 1 maio 2023.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Edusp, 2003.

REMOND, René. **Uma História Presente. Por uma história política.** Rio de Janeiro: ED. UFRJ/Ed. FGV, 1998.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado** (Crítica ao Populismo Católico). Kairós Livraria e Editora, São Paulo, 1979.

ROMANO, Roberto. Cesaropapismo evangélico. **Jornal da Unicamp**, edição web, 12 dez.2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/roberto-romano/cesaropapismo-evangelico> Acesso 6 fev. 2023.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937.** Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Franca, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103109> Acesso 6 fev. 2023.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. **Revista de História Temporalidades**, vol.2, n.2, 12 out. 2010. ISSN: 1984-6150. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387> Acesso em: 6 fev. 2023.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A Guerra Civil Espanhola**; tradução Barbara Duarte. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

SANTOS, I. O. A relação entre o neotomismo e o tomismo analítico [Relation between neothomism and the analytical thomism]. **Revista Ágora Filosófica**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 43–54, 2012. DOI: 10.25247/P1982-999X.2010.v1n1.p43-54. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/43>. Acesso 6 fev. 2023.

SCAMPINI, José. A liberdade religiosa nas Constituições brasileiras (Estudo filosófico-jurídico comparado) – Segunda Parte A liberdade religiosa na República. **Revista de Informação Legislativa**, v.11, n.42, p.369-430, abr. /jun. 1974.

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180852>. Acesso em: 6 fev. 2023.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Positivismo x Neotomismo: reflexões sobre práticas historiográficas no Brasil e na Argentina (1870-1940). ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf> Acesso 6 fev. 2023.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da; CARVALHO, Thaís da Rocha. Ultramontanismo e protestantismo no período regencial: uma análise da crítica panfletária dos padres Perereca e Tilbury à missão metodista no Brasil. **Revista Almanack** n.15, Guarulhos Jan/Apr. 2017. ISSN: 2236-4633. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf> Acesso 6 fev. 2023.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Revisão técnica Renato Janine Ribeiro – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

SOUZA, Luciano Daniel de. A apropriação da Idade Média e o Neotomismo como elementos da reação católica às mudanças na França no século XIX. **Revista Mundo Antigo** – Ano I, v.01, n.2 – dez. 2012. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br/revista/2012-2/artigo07-2012-2.pdf> Acesso 6 fev. 2023.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.

VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha, 1936-1939**. Tradução Regina Célia Xavier Freire, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **História da questão religiosa**. Rio de Janeiro, Francisco Alves editora, 1974.

WERNET, A. Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 42, p. 115-131, 1997. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i42p115-131. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/73464>. Acesso em: 6 fev. 2023.

WIAZOVSKI, Taciana. **O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)**. São Paulo: Humanitas, 2008.